

A REDE DE MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS DO LITORAL DO PARÁ

*e a construção de um feminismo
ecoterritorial nos maretórios*

Carla Cilene Siqueira Moreira

Belém- PA
2026



Carla Cilene Siqueira Moreira

**A REDE DE MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS DO LITORAL DO PARÁ E A
CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO ECOTERRITORIAL NOS MARETÓRIOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para aprovação do título de Doutora em Sociologia.

Belém – Pará
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

Siqueira Moreira, Carla Cilene.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do
Pará e a construção de um feminismo ecoterritorial nos
maretórios / Carla Cilene Siqueira Moreira. — 2026.
XV, 262 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Tânia Guimarães Ribeiro
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado
Interinstitucional em Relações Internacionais, Belém, 2026.

1. Feminismo ecoterritorial. 2. Rede de Mulheres das
Marés e das Águas. 3. Maretório. 4. Epistemologia
feminista. I. Título.

CDD 301

Carla Cilene Siqueira Moreira

**A REDE DE MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS DO LITORAL DO PARÁ E A
CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO ECOTERRITORIAL NOS MARETÓRIOS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, como requisito para aprovação do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro – Orientadora

Profa. Dra. Roberta Sá Leitão Barbosa - Membro externo

Profa. Dra. Rayza Sarmiento - Membro externo

Profa. Dra. Telma Amaral - Membro interno

Profa. Dra. Patrícia Santos Silva – Membro interno

Profa. Dra. Maria Cristina Alves Maneschy – Membro interno

Profa. Dra. Maria José Aquino Teisserenc – Membro interno suplente

Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira – Membro suplente externo

AGRADECIMENTOS

Todo esse trabalho só foi possível de ser realizado graças a solidariedade e generosidade de muitas pessoas, as quais tentarei lembrar de todas. Primeiramente, devo todos os agradecimentos possíveis do mundo à Rede de Mulheres da Marés e das Águas, sobretudo às suas lideranças, Marly Silva, Célia Neves, Lourdes e às integrantes da comunidade de Tamatateua, que me permitiram estar presente e acompanhá-las em alguns momentos; agradeço a generosidade, paciência e partilha de saberes. Espero poder contribuir um pouco com o movimento através dessa tese.

À minha família, minha mãe, meu companheiro e meu filho, sem o suporte de vocês em casa, nada seria possível. Minha mãe me acompanhou no campo em Bragança, cuidando do meu filho enquanto me deslocava até as comunidades quando ele tinha um pouco mais de um ano. Esse é só um exemplo da dinâmica e das coisas que mães precisam fazer para concluir sua pesquisa.

Agradeço por ter amigos na universidade que, durante minha trajetória, foram parceiros e parceiras e sempre me apoiaram, como Victor Sousa, Fernando Filho, Claudia Pessoa, Silvia Sousa. Vocês compreendem muito bem esse universo e me ajudaram demais a aguentar firme as inconsistências da academia. Sempre digo que sou grata por ter tido no meu caminho pessoas que me mostraram que a universidade também é lugar de afeto e celebração e não de adoecimento. Aprendi desde que entrei no GEPEM e tenho como referência a profa. Maria Luzia Miranda Alvarez, a gratidão por ter me ensinado isso e indicado os caminhos dos estudos sobre gênero.

À banca por ter aceitado prontamente o convite e pelas valiosas considerações que compartilharão. Minha gratidão também se estende à orientação dispendida durante a caminhada e ao aprendizado mútuo no ACTA, um espaço no qual pude não apenas vivenciar experiências enriquecedoras, mas também oferecer contribuições significativas para o crescimento do grupo.

À UFPA, instituição que proporcionou a possibilidade de trabalhar e estudar, e por toda a força e energia daquelas que acreditaram em mim e que foram muito compreensivas quando precisei me ausentar do trabalho para realizar atividades ligadas à tese, as professoras Iza Helena Travassos, Telma Guerreiro Amaral Barroso e Daniele Dorotheia Rocha da Silva de Lima. Aos colegas de trabalho da CPPAD e ICED que estão

e estiveram na torcida por essa finalização. As professoras Maria do Socorro da Costa Coelho, Ney Cristina Monteiro de Oliveira e Wilson da Costa Barroso que me ofereceram oportunidades além do trabalho técnico realizado na UFPA e acreditaram nas minhas potencialidades.

Um sonho

**Estão comendo o mundo pelas beiradas
Roendo tudo, quase não sobra nada
Respirei fundo achando que ainda começava
Um grito no escuro, um encontro sem hora marcada**

**Ontem eu tive esse sonho
Nele encontrava com você
Não sei se sonhava o meu sonho
Ou se o sonho que eu sonhava era seu**

**Um sonho dentro de um sonho
E eu ainda nem sei se acordei
Desse sonho quero imagem e som
Pra saber o que foi que aconteceu [...].**

Nação Zumbi

**Alerta, alerta!
Alerta que caminha
A luta feminista Pela América Latina!**

RESUMO

A tese tem por objetivo central compreender as ações sociopolíticas, as práticas sociais e os conhecimentos e vivências das mulheres extrativistas costeiras e marinhas, no processo de mobilizações para criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará e a atuação em defesa de seus maretórios nos manguezais da Amazônia paraense, e se nesse processo podem constituir uma alternativa social em diálogo com os feminismos ecoterritoriais do Sul (Svampa, 2021; 2025). Assim, a tese contribui com o registro e a análise do histórico da luta pela proteção dos manguezais na Amazônia, pois são destacados, neste contexto, os processos ocorridos nas reservas extrativistas marinhas do Pará e a atuação das mulheres e os discursos envolvidos tanto nas reivindicações por justiça socioambiental quanto nas ações do Estado. A análise parte das perspectivas da sociologia política, ecologia política, epistemologia feminista, ecologia política feminista, bem como de outros autores da crítica ao desenvolvimento. Este trabalho, portanto, soma esforços para compreender criticamente os sentidos das lutas e resistências que foram e estão sendo construídas nos maretórios e o protagonismo das mulheres das marés e das águas nesse contexto. Dessa forma, a partir de um estudo de caso, a tese analisa como as mulheres das marés e das águas estão construindo um feminismo ecoterritorial das marés, simultaneamente, situado, pois emerge de suas experiências específicas. Conectado, tendo em vista que se articula com outros movimentos e lutas. E, sobretudo, transformador, pois propõe outras formas de vida, economia, educação e relação com a natureza, mudando a vida das mulheres que fazem parte dele e de suas comunidades. A partir da construção de uma rede que se articula e atua de maneira multiescalar desenvolvendo sua epistemologia das emoções e dos afetos.

Palavra-chave: Feminismo ecoterritorial. Maretório. Rede de Mulheres das Marés e das Águas. Epistemologia feminista.

ABSTRACT

The central objective of this thesis is to understand the sociopolitical actions, social practices, knowledge, and experiences of coastal and marine extractivist women, in the process of mobilizing to create the Network of Women of the Tides and Waters of the Pará Coast, and their activism in defense of their "maretórios" (marine territories) in the mangroves of the Amazon in Pará. It also seeks to determine whether, in this process, they can constitute a social alternative in dialogue with the eco-territorial feminisms of the South (Svampa, 2021; 2025). Thus, this thesis contributes to the historical record of the struggle for the protection of Amazonian mangroves, highlighting the processes that have occurred in the marine extractive reserves of Pará, as well as the role of women and the discourses involved, both in claims for socio-environmental justice and in state actions. The analysis is based on perspectives from political sociology, political ecology, feminist epistemology, feminist political ecology, as well as other authors critical of development. This work, therefore, adds efforts to critically understand the meanings of struggles and resistance that have been and are being built in the "maretórios," and the leadership of the women of the tides and waters in this context. In this way, through a case study, the thesis analyzes how the women of the tides and waters are constructing an eco-territorial feminism of the tides that is, simultaneously, situated, emerging from their specific experiences; connected, since it articulates with other movements and struggles; and, above all, transformative, proposing other ways of life, economy, education, and relationships with nature, changing the lives of the women involved and their communities. This is achieved by building a network that organizes and operates on multiple scales, developing its own epistemology of emotions and affections.

Keywords: Ecoterritorial feminism. *Maretório*. Network of Women of the Tides and Waters. Feminist epistemology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa 01. Reservas extrativistas marinhas do litoral do Pará – 2021.....	23
Figura 02 - Mapa 02. Ameaças sofridas pelas Resex por quantidade – 2023.....	32
Figura 03 - Célia Regina, liderança da Rede, representada na instalação Memoráveis Margaridas no Espaço Chico Mendes durante a COP 30.....	76
Figura 04, 05 e 06 - Liderança de São Caetano de Odvelas em seu quintal e quintais de Tamatateua, Bragança-PA	145
Figura 05 - Linha do Tempo	151
Figura 06 e 07 – Bordados “Dias mulheres virão”	167
Figuras 08 e 09- Rodas de conversa	169
Figura 10 - Lançamento da rede de mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará	171
Figuras 11 e 12 - Registros do I Encontro de Mulheres em Rede	174
Figuras 13 e 14 - Registro do II Encontro da Rede de Mulheres das marés e das águas do litoral do Pará	180
Figura 15 - Diferentes gerações de liderança participando de oficina em Curuçá-PA	188
Figura 16 - Mapa de atuação da Rede de Mulheres das marés e das águas nos maretórios do litoral do Pará	189
Figura 17 – Participação de integrantes de diversas Redes de mulheres em painel na Zonal Verde e lançamento da Carta Aberta dos Povos do Mar e das Águas à Sociedade Brasileira e à COP 30	196
Figura 18 – Diagrama da arquitetura sociopolítica da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará	197
Figura 19 - Casa ou barracão das painelas	205
Figura 20 - Pêlos misturados com pigmento	205
Figuras 21 e 22 - Barro e Mulheres moldando os pelos	206
Figura 23 - Forno	206
Figura 24 - Capenga	207

Figura 25 – Anajazeira.....	207
Figura 26 - Painéis de Barro	208
Figura 27 - Pilão	208
Figura 28 - Caripé	208
Figuras 29, 30, 31 e 32 - Exposição e comercialização de produtos feitos pelas mulheres da Rede	212
Figura 33 – Representação da relação com o território/marítimo.....	217
Figura 34 - Representação da Espiral da Rede de Mulheres das Marés e das Águas	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - RESEXs Costeiras e Marinhas do litoral do Pará por localização, ano de criação, área protegida e população	21
Tabela 02 - Dados do perfil socioeconômico das entrevistadas	115
Quadro 01: principais enfoques da relação mulheres e desenvolvimento.....	121
Quadro 02: Perspectivas críticas e alternativas ao desenvolvimento.....	124
Quadro 03: síntese das entrevistas	147
Quadro 04: Análise estrutural da Rede pela tipologia das articulações e tipos de ator	200
Quadro 05: Princípios do Feminismo Ecoterritorial das Marés.....	236
Quadro 06: Eixos do movimento e suas interconexões.....	241

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTA	Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente
AMUPESC	Associação de Mulheres Pescadoras de Cachoeira
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
APP	Áreas de Preservação Permanente
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM	Conferências Nacionais de políticas para as Mulheres
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos
COP	Conferência das Partes
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
GEPEM	Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre mulher e relações de gênero
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MADAM	Grupo de Pesquisa Alemão <i>Mangrove Dynamics and Management</i>
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMNEPA	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MONAPE	Movimento Nacional de Pescadores
MOPEPA	Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará

MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OAM	Organización Autónoma de Mujeres
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBV	Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNDTR	Programa Nacional de documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPM	Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX MAR	Reserva Extrativista Marinha
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SESC	Serviço Social do Comércio
SISRGP	Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTRS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Justificativa	19
Trajetória e implicação da pesquisadora	
Problema	35
Objetivo Geral	36
Objetivos Específicos	37
Metodologia	37

PARTE I - VAZANTE

1. CONTEXTO DE LUTA: TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ABORDAGEM RELACIONAL, O CONCEITO DE REDES E A INTERFACE COM A CATEGORIA GÊNERO 52

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	60
1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS MULHERES RURAIS, DAS MARÉS E DAS ÁGUAS É HISTÓRICA	64
1.2.1 Marcha das Margaridas - “As mulheres são como as águas crescem quando se juntam”	71
1.3 DEFESA DOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS E A REIVINDICAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	74
1.3.1 Construção das Resex e a participação feminina	78
1.3.2 Surge o maretório - um conceito em disputa	84
1.4 NA LINHA DE FRENTE DA LUTA PARA ADIAR FIM DO MUNDO: A RELAÇÃO DAS MULHERES COM AS PROPOSTAS DE MUDANÇA E ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO	89

PARTE II - ENCHENTE

2. GÊNERO E MEIO AMBIENTE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PAUTA AMBIENTAL..... 102 |

2.1 ENTRE CONQUISTAS E RETROCESSOS: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	105
2.2. A PANDEMIA DE COVID -19, A CRUELDADE DO ESTADO BOLSONARISTA E A REDEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE LUTA	125

PARTE III – PREAMAR

3. NASCE O MOVIMENTO: “EXISTINDO E RE-EXISTINDO” 134 |

3.1 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM UCS	136
3.2 A CONSTRUÇÃO DA REDE DE MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS - PERCURSO HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E ATUAÇÃO	136
3.2.1 A transformação a partir dos três eixos de atuação do movimento	148

3.2.3 Painelas de barro: retomada de conhecimento ancestral e autonomia econômica	198
--	-----

4. EVIDÊNCIAS DE UM FEMINISMO DESDE O MARETÓRIO - SOLIDARIEDADE, PERTENCIMENTO E CUIDADO 211 |

4.1 VIGÍLIAS DA ESPIRAL DA VIDA DAS MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
REFERÊNCIAS	252
APÊNDICE - Quadro e ilustração da Composição da Rede Nacional de Mulheres das Marés e das Águas por ano de criação	266
ANEXO -Infográfico sobre a produção das panelas de barro.....	275

1. INTRODUÇÃO

Mulheres constituem maioria nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho, nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais e nos próprios movimentos feministas (GOHN, 2007). Essa presença, no entanto, raramente se traduz em reconhecimento: em muitos casos, participar depende antes de conquistar a legitimação do próprio trabalho como atividade econômica e, assim, garantir direitos historicamente negados. É nesse contexto de reivindicação e reconhecimento que emergem os movimentos de mulheres do campo, da floresta e das águas, abrindo caminhos para mobilizações territoriais de mulheres no país.

Entre essas mulheres, um grupo permanece pouco estudado: as extrativistas costeiras e marinhas que habitam as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX MAR) na Amazônia paraense. Ainda que exista produção robusta sobre unidades de conservação, conflitos socioambientais e saberes tradicionais nessa região, a relação entre gênero e meio ambiente permanece pouco explorada, de trinta e quatro trabalhos acadêmicos identificados sobre a Resex Caeté-Taperaçu, apenas dois tratam explicitamente de gênero. É diante dessa lacuna que esta tese se posiciona, perguntando como mulheres extrativistas costeiras e marinhas constroem, no cotidiano e na ação coletiva, formas próprias de resistência e reexistência nos territórios também chamados de maretórios.

Sendo assim, os caminhos percorridos pelas mulheres do campo, da floresta e das águas para que tenham a garantia de direitos fundamentais estão pautados no seu cotidiano, assim como na relação com a natureza, porém, isto nem sempre é percebido pelas políticas públicas implementadas. Dessa forma, as estratégias e mecanismos de luta e participação acessados são diversos porque sobre elas incidem diversas formas de exclusão, próprias dos sistemas de opressão, como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo, frontalmente combatidos pelos feminismos em geral.

Portanto, quer como grupos de mobilização de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. Apesar dessa presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres (GOHN, 2007, p. 45).

Dentre as estratégias de resistência e reexistência elaboradas por elas nos territórios, identifiquei a construção de espaços de diálogo e participação sociopolítica em que suas vozes são escutadas e valorizadas, como as rodas de conversa, reuniões e encontros que resultaram inclusive na criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará - Existentes e Resistentes, em 2021. Assim, as mulheres estão construindo novas definições de feminismos que valorizam a ação coletiva e a solidariedade social como ferramentas para a transformação social (FEDERICI; VALIO, 2020).

Em conversa com uma liderança da Rede em questão, a mesma afirmou que o momento em que está socializando com as outras mulheres chega a ser terapêutico e que a faz esquecer um pouco a dor de ter perdido o filho na pandemia de COVID-19. Outro ponto que se destacou nas entrevistas e que é muito valorizado pelas integrantes da Rede são as informações que recebem, dentre elas, sobre a violência doméstica e as formas de combatê-la. Portanto, a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará — Existentes e Resistentes, surge como uma estratégia de sobrevivência para fazer frente às vulnerabilidades e dificuldades enfrentadas por essas mulheres ao longo da vida. Trata-se de um espaço de acolhimento, cuidado, solidariedade e pertencimento.

Por isso, a utilização do termo reexistência, primeiro porque é utilizado por esse movimento, ilustrando palavras de ordem, e segundo porque traduz a proposta das mulheres de existir em um território que garanta a sua dignidade e o direito a uma vida sem violência. Reexistir significa mudar as construções que existem sobre o próprio território, pois algumas defendem o termo maretório como mais adequado para descrever o espaço em que vivem, sobre o corpo e a noção de direitos, possibilitando a

perspectiva de uma alternativa ao modelo atual, produtor das múltiplas violências sobre seus corpos e territórios/maretórios.

Nesta pesquisa, analisarei a construção da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará - Existentes e Resistentes e as implicações que possuem sobre as extrativistas costeiras e marinhas que fazem parte desse movimento. Compreender como a relação entre corpo e natureza está presente nas demandas, reivindicações e estratégias de luta do movimento e das mulheres que o compõem em interface com os feminismos ecoterritorial e comunitário/sobrevivência.

Além disso, identificarei os sentidos das lutas por direitos sociais dessas mulheres que, ao reivindicarem uma vida digna nos maretórios em que vivem, traçam uma jornada pautada na justiça socioambiental e na busca pela valorização de uma identidade intrinsecamente relacionada com o ecossistema em que vivem, os manguezais. Esta pesquisa se volta, sobretudo, às integrantes que compõem a Rede e que moram ou atuam em áreas protegidas do tipo Reservas Extrativistas Marinhas, as RESEX MAR.

A construção da Rede também é em parte resultante do seguinte contexto presente na América Latina, sobretudo a partir dos anos 2000. Os governos progressistas latino-americanos que, apesar de avançarem em políticas públicas socioambientais, continuaram apostando em práticas neoextrativistas e assumiram um posicionamento neoliberal e neodesenvolvimentista que resultou na ebulição de vários conflitos socioambientais, assim como em ações das populações tradicionais que construíram estratégias de enfrentamento ao capitalismo, ao patriarcalismo e a destruição ambiental, essas ações são pautadas em seus saberes e conhecimentos, no bem viver e na justiça socioambiental, sendo assim essas populações saem em defesa dos bens comuns em seus territórios e maretórios.

Ao realizarem este movimento, desenham o giro ecoterritorial compreendido como “a construção de marcos de ação coletiva que funcionam, ao mesmo tempo, como estrutura de significância” (SVAMPA, 2019, p.63). Na linha de frente das lutas socioambientais estão as mulheres que têm desenvolvido forte protagonismo nos movimentos ecoterritoriais e nas mobilizações de afetados socioambientais na América

Latina. Assim, os "feminismos ecoterritoriais" (SVAMPA, 2021) se referem às lutas das mulheres na América Latina que buscam a defesa do corpo-território e a associação entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental, apresentando um diálogo estreito com a perspectiva ecofeminista de sobrevivência.

Na Amazônia, as mulheres se sobressaem como a principal força de resistência frente à expropriação da natureza e às mudanças climáticas. Para Miranda e Barroso (2023), a exploração da Amazônia segue o mesmo projeto colonizador dos corpos-territórios. A partir de uma perspectiva feminista, as autoras consideram que o protagonismo das mulheres nas lideranças pode mudar a compreensão das questões ambientais e gerar conscientização sobre a defesa dos corpos-territórios.

Na luta pela produção da vida como valor fundamental, as mulheres organizadas resistem às forças do capital, defendendo seus corpos e territórios. Através de coletivos e movimentos sociais, elas reivindicam seus direitos e buscam construir uma sociedade mais justa e sustentável, baseada em saberes ancestrais e na valorização da vida em comunidade.

Portanto, para Miranda e Barroso (2023), a luta das mulheres na Amazônia contra o neoextrativismo e em defesa de seus corpos-territórios é uma luta coletiva que envolve a articulação de diversas instâncias de participação, em defesa dos direitos à terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à produção da vida.

Outro fato que chama a atenção é a participação das mulheres na construção e reivindicação do termo maretório, como um marcador de suas especificidades, tendo em vista que a dinâmica com o ambiente em que vivem depende do tempo da maré. Essa compreensão deve estar expressa na definição e aplicação de políticas públicas. Um exemplo é a reivindicação da Rede de Mulheres pela Escola do Tempo Maré ou Escola das Águas, ou seja, um espaço de escolarização de crianças e adolescentes que leve em consideração uma Pedagogia da Maré. Na Marcha das Margaridas de 2015, é incluída a utilização dos termos mulheres das águas e maretório nos documentos oficiais do movimento para marcar suas especificidades e a reivindicação de direitos e políticas públicas.

Na relação entre política pública e gênero, destaca-se o quadro de mudança que tomou impulso no país a partir da década de 1980, com a redemocratização e uma agenda de reformas, em que transformações no perfil da ação do Estado e das políticas públicas possibilitaram a participação de novos atores na arena pública, como o movimento de mulheres, bem como a integração de novos temas na agenda governamental (FARAH, 2004).

Nesse sentido, são discutidas as concepções presentes em políticas socioambientais, que também tiveram impulso a partir da redemocratização do Estado brasileiro, para demonstrar as contradições e incoerências que podem existir nas políticas públicas e que evidenciam a diferença das concepções trazidas pelas mulheres sobre bem-estar e qualidade de vida nos maretórios. Assim, isto pode nos ajudar a compreender se as ações do Estado podem estar colaborando ou não para a diminuição de desigualdades estruturais persistentes no rural brasileiro, especificamente em áreas destinadas à conservação ambiental, bem como compreender a relação entre gênero e meio ambiente nas políticas públicas.

Este trabalho procura evidenciar que as mulheres das marés e das águas, sobretudo aquelas envolvidas em movimentos sociais, trazem à tona questionamentos que colocam em discussão categorias, como a concepção de desenvolvimento, e apresentam outros olhares e outros elementos para repensar epistemologias, tornando-se sujeitas epistêmicas, como discute Cabnal (2010).

De acordo com Leff (2003), para a construção de uma nova racionalidade, faz-se necessário pensar para além da contradição ecológica do capital, e as mulheres apresentam a construção dessa outra racionalidade em suas práticas. A solução da crise ambiental reside em compreender a raiz das contradições e em construir uma nova racionalidade teórica, social e produtiva. Ou mesmo a coexistência de várias alternativas ontológicas, de diversos mundos que mantêm suas especificidades através do que Escobar (2015) denomina de redes de diferença.

A crítica feminista ao discurso do modelo de desenvolvimento aponta como os feminismos formularam suas concepções acerca da relação entre desenvolvimento e

mulheres. Destacando-se as análises realizadas fora do eixo europeu e americano, a retórica do desenvolvimento foi revelada como um "discurso que tem desvalorizado sistematicamente outros saberes e provocado importantes efeitos de dominação – entre outros, sobre o corpo e a fala das mulheres" (BARRAGÁN et al., 2020, p.90).

A orientação para análise dos dados apresentados nesta tese também dialoga com a ecologia política feminista, sobretudo a produzida no contexto da América Latina, pois esta perspectiva tem por base o reconhecimento e valorização das experiências e lutas das mulheres para uma compreensão mais inclusiva e equitativa dos desafios ecológicos, reconhecendo, portanto, que as questões de gênero estão interconectadas aos problemas ambientais.

Diante do exposto, compreendo que ao atuarem no movimento as mulheres das marés e das águas mudam o meio em que estão inseridas e mudam a si mesmas, e contribuem para a construção de um feminismo desde o maretório, pautado na defesa dos bens comuns, na garantia dos direitos da natureza e dos direitos sociais de todos e todas que vivem e dependem dos manguezais para sobreviver. Portanto, trata-se de um movimento por justiça socioambiental pautado nos eixos da solidariedade, pertencimento e cuidado que formam as expressões de um feminismo ecoterritorial das marés.

Justificativa

De acordo com um recente levantamento realizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura por meio dos dados do Painel de Consultas do SISRGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira), o Brasil conta neste momento com 1.035.478 pescadores profissionais ativos, todos devidamente licenciados. Desse total, 507.896 são mulheres, ou seja, 49% de participação feminina no ofício.

O estado do Maranhão tem o maior número de pescadores registrados, contando com uma comunidade de 150.691 mulheres e 116.935 homens dedicados à pesca (267.626 ao todo). Está entre os cinco estados em que há mais mulheres do que homens exercendo o ofício da pesca. Os outros são Pernambuco (55% de mulheres), Sergipe (62%), Bahia (58%) e Alagoas (58%). Em relação ao total da comunidade pesqueira, o

Pará está em segundo lugar, com 100.705 mulheres e 107.706 homens (208.411) envolvidos nessa atividade. Do total de registros de pescadores do Pará, 205.518 são pescadores artesanais. No município de Bragança-PA, onde está situada a Resex Mar Caeté-Taperaçu, há 691 pescadores artesanais registrados, sendo 382 homens (55,28%) e 309 mulheres (44,72%).

O estado do Pará, um dos sete estados que compõem a região Amazônica brasileira, desempenha um papel significativo no contexto das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (RESEX MAR) ao longo da costa do Brasil. No momento, há 14 RESEX MAR decretadas (Tabela 01), cobrindo uma área de mais de 300 mil hectares da costa paraense (ICMBIO, 2023).

No entanto, há poucas informações oficiais que detalham a situação da população costeira e marinha. Apesar dos esforços recentes, como os dados apresentados acima, ainda são poucos e dispersos, sobretudo com relação às áreas protegidas, mesmo que elas apresentem relevante interesse socioambiental e, no caso da Amazônia, apresentem os manguezais mais preservados e em maior extensão. A caracterização socioeconômica dessa população é realizada através de pesquisas empíricas desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras ligados às universidades e organizações do terceiro setor, por exemplo.

Os dados coletados evidenciam a importância da região estudada para a atividade pesqueira nacional. Além disso, revelam a subnotificação dessa atividade, um problema agravado no caso das mulheres. Estas, frequentemente, não são incluídas nas estatísticas oficiais, apesar de sua participação expressiva, devido à invisibilidade de seu papel enquanto pescadoras.

Tabela 01 – RESEX Costeiras e Marinhas do litoral do Pará por localização, ano de criação, área protegida e população

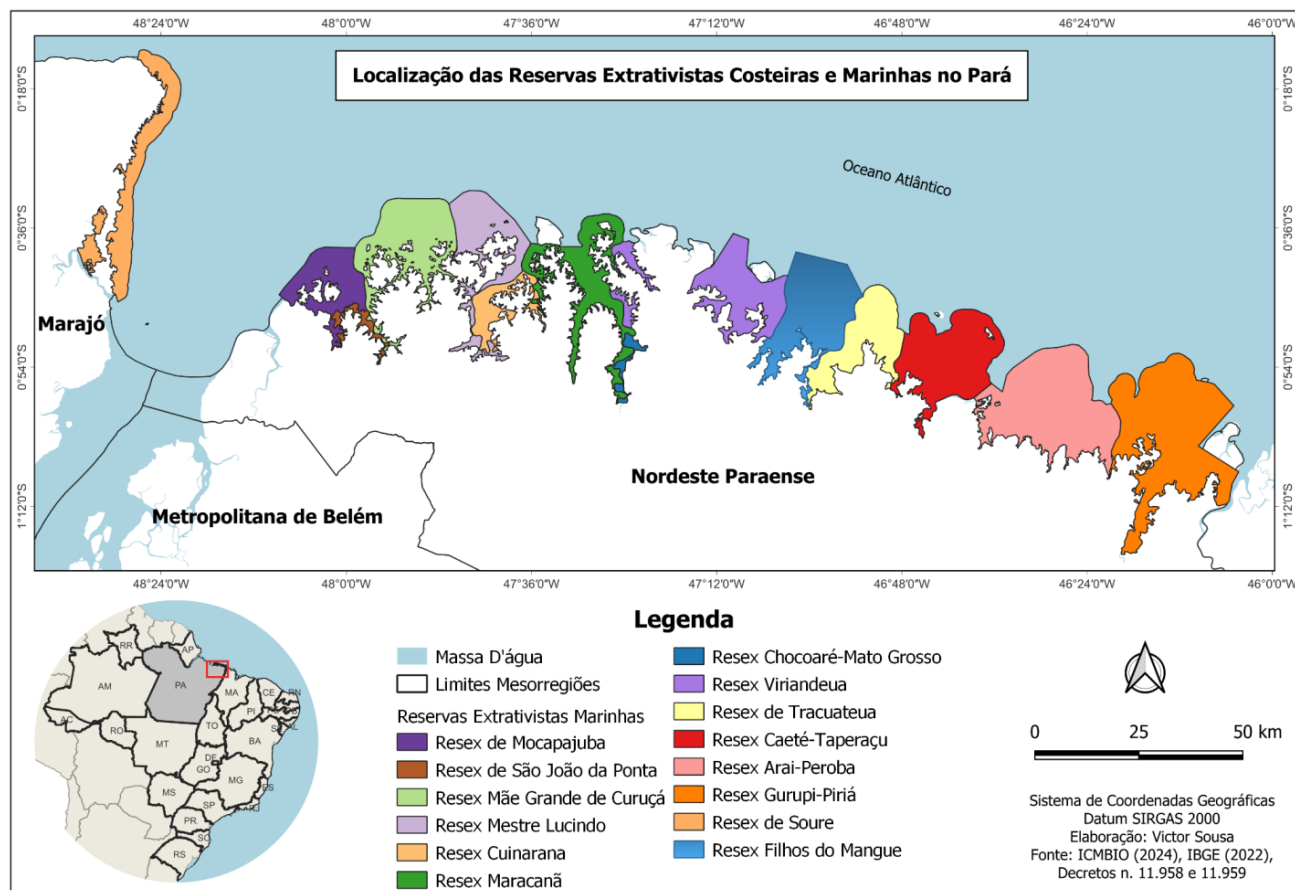
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA PROTEGIDA (HA)	POPULAÇÃO COSTEIRO MARINHA
RESEX MARINHA DE SOURE	Soure	2001	29.578,80	12 comunidades, 2.200 famílias
RESEX MARINHA CHOCOARÉ-MATO GROSSO	Santarém Novo	2002	2.783,16	13 comunidades, 600 famílias
RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	Curuçá	2002	36.678,24	52 comunidades, 6.000 famílias
RESEX MARACANÃ	Maracanã	2002	30.179,20	75 comunidades, 4.000 famílias
RESEX SÃO JOÃO DA PONTA	São João da Ponta	2002	3.409,44	18 comunidades, 600 famílias
RESEX MARINHA ARAÍ PEROBA	Augusto Correia	2005	11.549,73	09 comunidades, 1300 famílias
RESEX MARINHA GURUPI-PIRIÁ	Viseu e Fernandes Belo	2005	74.081,81	46 comunidades, 4.000 famílias
RESEX MARINHA DE TRACUATEUA	Tracuateua	2005	27.864,08	43 comunidades, 130 famílias
RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU	Bragança	2005	42.489,17	45 comunidades, 6000 famílias
RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO	Marapanim	2014	26.464,88	15 comunidades, 2.394 famílias
RESEX MARINHA CUIARANA	Magalhães Barata	2014	11.036,41	16 comunidades, 40 famílias
RESEX MARINHA MOCAPAJUBA	São Caetano de Odivelas	2014	21.027,80	20 comunidades, 2.226 famílias
RESEX MARINHA VIRIANDEUA	Salinópolis e São João de Pirabas	2024	34.191,00	3.100 famílias

RESEX MARINHA FILHOS DO MANGUE	Primavera Quatipuru	e 2024	40.537,00	4.000 famílias
---	------------------------	--------	-----------	----------------

Fonte: Elaboração própria. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, ICMBio, 2024.

As 14 RESEX MAR decretadas abrigam e protegem uma diversidade de ecossistemas costeiros e marinhos, de relevância socioambiental, incluindo áreas marinhas abertas, manguezais, dunas, praias estuarinas, redes de canais, furos, restingas, igarapés, várzeas, campos alagados, apicuns e também áreas de terra firme. E as populações que ocupam os territórios de unidades de conservação, tem a pesca do caranguejo-uçá e de várias espécies de peixes, como a principal atividade econômica, no entanto, com frequência também se identificam como lavradores, tendo em vista que a maioria possui uma pequena roça de subsistência onde trabalham principalmente na entre safra da pesca e dos períodos de defeso, também criam animais de pequeno porte e plantam árvores frutíferas nativas da região amazônica, além de atividades relacionadas ao artesanato e pequenos negócios.

Mapa 01 - Reservas extrativistas marinhas do litoral do Pará - 2021



Fonte: ICMBio (2024), IBGE (2022) e Brasil (2024a; 2024b)

A pesquisa de Rocha et al. (2021) analisou onze decretos de criação das Reservas Extrativistas Marinhas no litoral paraense e revelou que em nenhum dos decretos federais consta a identificação das populações que devem ser beneficiárias dos direitos territoriais e dos demais recursos, como os provenientes do uso de conhecimento tradicional associado ou não à biodiversidade.

Porém, a Reserva Extrativista Marinha de Soure, primeira RESEX MAR decretada no Pará, em 2001, e que não está incluída na pesquisa mencionada acima, possui desde 2020 uma Portaria que define o perfil das famílias beneficiárias da Resex. Neste documento, as famílias precisam atender a alguns critérios simultaneamente, a saber:

morar no interior da RESEX MAR de Soure ou no entorno dos municípios de Soure e Salvaterra; depender direta ou indiretamente dos recursos naturais da RESEX MAR de Soure; e ter comprovadamente relação com o território desde antes de dezembro de 2013.

As populações costeiras e marinhas do litoral do Pará possuem um histórico de atuação na reivindicação pelo direito de permanecer e viver nestas áreas, seja nos processos de criação das unidades, na implementação de políticas públicas ou no desenvolvimento de suas atividades de trabalho na pesca extrativista. Vários são os conflitos socioambientais estudados e documentados envolvendo a disputa por projetos díspares quanto à utilização dos bens comuns/recursos naturais; portanto, há diferentes conceitos sobre a natureza (ALEGRETTI, 2006; GUDYNAS, 2019).

De acordo com levantamento bibliográfico feito por Sousa e Ribeiro (2022), nos trabalhos identificados sobre as Resex Mar e suas dinâmicas de criação, os conflitos socioambientais se destacam antes e após os processos de implementação das Unidades de Conservação. Sendo os conflitos socioambientais o fator em comum que mobilizou as populações nas lutas e reivindicações pela garantia dos direitos ao território, caracterizando o que as autoras chamaram de socioambientalismo de base popular da Amazônia. Pois, durante o processo de mobilização para a criação das Unidades, os atores sociais envolvidos perceberam que era necessário defender sua sobrevivência atrelada à manutenção dos recursos naturais, semelhante ao que ocorreu no Acre com os seringueiros.

Segundo levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram localizados 34 trabalhos sobre a reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, onde realizo a maior parte da pesquisa, sendo destes oito teses e vinte e seis dissertações, conforme detalhado no quadro disponível no apêndice II. Os parâmetros utilizados na busca foram os Programas de Pós-Graduação da Grande Área de Ciências Humanas e Multidisciplinares da Universidade Federal do Pará, no recorte temporal de 20 anos, para

incluir o ano em que a Resex foi criada, 2005. As palavras-chave utilizadas foram “Bragança” e “reserva extrativista marinha” e/ou “resex”.

O objetivo do levantamento era mapear a produção sobre o local e identificar na busca a relação de trabalhos defendidos anteriormente com o tema pesquisado na tese, tendo em vista que a busca com as palavras-chave “Bragança”, “Resex”, “gênero”, “mulheres”, não reportaram resultados satisfatórios, apenas dois trabalhos foram localizados, porém, um não abordava o tema e outro apesar de trabalhar com mulheres é da área da Biologia.

Dessa forma, no levantamento realizado, foram identificados dois trabalhos que abordam as relações de gênero nas atividades extrativistas: Santana (2021) e Da Silva (2022) tratam da organização e do trabalho de mulheres em comunidades sob a influência da RESEX MAR Caeté-Taperaçu. Ambos apontam para a dificuldade de reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca como atividade produtiva. Porém, Da Silva (2021) destaca a iniciativa da Rede de Mulheres Caeteuaras, uma associação criada para a geração de renda e valorização do trabalho profissional das mulheres na pesca, incluindo-as na cadeia produtiva do caranguejo, além de pautar questões sobre equidade de gênero e conservação ambiental. Portanto, o estudo mostra mais uma iniciativa de organização e mobilização das mulheres extrativistas costeiras e marinhas.

Observa-se que, conforme levantamento, há extensa produção sobre a área do denominado Salgado Paraense, sobretudo o município de Bragança e a Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu. Temas relevantes foram pesquisados, como políticas públicas, participação, conflitos socioambientais, saberes tradicionais, memória, juventude e trabalho, realizando uma importante caracterização da população local. No entanto, o tema gênero e meio ambiente ainda é pouco explorado na região, há poucas informações sobre as relações de gênero nas unidades de conservação, principalmente as que estão localizadas na Amazônia, o que demonstra a potencialidade do estudo que apresento, sobretudo ao abordar as resistências das mulheres nos territórios de unidades de conservação da Amazônia costeira.

Reconhece-se, no entanto, que há uma produção realizada por pesquisadoras da e na Amazônia sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres na pesca e as suas diversas estratégias de atuação para o reconhecimento enquanto pescadoras profissionais. Os trabalhos de Angélica Motta-Maués (1993) em "Trabalhadeiras" & "camarados": relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica, trata-se de um dos trabalhos pioneiros na região, Edna Alencar (2011; 2013), Alencar *et al* (2015; 2019); Denise Cardoso (2001; 2002; 2007; 2023), Maria Cristina Maneschy (1994; 2001), Maneschy *et al* (1995; 2012) e Maneschy e Alvares (2010) são exemplos de trabalhos que problematizaram o papel da mulher na pesca sob as lentes do conceito de gênero. Retornarei às contribuições destes estudos no decorrer da escrita da tese.

As mulheres, conforme destacado anteriormente, marcam a presença nos movimentos sociais reivindicando tanto a garantia de serviços públicos eficientes, como o saneamento básico, educação e saúde, como em questões específicas à condição da mulher, como a exigência de políticas de combate à violência contra a mulher, o uso de contraceptivos, direito a creches, e no rural, por exemplo, a luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, entre outras pautas. A aproximação ao movimento feminista ocorre ao levantar os temas ligados especialmente à problemática da mulher. Isso contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas pelo regime democrático.

Apesar de pouco presentes na literatura sobre as áreas protegidas na Amazônia, as mulheres participaram ativamente dos processos de lutas, pelo território como um todo ou por demandas específicas de gênero, e estão na ponta dos territórios e maretórios, ou seja, sentem diretamente e de maneira mais incisiva as consequências e riscos de ações contraditórias do Estado que facilita um projeto de desenvolvimento econômico em oposição a políticas socioambientais com vistas a sustentabilidade, mesmo nos anos progressistas, tendo em vista que os governos continuaram apostando no neoextrativismo (SVAMPA, 2019), aliado a isso o cenário composto pela pandemia de Covid-19 e o governo anterior agravou essa situação e expôs novas fragilidades e

ameaças aos direitos das populações e povos tradicionais. Diante do exposto, vimos a crescente demanda por justiça socioambiental ecoar dos manguezais.

As reivindicações das mulheres do campo, das florestas, das marés e das águas trazem diversas premissas alinhadas ao movimento feminista e ecofeminista em seus documentos base, que vão da luta por participação política, autonomia sobre o corpo, o fim da violência, agroecologia, conservação, soberania alimentar, políticas públicas, direitos sociais até uma educação não sexista.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará foi criada no evento intitulado I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas, que ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 no Salão Paroquial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no município de Bragança, PA. A organização do evento, assim como a da maioria das atividades da Rede, foi pensada e construída coletivamente pelas mulheres, que são moradoras de Reservas Extrativistas Marinhas e de seu entorno. A constituição da Rede atualmente é bem diversa; também fazem parte mulheres quilombolas, agricultoras, pesquisadoras, professoras, ativistas, pescadoras e extrativistas de outros municípios das zonas costeiras do Brasil.

Esta pesquisa contribui também com o histórico da luta pela proteção dos manguezais na Amazônia, bem como com as estratégias frente ao desmonte das políticas ambientais e ao enfraquecimento da participação sociopolítica no Brasil, ocorridos no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. São destacados neste contexto os processos ocorridos nas reservas extrativistas marinhas do Pará e a atuação das mulheres e os discursos envolvidos tanto nas reivindicações por justiça socioambiental quanto nas ações do Estado.

A análise parte das perspectivas da sociologia política, ecologia política, epistemologia feminista, ecologia política feminista, bem como de outros autores da crítica ao desenvolvimento. Este trabalho, portanto, soma esforços para compreender criticamente os sentidos das lutas e resistências que foram e estão sendo construídas nos maretórios.

Ao analisar o protagonismo das mulheres nas lutas por direitos socioambientais e na proteção dos manguezais amazônicos, este estudo também se alinha à perspectiva de uma epistemologia desde abaixo. Essa abordagem teórica valoriza os conhecimentos e experiências de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres, como ponto de partida para a construção de novos saberes. Ao centrar-se na participação e reflexão das mulheres sobre a natureza, este trabalho busca contribuir para uma ecologia política mais inclusiva, permeada por feminismos e teorias descoloniais. A relevância dessa perspectiva reside na necessidade de desafiar a hegemonia do conhecimento científico tradicional, reconhecendo a importância das perspectivas subalternas para compreender os fenômenos socioambientais e construir pontes entre a academia e as comunidades.

A importância desta pesquisa reside também na proposta de ampliação e visibilidade da vulnerabilidade socioambiental experienciada pelas populações tradicionais e agravada entre as mulheres, com recorte para mulheres extrativistas costeiras e marinhas, também denominadas mulheres das marés e das águas. Analisa-se a vulnerabilidade socioambiental sob dois aspectos: os processos sociais relacionados ao acesso a serviços básicos e direitos sociais; e a degradação ambiental relacionada à distribuição desigual dos riscos.

As populações tradicionais historicamente possuem péssimas condições de acesso a serviços públicos essenciais, como os de saúde, educação e saneamento, por exemplo. A situação se agrava entre os mais pobres e as mulheres. As regiões Norte e Nordeste possuem menores índices de acesso e cobertura de serviços básicos se comparadas às regiões Sul e Sudeste, evidenciando a disparidade regional no país na garantia de direitos sociais.

Os dados do saneamento básico demonstram o tamanho e a gravidade das desigualdades. A região Norte possui os municípios com os piores índices no ranking de saneamento do Brasil. De acordo com o Instituto Trata Brasil, entre os 10 piores municípios no ranking, três estão no Pará (Belém, Ananindeua e Santarém), dois no Rio de Janeiro, um em Pernambuco, um no Rio Grande do Sul, um no Amazonas, um em Rondônia e um no Amapá.

Nos municípios paraenses citados, os níveis de atendimento dos serviços de abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, por exemplo, os percentuais de atendimento não chegam a 50% da população. Sendo que Ananindeua, município integrante da região metropolitana de Belém, é o que chega mais próximo de 0,0% entre os 10 piores com relação à coleta de esgoto.

De acordo com o Painel do Saneamento Brasil (2018), no município de Bragança, onde está situada uma das Resex em estudo, 85,3% da população não possui acesso à água tratada e 100% não têm o esgoto coletado. A ineficiência da política reflete diretamente em outras áreas, como a saúde, aumentando o número de internações por doenças de veiculação hídrica. E a garantia de renda das pessoas diminui drasticamente. Enquanto as pessoas com saneamento recebem R\$ 1.875,98 por mês, as pessoas sem saneamento recebem R\$ 581,06 por mês. Para as mulheres sem saneamento, a renda é de R\$ 390,53 por mês.

Os dados evidenciam as desigualdades socioambientais e suas intersecções com as questões de gênero e classe. A menor renda entre as mulheres se deve também ao fato de estas terem que se afastar com maior frequência de suas atividades produtivas, pois recai sobre elas a responsabilidade pelo cuidado dos doentes da casa, por exemplo. Doenças muitas vezes relacionadas à ausência de saneamento básico.

Com relação à degradação ambiental, a oferta de serviços precários pode afetar a qualidade dos rios, dos recursos pesqueiros e da população que deles depende. Destaca-se ainda que o caranguejo uçá (*Ucides cordatus*), principal meio de subsistência das famílias usuárias das RESEX MAR, encontra-se na lista nacional de recursos pesqueiros ameaçados devido à sobre-exploração. Apresentada pelas INs nº 5/2004 e nº 52/2005, a lista contém 154 espécies de peixes e 78 de invertebrados aquáticos. As instruções proibiram a captura, exceto para fins de pesquisa e mediante autorização do órgão ambiental, e preveem a elaboração de planos de ação com a finalidade de definir ações *in situ* e *ex situ* para conservação e recuperação destas (VIANA, 2013).

Portanto, nota-se que há desigualdade entre a imposição de riscos ambientais contínuos e o acesso aos serviços públicos essenciais, já referidos. Dessa forma, de acordo com Alves (2007) a desigualdade ambiental pode ser entendida:

Como a exposição diferenciada de indivíduos e grupos sociais a amenidades e riscos ambientais. [...] Outra maneira de conceber a desigualdade ambiental é relacioná-la com outras formas de desigualdade presentes na sociedade, tais como entre raças, sexos, grupos de renda, etc. (ALVES, 2007, p.2).

Dessa forma, a conservação de recursos naturais presentes em territórios de unidades de conservação fica extremamente prejudicada com a manutenção e reprodução de desigualdades socioambientais. Este estudo mostra que, para as populações tradicionais continuarem sua atuação em prol da conservação, precisam ter garantidos direitos básicos e fundamentais sem estigmatização e reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas que possam contribuir para a sobreposição de vulnerabilidades e manutenção de desvantagens.

Destaca-se este contexto para evidenciar o quadro de privações de direitos a que as mulheres estão expostas. Para as mulheres das marés e das águas, foco de análise desta tese, várias privações e desigualdades vão se sobrepondo em suas trajetórias de vida, muitas vezes marcadas pela violência. A desigualdade de gênero se soma à desigualdade ambiental, agravando os problemas vividos em seu cotidiano; devido a isso, faz-se necessário compreender as estratégias elaboradas por essas mulheres para driblar tantos entraves e construir espaços de acolhimento e participação social.

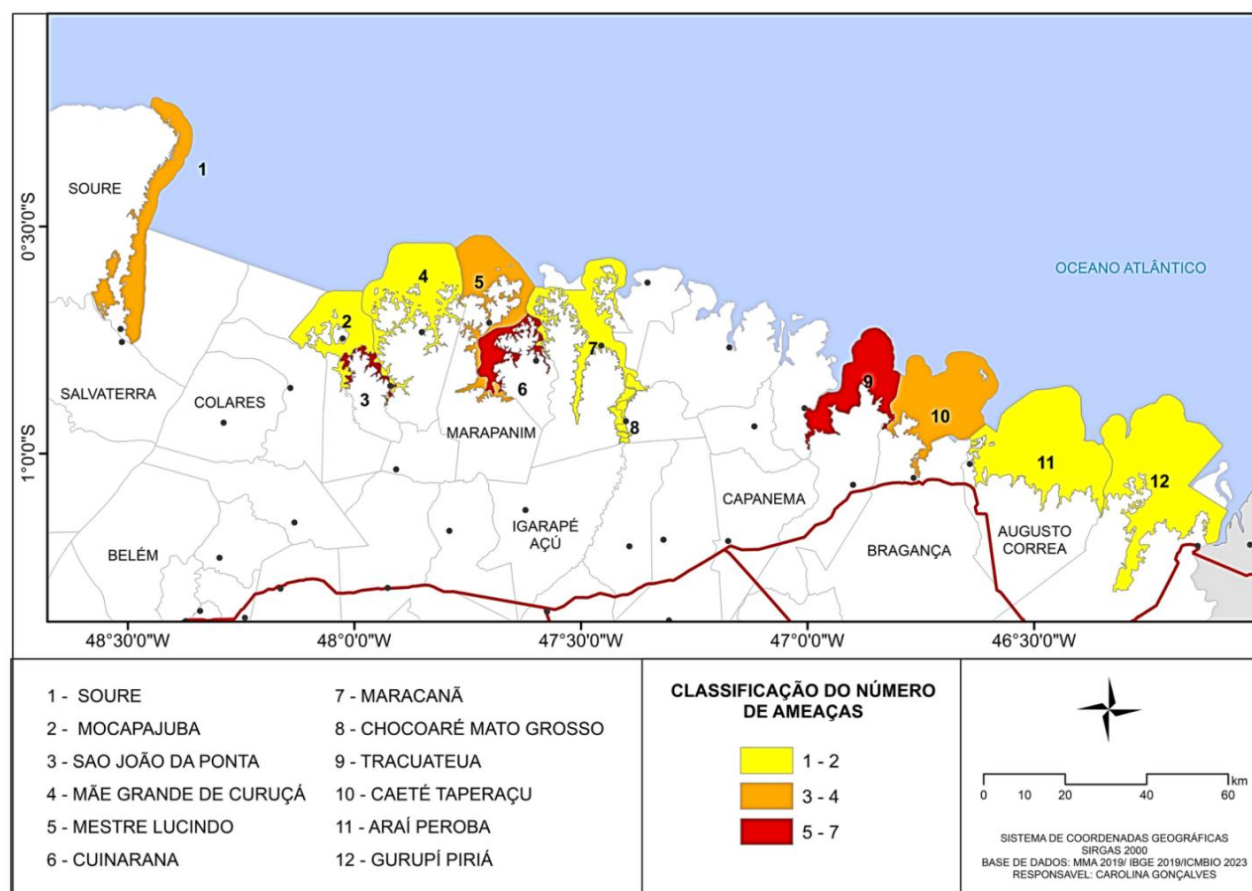
Dessa forma, é importante fazer um apanhado breve da construção e implementação de políticas públicas que fazem relação com a temática de gênero. A fim de compreender suas consequências e rebatimentos sobre o local em estudo.

Diante do exposto, percebe-se que, apesar do foco nas últimas décadas em uma economia voltada ao crescimento econômico, que se refletiu na construção de políticas públicas voltadas a esse fim, bem como na implementação de políticas sociais, provou não ser suficiente para suprir as desigualdades, agravando também problemas ambientais e ampliando os conflitos socioambientais.

O conceito de desigualdade ambiental indica que o capitalismo e sua racionalidade específica despejam os danos decorrentes de práticas poluentes, predominantemente, sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos prejuízos do desenvolvimento econômico, sendo ele sustentável ou não.

O mapa sobre as ameaças sofridas pelas RESEX no documento “Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do Estado do Pará (2023-2025), ilustra as vulnerabilidades expressas nos territórios. O mapa foi elaborado a partir da categorização de indicadores apresentados no quadro síntese, denominado os múltiplos olhares sobre as RESEX, onde os representantes de cada Unidade responderam às seguintes perguntas: “Quais ameaças elas sofrem? Quais os problemas enfrentados?” As respostas foram categorizadas (Gestão pesqueira e ambiental, Infraestrutura/Empreendimentos, Organização/Gestão, Comunicação/Informação e Desmatamento) e quantificadas por RESEX.

Mapa 02: Ameaças sofridas pelas Resex por quantidade – 2023



Fonte: Carolina da Silva Gonçalves, 2023.

O documento em questão apresenta as reivindicações e demandas das populações costeiras e marinhas para as esferas federal, estadual e municipal de acordo com suas competências, pautando inclusive indicações de políticas públicas a serem implementadas em seus territórios. Ressaltando a conexão entre a garantia de direitos sociais básicos e sua atuação na proteção e manutenção da vida nos manguezais.

Os manguezais prestam serviços ambientais inequívocos e de imensa serventia em tempos de mudanças climáticas e agendas ambientais que envolvem a Amazônia. Seus amplos recursos são necessários e transversais à realidade vivida pelo seu povo.

Mesmo sendo nós, os guardiões e guardiãs do conhecimento e fonte que jorra saber há centenas de milhares de anos, atuando para a manutenção da vida com a

floresta viva, não somos percebidos em nossas necessidades básicas diárias (Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do Estado do Pará (2023-2025), 2023, p.6).

Reuniram-se como coletivo representantes das doze Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras do Estado do Pará, somando-se às lideranças da Pró-Resex Viriandeua - PA e Filhos do Manguê - PA, bem como às delegações de lideranças vindas do Estado do Maranhão e Amapá, para pautar o bem viver e pleitear junto ao Estado brasileiro a efetivação de direitos civis, assim como o acesso à justiça, e a reparação de danos históricos.

2. Trajetória e implicação da pesquisadora

Minha atuação no Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente -ACTA, o qual vem desenvolvendo pesquisas e estudos nos territórios de Unidades de Conservação (UC), possibilitou minha reinserção nas áreas e a aproximação das lideranças e gestores para a realização de pesquisa de campo. Também a participação nos projetos do grupo e minha proposta de pesquisa para o doutorado viabilizaram meu retorno aos estudos de gênero e o contato com as Unidades de Conservação que começaram quando ainda estava na graduação e participava das pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre mulher e relações de gênero (GEPEM) do qual também sou integrante. Neste grupo, participei de vários projetos de pesquisa, dentre eles, um que analisava a participação das mulheres em movimentos de mulheres e feministas e sua inserção na política formal. Como parte dos resultados, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso sobre a participação sociopolítica das mulheres rurais.

Foi no Gepem meu primeiro contato com as Reservas Extrativistas e suas lideranças, e desde a graduação algumas questões me intrigavam. Por qual motivo os trabalhos desenvolvidos sobre essas áreas falavam tão pouco sobre a participação das mulheres? Por que as mulheres com as quais tive contato tinham tanta dificuldade para participar dos espaços de poder e decisão e serem reconhecidas como protagonistas nos processos de mobilização, assim como na atuação da gestão das Unidades?

Alguns entraves à participação foram apontados no trabalho de conclusão de curso, como as dificuldades em conciliar o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos com as reuniões, cursos, oficinas e outras atividades propostas pela organização local ou mesmo pela gestão das Unidades de Conservação. A violência doméstica também foi um fator muito recorrente nas falas e depoimentos, toda liderança que conheci precisou enfrentar a violência doméstica perpetrada pelo seu parceiro em algum momento de sua trajetória. A situação é tão grave que, no projeto de que participei ainda na graduação, este era o tema principal elencado pelos movimentos de mulheres. A preocupação que vinha em primeiro lugar era proporcionar algum conhecimento sobre a violência contra as mulheres para as integrantes dos grupos e associações de mulheres entrevistadas. Em segundo lugar, o tema de maior preocupação era a geração de renda.

Defendi meu TCC em 2012. Quando retornei para os estudos dos movimentos de mulheres em 2022, no doutorado, embora nesse tempo tenha outras produções sobre o tema, a violência continuou sendo a principal preocupação. O problema que se agravou na pandemia foi, inclusive, um dos motivadores para a construção da Rede de Mulheres das marés e das águas do litoral do Pará, pois, anterior à sua criação em 2021, ocorreram várias rodas de conversa e a construção de um protocolo para atender às mulheres que estavam vivendo em situação de violência doméstica.

A violência de gênero sofrida nas instituições, dentro do próprio movimento social e nas organizações representativas, como sindicatos, colônias de pescadores, associações de usuários, entre outras, também é enfrentada por essas mulheres para que possam ocupar cargos na gestão. Uma evidência é a ocupação de cargos em secretarias específicas de mulheres, quando conseguem demonstrar que a criação dessas secretarias é importante para o coletivo também. Quando ocupam o cargo mais alto, a presidência, por exemplo, vêem a sua gestão ser associada com frequência à organização ou desorganização de uma casa.

Em meio a tantas dificuldades, muitas estratégias são elaboradas também, como a construção de uma rede de solidariedade, empatia, cuidado e sororidade. Um apoio

que pode ocorrer na ajuda com o cuidado com os filhos, ajuda financeira, abrigo nos casos de violência, troca de alimentos que são adquiridos na pesca ou na agricultura.

O trabalho desenvolvido no mestrado sobre o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) na Reserva Extrativista Marinha São João da Ponta foi importante para demonstrar, dentre outras coisas, como as políticas públicas podem alterar o cenário de desigualdades vivido pelas mulheres. Apesar da categoria gênero não ter sido o foco de análise, o campo e os resultados mostraram como a política em questão foi importante na vida das mulheres, tendo em vista que foram a maioria das bolsistas do Programa, pois possibilitou através da transferência de renda, certa autonomia financeira que muitas mulheres em territórios de Unidades de Conservação ainda não tinham experimentado.

O PBV mostrou potencial para diminuir desigualdades nos territórios protegidos, porém, em sua primeira versão, os eixos da assistência técnica e da inclusão produtiva não foram implementados na maioria dos territórios alcançados pelo Programa. Outros pontos que enfraqueceram seus resultados foram a falta de diálogo e de esclarecimentos sobre as condicionalidades do Programa junto às populações tradicionais atendidas.

A experiência desenvolvida na trajetória brevemente descrita acima e a atuação em projetos de pesquisa e extensão tanto do ACTA como do GEPEM e, sobretudo, a aproximação com o movimento de mulheres motivaram a escolha do tema e ofereceram informações e subsídios para o desenvolvimento da proposta.

A construção da aproximação com a Rede de Mulheres da Marés e das Águas do Litoral do Pará, ocorrida em campo, possibilitou minha participação em encontros, reuniões e eventos promovidos por elas ou naqueles em que eram convidadas. Nessa relação também pude contribuir com o movimento elaborando pequenos textos, slides e projetos submetidos a editais nacionais de captação de recursos.

Em colaboração com parceiros (as) pesquisadores (as) que também desenvolveram trabalhos sobre as populações costeiras e marinhas, conseguimos aprovar os projetos em 2024 e 2025, respectivamente: Guardiãs comunitárias do

Oiapoque: co-construção de indicadores sociais para a adaptação à mudança climática na comunidade de Vila do Taparabu, Oiapoque/AP, financiado pelo Fundo Casa Socioambiental. O projeto foi todo realizado em articulação com a Rede. Na ocasião, também ocorreu a criação da Rede de Mulheres do Oiapoque com a participação de uma das lideranças da Rede Mulheres do Pará. E o projeto intitulado Guardiões Comunitários do Arapuri-PA: como co-construir indicadores sobre mudança climática? Financiado pelo Fundo Brasil e executado em parceria com lideranças que atuam em Curuçá-PA, incluindo a Rede de Mulheres.

Outra construção realizada em parceria nesse período de construção da tese foi a publicação de um artigo em coautoria com duas lideranças da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará. O trabalho intitulado “Mas é Território ou Maré?” o conceito de maretório e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia. Foi fundamental para compreender a relação das mulheres com o maretório e os demais conceitos abordados na tese.

A trajetória evidencia que a construção intelectual e criativa que se desenvolve nas etapas de pesquisa até a escrita de uma tese de doutorado é envolvida também pela solidariedade e reciprocidade e que pode remeter à construção cíclica da espiral, da metáfora utilizada pelas mulheres das marés e das águas, desse movimento que é contínuo, sempre retornando, mas sempre em novo patamar.

As epistemologias feministas estudam as maneiras pelas quais o gênero influencia nossas concepções de conhecimento, sujeitos e práticas de investigação e justificação. Identifica como as concepções e práticas dominantes de atribuição, aquisição e justificação de conhecimento prejudicam mulheres e outros grupos subordinados, e analisa se é possível reformá-las ou mesmo superá-las em razão dos interesses desses grupos (ELIZABETH ANDERSON, 2020).

O contexto apresentado e as questões levantadas até aqui apontam para a construção de um problema que possui como desafio relacionar de forma inovadora categorias abrangentes e muito debatidas na teoria social, gênero e meio ambiente, porém sob outro enfoque, trazendo à tona a importância do reconhecimento do

conhecimento produzido pelas mulheres costeiras e marinhas, da mobilização sociopolítica e das transformações sociais que produzem. Abordando, portanto, o vínculo entre a relação com a natureza e as resistências das mulheres nos territórios de unidades de conservação da Amazônia costeira. Levando às seguintes questões:

Como a criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará pode ser compreendida como um espaço de participação sociopolítica das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e como esse movimento contribui para a compreensão do feminismo ecoterritorial?

Assim, podemos decompor a reflexão em outras questões, tais como:

- Como a luta por justiça socioambiental nos territórios pode se constituir em espaços de resistência e alternativa social das mulheres das marés e das águas face aos sistemas de opressão, como o patriarcado, e às crises civilizatória, ambiental e climática?
- As ações coletivas das mulheres e seus conhecimentos e práticas sociais estão construindo uma epistemologia feminista capaz de contribuir para estabelecer outras formas de interpretar e realizar, de pensar e fazer a relação entre sociedade e natureza? Constituindo assim alternativas sociais inovadoras, no sentido de colaborar para a construção de um feminismo ecoterritorial dos territórios expondo diferenças e semelhanças a outros feminismos?

O percurso é traçado pelo seguinte objetivo geral:

Compreender como as ações sociopolíticas, as práticas sociais e os conhecimentos e vivências das mulheres extrativistas costeiras e marinhas, em defesa de seus territórios nos manguezais na Amazônia paraense, podem constituir uma alternativa social (prática social) em diálogo com o feminismo ecoterritorial.

Quanto aos objetivos específicos:

- Analisar a construção histórica da participação sociopolítica das mulheres rurais, das marés e das águas no Brasil, com foco nas mulheres extrativistas costeiras e marinhas da Amazônia paraense, em diálogo com as teorias dos movimentos sociais, de rede e da abordagem relacional, destacando suas estratégias de luta.
- Caracterização das mulheres da Rede face ao histórico de lutas socioambientais no Brasil e no litoral do Pará. Destacando o contexto de surgimento e mobilização sociopolítica que levaram à criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará.
- Analisar o protagonismo das mulheres em sua atuação nos movimentos socioambientais face à luta por políticas públicas nos maretórios.
- Analisar a partir dos conceitos de feminismo ecoterritorial, teorias ecofeministas e feminista comunitária, a relação complexa das mulheres com seus maretórios, compreendendo as dinâmicas de gênero, raça e classe que moldam suas práticas sociais e suas reivindicações por justiça socioambiental, considerando as dimensões ecológicas, sociais e culturais.
- Compreender como as mulheres das RESEX MAR estão construindo um feminismo ecoterritorial nos maretórios, considerando a interseccionalidade de gênero, raça e classe e as especificidades do contexto amazônico, e como essa prática contribui para a descolonização do conhecimento e para a construção de alternativas socioambientais.

3. METODOLOGIA

3.1 Enquadramento epistemológico e abordagem epistemológica

Ao analisar a influência do gênero nas práticas de conhecimento, as epistemologias feministas questionam as bases das teorias tradicionais do conhecimento. Elas demonstram como as noções de sujeito epistêmico e de objetividade foram construídas a partir de perspectivas masculinas, excluindo as experiências e os

saberes das mulheres. A partir dessa crítica, as epistemologias feministas buscam construir um conhecimento mais plural e democrático.

Dessa forma, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de orientação interpretativista, fundamentada em uma epistemologia feminista do ponto de vista conforme desenvolvida por Harding (1987, 2004) e Hartsock (1983), em diálogo crítico com as epistemologias do Sul e a noção de conhecimentos situados de Donna Haraway (1988).

A epistemologia feminista do ponto de vista parte do princípio de que o conhecimento é sempre situado, parcial e produzido a partir de localizações específicas nas relações de poder. Reconhece que as experiências das mulheres, especialmente aquelas em posições de subordinação múltipla, como as mulheres extrativistas costeiras e marinhas da Amazônia, oferecem um ponto de vista privilegiado para compreender as estruturas de dominação que organizam a sociedade (HARDING, 1987). Assim, não se trata de reivindicar uma essência feminina comum ou uma verdade absoluta, mas de reconhecer que a opressão produz perspectivas epistêmicas específicas que podem revelar aspectos da realidade social ofuscados pelas perspectivas dominantes.

Harding (1993, 2004) desenvolve o conceito de objetividade forte para diferenciar a proposta feminista da "objetividade fraca" do positivismo. Enquanto a objetividade fraca finge neutralidade ao ocultar a posição do pesquisador, a objetividade forte exige que "tanto o sujeito quanto o objeto da pesquisa sejam colocados no mesmo plano causal crítico" (Harding, 1993, p. 69). Isso significa explicitar como a posição social da pesquisadora, suas relações com gênero, raça, classe, territorialidade, influenciam o processo de pesquisa. Paradoxalmente, é essa explicitação, e não seu ocultamento, que aumenta a objetividade, permitindo que outros avaliem criticamente as interpretações oferecidas.

Hartsock (1983) argumenta que as experiências das mulheres, especialmente aquelas em posições de subordinação, geram uma perspectiva epistêmica específica que pode revelar aspectos da realidade social obscurecidos quando partimos de perspectivas dominantes. Nas palavras de Hartsock, "um standpoint feminista cresce

não apenas de nossa experiência, mas de nossa análise dessa experiência" (1983, p. 232). Assim, não se trata de simplesmente "dar voz" às mulheres, como se suas experiências falassem por si mesmas, mas de reconhecer que suas análises coletivas de suas experiências constituem conhecimento epistemologicamente válido.

Donna Haraway (1988) complementa essa perspectiva com sua teoria dos conhecimentos situados, argumentando que "apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva" (p. 583). Para Haraway, a objetividade feminista é sobre ter a "visão desde algum lugar", sempre incorporada, localizada e parcial. A metáfora da visão é central, assim como a visão biológica é sempre a partir de algum corpo específico, com suas limitações e capacidades particulares; o conhecimento é sempre a partir de alguma posição social específica. A responsabilidade epistêmica, então, não consiste em fingir transcendência, mas em "tornar-se responsável pelo que aprendemos a ver" (HARAWAY, 1988, p. 583).

Esta abordagem dialoga com a proposta de uma epistemologia desde abaixo, que valoriza os conhecimentos e experiências de grupos historicamente marginalizados como ponto de partida para a construção de novos saberes. No contexto amazônico, isso significa reconhecer as mulheres das marés e das águas não apenas como "informantes" ou "objetos de estudo", mas como sujeitas epistêmicas (CABNAL, 2010) capazes de produzir conhecimento válido sobre suas realidades, seus territórios e maretórios e as relações entre gênero, natureza e poder.

A articulação com as epistemologias do Sul permite situar este estudo em um projeto mais amplo de descolonização do conhecimento, que questiona a monocultura do saber científico ocidental e propõe uma ecologia de saberes, onde diferentes formas de conhecimento, científico, tradicional, popular, possam dialogar horizontalmente (SANTOS, 2007) e coproduzir conhecimentos. Assim, os saberes das mulheres das marés e das águas sobre os ciclos da natureza, as dinâmicas dos manguezais, as estratégias de cuidado e resistência, são reconhecidos como conhecimentos legítimos e essenciais para compreender as alternativas socioambientais que constroem.

Portanto, a adoção de uma perspectiva relacional de gênero promove uma profunda transformação nas análises sobre gênero e poder. Ao entender que os atributos masculinos e femininos são construídos socialmente e historicamente, em relação um ao outro, questiona-se a naturalização de categorias como sexual, feminino e masculino. Essa abordagem, que desvela as relações de poder subjacentes às construções de gênero, tem sido fundamental para a produção de um conhecimento mais crítico e transformador, contribuindo para a desconstrução de hierarquias e desigualdades (BANDEIRA, 2014). A perspectiva interseccional, inspirada em Crenshaw (1989) e adaptada ao contexto latino-americano por autoras como Lugones (2008), é fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão, patriarcado, capitalismo, colonialismo, racismo, se articulam nas experiências das mulheres extrativistas.

Collins (2000) enfatiza a distinção entre "conhecimento validado", aquele legitimado por instituições acadêmicas e científicas, e "conhecimento subjugado", produzido por grupos marginalizados, mas não reconhecido como válido pelas estruturas de poder. Esta pesquisa assume o compromisso epistemológico-político de evidenciar os conhecimentos subjugados das mulheres extrativistas, reconhecendo-os não como saberes locais menores ou complementares, mas como conhecimentos epistemologicamente válidos que podem desafiar, complementar ou até contradizer conhecimentos científicos estabelecidos.

As epistemologias feministas, portanto, podem ser entendidas como um projeto político que busca transformar as relações de poder inscritas nas práticas científicas. Ao questionar a neutralidade e a objetividade do conhecimento, as epistemologias feministas revelam como o conhecimento é produzido a partir de determinadas posições sociais e políticas. Ao propor uma nova linguagem e um contradiscurso, as epistemologias feministas contribuem para a construção de um conhecimento mais democrático e inclusivo (RAGO, 2013).

A pesquisa também se orientou tanto eticamente quanto para a análise do movimento, pelos postulados metodológicos para pesquisas com mulheres propostos por Mies (2021), como diretrizes metodológicas para pesquisas feministas: 1) a pesquisa

deve ter consciência de sua parcialidade, abandonando a neutralidade e a indiferença, possível por meio da identificação com os objetos de pesquisa. 2) A pesquisa deve servir aos interesses dos grupos explorados, oprimidos e explorados, especialmente as mulheres, eliminando a relação vertical entre pesquisador e “objetos de pesquisa”. 3) A pesquisa deve integrar-se às lutas, substituindo o conhecimento do espectador pela participação ativa nas lutas, ações e movimentos de emancipação das mulheres. 4) A participação em ações e lutas deveria ser o ponto de partida para uma busca científica, para mudar uma situação para poder entendê-la. 5) O processo de pesquisa deve ser um processo de “conscientização”, tanto para os pesquisadores quanto para os sujeitos da pesquisa. 6) A conscientização coletiva das mulheres por meio de uma metodologia de formulação dos problemas deve estar acompanhada do estudo histórico individual e social das mulheres. 7) As mulheres devem coletivizar suas experiências para que assim possam se apropriar de suas próprias histórias.

Esta pesquisa articula essas múltiplas contribuições da epistemologia feminista, do Norte e do Sul Global, brancas e racializadas, acadêmicas e ativistas, reconhecendo tensões entre elas, mas também possibilidades de diálogo. Parto do reconhecimento das mulheres extrativistas costeiras e marinhas como sujeitas epistêmicas (CABNAL, 2010), cujas experiências situadas (HARAWAY, 1988) e análises coletivas (HARTSOCK, 1983) sobre suas realidades constituem conhecimento válido que pode contribuir para compreender relações entre gênero, natureza, território e poder de formas que conhecimentos acadêmicos tradicionais não alcançam.

Metodologicamente, esta pesquisa qualitativa articula diversos procedimentos de coleta e análise de dados, todos orientados pelos pressupostos epistemológicos acima descritos. A escolha por métodos qualitativos não é meramente técnica, mas reflete o compromisso com a compreensão aprofundada dos significados que as mulheres atribuem às suas experiências, práticas e lutas. Como argumenta Bourdieu (2003), a relação de pesquisa deve ser compreendida como uma relação social, onde é fundamental permitir que os agentes sociais envolvidos possam definir, eles próprios, os elementos importantes de sua situação.

3.2 Estratégia de pesquisa

A estratégia adotada configura-se como um estudo de caso (Yin, 2015), tendo como caso as experiências de mulheres extrativistas em três Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX MAR) do litoral paraense, Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá, e Mocapajuba, localizada em São Caetano de Odivelas. O estudo de caso permite uma análise apesar das diferenças de contextos entre as RESEX, aumentando a robustez analítica e possibilitando identificar tanto padrões comuns quanto especificidades locais na atuação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas.

A seleção dessas três RESEX justifica-se por múltiplos critérios: representatividade temática; as três unidades possuem histórico significativo de organização das mulheres e são territórios onde residem lideranças reconhecidas da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, o que permite acessar trajetórias relevantes para compreender a construção do movimento. Critério de diversidade contextual, pois, embora todas sejam RESEX MAR na região do Salgado paraense, apresentam diferenças em termos de tamanho, tempo de criação, número de comunidades, dinâmicas organizativas e tipos de conflitos socioambientais, o que enriquece a análise comparativa.

Foram consideradas também a acessibilidade e a inserção prévia, devido à minha trajetória como pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM), o que possibilitou a construção de relações de confiança com lideranças e comunidades dessas áreas, facilitando o acesso ao campo e a realização de uma pesquisa eticamente comprometida.

Embora o foco esteja nessas três RESEXs, a pesquisa também incorpora a dimensão da articulação em rede, acompanhando atividades da Rede de Mulheres das Marés e das Águas que envolvem participantes de outros territórios, reconhecendo que o movimento extrapola os limites geográficos específicos dessas unidades de

conservação. Portanto, também acompanhei a Rede na participação em algumas atividades fora dos maretórios das RESEX.

3.3 Contexto e participantes da pesquisa

O campo de pesquisa compreende comunidades extrativistas localizadas nas três RESEX MAR mencionadas, todas situadas na região do Salgado paraense, caracterizada por extensos manguezais, redes de canais e furos, praias estuarinas e uma rica biodiversidade costeira-marinha. A população dessas áreas tem como principal atividade econômica a pesca artesanal, especialmente a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), além da mariscagem, pesca de peixes estuarinos, agricultura de subsistência e, em menor escala, atividades relacionadas ao artesanato e pequenos negócios.

Essas comunidades vivenciam múltiplas vulnerabilidades socioambientais, incluindo acesso precário a serviços públicos básicos (saneamento, saúde, educação), ameaças ambientais decorrentes de atividades econômicas predatórias e desigualdades de gênero que se manifestam na invisibilização do trabalho das mulheres na pesca, em dificuldades de acesso a políticas públicas e em altos índices de violência doméstica.

O contexto político mais amplo inclui o histórico de lutas pela criação das RESEX, ocorridas principalmente entre 2001 e 2014, os desafios de implementação dessas unidades de conservação, os retrocessos socioambientais vivenciados especialmente durante o governo Bolsonaro (2019-2022), e os impactos da pandemia de COVID-19 sobre essas populações. É nesse cenário que emerge, em 2021, a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará – Existentes e Resistentes, em análise nesta pesquisa.

A pesquisa conseguiu realizar 12 entrevistas por meio da aplicação de questionários semiestruturados com mulheres participantes da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, com diferentes níveis de engajamento e tipos de participação. No entanto, também foi possível ampliar a coleta de dados, a partir de conversas informais e observação participante. Durante o trabalho de campo, estabeleci

diálogos informais com outras mulheres participantes da Rede ou frequentadoras de suas atividades, conversas que, embora não gravadas formalmente, foram registradas em diário de campo e contribuíram para a compreensão do contexto. A análise das interações no grupo de WhatsApp da Rede Nacional de Mulheres das Marés e das Águas, durante o período analisado, embora apenas parte delas tenha produzido conteúdo relevante para os temas da pesquisa, contribuiu substancialmente para a análise do problema de pesquisa proposto.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas utilizando um roteiro flexível organizado em eixos temáticos, mas permitindo que as entrevistadas discorressem livremente e introduzissem temas que considerassem relevantes. As entrevistas tiveram duração entre 30 minutos e 1h50min; foram gravadas em áudio e transcritas. O roteiro semiestruturado funcionou como guia flexível, não como questionário rígido, permitindo adaptações conforme o fluxo de cada conversa.

A observação participante é uma técnica fundamental em pesquisas qualitativas, especialmente aquelas comprometidas com perspectivas participativas e politicamente engajadas (ANGROSINO, 2009). Consiste na inserção do pesquisador no contexto estudado, participando de suas atividades cotidianas e eventos, observando sistematicamente as interações, práticas e dinâmicas sociais.

Durante o período de campo, realizei observação participante nos seguintes contextos: reuniões e encontros da Rede; participei de vários eventos da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, incluindo rodas de conversa, encontros de planejamento e avaliação, eventos de formação, oficinas e celebrações. Nesses espaços, observei as dinâmicas de participação, processos de tomada de decisão, relações de poder, formas de comunicação e os conteúdos debatidos.

Acompanhei as mulheres nas atividades de confecção das panelas de barro, o que me proporcionou também a ida ao mangue em Bragança e pude compreender um pouco sobre captura de caranguejo, mariscagem e pesca, observando as práticas de trabalho, os saberes mobilizados, a relação corporal com o mangue, as sociabilidades durante o trabalho e os conhecimentos sobre os ciclos naturais. No campo, participei

também de momentos de convivência em residências, quintais e da preparação de alimentos. A maioria dos registros foi fotográfica de atividades e espaços e gravações de áudio. Em alguns eventos públicos, com autorização, realizei gravações de falas e debates.

A análise documental envolveu a coleta e o exame sistemático de documentos produzidos pela Rede, por organizações parceiras e por instituições governamentais relacionadas às RESEX MAR.

Documentos produzidos pela Rede e movimentos sociais:

- Cartas políticas e manifestos da Rede de Mulheres das Marés e das Águas;
- Documento "Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do Estado do Pará (2023-2025)";
- Atas de reuniões e assembleias quando disponibilizadas;
- Materiais de divulgação: folders, cartilhas, vídeos produzidos pela Rede
- Documentos históricos de criação de associações de mulheres e da própria Rede;
- Documentos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) relacionados às pautas das mulheres das águas;

Documentos institucionais e governamentais:

- Documentos de políticas públicas: textos normativos do Programa Bolsa Verde, políticas de pesca artesanal, políticas para mulheres rurais;
- Dados estatísticos do Ministério da Pesca e Aquicultura, IBGE, ICMBio sobre população pesqueira e RESEXs;

Também foram considerados outros documentos:

- Notícias de jornais locais e regionais sobre atuação da Rede e organizações parceiras, levantamento no período 2021-2024.

- Teses e dissertações sobre as RESEX MAR do Pará (levantamento realizado, 34 trabalhos identificados).

Os documentos foram catalogados e organizados em categorias temáticas. A análise privilegiou a identificação das concepções e discursos presentes sobre gênero, território, desenvolvimento, conservação, o mapeamento das demandas e reivindicações das mulheres ao longo do tempo. A análise das normativas e políticas públicas quanto à sua adequação às especificidades dos territórios costeiro-marinhos e das mulheres e a compreensão dos processos históricos de mobilização e conquistas.

O grupo de WhatsApp da Rede Nacional de Mulheres das Marés e das Águas, criado em 29/07/2021, configurou-se como um espaço importante de articulação, troca de informações, mobilização e sociabilidade entre as participantes. Reconhecendo a crescente importância das mídias sociais nos movimentos sociais contemporâneos, incorporei a análise dessas interações digitais como fonte de dados.

A análise cobriu o período de janeiro de 2022 (mês em que entrei no grupo) a dezembro de 2025, totalizando 48 meses de interações. As conversas registradas no aplicativo foram exportadas e alguns trechos foram convertidos em arquivo de texto para análise, incluindo mensagens de texto, transcrições de áudios, descrições de imagens compartilhadas e links.

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem interpretativa, articulando procedimentos específicos para cada tipo de material, mas sempre orientada pelos pressupostos epistemológicos feministas e pela busca de compreender os significados que as mulheres atribuem às suas experiências, práticas e lutas.

Todo o processo analítico foi informado pelo diálogo constante entre dados empíricos e referencial teórico. As categorias analíticas emergiram tanto indutivamente dos dados quanto dedutivamente do quadro teórico, em um movimento dialético entre empiria e teoria. Conceitos como feminismo ecoterritorial (SVAMPA, 2019, 2021),

ecofeminismo de sobrevivência (MIES; SHIVA, 1993), corpo-território (CABNAL, 2010; CRUZ, 2016), justiça socioambiental (ACSELRAD, 2009), giro ecoterritorial (SVAMPA, 2019), entre outros, funcionaram como guias teóricos que orientaram a interpretação, mas sempre em diálogo crítico com os significados produzidos pelas próprias mulheres.

A abordagem interpretativa adotada reconhece que não há acesso direto e neutro aos dados e que toda análise é uma construção interpretativa situada na posição social e política da pesquisadora (SCHWANDT, 2000). Por isso, o exercício constante de reflexividade foi fundamental.

3.4 Aspectos Éticos

Para a realização dessa pesquisa em unidades de conservação, foi necessária a aprovação do ICMBio, submetida via SISBIO. Todos os procedimentos de pesquisa seguiram rigorosamente os seguintes princípios éticos. Anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: todas as participantes foram informadas detalhadamente sobre: os objetivos da pesquisa e as questões investigadas, procedimentos de coleta de dados e tempo estimado de participação, a natureza voluntária da participação e a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, as garantias de confidencialidade e os procedimentos de proteção de dados, e os contatos da pesquisadora para esclarecimentos. Após essas explicações, as participantes que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma via com a participante e outra com a pesquisadora.

Com relação à confidencialidade e ao uso de identificação, dada a natureza da pesquisa e o fato de muitas participantes serem lideranças públicas, foi oferecida a opção entre uso de nome real e pseudônimo. Todas optaram pelo uso de seus nomes reais, compreendendo a tese como um instrumento de visibilização de suas lutas. Para as conversas informais e a análise do WhatsApp, manteve-se a anonimização padrão, usando identificadores genéricos (ex.: "Liderança da RESEX X", "Interlocutora").

Comprometi-me a realizar devolutiva dos resultados da pesquisa para a Rede de Mulheres das Marés e das Águas através de, apresentação em reunião da Rede após defesa da tese, caso seja do interesse delas, produção de material de divulgação em linguagem acessível da atividade das painéis de barro, disponibilização da tese completa em formato digital e produção de artigos acadêmicos em coautoria com lideranças da Rede, quando houver interesse, este último já realizado.

Procurei estabelecer uma relação de pesquisa não-extrativista, contribuindo com o movimento sempre que possível, auxiliando na redação de documentos, compartilhando informações sobre editais e políticas públicas, elaborando projetos, conectando a Rede com pesquisadores e instituições parceiras, participando de eventos e mobilizações. Esta postura reflete o compromisso ético-político da epistemologia feminista com a transformação social e não apenas com a produção de conhecimento acadêmico.

Inspirada pelas conversas com as mulheres extrativistas e pelo reconhecimento de seus conhecimentos sobre os ciclos naturais como forma de conhecimento válido, organizei a escrita desta tese realizando uma metáfora com o ciclo das marés: Vazante, Enchente e Preamar.

Esta escolha não é meramente estética, mas reflete um compromisso epistemológico com a valorização dos saberes tradicionais e uma tentativa de incorporar, na própria forma da escrita acadêmica, as lógicas territoriais das interlocutoras. As marés organizam o tempo, o trabalho, os movimentos corporais e as sociabilidades das mulheres dos maretórios. Fazer essa lógica organizar também a estrutura da tese é uma forma de desestabilizar as convenções acadêmicas tradicionais e produzir um conhecimento que dialogue mais horizontalmente com as epistemologias costeiras.

Sendo assim, destaquei estes três momentos conforme o movimento de oscilação rítmica do nível das águas que ocorre no litoral, para relacionar com o movimento e os momentos da maré que as mulheres consideram mais adequados para realizar suas atividades no mangue. Sendo assim, ao contrário da pesca em alto mar as mulheres saem para ir ao mangue na vazante, quando a maré está mais baixa, realizam a pesca

de caranguejos e a mariscagem entre as marés vazante e enchente e retornam na preamar quando a maré atinge um nível máximo, para dar continuidade ao trabalho em casa.

Portanto, a ampliação da compreensão do conceito de maré para além de um fenômeno cíclico sobre o avanço e recuo das águas, nos ajuda a compreender também o saber fazer das extrativistas costeiras e marinhas, suas sociabilidades e a relação de seus corpos com o movimento das águas.

Dessa forma, o conhecimento expresso pelas extrativistas costeiras e marinhas sobre o movimento das marés me impulsionou a organizar a escrita desta tese da seguinte forma: a primeira parte ou Vazante início o trabalho situando os conceitos e a abordagem sobre movimentos sociais e redes considerados na tese, também, analiso como as mulheres construíram uma participação ativa nos movimentos sociais até chegar ao movimento de mulheres rurais, das marés e das águas, a participação na luta pela implementação das áreas protegidas, apresento o conceito de maretório e as abordagens ecofeministas, feminismo comunitário, do sul e de sobrevivência.

Na segunda parte, denominada Enchente, dou continuidade ao trabalho aprofundando a relação entre gênero e meio ambiente e a participação sociopolítica das mulheres na construção e reivindicação de políticas públicas, destacando também as políticas socioambientais que incidiram sobre as Reservas extrativistas marinhas do litoral do Pará.

Na Preamar, ou terceira parte, retomo a ênfase no movimento de mulheres das marés e das águas, sua construção, articulação, dificuldades e conquistas, a relação com outras redes e parceiros, articulando com a teoria ecofeminista e a ecologia política feminista, evidenciando a formação de um feminismo ecoterritorial das marés e das águas que possui uma epistemologia/ontologia própria. Finalizando o trabalho, assim como as mulheres fazem na pesca e captura de peixes e mariscos, dando continuidade em outro ambiente. Portanto, não se trata de um encerramento, mas da continuidade de um processo cíclico.

Esta organização não elimina a divisão convencional em capítulos acadêmicos, mas a ressignifica, inscrevendo na própria estrutura do texto o respeito pelos saberes das mulheres que são sujeitas desta pesquisa.

Diante do exposto, sustento nesta tese que a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará constitui não apenas um espaço de participação sociopolítica, mas uma prática social que reelabora, a partir de saberes situados e da relação corpo-natureza, os próprios termos do feminismo ecoterritorial na Amazônia costeira. A resistência dessas mulheres é, ao mesmo tempo, resposta às violências estruturais que as atingem, e proposta epistemológica e política de outra relação que possuem com o território.

Parte I
Vazante



Territórios de gentileza e luta, abraçados pelo mar.

Horizontes de beleza e cultura, que a necropolítica não consegue calar.

Unindo vários povos costeiros, território maretório virou.

Organizados pela dor e pela esperança, em um mundo melhor que ainda não chegou.

CPP, Colônias, Confrem, MPP e Movimentos Sociais.

Tecem redes, articulam parcerias, defendendo direitos e ideais.

Mergulhados em um oceano de ideias, em que pontos de contato são fundamentais.

Bem como políticas públicas articuladas às bases, adequadas ao enfrentamento de problemas reais.

(REIS, 2020). Trecho do poema Maretório, grifo nosso.

1. CONTEXTO DE LUTA: TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ABORDAGEM RELACIONAL, O CONCEITO DE REDES E A INTERFACE COM A CATEGORIA GÊNERO

O trabalho de Gohn (2014) a respeito da produção intelectual sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina revela que as teorias da identidade coletiva e mobilização política nas décadas de 1970-1990, bem como teorias contemporâneas, como a humanista, pós-coloniais, marxista e pós-marxista, autonomistas e institucionalistas influenciaram a produção do conhecimento no continente com destaque para o Brasil.

As abordagens teóricas contemporâneas sobre movimentos sociais apresentam um deslocamento em relação aos estudos das décadas de 1970 e 1980. Enquanto estes últimos se concentravam nas lutas urbanas e rurais por bens coletivos e nos "novos movimentos sociais", as teorias atuais buscam compreender o papel dos movimentos sociais nas transformações globais, aprofundando a análise de suas dinâmicas e interfaces com estruturas de poder.

Para a autora, as teorias contemporâneas buscam entender a relação entre os movimentos sociais e as mudanças estruturais na sociedade global, bem como o papel desses movimentos em processos de democratização, participação política e transformações sociais. Além disso, as teorias pós-coloniais têm sido mais influentes na América Latina, especialmente no Brasil, por fornecerem ferramentas críticas e metodológicas para analisar as relações de poder entre o Sul global e o Norte global e as formas de dominação histórica e cultural impostas pelas antigas metrópoles coloniais.

As lutas sociais do século XXI caracterizam-se por uma combinação inédita de inovações tecnológicas e ressignificação de teorias clássicas, como o marxismo, o socialismo libertário e o humanismo holístico. Essa nova dinâmica rompe com a dicotomia entre "novos" e "velhos" movimentos sociais, reconhecendo a diversidade de atores e demandas, e a coexistência de diversas perspectivas teóricas. Nas palavras da autora:

[...] No plano das análises, não se trata mais de contrapor os novos movimentos sociais, nucleados em torno de questões identitárias, tais

como sexo, etnia, raça, faixa etária etc., aos “velhos” movimentos dos trabalhadores, como Claus Offe (1988), e outros na década de 1980, por exemplo. Não se trata, portanto, de contrapor tipos de movimentos ou ações coletivas, e nem paradigmas teóricos interpretativos como mais ou menos adequados, até porque todos eles continuam a coexistir com os novos (GOHN, 2014, 98).

Trata-se de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e marcos interpretativos que têm lhes atribuído sentidos e significados novos, trazendo assim elementos novos à investigação no campo da Sociologia dos Movimentos sociais.

Resulta do novo cenário que movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade na nova década do século XXI, como atores que pressionam por processos de mudança social e reinventam as formas de fazer política. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. Outros se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Outros ainda aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização, econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo — aprender via observação — nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na rede internet). O perfil dos participantes alterou-se de militante para um ativista. As marchas tornaram-se o modelo básico de protesto. As redes sociais substituíram os “muros de Paris”, como divulgadoras das demandas, palavras de ordem e articuladoras das ações em si, lembrando e comparando com 1968 (GOHN, 2014, 99).

Algumas das características descritas pela autora no trecho acima são observadas nos movimentos de mulheres e feministas, como a pressão por processos de mudança social e a reinvenção das formas de fazer política, a aprendizagem que ocorre nos eventos transnacionais, ou na internet, as marchas como modelo básico de protesto e as redes sociais como divulgadoras de demandas. Por isso a necessidade de mobilização deste referencial teórico para melhor compreender a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, interlocutora desta tese.

Quanto aos movimentos sociais rurais, a autora considera que os autores foram tradicionalmente mais influenciados pelas teorias da mudança social de origem marxista, principalmente aquelas baseadas nas obras de Karl Marx e Engels, devido a abordagem sobre a luta de classes, as relações de poder na sociedade e as condições materiais da exploração. Essas teorias destacam a importância dos movimentos sociais rurais na luta pela terra, pela reforma agrária e pela melhoria de condições de vida no campo, além de situá-los no contexto das transformações políticas e econômicas do país. As teorias do desenvolvimento e da modernização também são mencionadas como influentes nos estudos sobre movimentos sociais rurais no Brasil, enfatizando a importância da superação do atraso econômico e da modernização agrícola para alcançar o desenvolvimento rural.

Para Szwako et al (2020) os movimentos ambientalistas são reconhecidos como uma das diversas manifestações sociais que surgiram na agenda pública brasileira, principalmente após a redemocratização. São considerados protagonistas, ao lado de outros movimentos, como os populares, negros e feministas. A presença dos movimentos ambientais na discussão sobre movimentos sociais evidenciou a crescente preocupação com questões ecológicas e de sustentabilidade, que ganharam relevância nas Ciências Sociais e na mobilização social. Este ponto, será retomado à frente quando abordarei os movimentos socioambientalistas e a criação das Unidades de Conservação.

Barcelos et al (2016) em estudo sobre a relação entre movimentos sociais e políticas públicas destaca a abordagem relacional como a mais contundente para análise das categorias e fenômenos mencionados em contraponto aos estudos sobre movimentos sociais que os consideram apenas como agentes externos ao governo/Estado, com quem estabelecem essencialmente relações de confrontação.

Os autores após uma revisão de literatura argumentam que é essencial estabelecer um diálogo entre os conceitos de "redes", "campos", "coalizões" e "comunidades" para realizar uma análise mais aprofundada e eficaz das relações entre movimentos sociais e instituições políticas. Essa perspectiva relacional possibilita compreender como as interações entre diversos agentes e entidades geram resultados que não podem ser reduzidos às ações isoladas de cada um deles.

A literatura tradicional sobre movimentos sociais tende a ver esses movimentos como agentes externos ao Estado, focando em relações de confrontação. No entanto, os autores argumentam que, especialmente a partir dos anos 1990, houve uma proliferação de canais institucionais de participação social no Brasil intensificado a partir dos anos 2000, o que desafia essa visão e sugere que os movimentos sociais também podem estabelecer relações de cooperação e aliança com o Estado.

Como continuar analisando os movimentos sociais como outsiders pressionando governos/Estado exclusivamente por meio de táticas de confronto quando muitos de seus agentes constitutivos não apenas passavam a conceber as políticas públicas como estratégicas para seus objetivos e demandas, mas também passavam a substituir o Estado na implementação de muitas políticas e ter nestas uma fonte central de recursos para sua própria (re)produção ao longo do tempo? (BARCELOS et al, 2017, p.14).

Os autores enfatizam uma interdependência entre movimentos sociais e políticas públicas. Os movimentos sociais podem influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, enquanto as políticas públicas, por sua vez, podem impactar o surgimento e a atuação dos movimentos sociais. Essa relação dinâmica é central para a compreensão do papel dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. Para que o diálogo entre os campos de estudos de movimentos sociais e políticas públicas seja efetivo, os autores destacam a necessidade de uma maior precisão no uso dos conceitos relacionais. Eles propõem que a sistematização desses conceitos é crucial para avançar na análise das interações entre esses dois campos.

De acordo com o texto, o principal obstáculo epistemológico para a análise das relações entre movimentos sociais e instituições políticas é a dificuldade de aprimorar um vocabulário relacional adequado e comum aos campos de estudo de movimentos sociais e de políticas públicas, dificultando, deste modo, o diálogo entre os dois grupos e a compreensão das complexas interações e movimentos que ocorrem entre eles.

Portanto, os autores identificaram dois principais desafios envolvidos na efetiva adoção de uma perspectiva relacional: o “dilema das fronteiras”, que se refere aos critérios de demarcação das fronteiras entre as estruturas relacionais analisadas – campos, redes, coalizões e comunidades – e, assim, a diferenciação entre distintas

estruturas relacionais; de outro, o “dilema das bonecas russas”, que se refere à dualidade ator-espaço constitutiva de grande parte dos conceitos e argumentos relacionais (Barcelos et al, 2017).

Com relação ao conceito de rede, na literatura sobre movimentos sociais, para os autores trata-se de um espaço relacional que envolve interação entre diversos agentes e ampliam essa concepção para incluir as relações de cooperação e as de conflito entre os atores envolvidos reconhecendo a complexidade das dinâmicas sociais. Os autores diferenciam "redes de movimentos sociais" de "coalizões de movimentos sociais". As redes destacam a construção contínua de identidades coletivas e as interações entre os atores, enquanto as coalizões se concentram na cooperação específica em torno de projetos comuns. Essa distinção é fundamental para compreender as diversas formas de organização e atuação dos movimentos sociais.

A revisão realizada pelos autores, portanto, abrange a relação do conceito de redes com a literatura sobre políticas públicas. Ressaltando que, nesse contexto, as "redes" são frequentemente interpretadas como espaços de cooperação entre os atores, enquanto as abordagens sobre "subsistemas" e "coalizões de defesa" enfatizam o conflito entre interesses distintos, destacando o confronto entre atores que disputam o desenho das políticas públicas. Essa dualidade é essencial para compreender as interações entre movimentos sociais e o Estado.

Considero também mais adequado para a compreensão das relações estudadas nesta tese a análise que Ilse Scherer-Warren (2012) apresenta sobre o conceito de Rede, a autora comunga da ideia sobre a abordagem relacional ser a mais apropriada para os estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas.

A autora recupera a obra de Melucci (1996) que trata de uma teoria geral sobre as ações coletivas, as quais envolvem uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolhas entre formas alternativas de comportamento. Sendo que os movimentos sociais seriam uma das possibilidades dessas ações. Portanto, o movimento social é o tipo de ação coletiva que envolve solidariedade, manifesta um conflito e excede os limites de compatibilidade do sistema em relação à ação em pauta (Scherer-Warren, 2012).

A partir das reflexões da obra de Melucci a autora destaca que deve-se levar em consideração que nas sociedades contemporâneas, há uma maior circulação de indivíduos, de ideias e circuitos de solidariedade interorganizacional, flexibilizando os modelos organizacionais tradicionais, dando origem a ações sob a forma de redes sociais e coletivas. A partir da identificação dessa complexidade a autora propõe três níveis de relações para compreensão das formas de interação em rede, a saber: redes sociais, coletivos em rede e rede de movimentos sociais, que na prática interagem e se complementam, no entanto precisam ser diferenciadas enquanto categorias analíticas.

O conceito de redes sociais refere-se a uma comunidade de sentido, na qual os atores ou agentes sociais são considerados como nós da rede, ligados entre si pelos seus laços, que dizem respeito a tipos de interação com certa continuidade ou estruturação em torno de afinidades e objetivos comuns entre os membros sobre uma determinada causa.

Coletivos em rede tratam-se das conexões entre organizações empiricamente localizáveis. Esses coletivos podem ser segmentos de uma rede mais ampla de movimentos sociais, e que por sua vez se caracteriza como uma rede de redes. Por fim, os movimentos sociais são:

redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. As identidades e os conteúdos das lutas podem ser específicos (ambientalista, feminista, étnico etc) ou transidentitários (eco-feminismo, anti-racismo ambientalista etc) (SCHERER-WARREN, 2012, p.24).

De acordo com a autora, os movimentos sociais podem ser melhor explicados, na sociedade contemporânea, quando os atores sociais ou formas de coletividade que os compõem forem tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais, o que não significa abandonar os elementos tradicionais constitutivos de um movimento social, identidade, conflito e transformação social/utopia, mas ampliar o arcabouço teórico considerando a interação em rede de diversos atores e organizações da sociedade civil como algo constitutivo dos movimentos sociais. Sendo assim:

A rede de movimento social tende a ser o nível da sociedade civil mais complexo, mais politizado e orientado por um desejo de transformação do *status quo* de grupos sociais que se consideram em situação de exclusão, desigualdade ou discriminação, ou mesmo que lutam por mudanças sistêmicas mais amplas (SCHERE-WARREN, 2012, p.31).

Os movimentos sociais percebem a necessidade cada vez maior de se articularem com outros grupos com mesma identidade social e política, com objetivo de gerar visibilidade e causar impacto na esfera pública e assim obter direitos e conquistas para a cidadania. Nesse processo realizam diversas articulações, atribuindo legitimidades às esferas de mediação entre os movimentos e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. A partir daí, de acordo com a autora, gera-se uma tensão permanente no interior do movimento social entre participar na esfera institucional, com e através do Estado para a formulação e implementação de políticas públicas, ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil. Scherer-Warren (2012).

Os movimentos de mulheres e feministas são com frequência apontados pela autora para ilustrar a teoria sobre as redes, sobretudo quando se trata da articulação entre novas identidades e valores.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é apontada pela autora como um caso emblemático de luta transversal pelos direitos para a América Latina e para a sociedade global. Com origem no movimento de mulheres e articulando vários atores entre ONGs feministas e organizações mistas de homens e mulheres, a MMM possui um projeto de mobilização social em torno do princípio em comum da existência da discriminação de gênero associada a luta contra discriminações e exclusões sociais em outras dimensões, principalmente em relação à igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz.

A MMM, portanto, é uma rede interorganizacional que amplia a presença de cidadãos participantes quando realiza suas mobilizações em praça pública, somado a isso a Carta Mundial das Mulheres que viajou às Américas até Burkina Faso. Demonstra uma ação integrada do movimento feminista latino americano, a construção de alianças com o conjunto de movimentos sociais, ao redor de uma pauta multidimensional. Essa

agenda caracteriza uma face multi-identitária de um feminismo em movimento, latino americano e mundial.

Outras características desse feminismo latino americano em movimento, mencionado pela autora, serão retomadas a frente quando abordarei os feminismos do Sul, comunitário e ecoterritorial em interface com os ecofeminismos, por considerar importante suas características na análise das ações da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará e compreender como a luta também está pautada na relação com a natureza e o entendimento que fazem disso. Neste momento é fundamental recuperar a articulação e mobilização histórica das mulheres por direitos, com ênfase nas mulheres rurais, das marés e das águas.

A análise de Scherer-Warren sobre redes de movimentos sociais dialoga com literaturas específicas sobre organização política de mulheres que permitem compreender as especificidades da Rede de Mulheres das Marés e das Águas. Alvarez (1990, 2014), por exemplo, ao estudar movimentos de mulheres na América Latina, identifica uma tensão constitutiva: a relação ambígua com o Estado.

Nos anos 1980 e 1990, parte do movimento feminista latino-americano optou pela institucionalização, ou seja, ocupar espaços estatais para influenciar políticas. Outra parte defendeu a autonomia, manter-se fora do Estado para preservar a radicalidade. Alvarez argumenta que essa dicotomia é falsa, pois os movimentos navegam simultaneamente entre dentro e fora, em constante negociação. A autora propõe o conceito de campos discursivos de ação, no qual argumenta que movimentos feministas não são blocos homogêneos, mas campos onde múltiplos atores (ONGs, movimentos de base, acadêmicas, agentes estatais feministas) disputam sentidos sobre o que é feminismo, quais as prioridades, quais as estratégias. Essa heterogeneidade não é "fraqueza" mas condição de vitalidade dos movimentos.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas não emerge de estruturas sindicais ou partidárias prévias, embora dialogue com elas, mas da articulação autônoma das próprias mulheres. As rodas de conversa sobre violência doméstica durante a pandemia exemplificam esse "fazer política a partir do cotidiano".

A Marcha das Margaridas é exemplo, pois adota o formato "marcha" mas o ressignifica com símbolos próprios e pautas específicas. Deere & León (2001), ao

analisarem movimentos de mulheres rurais na América Latina, destacam que a organização coletiva feminina frequentemente emerge não de identidades políticas prévias, mas de necessidades práticas (acesso a terra, água, crédito) que, no processo de luta, se transformam em interesses estratégicos de gênero, como o questionamento da subordinação, autonomia econômica, participação política. Esse processo de politização do cotidiano é característico de movimentos de mulheres.

Ao analisarmos o contexto das mulheres das marés e das águas, podemos observar que elas se organizam inicialmente para defender suas próprias vidas contra a violência doméstica e contra a degradação ambiental ocorrida maretórios, durante o processo de participação constroem consciência sobre opressões de gênero, articulando violência doméstica com violência ambiental, questionando também a exclusão de espaços decisórios.

Butto (2011), analisando movimentos de mulheres rurais no Brasil, identifica desafios específicos, dentre eles a dupla/tripla jornada que dificulta a participação; a resistência masculina dentro dos próprios movimentos mistos; a falta de recursos para deslocamentos, creches; e a baixa escolaridade forma, embora alta em saberes práticos, gera insegurança em espaços formais. A autora relata também estratégias desenvolvidas pelas mulheres, como reuniões em horários compatíveis com trabalho doméstico, rodízio de cuidado de crianças, uso de linguagem acessível e valorização da oralidade. Assim também pudemos identificar na análise da Rede, dificuldades e estratégias semelhantes às explicitadas pelas autoras aqui relacionadas.

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Retomando o contexto e a relação entre movimentos sociais, política pública e gênero, destaca-se o quadro de mudança que tomou impulso no país a partir da década de 1980, com a redemocratização e uma agenda de reformas, onde transformações no perfil da ação do Estado e das políticas públicas possibilitaram a participação de novos atores na arena pública, bem como a integração de novos temas na agenda governamental.

Participaram da constituição dessa agenda movimentos sociais, constituídos desde os anos 70, em torno da luta pela democratização do

regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, especialmente nos centros urbanos. Já nesse primeiro momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes (FARAH, p.50, 2004).

As mulheres sempre fizeram parte dos movimentos sociais reivindicando tanto a garantia de serviços públicos eficientes, como o saneamento básico, educação e saúde, como em questões específicas à condição da mulher, como a violência contra mulher, o uso de contraceptivos, direito a creches, e no rural, por exemplo, a luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, entre outras pautas. Ocorre uma aproximação ao movimento feminista ao levantarem os temas ligados especialmente a problemática da mulher. Isso contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas pelo regime democrático.

Foram implementadas, na década de 1980, as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, devido em grande parte à atuação desses movimentos. A mais emblemática dessas políticas, é a criação da primeira Delegacia especializada de atendimento à mulher, em 1985. Ressalta-se a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), através da Lei nº 2 7.353, assinada em 29 de agosto de 1985.

A agenda de gênero, construída nos anos 1970, inicialmente integrada a um projeto mais amplo de transformação social, viu-se confrontada com a complexidade das reformas implementadas no final da década de 1980. A fragmentação do movimento feminista, ocorrida nesse período, dificultou a construção de alianças estratégicas e a defesa de uma agenda única de gênero. A partir desse momento, a relação entre as demandas feministas e as reformas políticas e sociais tornou-se mais complexa e marcada por negociações e conflitos.

Houve então a fragmentação do movimento em torno de diversos temas, com a posição que se colocava contrária à participação no espaço governamental possibilitou o aumento da constituição de organizações não-governamentais, que passaram a atuar e desenvolver programas nas áreas da saúde, combate à violência, educação e geração de renda, por exemplo. Essas organizações passaram a dialogar com o Estado propondo diretrizes de ação para as políticas públicas.

Gohn (2007), em seu artigo sobre a atuação das mulheres nos movimentos sociais em contextos de construção da democracia, considera as reestruturações

econômicas impostas pela globalização e os efeitos das políticas sociais neoliberais sobre a organização das formas de vida em sociedade. E destaca que o tema gênero tem pautado novas racionalidades e formas de saber além de discutir o caráter político e cultural das lutas e movimentos sociais no processo de emancipação e transformação social.

De acordo com a autora, os movimentos de mulheres e feministas ampliam a participação e a diversidade de demandas e perspectivas nas discussões sobre os rumos políticos e sociais de uma sociedade. As mulheres, ao se organizarem e lutarem por seus direitos, constroem novos espaços de poder e conseguem influenciar as políticas públicas e os processos eleitorais de forma a torná-los mais inclusivos e sensíveis às suas pautas. Isso contribui para o fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia, na medida em que amplia as possibilidades de participação e os espaços de negociação política.

O conceito de gênero teve grande influência nos estudos feministas e na produção acadêmica sobre mulheres, sobretudo a partir dos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo (Farah, 2004). Porém, o termo gênero só aparece em estudos no Brasil, principalmente a partir de 1990 com a tradução do texto de Joan Scott (1990), "Gênero uma categoria útil de análise".

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida (Scott, 1994, p. 13, apud Carvalho, 1998, p. 401).

Paulilo (2016), lembra que o conceito de gênero foi fundamental na desconstrução das bases biológicas que justificavam a inferiorização da mulher, e por ter mostrado a importância da cultura na criação das relações de poder. No entanto, a autora destaca que "o relativismo do conceito levou a uma despolitização do feminismo acadêmico, ao mesmo tempo em que a uma apropriação do conceito de gênero por parte dos Estados e órgãos oficiais de desenvolvimento, nacionais e internacionais" (Paulilo, p. 304, 2016) retirando o caráter emancipatório dos estudos de gênero.

Também uma discussão aparece com frequência nos trabalhos, a divergência entre o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença. Sendo que o conceito de gênero mais incorporado tem sido o feminismo da diferença. De acordo com Farah (2012):

Este rejeitou pressupostos do feminismo da igualdade, que afirmava que as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são biológicas-sexuais, e que as demais diferenças observáveis são culturais, derivadas de relações de opressão e, portanto, devem ser eliminadas para dar lugar a relações entre seres 'iguais'. Para as teóricas e os teóricos da diferença, o conceito de gênero remete a traços culturais femininos (ou, no pólo oposto, masculinos) construídos socialmente sobre a base biológica (Farah, p 48, 2012).

Dentre as diferentes vertentes feministas e ainda sobre a questão da igualdade e diferença Paulilo (2016), destaca que.

O feminismo liberal assemelha-se ao feminismo da igualdade, pois busca garantir às mulheres os mesmos direitos dados aos homens, dentro do Estado liberal. Já o feminismo socialista propõe uma mudança da sociedade existente, no sentido de maior igualdade não só entre os sexos, mas entre classes, raças e etnias, apostando em mudanças econômicas radicais como a superação do capitalismo (Paulilo, p.305, 2016).

De acordo com Gohn (2007), portanto, nas últimas décadas do século XX construíram-se duas representações sobre o feminismo, a saber: a da igualdade, que enfatiza a similitude entre homens e mulheres e destaca as lutas mais gerais contra todas as formas de opressão, e o feminismo da diferença, das desigualdades que defende haver uma diferença fundamental entre os sexos que levam a práxis diferentes.

Diante do exposto, podemos inferir que o que marca profundamente os movimentos sociais de mulheres e feministas, e é o que veremos daqui pra frente destacando a trajetória de luta das mulheres rurais, é o conceito de gênero, pois permitiu uma visão mais ampla e complexa sobre as relações de poder entre homens e mulheres, e forneceu os aportes para a reivindicação e construção de políticas e práticas mais igualitárias e democráticas. As estratégias de luta são elaboradas para questionar e subverter as desigualdades identificando-as como construções sociais derivadas de sistemas de opressão, como o patriarcado e o capitalismo.

O conceito de gênero demonstrou ser uma categoria de análise importante para a compreensão das desigualdades entre as pessoas, no entanto, é importante lembrar que ele é parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. Onde outras categorias, como raça, etnia e classe se interconectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos.

Dessa forma, o conceito de gênero se conectou com outras categorias, como raça e etnia, nos movimentos sociais por possibilitar uma reflexão mais ampla e interseccional sobre as desigualdades e injustiças sociais. Isso tem levado a uma perspectiva mais inclusiva e diversa das lutas sociais, que busca articular e integrar diferentes pautas e demandas. Nesse sentido, o conceito de gênero tem se mostrado um instrumento importante para a construção de uma teoria e prática feminista que contemple as especificidades de cada grupo social e os intercruzamentos entre as diferentes formas de opressão e discriminação. É o que vemos também nos movimentos de mulheres rurais que interconectam as pautas por direitos sociais e por um meio ambiente justo, equilibrado e saudável para todos. Ou ainda, o movimento ecofeminista que relaciona os sistemas de opressão, capitalismo e patriarcado, como os responsáveis pela destruição da natureza e a violência contra as mulheres

1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS MULHERES RURAIS, DAS MARÉS E DAS ÁGUAS É HISTÓRICA

As mulheres, conforme destacado anteriormente, marcam fortemente sua presença nos movimentos sociais reivindicando tanto a garantia de serviços públicos eficientes, como o saneamento básico, educação e saúde, como em questões específicas à condição da mulher, como a exigência de políticas de combate à violência contra a mulher, o uso de contraceptivos, direito a creches, e no meio rural, por exemplo, a luta pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, entre outras pautas. A aproximação ao movimento feminista ocorre ao levantarem os temas ligados especialmente a problemática da mulher. Isso contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas pelo regime democrático.

Ao explicar as origens dos ideais feministas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Paulilo (2016) apresenta uma síntese das principais categorias

discutidas nos estudos de gênero e feministas fazendo uma relação com a prática e as experiências das mulheres rurais que compõem o movimento.

O feminismo das agricultoras do MMC defende a ideia de diferença entre homens e mulheres, porém, é um feminismo colado às lutas que desenvolvem. Para Vandana Shiva e Maria Mies (1997), e essa é uma autora que está começando a ser citada pelas agricultoras, as mulheres são essencialmente diferentes dos homens. Para Bina Argawal (1994), os valores femininos entre as mulheres rurais surgem do seu cotidiano e não de sua essência por ser mulher (PAULILO, p.310, 2016).

A autora chama atenção para a forte presença do feminismo urbano e como é equivocado analisar a aproximação das mulheres rurais das diferentes correntes feministas a partir dessa ótica. Acrescenta que as agricultoras brasileiras contribuíram para desurbanizar a pauta, trazendo temas como a soberania alimentar e a distribuição masculina e concentrada da terra, o trecho acima ainda demonstra as aproximações entre as práticas dos movimentos de mulheres rurais e a pauta ecofeminista.

No caso das Mulheres das Marés e das Águas veremos que há pautas comuns defendidas por elas e que também estão presentes nos movimentos de mulheres e feministas urbanos, como o combate à violência doméstica e o acesso a políticas públicas adequadas de saúde e promoção de renda. No entanto, trazem pautas muito próprias relacionadas aos seus modos de vida e ao reconhecimento dos territórios e maretórios em que vivem, como as pautas relacionadas às mudanças na lei de pesca, a implementação de uma escola das marés e a participação nos espaços de poder e decisão das unidades de conservação.

Retomando, a aproximação do MMC ao feminismo tem um caráter prático. Assim as agricultoras trazem diversos princípios de diferentes correntes feministas para o seu cotidiano, seja elas socialista, liberal ou de caráter essencialista desde que sejam úteis às suas reivindicações e demandas. O que não cabe, segundo Paulilo (2016) é uma análise evolucionista do movimento, considerando ser preciso haver um “ponto de chegada” para as atitudes das agricultoras serem consideradas “corretas” em termos de feminismo. Para a autora, são muito mais importantes os caminhos percorridos e as estratégias utilizadas por elas do que padrões desenvolvidos e aceitos em outros tipos de contexto.

Este texto colabora para o tema discutido nesta tese, pois me instigou muito as estratégias desenvolvidas pelas mulheres rurais para a participação de espaços de poder e decisão políticos, e a análise de como se deu o acesso a políticas socioambientais em unidades de conservação, como são utilizados os recursos advindos da política e como isso pode influenciar as relações que ocorrem nos territórios, sobretudo as implicações nas relações de gênero. Tendo em vista os diversos conflitos estudados em torno da partilha de políticas e programas implementados pelo governo federal (Silva, 2018); (Sousa e Ribeiro, 2018); (Moreira, 2017).

Sendo assim os caminhos percorridos pelas mulheres rurais, das marés e das águas para que tenham a garantia de direitos fundamentais está totalmente relacionado ao seu cotidiano, assim como na relação com a natureza, isto nem sempre é percebido pelas políticas públicas implementadas. Dessa forma as estratégias e mecanismos de luta e participação acessados são diversos porque são diversas as formas de exclusão. Além do mais, de acordo com o contexto no qual o movimento de mulheres esteja inserido e as especificidades culturais locais, as mulheres tendem a buscar seus objetivos por diferentes pontos de vista e estratégias.

A focalização das políticas públicas é um dos elementos que incidem diretamente sobre a questão de gênero. A feminização da pobreza foi intensificada pelas políticas de ajuste, e tem sido utilizada como justificativa para o direcionamento de políticas, portanto as mulheres mais pobres das áreas urbanas ou rurais, são consideradas mais vulneráveis, justificando a focalização de políticas para esses grupos.

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais tem suas origens localizadas na década de 1980, momento em que ocorria a abertura democrática e a consolidação do movimento de mulheres e feminista no Brasil. Surgiram vários conselhos de direitos nessa época, como os conselhos de educação, da mulher, os fóruns e os conselhos de promoção da igualdade racial. A Constituição de 1988 permitiu que a sociedade começasse a cumprir o seu papel de fomentação de políticas públicas e controle social, através da organização em movimentos sociais.

As primeiras organizações específicas de mulheres surgiram nas regiões Nordeste e Sul do país. São compostas por mulheres membros de outros sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ou à

Central Única dos Trabalhadores (CUT). Estas entidades, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), foram também grandes responsáveis pelo aumento do número de mulheres nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Conforme Deere (2004a), além da inclusão de mulheres na reforma agrária, exigia-se que a Constituição de 1988 incluísse o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas, a legislação do trabalho e os direitos da previdência social.

Portanto, as reivindicações das mulheres nas áreas rurais começaram com a incorporação destas aos sindicatos, auferindo benefícios como licença maternidade e aposentadoria. Para as mulheres conseguirem estes benefícios elas teriam que integrar os sindicatos como trabalhadoras rurais, pois eram a principal fonte de assistência à saúde em áreas rurais. No entanto, para participar do sindicato, primeiro era necessário o reconhecimento do trabalho exercido como produtivo e não mais apenas como ajuda ao parceiro.

É o caso também do Movimento de Mulheres Pescadoras que tiveram que lutar por seu reconhecimento social e profissional, como nos mostram Maneschky et al. (1994):

Constata-se, pois, que o movimento de mulheres pescadoras guarda especificidades em relação aos movimentos de outras categorias de trabalhadoras, mas que, em essência, exprime muitos problemas comuns: falta de assistência médico-previdenciária, seguro saúde em casos de acidentes de trabalho, remuneração diferenciada, discriminação por parte de seus pares, falta de uma política que lhes garanta aposentadoria digna na velhice, entre outros. Assim, guardadas as particularidades, podemos dizer que o movimento das mulheres pescadoras na luta por melhores condições de existência vem se somar ao de todas as outras que hoje lutam por seu reconhecimento social e profissional (MANESCHY et al, 1994: p. 84).

No Estado do Pará a mobilização dos trabalhadores rurais começa pelo nordeste do estado na década de 1950. Foi nesta região que se formaram as primeiras associações de lavradores, colonos e trabalhadores rurais no estado. Mais tarde, estas associações se transformaram nos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Pará e posteriormente na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI, entidade na qual os sindicatos estão ligados no estado, surgindo em 1968.

O aumento do número de mulheres em cargos de direção ocorreu devido uma mudança no organograma para a composição da diretoria do sindicato e da adoção de uma cota de 30% de participação feminina nas instâncias diretivas dos STRS no final da década de 90. O novo sindicalismo na década de 80 e a igreja exerceram forte influência na história do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, com as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra, na década de 1970. Foi o caso da Associação de Mulheres Timboteuense Margarida Barbosa que surgiu neste período, no município de Nova Timboteua, nordeste do estado do Pará.

A luta pelas conquistas dos direitos das mulheres à terra na região norte, assim como nas demais regiões do país, ocorreu dentro do contexto citado anteriormente. Segundo Deere (2004b).

O reconhecimento da importância dos direitos da mulher à terra acontece geralmente por duas razões, o que nós temos chamado de argumentos “produtivista” e “de empoderamento”. O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, como bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (DEERE, 2004: p.176-177).

Como exemplo, surge formalmente em 1995, a partir da necessidade de participar da vida sindical e política da região, o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA, que foi um dos principais articuladores das mulheres nas áreas rurais e urbanas.

Observa-se, na década de 1990, uma ampliação do número de organizações de mulheres, a partir de identidades e questões específicas, em geral vinculadas aos movimentos sociais, como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, citado acima, a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, dentro do Conselho Nacional de Seringueiros, a organização das Mulheres Quilombolas e das Quebradeiras de coco babaçu.

O ano 2000 marcou o fortalecimento do movimento de mulheres, através de grandes eventos realizados como a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em junho de 2002, responsável por construir uma plataforma política feminista. A Marcha Mundial de Mulheres em 2000, que surgiu do movimento de mulheres de Quebec, no Canadá, em 1995, influenciou as mulheres a organizarem a marcha neste ano por todo o mundo. No Brasil, as trabalhadoras rurais realizaram a Marcha das Margaridas, ao aderirem à Marcha Mundial em 2000.

As reivindicações por igualdade de direitos e a visibilidade da mulher rural no espaço público representam uma ruptura com a estrutura patriarcal, mais evidente no espaço rural. O questionamento a essa dominação traz consequências, como relações de tensão na família e na comunidade. Para Fischer (2006), a contestação pode ser encarada, muitas vezes, como desvio de identidade e o custo por mudar as regras sociais pode ser alto, mesmo quando estas conseguem conquistas através do movimento.

No capítulo "Uma análise sócio-histórica da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)", de autoria de Carmem Imaculada de Brito, a autora apresenta uma análise sócio-histórica dessa organização, que reúne trabalhadoras da pesca oriundas de quatorze estados brasileiros, e constata que a busca da organização das pescadoras visando alcançar o estabelecimento de políticas públicas direcionadas às comunidades pesqueiras tem sua origem e trajetória histórica resultantes, dentre outras, das ações planejadas, financiadas e acompanhadas por agentes vinculados à Pastoral da Pesca, que desde a década de setenta do século XX tem buscado inserir debates sobre as questões de gênero nos meios nos quais atuam (Brito, 2019).

Assim como as Comunidades Eclesiais de Base ajudaram a formar os STTRS e os movimentos de mulheres rurais, a Pastoral da Pesca atuou desde a década de 1970 junto às dioceses no apoio às comunidades tradicionais mobilizadas contra a ocupação e remoção de seus territórios impactados pelas grandes obras implementadas pelo governo federal e estadual. Assim, de acordo com Brito (2019):

Com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e contando com lideranças forjadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral da Pesca, criada em 1968 a partir da ação de Frei franciscano Alfredo Schnuettgen, na praia do Carmo, em Olinda-PE, expandiu sua atuação persistindo na formação de novas lideranças e na

organização de grupos de reflexão que pautavam suas ações pela denúncia e combate ao autoritarismo e ao clientelismo verificado nos comportamentos que marcavam muitas das relações sociais estabelecidas nas colônias, nas federações e na confederação nacional dos pescadores (BRITO, 2019, 58).

A luta por direitos e melhores condições de vida sempre esteve presente nas comunidades pesqueiras tradicionais. Com o passar do tempo, essa luta se intensificou, impulsionada pela crescente consciência sobre as desigualdades e injustiças que marcavam a vida dessas comunidades. Nesse contexto, as mulheres pescadoras emergiram como importantes protagonistas, organizando-se coletivamente para reivindicar seus direitos e construir um futuro mais justo e equitativo.

A partir da década de 1980 as pescadoras artesanais foram obtendo reconhecimento formal ao conseguirem a carteira profissional de pescadora, a partir daí foram ampliando o reconhecimento e garantia de direitos, como a aposentadoria e a licença maternidade e ocupando os espaços de poder e decisão, como as Colônias de pescadores no cargo de presidentes.

A fundação da ANP, no entanto, ocorreu apenas em 2005, em um momento de reestruturação da política pesqueira brasileira, marcada pela criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP-PR) em 2003. Essa nova secretaria, vinculada à Presidência da República, atendia a uma demanda histórica da pesca artesanal, expressa na Carta de Compromisso aos Pescadores durante a campanha eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva.

Em paralelo à organização da III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, em 2009, lideranças históricas da pesca artesanal se reuniam e mobilizaram comunidades pesqueiras artesanais para participarem da conferência paralela na qual tornaram público seu rompimento com o governo federal e fundaram o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP).

1.2.1 Marcha das Margaridas: “As mulheres são como as águas crescem quando se juntam”

Um bom exemplo da articulação e mobilização das mulheres é a Marcha das Margaridas, a mobilização feminista ocorre desde o ano 2000, com edições também em 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023, sob a liderança das mulheres do campo, das florestas e das águas. A Marcha é promovida pela Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federações e Sindicatos consolidados na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e em aliança com diferentes organizações parceiras, movimentos sociais, organizações feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais. Realizada sempre em agosto para revivificar o mês em que Margarida Alves foi assassinada, a Marcha das Margaridas reúne milhares de mulheres do campo, da floresta e das águas de todo o Brasil em marcha nas avenidas de Brasília, no Distrito Federal. De acordo com a organização da Marcha seus objetivos políticos são:

1. Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; 2. Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; 3. Denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres; 4. Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente; 5. Contribuir para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visando, assim, com a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais; 6. Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar; 7. Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades; 8. Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas (Marcha das Margaridas, site: marchadasmargaridas.org.br).

Como podemos observar seus objetivos políticos envolvem o fortalecimento institucional e da organização e participação sociopolítica das mulheres, a construção de políticas públicas que considerem as especificidades e diversidade do rural brasileiro e

a preocupação com a violência contra as mulheres, a degradação ambiental e a garantia da soberania alimentar, pautados pela perspectiva feminista.

O processo de mobilização e construção da Marcha resulta em uma rica produção de materiais a cada edição. Entre eles, destacam-se cartas políticas direcionadas a candidatos e candidatas que se identificam com o projeto político da Marcha, uma plataforma política organizada em eixos de luta que reúne as principais reivindicações do movimento, cadernos de textos para as formações de base, além de um acervo de fotos e vídeos.

É importante considerar estes pontos, pois as mulheres ao participarem da Marcha levam depois as premissas para suas bases de atuação nos territórios, sobretudo as lideranças, fortalecendo as lutas das mulheres no âmbito local, existe, portanto, uma formação política que ocorre no movimento social que não consiste apenas na replicação de palavras de ordem e discursos, mas na formação do sujeito político. Trata-se de um momento para além da reivindicação de direitos, ocorre também a troca de experiências, saberes e vivências dessas mulheres, um momento que oportuniza a conexão e as trocas entre representantes das cinco regiões do país proporcionado por uma grande mobilização política.

Os movimentos de mulheres rurais foram emergindo a partir dos anos 1980 e conseguiram se fortalecer através da sua atuação em rede, influenciando a construção de políticas públicas. A Marcha das Margaridas, portanto, tem ampliado a visibilidade às mulheres do campo, da floresta e das águas, criado impacto na esfera pública e obtido conquistas para a cidadania, mostrando-se capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas, estabelecendo processos de diálogo e negociação. Algumas conquistas alcançadas pela Marcha incluem o acesso às políticas públicas e programas específicos para mulheres rurais, além da redução da violência no campo.

A marcha envolve mulheres de diversos segmentos sociais, como agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, seringueiras, catadoras de mangaba entre outras. Nesse processo de construção das identidades Aguiar (2016) explica que a partir da Marcha de 2007 as “margaridas” atendendo a uma reivindicação das mulheres extrativistas, passaram a se nomear “mulheres do campo e da floresta” e,

na Marcha de 2015, a denominação “mulheres das águas” foi incluída, procurando, assim, abarcar o conjunto formado por mulheres considerando as identidades construídas nos diversos territórios do País.

Apesar de participarem das edições anteriores, é a partir de 2015 que as mulheres das marés e das águas apresentam mais incisivamente suas especificidades dentro do coletivo da Marcha. Além da inclusão das “mulheres das águas”, os termos “extrativistas costeiras e marinhas” e “maretório” também são incluídos nos documentos para marcar a diversidade das trabalhadoras rurais e a identidade relacionada aos ambientes costeiros e marinhos e o ecossistema manguezal. O documento abaixo, referente a marcha das margaridas de 2015, evidencia a utilização dos termos para a reivindicação de direitos e políticas públicas.

Somos **Mulheres Extrativistas Costeiras Marinhas**, Marisqueiras, Caranguejeiras, Camaroeiras, Pescadoras Artesanais, Caiçaras, Pantaneiras, Retireiras, Parteirsa/Parteiras, Benzedeiras, Ribeirinhas e Agricultoras Familiares, muitas, sem-terra e migrantes para estes ambientes úmidos. Nós, estamos nas áreas de entre marés, insulares, várzeas, pântanos, alagados, margens de rios, lagos e igarapés e conservamos nestes locais um jeito próprio de viver e manter nossos princípios ancestrais, criando, recriando e repassando de geração a geração nossa cultura material e imaterial de identidade pessoal, de gênero, raça e profissão.

Estamos nesta luta, pela necessidade de dar visibilidade às nossas demandas, especialmente pelo avanço de nosso reconhecimento e para garantir a sustentabilidade permanentemente do desenvolvimento psicossocial em **nossos Maretórios** e Territórios. Lutamos por **políticas públicas condizentes com a nossa realidade** aquática, que respeite o modo como nos enxergamos como parte do campesinato que, no nosso entendimento está estruturado em três grandes pilares ambientais: o Campo, as Águas e a Floresta, que são os locais onde comumente se estabelecem suas relações de vida, trabalhos produtivos e mercado (Pauta de reivindicações para o Governo Federal da 5ª Marcha das Margaridas, 2015).

Figura 03: Célia Regina, liderança da Rede, representada na instalação Memoráveis Margaridas no Espaço Chico Mendes durante a COP 30



Fonte: Autora. Espaço Chico Mendes. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém- PA, 2025.

1.3 DEFESA DOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS E A REIVINDICAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Apesar das dificuldades de participação das populações tradicionais, essas possuem um histórico de luta pela garantia dos seus direitos e acesso aos seus territórios. O contexto de criação das Reservas Extrativistas (Resex) mostra que, antes de fazerem parte da política ambiental do país, foi uma política pública construída socialmente, através da mobilização de um movimento social composto por uma população pobre rural – os seringueiros – que se articulou junto ao movimento ambientalista sob a liderança de Chico Mendes, para a defesa de seus territórios tradicionalmente ocupados.

O movimento também conseguiu construir uma rede de aliados locais, como a Igreja Católica e outros movimentos sociais, e extra locais no Brasil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Central Única dos

Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), além da articulação internacional (ALMEIDA, 2004).

Esse caso ilustra como populações tradicionais podem, através de articulações em redes locais, nacionais e até internacionais, garantir apoio às suas demandas e construir um poder de agência capaz de interferir na construção e controle de uma política pública.

Segundo Vianna (2007), a origem da incorporação, no Brasil, da discussão sobre a importância do papel de algumas populações na conservação da natureza, partindo da perspectiva de aliar a conservação da biodiversidade à diversidade cultural, deve ser entendida sob duas perspectivas históricas. A primeira incorpora as populações ao discurso conservacionista e a segunda incorpora o discurso conservacionista ao movimento social, fortalecendo as lutas para garantir seu território e acesso aos recursos naturais. Um dos frutos dessas lutas é a Resex.

Embora tenham origens históricas e interesses diferentes, as duas perspectivas acabaram se cruzando na busca pela compatibilização da ocupação tradicional com os objetivos de conservação das áreas protegidas e pela maior eficiência na gestão dessas áreas. Um exemplo foi a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Se hoje se apresenta um modelo de gestão mais participativo para as unidades de uso sustentável, isso se deve à conquista de espaços pelas populações tradicionais durante o processo de discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído no ano 2000. Essa conquista foi fruto do fortalecimento da mobilização social das próprias populações.

O movimento se fortaleceu nos anos 2000 e incorporou definitivamente as populações tradicionais na discussão ambiental, valorizando, principalmente, seus conhecimentos sobre o ambiente natural e seu manejo dos recursos naturais sustentáveis (VIANNA, 2007, p. 225).

Foi, também, a partir desse período que as populações tradicionais foram adquirindo visibilidade crescente, atestada tanto por sua citação em vários documentos oficiais quanto por políticas e legislações específicas que as contemplam. Entre estas, destaca-se o SNUC, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído pelo Decreto 5.758 (BRASIL, 2006), e a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), pelo Decreto 6.040 (BRASIL, 2007).

As Reservas Extrativistas constituem um reconhecimento dos direitos territoriais de ocupantes e outros residentes que utilizam, de forma tradicional e com baixo impacto, esses territórios. Nesse sentido, funcionam como ferramentas de justiça e inclusão social, dando visibilidade aos grupos antes chamados de "povos invisíveis". A criação de tais unidades de conservação foi fundamental para evitar a apropriação de terras públicas, mantendo-as sob domínio estatal, mas com o usufruto garantido às comunidades tradicionais, que devem seguir as normas de conservação. Uma inovação notável das RESEX é a posse coletiva de territórios de uso compartilhado, sob regime de usufruto. Idealmente, os Planos de Uso elaborados pelas comunidades e a gestão compartilhada entre as Associações locais e o Estado devem servir de guia para a administração governamental nas Reservas (DE ALMEIDA et al, 2018).

No entanto, De Almeida et al (2018) também aponta alguns entraves, como as regras determinadas pelo SNUC e o ICMBio que retiram a autoridade e legitimidade das coletividades locais ao conferir autoridade absoluta aos chefes das unidades, servidores do ICMBio geralmente jovens biólogos sem experiência. Outro fator apontado é a ausência de recursos para implementar programas de educação, saúde e desenvolvimento econômico.

O atentado ao direito de autogestão nas Reservas Extrativistas e RDS é, a meu ver, o principal retrocesso imposto à visão de Chico Mendes, juntamente com a imposição de exploração de madeira. O autoritarismo burocrático do ICMBio sobre as Reservas Extrativistas começa com a instituição, pelo SNUC, de "Conselhos Deliberativos" como instância de gestão das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (DE ALMEIDA et al, p.44 2018).

Para os autores há uma aparente democracia na gestão dessas unidades, pois retira das Associações o papel de representante dos moradores, atribuindo a tomada de decisões ao conselho que possui dificuldades para se reunir devido também às características geográficas das RESEX e onde a autoridade de fato está nas mãos do presidente que é nomeado pelo ICMBio.

Esse breve histórico sobre a construção das Reservas extrativistas, demonstra que, antes da questão ambiental ganhar proeminência no debate público, populações tradicionais como os seringueiros desenvolviam práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, resistindo à apropriação privada e demonstrando a viabilidade de modelos econômicos alternativos.

A promoção da cidadania, portanto, envolve as dimensões dos direitos civis, sociais e políticos, além de ser uma identidade social politizada, que envolve, na sua construção, modos de identificação que estão ligados às experiências vividas individualmente e coletivamente, nas mobilizações, confrontos e negociações cotidianas. Embora a cidadania das populações tradicionais implique a garantia dos direitos sociais, deve-se considerar, também, o seu histórico de mobilizações pela defesa de seus territórios (Ribeiro, 2016).

No estado do Pará as primeiras mobilizações são registradas no final dos anos 1990, no município de Soure, localizada do Arquipélago do Marajó, onde foi implementada a primeira Resex marinha do estado, em 2001. Vários atores estiveram envolvidos, como representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), associações de coletores de caranguejo e de pescadores artesanais, Câmara Municipal de Soure, Ministério Público e da Universidade Federal do Pará.

Os conflitos socioambientais que motivaram as principais reivindicações para a criação de áreas protegidas no nordeste paraense, estavam relacionados à pesca predatória, sobretudo do caranguejo-uçá, a pesca industrial e a implementação de projetos de infraestrutura, como estradas (SOUSA, 2019), (FIGUEIREDO et al, 2009). Esses conflitos deram origem à formação de organizações locais e comunitárias que representavam os interesses dos extrativistas costeiros e marinhos do litoral do Pará, e de suas famílias. Ressalta-se que essas organizações não surgiram a priori, demandando a criação de Reservas Extrativistas Marinhas na região, mas desempenharam papel essencial durante o processo de mobilização local. Neste contexto, destaco o protagonismo das ações de grupos de mulheres extrativistas costeiras e marinhas nesses processos.

1.3.1 Construção das Resex e a participação feminina

As mulheres têm sido protagonistas em diversas lutas socioambientais no Brasil. Em sua pesquisa Façanha (2022) analisa a contribuição das mulheres para a organização comunitária na formação e fortalecimento do capital social no processo histórico de lutas e conquistas do movimento seringueiro na Reserva Extrativista Chico Mendes, reforçando o protagonismo das mulheres nos papéis de liderança nas organizações comunitárias e as implicações nos espaços de decisão. Apesar de pouco abordado na literatura sobre o movimento socioambiental que culminou na criação da primeira Reserva extrativista, as mulheres participaram ativamente e na linha de frente, pois também estavam presentes nos empates, das mobilizações e organização do movimento. “Os empates também contavam com a participação das mulheres e crianças, numa estratégia de enfrentamento pacífico buscavam impedir/empatar a entrada dos fazendeiros e pecuaristas que supostamente detinham a propriedade da terra (FAÇANHA, 2022, p. 86)”.

Em estudo sobre os processos participativos na Resex Acaú-Goiana, localizada em Pernambuco, as autoras Fadigas e Garcia (2010) destacam como a participação das marisqueiras nos espaços decisórios foi fundamental no processo de criação da Resex, pois trouxeram para os debates questões ligadas a sustentabilidade dos processos ecológicos essenciais para sua subsistência. garantindo que suas demandas e necessidades fossem ouvidas nas decisões que afetam diretamente as suas vidas e o ambiente em que atuam.

A pesquisa aponta que a participação das marisqueiras possibilitou a formulação de políticas públicas com vistas à conservação e a gestão dos recursos naturais, a inclusão das mulheres ampliou a cidadania e trouxe para os espaços decisórios pautas relacionadas às questões de gênero e a importância de um espaço menos desigual para tratar as discussões sobre a gestão ambiental da unidade.

A iniciativa da Resex surgiu da base, da inquietação de marisqueiras que conviviam diariamente com os rios, o mangue e as croas, observando cada alteração que ocorria no ambiente. E estas mudanças passaram a atingir o principal recurso que sustentava seu trabalho, o marisco. Considerando que mais da metade das marisqueiras sustentam suas famílias, mesmo com remunerações baixas, o desequilíbrio no ambiente

trouxe ainda o desequilíbrio doméstico, despertando estas mulheres para o exercer sua cidadania ativa (FADIGAS e GARCIA, 2010, p.573).

Portanto, a participação delas contribuiu para desenvolver uma compreensão mais abrangente sobre a relevância da conservação, incorporando suas experiências e saberes tradicionais ao processo de gestão da reserva, o que é essencial para a efetividade das políticas de conservação.

No entanto, vários obstáculos foram enfrentados para que pudessem participar do processo de criação da Resex Acaú-Goiana, como a desigualdade de gênero, tendo em vista que as mulheres frequentemente enfrentam preconceitos e discriminação que podem limitar sua participação em espaços de decisão. Agravando a marginalização social vivida pelas marisqueiras, falta de acesso a informações relevantes, escassez de recursos financeiros e logísticos para se deslocar e participar de reuniões eventos e falta de representatividade nos espaços de poder e decisão.

Ressalta-se que nem sempre as marisqueiras se posicionam nas reuniões formais, o que não significa que estão deixando de tecer uma rede interna de informações e passando adiante a percepção de que o ambiente estuarino, incluindo o mangue, sustenta seu trabalho e sua vida (FADIGAS e GARCIA, 2010, p. 572).

As dificuldades apontadas são comuns entre as mulheres extrativistas costeiras e marinhas, assim como as estratégias para superar as dificuldades de participação. Tanto no caso analisado por Fadigas e Garcia (2010) como em outras RESEX identificamos a organização coletiva como a principal alternativa de superação, a formação de associações e grupos permite o fortalecimento de suas reivindicações e amplia suas vozes, criando redes de apoio mútuo que facilitam a participação em processos decisórios.

Outras estratégias também foram citadas para que as marisqueiras superassem os obstáculos e participassem dos processos de gestão ambiental do território, como programas de capacitação e formação, apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais, o reconhecimento da importância da participação e a criação de espaços de diálogo e consulta que incluíam as marisqueiras nas discussões sobre a gestão da reserva.

No litoral do Pará, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas lutaram pela criação das RESEX MAR, garantindo a proteção de seus "maretórios". Essas experiências demonstram como as mulheres, em diferentes contextos territoriais, assumem a defesa da natureza e dos seus modos de vida, tornando-se agentes de transformação social. A necessidade de defender as causas socioambientais devido às ameaças externas e consequências da degradação ambiental, tornam as mulheres ambientalistas por necessidade, esse processo resulta no que Svampa (2015) denomina de feminização das lutas sociais e compara ao processo de ambientalização das lutas sociais.

A construção da PA-458, com o objetivo de impulsionar o turismo e facilitar o acesso aos manguezais, resultou no aterro de cerca de 26 km de floresta de mangue, alterando profundamente a sociobiodiversidade local. A maior facilidade de acesso intensificou a coleta de caranguejos, levando à disputa por recursos e à migração dos crustáceos para áreas mais distantes. Resultando em práticas predatórias que impactaram a subsistência das famílias de extrativistas costeiros e marinhos em Bragança (Sousa, 2019).

Diante do exposto, tornou-se urgente para as populações tradicionais costeiras e marinhas a organização e mobilização, incluindo-se o Clube de Mães. Ao remontar o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança – PA, Sousa (2019) apresenta as especificidades de um socioambientalismo da Amazônia, e destaca a presença das mulheres no processo de mobilização com a criação do Clubes de Mães, na década de 1990.

As mulheres do Acarajó e do Bacuriteua conseguiram estabelecer redes sociais entre a associação comunitária e o poder público local, estadual e federal. Dessa forma, em virtude do engajamento das lideranças, as comunidades envolvidas conseguiram se organizar e mobilizar-se reivindicando das autoridades competentes a implantação de uma creche e de uma escola de ensino fundamental, onde as mães poderiam deixar em segurança seus filhos menores. Posteriormente o Clube de Mães foi ampliado com a participação do grupo de jovens das comunidades e dos companheiros dessas mulheres, transformando-se na Associação União Comunitária de Acarajó (AURA). Essa associação representou naquele momento um instrumento de luta política para os

moradores, cujas metas incluíam o reconhecimento da categoria de coletor de caranguejo (Sousa, p.53, 2019).

O trecho mostra a importância e o envolvimento das mulheres na luta pela proteção do território e do ecossistema, bem como na garantia de direitos sociais ao conseguirem serviços públicos essenciais para a melhoria da qualidade de vida das comunidades em que vivem. Através da criação de estratégias sociais os obstáculos e entraves enfrentados são contornados.

O Clube de Mães, embora não tenha sido fundado com esse propósito, foi fundamental para a criação da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. A organização estabeleceu parcerias com diversas instituições, como universidades e órgãos governamentais, para elaborar estudos que evidenciam a necessidade de proteção da região. Essas alianças permitiram a mobilização das comunidades locais e a criação de um movimento em prol da RESEX.

No caso da RESEX MAR Mocapajuba, localizada no município de São Caetano de Odivelas - PA, os processos de mobilização pela criação da Resex tiveram início na década de 1990 quando as lideranças da Associação de Mulheres Pescadoras de Cachoeira (AMUPESC) protocolou o pedido de solicitação de criação da Unidade de Conservação.

Pesquisadoras da UFPA e do MPEG desempenharam um papel fundamental na criação da Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira em 1997. A partir de seus estudos na região, iniciados na década de 1990, elas contribuíram para fortalecer a autoestima das mulheres pescadoras e estimular a organização coletiva como forma de garantir seus direitos e o reconhecimento de suas atividades (Cardoso e Gomes, 2021 apud Moreira *et al*, 2024).

A criação da RESEX MAR de Mocapajuba foi resultado de um processo de mobilização local liderado pelas mulheres da Associação de Pesca de Cachoeira. Em 1996, essas mulheres apresentaram uma proposta formal à Câmara de Vereadores, articulando a demanda por uma unidade de conservação com a necessidade de garantir seus direitos e a sustentabilidade dos recursos naturais. Essa iniciativa, fortalecida pela participação em eventos nacionais e estaduais, demonstra a importância da articulação entre as demandas locais e as políticas públicas (Moreira *et al*, 2024).

Porém, as mulheres só conseguiram levar o processo adiante, entre os anos de 2004 e 2005, quando conseguiram acessar o espaço da Colônia de Pescadores Z-4. A mobilização também contou com o apoio de articulações nacionais e estaduais como o Movimento Nacional de Pescadores, na época denominado (MONAPE) e o Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA), (Cardoso e Gomes 2021; Santos 2016). No entanto, a RESEX MAR só foi decretada em 2014 sob o nome de Mocapajuba, a construção foi uma criação de uma liderança pescadora que une o nome dos três principais rios que banham o município (Mojuim, Mocajuba e Barreto).

Diante do exposto também podemos notar que a resistência e ação coletiva das mulheres extrativistas costeiras e marinhas proporciona a construção de uma redefinição de feminismo na América Latina tal como proposto por Federici e Valio (2020). As autoras destacam que as mulheres ao lutarem contra o capitalismo, o patriarcalismo e a destruição ambiental estão forjando um movimento que valoriza a ação coletiva e a solidariedade social. Pois essas mulheres, ao defenderem seus maretórios, mobilizam os conhecimentos que possuem sobre o local e suas experiências de vida para apontar como as violências sofridas e o desrespeito aos direitos afetam sobretudo as mulheres, principais responsáveis pela reprodução da vida social.

As mulheres apesar de pouco presentes na literatura sobre a Amazônia participaram ativamente dos processos de lutas, pelo território como um todo ou por demandas específicas de gênero, e estão na ponta dos territórios e maretórios, ou seja, sentem diretamente e de maneira mais incisiva as consequências e riscos de ações contraditórias do Estado que facilita um projeto de desenvolvimento econômico em oposição a políticas socioambientais com vistas a sustentabilidade, mesmo nos anos progressistas, apostando no neoextrativismo (SVAMPA, 2019), o cenário composto pela pandemia de Covid-19 e o governo anterior agravou essa situação e expos novas fragilidades e ameaças aos direitos das populações e povos tradicionais. Diante disso, vimos a crescente demanda por justiça socioambiental ecoar dos manguezais.

As reivindicações das mulheres do campo, das florestas, das marés e das águas trazem diversas premissas alinhadas ao movimento feminista em seus documentos bases, que vão da luta por participação política, autonomia sobre o corpo, o fim da violência, agroecologia, conservação, soberania alimentar, políticas públicas, direitos

sociais até uma educação não sexista. Destaco neste ponto, no entanto, o documento produzido pelas mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos contra resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002.

É nos manguezais amazônicos, lugar de VIDA, que produzem, se reproduzem socialmente, as mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos, responsáveis na maioria das famílias pela segurança alimentar de suas famílias e de grande parcela da sociedade da costa amazônica, que se alimenta de mariscos, peixes, crustáceos e outros.

São essas vidas que estão ameaçadas pelo Resolução no 500 de 2020 que revoga Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002, que determina quais são as Áreas de Preservação Permanente (APP) nas faixas litorâneas, protegendo toda a extensão dos manguezais e delimitando como Áreas de Preservação Permanentes (APPs) as faixas de restinga “recobertas por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues” (Carta da Mulheres das marés e das águas contra resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): – a resolução 303/2002. E viva a vida que pulsa nos manguezais amazônicos”, 2020).

O trecho evidencia a importância das mulheres na questão ambiental devido a sua relação com o manejo dos bens comuns essenciais para o local e grupo doméstico do qual fazem parte. Esses recursos naturais entendidos também como bens comuns são de uma grande diversidade e podem agrupar além dos animais, plantas medicinais, plantas utilizadas na alimentação e o conhecimento envolvido na forma como são controladas e utilizadas pelas mulheres.

As reivindicações do movimento de mulheres sintetizam, portanto, as indicações de caminhos alternativos, como o manifestado no documento Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos manguezais amazônicos e o documento de reivindicação da Marcha das Margaridas apresentado anteriormente. Além de apontar para a reafirmação do histórico de luta das mulheres em defesa dos ecossistemas marinho e costeiro, bem como de todas as comunidades que deles dependem. Mais de 80% do manguezal do Brasil está na região amazônica, entre Maranhão, Pará e Amapá. Constituindo uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará foi criada no evento intitulado "Workshop: Mulheres e o Novembro" ou I Roda de Conversas das Mulheres

das Marés e das Águas, que ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 no Salão Paroquial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no município de Bragança, PA. A organização do evento, assim como da maioria das atividades da Rede, foi pensada e construída coletivamente pelas mulheres, que são moradoras de Reservas Extrativistas Marinhas e seu entorno, também fazem parte da Rede mulheres quilombolas, e de outros municípios das zonas costeiras do Brasil.

A programação incluía várias rodas de conversa temáticas: 1ª Roda: Mulheres, Espaço Social, Contradições, Sofrimento; 2ª Roda: Mulheres, Enfrentamento, Acesso, Direitos Sociais e Humanos; 3ª Roda: Mulheres, Participação, Equidade; 4ª Roda: Mulheres Histórias de Vida Lutas e Conquistas. Em cada roda participaram como expositoras representantes da própria Rede, de órgãos do poder municipal e estadual, universidades, movimentos sociais e entidades de classe, o que evidencia a articulação da Rede através da formação de parcerias.

1.3.2 Maretórios em disputa: Conflitos socioambientais e gênero na Amazônia Costeira

Cabe destacar que o maretório mencionado nesta pesquisa segue como um conceito em construção. O fato é que surgiu como demanda social das populações costeiras e marinhas do nordeste paraense. Sob o termo se atribuem muitos significados e se debruçam alguns pesquisadores, os quais trago a seguir.

De acordo com Vergara (apud Santos, 2018, p. 102),

O Maretório é a construção entre a dimensão de operacionalizar os ambientes de água e regimes de maré. Capacidade do território não é só pescar, mas outras dimensões humanas, espirituais, de ética e solidariedade (elementos para humanizar o processo na relação homem, emprego e trabalho), como a religião é religar, precisar religar, não posso cobrar ética sem ser ético. Massificação da cultura de negar a ética, atrapalha o comportamento ético da solidariedade (comprometimento). A ideia de ser humano não é pacificar o homem selvagem, ou seja, a selva como sendo a negação do urbano.

De acordo com a pesquisadora Márcia Pimentel as Reservas Extrativistas Marinhas são territórios novos, lembrando que a primeira RESEX marinha foi decretada em 1992, em Santa Catarina, e envolve as multiterritorialidades dos povos da zona costeira. Para os extrativistas do mar, dos estuários e dos manguezais, a relação peculiar que possuem com a dinâmica da maré, considerada o marcador temporal de todas as atividades da vida, constrói um novo termo, o maretório. Sendo assim:

O sentido do maretório é o da apropriação construída mediante práticas culturais, ecológicas, econômicas, rituais, por isso, não tem fronteiras fixas, já que é um conceito que representa a mobilidade de uma coletividade pela zona costeira. Pode-se também compreender que há uma expressão de poder como dominação, quer seja na demarcação dos espaços de extração de caranguejo dentro do manguezal, quer seja na reivindicação de políticas públicas específicas para esse grupo nos dos fóruns nacionais e internacionais (Pimentel, 2019, p. 202).

Os estudos realizados anteriormente por (Sousa, 2022; Sousa & Araos, 2023; Sousa et al., 2023) identificam três dimensões ao conceito de maretório. Primeiro, o “maretório” pode ser entendido enquanto um espaço relacional, constituído a partir das práticas e conhecimentos tradicionais de uso e apropriação de ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos. A segunda dimensão destaca as mobilizações sociais demandando a criação de áreas protegidas, como as Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (RESEXs MAR), caracterizando uma forma de reivindicar os “maretórios” diante dos conflitos socioambientais resultantes de projetos e políticas que causam a degradação e a expropriação de bens comuns costeiros e marinhos. Por fim, na última dimensão o “maretório” adquire um sentido identitário para os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, representando um horizonte que orienta as lutas socioambientais no contexto do litoral da Amazônia paraense.

A produção acadêmica sobre o conceito é marcada, em grande parte, por uma literatura originária da Amazônia (França, 2022; Nascimento, 2021; Nascimento & Barboza, 2021; Pimentel, 2019; Sousa, 2019; 2022). No entanto, o alcance do conceito “maretório” transcende a região, como demonstram os esforços de autores de outras partes do Brasil, que também têm contribuído para expandir o debate e explorar suas potencialidades em outros contextos (Marques, 2020; Ribaric, 2021), ressaltando sua

complexidade, tanto em termos práticos quanto teóricos. Nesse sentido, o "maretório", enquanto conceito, revela-se como uma ferramenta de análise conceitual, e uma orientação para a ação coletiva em prol da conservação ambiental e da justiça social (Sousa e Moreira, 2024).

Dessa forma, o dossiê "O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Litoral Brasileiro" o qual organizei junto com o pesquisador Victor Sousa reuniu artigos que fazem a aplicação do conceito tanto nas Ciências Sociais quanto em diálogo com outras áreas do conhecimento, como a geografia, biologia e psicologia, mostrando o potencial transdisciplinar do tema.

Dessa forma, para Nascimento (2024) a partir de uma pesquisa realizada em 12 das 14 Reservas Extrativistas Marinhas do litoral do Pará, o conceito de maretório deve ser compreendido a partir do lugar onde as comunidades vivem e o significado produzido a partir dessa relação. Sendo assim, deve ser considerada a relação intrínseca das populações com o ambiente marinho costeiro na formação da identidade das comunidades, diretamente ligada às dinâmicas da maré.

O maretório é expressado pelas comunidades como a síntese das singularidades e particularidades das práticas e modos de vida das populações costeiras e marinhas e isto possibilitou seu manejo como uma importante ferramenta de mobilização social e política dessas populações. Para o autor o maretório é um conceito em ascensão que demonstra as complexas interações entre as comunidades e os ambientes costeiros e marinhos da Amazônia Atlântica, além de servir como meio de resistência e afirmação cultural.

Decerto o conceito de maretório é compreendido como uma ferramenta efetiva de afirmação/reafirmação identitária decorrente de um processo coletivo de "mulheres e homens que habitam a terra e o mar" (Lima, 2019, p. 68) e, ao longo da zona costeira da Amazônia Brasileira, vem inserindo novos elementos, fundadores, que podem ajudar a elucidar a já complexa rede de maretórios institucionalizados em Resex Marinhas, desde Soure, no arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, até a zona costeira/marinha dos municípios de Humberto de Campos e Icatu, no Maranhão [...] (Nascimento, 2024, p. 31).

Um elemento importante na construção dessa identidade destacado pelo autor refere-se ao termo maretorialidade (França, 2022; Sousa, 2022) apresentada como uma

manifestação da experiência ancestral das comunidades em sintonia com as dinâmicas das marés. O autor enfatiza que as práticas de vida e trabalho dessas populações estão intimamente ligadas às influências das marés, que não apenas moldam suas atividades produtivas, mas também suas identidades e interações sociais.

Ao tratar sobre a soberania alimentar na Amazônia, França (2024) relaciona seu estudo realizado na Resex Mãe Grande de Curuçá ao conceito de maretório, ao apresentar mais uma especificidade das populações extrativistas costeiras e marinhas, as comidas de maré. Para a autora o maretório é uma construção relacional e dinâmica, integrando terra e água território, na logística entre terra e água, mas edificam um conjunto de relações mescladas entre essas paisagens, típicas de ambientes costeiros”. Como afirma, os maretórios “não fazem oposição ao conceito de território, na logística entre terra e água, mas edificam um conjunto de relações mescladas entre essas paisagens, típicas de ambientes costeiros” (FRANÇA, 2024, p.48).

Desse modo:

os maretórios paraenses percorrem e são concebidos também nos mangues, nas restingas, na barraca do pescador, nos pequenos quintais produtivos, na medicina tradicional, na produção familiar de farinha e licores de frutas nativas, nas festas e lazeres, nas múltiplas dinâmicas sociais dos trapiches, até as formas de preparo e comensalidade das comidas de maré (FRANÇA, 2024, p. 45).

Apesar de não ser destacado pela autora, observa-se que nas Reservas extrativistas Marinhas as mulheres são em grande parte as responsáveis pela garantia da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, para Mota, Siliprandi e Pacheco (2021) “as mulheres rurais são as principais detentoras dos conhecimentos sobre a produção de alimentos e suas formas de preparação, por sua condição de responsáveis pelos cuidados da família, incluindo a alimentação”.

Nas entrevistas realizadas na Resex Caeté-Taperaçu, em Bragança, também pude confirmar a informação acima, pois todas desenvolviam atividades na agricultura de subsistência, algumas possuem plantações nos quintais, local principal para a coleta de frutas nativas da região. Retomarei este ponto na terceira parte da tese, aqui ressalto a questão para demonstrar a importância da atuação das mulheres, apesar das dificuldades, na construção de sistemas alimentares sustentáveis e justos.

Assim, também podemos observar que as mulheres das marés e das águas apresentam em seu cotidiano diversas práticas que podem ser alinhadas às perspectivas feministas, sobretudo com o ecofeminismo de sobrevivência e os feminismos comunitários do Sul, apresentando reivindicações e demandas que destacam especificidades das populações extrativistas costeiras e marinhas.

Portanto, a própria origem do termo “maretório” evidencia como a relação com a natureza pautam suas demandas e constroem conhecimento. O termo apareceu pela primeira vez em 2008 em uma roda de conversa realizada durante uma oficina na Reserva Extrativista de São João da Ponta, localizada no litoral do Pará. Nesse encontro, mulheres líderes comunitárias de diferentes RESEXs MAR do litoral do Pará se reuniram com pesquisadores (as) e ambientalistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

No debate com os representantes institucionais, uma das mulheres questionou o uso do termo território para designar e descrever o ambiente em que vivem. Essa indagação aparentemente simples desencadeou um possível giro ecoterritorial, conforme destaca Svampa (2015), que ressaltou a necessidade de reconhecer as especificidades e particularidades de um segmento populacional, que posteriormente passaram a se autodenominar “povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos”

A palavra “maretório” gradualmente se integrou aos discursos de algumas lideranças da CONFREM. Inicialmente utilizada por lideranças do litoral do Pará, como Célia Neves, a expressão logo se disseminou para outras regiões do país. Sua inclusão nos discursos vinculou-se às pautas e demandas por políticas públicas que reconhecessem as características e necessidades específicas dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos (Sousa, 2022; Sousa, França & Araos, 2024). O termo “maretório” também emergiu como uma provocação à academia, incentivando sua conceituação e melhor compreensão (SOUSA e MOREIRA, 2024).

1.4 NA LINHA DE FRENTE DA LUTA PARA ADIAR FIM DO MUNDO OU CONTINUAR O MUNDO: RELAÇÃO DAS MULHERES COM AS PROPOSTAS DE MUDANÇA E ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO

A discussão apresentada na sessão anterior, não encerra o debate sobre a participação sociopolítica das mulheres que será retomada no decorrer do trabalho, a seguir detenho-me mais sobre as perspectivas ecofeministas para a melhor compreensão da relação mulheres e natureza.

Os ecofeminismos, partem de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento, além de se apresentarem como alternativa sistêmica a esse modelo. O debate ecofeminista destaca a relação entre a opressão e a exploração das mulheres e da natureza. Destacando as relações hierárquicas que se estabelecem nas dicotomias homem/mulher e cultura e natureza, ou civilização e natureza, onde a segunda parte é desvalorizada em relação à primeira.

Com relação a esse dualismo oposicional cultura-natureza, a lógica da dominação aliou-se à ciência moderna, transformando a visão que se tinha da natureza, substituindo uma visão orgânica e holística por uma perspectiva mecanicista, que se transformou no modo predominante de estabelecer relações entre seres humanos e o meio ambiente natural, conferindo autoridade aos homens (branco, europeu) a realizarem qualquer tipo de ação que expandisse o domínio e o controle da natureza.

A natureza é vista como um recurso separado, externo e inferior aos seres humanos, que podem explorá-la e dominá-la para favorecerem a si mesmos, analogamente ao que os homens fazem com as mulheres e minorias raciais e étnicas. Isso é denominado como o processo de feminização da natureza.

As origens do movimento geralmente estão atreladas às décadas de 60 e 70, denunciando essa associação desvalorizadora que o patriarcado estabelece entre as mulheres e a natureza. Mas destaca-se também que as mulheres foram as primeiras a protestar contra a degradação ambiental, a energia nuclear e a violência da guerra. Rachel Carson, por exemplo, é uma importante referência sobre o despertar da reflexão ecológica com o Livro Primavera Silenciosa, publicado em 1962. Outro documento importante, “Os limites do Crescimento”, 1972, também contou com a participação de

uma mulher, Donella Meadows. No sul global o movimento Chipko do Himalaia é o mais referenciado.

A defesa do território pelos povos organizados do Sul global é uma luta histórica, com mais de cinco séculos. Por meio de seus embates, esses sujeitos e sujeitas colocam seus corpos no centro, arriscando a própria vida e suas possibilidades de existência (HERNANDEZ e JIMENEZ, 2023).

Porém, é reconhecido à Françoise D'eaubonne, ativista francesa, como a primeira a postular a relação entre ecologia e feminismo, em 1974. Portanto, o ecofeminismo, como destaca Elizabeth Beltrán (2019), é uma teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para sua transformação.

O ecofeminismo faz esse diálogo entre as propostas emanadas das lutas sociais e da teoria política do século XX. Relacionando duas correntes de pensamento e militância, ecologia e feminismo, questionando a relação de domínio do ser humano sobre a natureza e a relação de poder desigual e violenta do patriarcado, do homem sobre a mulher.

Parte-se da premissa que todos e todas precisam de cuidados para sobreviver, dessa forma os ecofeminismos (essencialista, construtivista, ecumênico, ecofeminismos do sul) colocam em evidência as bases materiais do cuidado e a sustentabilidade da vida, as quais estão invisibilizadas, desvalorizadas e exploradas no sistema de dominação capitalista, essas atividades são realizadas em sua maioria por mulheres que, sem as atividades de atenção e cuida a sobrevivência humana, a produção e a reprodução da cultura e da sociedade seriam impossíveis.

Como destaca Vandana Shiva, Maria Mies e outras, a origem dessa maior compatibilidade entre as mulheres e a natureza está na construção social e histórica do gênero, específica em cada cultura, nasce nas divisões de trabalho e papéis sociais estabelecidos nos sistemas históricos de gênero e classe, e nas relações de poder político e econômico. Por exemplo, são as divisões de trabalho estabelecidas em comunidades rurais e/ou pesqueiras.

Shiva denuncia ainda que o denominado desenvolvimento encobre uma estratégia de colonização vinda do ocidente que tem por base as relações de domínio sobre a mulher e sobre a natureza. Para elas é incompatível a sustentabilidade com um

sistema econômico baseado no crescimento, questionando o fato da economia e do mercado definirem as estratégias para alcançar o bem estar.

[...] as empresas multinacionais do ocidente, apoiadas pelos governos dos países economicamente poderosos, tentam conservar o poder econômico do Norte e a vida de opulência dos ricos. Para isso exportam os custos ambientais ao terceiro mundo (SHIVA, 2001 apud BARRAGÁN et al, p. 104 2020).

Para além das suas diferenças, os ecofeminismos convergem na ideia central de que a opressão das mulheres e dos homens e a superexploração da natureza são parte de um mesmo fenômeno. Que envolve uma ordem cultural e simbólica, o patriarcado, uma ordem econômica, o capitalismo, que invisibilizam, desprezam, violentam e se apropriam do trabalho de cuidado da vida humana com a superexploração dos corpos, além de levar a natureza aos limites da desapropriação, degradação, mesmo ela sendo a base fundamental para o bem estar e a sustentabilidade da vida.

Portanto, retrata a denúncia de uma crise sistêmica, no qual os custos ambientais afetam desproporcionalmente as mulheres, sobretudo as mulheres do meio rural, como as agricultoras e pescadoras artesanais que dependem de seus conhecimentos sobre os ciclos de vida da natureza, são as mais prejudicadas pela imprevisibilidade do clima decorrente do aquecimento global

A marcha das Margaridas é um exemplo, que reúne a diversidade das mulheres rurais, e embora tais mulheres não se autodenominem feministas ou ecofeministas, a literatura ecofeminista auxilia a perceber que a intersecção entre questões de gênero e ambientais são centrais no fazer e pensar feminista das mulheres que integram a Marcha das Margaridas, como mostra a professora Tânia Kuhn (2017).

As reivindicações das mulheres do campo, das florestas e das águas trazem diversas premissas feministas em seus documentos bases, que vão da luta por participação política, autonomia sobre o corpo, o fim da violência, agroecologia, conservação, soberania alimentar, políticas públicas, direitos sociais e uma proposta de educação não sexista.

As Mulheres dos movimentos rurais mostram que a soberania e segurança alimentar dependem do trabalho múltiplo e do conhecimento que elas possuem sobre os

processos produtivos, bem como de uma convivência mais harmônica com e integrada à terra e sua diversidade de formas de vida, humanas e não humanas. Elas buscam contribuir para o reconhecimento das relações de interdependência que existem entre humanos e não humanos, distanciando-se, portanto, da abordagem desenvolvimentista.

Questões e conflitos ambientais são pontos centrais para as mulheres que ocupam o espaço rural no Brasil e enfrentam o problema do empobrecimento do solo, da poluição das águas, da falta de acesso à terra, da expansão do agronegócio e da monocultura de produção de commodities, dos efeitos do aquecimento global e do deflorestamento indiscriminado.

É necessário, contudo, distinguir o ecofeminismo construtivista, representado por Shiva e Mies, do que emerge especificamente no contexto latino-americano a partir das lutas concretas de mulheres indígenas, camponesas e, no nosso caso, extrativistas costeiras e marinhas. Agarwal (1992), em crítica aos ecofeminismos essencialistas, argumenta que a relação das mulheres com a natureza não é fruto de uma essência feminina, mas da materialidade das práticas decorrentes da divisão sexual do trabalho.

As mulheres rurais do Sul Global desenvolvem conhecimentos ecológicos não por serem "naturalmente" mais cuidadoras, mas porque suas responsabilidades concretas, como garantir água, alimentos, remédios entre outras providências para suas famílias, as colocam em interação cotidiana com ecossistemas locais. Essa distinção é fundamental para evitar romantizações que desembocam em novos essencialismos.

Nesse sentido, o ecofeminismo de sobrevivência (Mies & Bennholdt-Thomsen, 1999; Siliprandi, 2000) caracteriza-se pela base material das lutas: mulheres defendem territórios porque sua sobrevivência e de suas famílias depende diretamente dos bens comuns ameaçados. Não se trata de uma posição ideológica prévia sobre "harmonia com a natureza", mas de resistência concreta à destruição de suas condições materiais de existência.

Como aponta Martínez-Alier (2007) ao analisar o ecologismo dos pobres, são as populações diretamente dependentes de ecossistemas que primeiro percebem e resistem à degradação ambiental. E destaca que nos conflitos socioecológicos, diversos atores exprimem diferentes discursos de valoração. No entanto, cabe a análise sobre quem possui o poder político "para simplificar a complexidade e sacrificar certos

interesses e valores sociais impondo um único discurso de valoração a despeito dos demais, como tem ocorrido com o discurso econômico. (MARTÍNEZ-ALIER, P.14, 2015)".

O feminismo comunitário, por sua vez, desenvolvido por feministas indígenas e originárias da América Latina como Lorena Cabnal (2010) e Julieta Paredes (2010), propõe uma crítica simultânea ao patriarcado ancestral que pode ocorrer dentro das comunidades e ao patriarcado moderno/colonial, imposto pela colonização e aprofundado pelo capitalismo. Para Cabnal, feminista comunitária Xinka da Guatemala, o conceito de corpo-território é central: o corpo das mulheres é o primeiro território colonizado, onde se inscrevem violências que se estendem ao território geográfico. Não se pode defender o território sem defender os corpos das mulheres contra a violência patriarcal; inversamente, não se pode libertar as mulheres mantendo a destruição territorial.

O feminismo comunitário propõe, assim, uma despatriarcalização que não se limita a incluir mulheres em estruturas de poder existentes, mas questiona radicalmente as formas patriarcais de organização social, incluindo aquelas presentes em cosmologias ancestrais. Como analisa Paredes (2010), há um entronque patriarcal, na articulação entre patriarcado pré-colonial e patriarcado colonial que exige uma luta em dupla frente.

Silvia Federici (2004, 2010), contribui para a compreensão da relação entre acumulação capitalista e controle dos corpos das mulheres. Ao analisar a caça às bruxas nos séculos XVI-XVII, a autora demonstra que a transição ao capitalismo exigiu a destruição da autonomia feminina sobre seus próprios corpos, como as práticas de contracepção, aborto e os conhecimentos de cura, transformando mulheres em "máquinas de produção de trabalhadores". Simultaneamente, ocorreram os cercamentos, expropriação de terras comunais, e a destruição de conhecimentos tradicionais sobre a natureza.

Esse processo histórico ajuda a entender os processos contemporâneos que Federici (2013) chama de nova caça às bruxas consiste na criminalização de lideranças femininas que defendem territórios, a violência sexual sistemática contra mulheres em zonas de conflito socioambiental, a imposição de agricultura industrial que destrói saberes femininos sobre sementes e alimentos. Como a autora argumenta, a

acumulação primitiva não é um momento histórico passado, mas um processo permanente do capitalismo, particularmente intenso nas periferias do sistema.

Conectando essas perspectivas ao contexto amazônico-costeiro, podemos compreender que as mulheres extrativistas do litoral paraense não são ambientalistas por essência, mas ambientalistas por necessidade e prática. Suas lutas pela defesa dos maretórios emergem da interdependência concreta entre seus corpos, trabalhos, famílias e ecossistemas manguezais. Como veremos adiante, a criação da Rede de Mulheres das Marés e das águas expressa precisamente essa articulação entre defesa do corpo-território, a exemplo da luta contra a violência doméstica, e defesa do maretório, contra a degradação ambiental.

Por sua vez, García-Torres et al. (2023) nos ajudam a compreender o contexto latino-americano ao recuperarem como a substituição do Consenso de Washington pelo Consenso das Commodities, baseado na exportação de matérias-primas mediadas pelos Estados na América Latina, levou a uma rápida expansão e implementação de megaprojetos capitalistas de diversos tipos, em territórios que estão na base da reprimarização das economias latino-americanas. Nesse processo há benefícios concedidos às grandes empresas agroexportadoras em detrimento dos modelos camponeses e de povos originários e populações tradicionais, fomentando a violência e os conflitos socioambientais na região.

As autoras, contudo, abordam a penetração do capital nos territórios a partir da escala do corpo, dialogando com Segato (2004) e Federici (2014, 2019). Segato apoia a análise ao argumentar que a apropriação territorial envolve a posse violenta dos corpos das mulheres, vistos como passíveis de sacrifício para o controle do território. Federici, por sua vez, ressalta a ligação entre a acumulação originária e a violência patriarcal desde a transição do feudalismo ao capitalismo, um vínculo que persiste nos atuais contextos extrativistas (GARCÍA-TORRES et al, 2023).

A organização das mulheres em seus territórios contra o avanço do capitalismo e do colonialismo evidencia a cumplicidade entre os poderes econômico e político, uma realidade semelhante em toda a América Latina. Diante da expansão generalizada dos megaprojetos do capital, as mulheres organizadas emergiram como uma nova e

significativa frente de resistência, assumindo um protagonismo social que lhes foi historicamente negado.

Diante desse contexto, as autoras apresentam o conceito de (re) patriarcalização dos territórios. Este conceito visa nomear a complexa interconexão entre as violências geradas pelo atual ciclo de expansão capitalista no continente e a resistência coletiva das mulheres. Essa resistência se manifesta contra a implantação territorial de megaprojetos, as práticas neocoloniais de expropriação dos espaços de vida e a reconfiguração do patriarcado, elementos exigidos pelo modelo extrativista (GARCÍA-TORRES et al, 2023).

Para Svampa (2015) ao analisar o protagonismo das mulheres nos processos de auto organização coletiva na América Latina e países do Sul os caracterizou como processo feminização das lutas e o compara com a ambientalização das lutas sociais, sugerindo que muitas mulheres acabam sendo feministas populares no próprio processo de luta. Para a autora os feminismos populares se definem pela luta contra o patriarcado e a proposta de despatriarcalização, a defesa da autonomia e a ampliação das temáticas de discussão para incluir terras, territórios, corpos e representações. Outros traços comuns são a associação com o pensamento situado e a crítica ao individualismo moderno, valorizando a interdependência com a natureza, que ela denomina de ecodependência.

O Ecofeminismo de sobrevivência está ligado à ecologia popular dos países do Sul, vinculado à experiência das mulheres na defesa da saúde, sobrevivência e território. Caracteriza-se pela base antropológica, busca superar o feminismo da igualdade e da diferença através da interdependência ("eu-em-relação") e propõe a coparticipação dos gêneros na relação com a natureza. A autora conclui que a cultura do cuidado e o ethos pró-comunal expressam uma lógica e racionalidade que questionam o capitalismo, reconhecendo a ecodependência e valorizando o trabalho de reprodução social, contribuindo para pensar uma sociedade ecológica e socialmente sustentável.

Assim, tanto as perspectivas do ecofeminismo e do feminismo comunitário e de sobrevivência convergem em reconhecer a interconexão entre opressões, entre mulheres e a natureza. Elas buscam desafiar as estruturas patriarcais e promover uma visão mais justa e sustentável para o mundo, valorizando o cuidado, a equidade de

gênero e a harmonia com a natureza como pilares fundamentais para uma sociedade mais sustentável e igualitária.

Astrid Ulloa (2016, 2020), ao analisar os feminismos territoriais na Colômbia, demonstra como mulheres indígenas e camponesas constroem epistemes próprias a partir da defesa de seus territórios, articulando corpo, território e natureza como categorias indissociáveis, criticando o desenvolvimento capitalista e extrativista. A autora argumenta que essas mulheres não apenas resistem às violências, mas produzem conhecimentos alternativos sobre as relações sociedade-natureza que desafiam tanto o patriarcado quanto a colonialidade do saber.

A autora articula a relação entre extrativismo, desigualdade de gênero e violência contra as mulheres na América latina a partir das seguintes observações: ocorre um processo de masculinização do território e do trabalho, sobretudo na mineração, onde as identidades masculinas são associadas à força produtiva, ao progresso e à atividade mineira, enquanto as mulheres são frequentemente invisibilizadas, excluídas ou segregadas a papéis reprodutivos e de cuidado. Quando as mulheres conseguem acessar o trabalho nas minas, muitas vezes enfrentam condições desiguais, salários inferiores e segregação em tarefas como lavagem de roupa ou preparação de alimentos. Essa atividade tende a centralizar o poder de decisão e os recursos nas mãos dos homens, aumentando a dependência econômica das mulheres e desvalorizando as suas contribuições financeiras e de cuidado.

Outro ponto é a compreensão do corpo das mulheres como território de conquista e violência nos locais afetados pela mineração. Uma das consequências mais graves da relação entre extrativismo e gênero é o aumento da violência sexual e física. A expansão da mineração, especialmente a ilegal, atrai redes criminosas e grupos armados que instauram "soberanias sobrepostas". Isso resulta no aumento da prostituição forçada, tráfico de pessoas e exploração sexual de meninas e mulheres indígenas, muitas vezes enganadas ou coagidas. O corpo da mulher torna-se um corpo de dupla exploração para serviços domésticos e sexuais nos acampamentos mineiros, onde a violência é usada como ferramenta de controle.

A autora argumenta que essas violências não são acidentais, mas sistêmicas, baseadas em uma lógica de modernidade/colonialidade. Existe uma

imposição de binários, homem/mulher, cultura/natureza, onde a natureza é "feminizada" e, portanto, considerada passível de apropriação, exploração e controle, assim como as mulheres. A destruição dos bens comuns é uma forma de violência direta contra as mulheres, pois afeta seus modos de vida e a capacidade de garantir a subsistência de suas famílias e comunidades.

Em resposta a essas violências, emergem o que a autora denomina de feminismos territoriais. Trata-se de movimentos liderados por mulheres que politizam o cotidiano e o corpo, recusando a separação entre a defesa da terra e a defesa de seus próprios corpos contra a violência patriarcal, sintetizados em cinco eixos baseados em princípios culturais, a saber: o posicionamento de outras relações com o não humano, uma política territorial horizontal e vertical, novas relações de gênero pautadas em categorias locais e não patriarcais, autonomia e autodeterminação política frente ao Estado e a valorização das práticas de vida e saberes tradicionais.

Essa perspectiva dialoga com Segato (2016) ao denunciar a "pedagogia da crueldade", onde a exploração da natureza e a violência contra as mulheres se entrelaçam como expressões da colonialidade de gênero. A autora demonstra como o território dos corpos das mulheres e o território da terra são simultaneamente invadidos, expropriados e violentados pelo avanço do capital. É nesse cenário que se situa o conceito de feminismo ecoterritorial, ainda em construção teórica, mas que pode ser compreendido como uma práxis política que emerge das lutas concretas de mulheres em seus territórios, articulando simultaneamente a defesa da vida, da natureza e da autonomia feminina (Svampa, 2015; Ulloa, 2016; Cabnal, 2010).

Trata-se do que Svampa (2021) caracteriza posteriormente como feminismo ecoterritorial que estabelece relações com a perspectiva ecofeminista no contexto de um paradigma relacional e da cultura dos cuidados. Além do mais, os feminismos ecoterritoriais buscam a interconexão com a natureza e defendem o corpo-território, tal como a perspectiva ecofeminista que destaca a interconexão entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. Ambos compartilham uma preocupação com a justiça social e ambiental, e buscam uma relação mais harmoniosa entre as pessoas e a natureza.

De acordo com a autora o conceito de feminismos ecoterritoriais refere-se às lutas das mulheres na América Latina que estão vinculadas aos movimentos ecoterritoriais e às mobilizações de afetados socioambientais. Essas lutas são caracterizadas pela defesa do corpo-território, ou seja, da interconexão entre o corpo das mulheres e o território em que vivem, e pela associação entre a violência patriarcal, a violência extrativista e colonial.

A autora destaca que essas lutas estão configurando um espaço para a discussão em torno de temas como afetação ambiental e zonas de sacrifício, água, território e extrativismos, corpos e territórios, demanda de terra e soberania alimentar. Em suma, o conceito de *feminismos ecoterritoriales* apresentado pela autora faz referência às lutas das mulheres na América Latina que buscam a defesa do corpo-território e a associação entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental, construindo um novo paradigma civilizatório que, supere o modelo colonial e patriarcal e que promova a interconexão entre os seres humanos e a natureza.

Uma das características das lutas socioambientais no contexto latino-americano, segundo a autora, é o giro ecoterritorial. De modo geral, esse processo se constitui na construção de alianças e acordos forjados entre diferentes atores e organizações, nos quais conhecimentos locais, tradicionais, ancestrais e técnicos convergem na elaboração de diagnósticos comuns e divergem dos discursos dominantes. O giro ecoterritorial ocorre quando sujeitos historicamente marginalizados formulam novos marcos interpretativos que rompem com categorias hegemônicas e constroem significados próprios para suas lutas (SVAMPA, 2019).

O conceito de giro ecoterritorial proposto por Svampa (2019) não se refere apenas a uma mudança temática, como incluir questões ambientais nas lutas sociais, ou estratégica. Trata-se de um giro epistemológico e ontológico, de uma transformação nas formas de conhecer e nas formas de existir no mundo. Pois, grupos historicamente subalternizados, mulheres indígenas, camponesas, extrativistas, deixam de ser "objetos" de conhecimento para se afirmarem como produtoras de conhecimentos válidos

No caso das mulheres extrativistas costeiras e marinhas da Amazônia, o giro epistemológico se expressa quando elas não apenas reivindicam direitos, mas afirmam que seus conhecimentos sobre maretórios, tais como a leitura de marés, calendários

ecológicos, técnicas de manejo e produção de alimentos, entre outros, são tão ou mais válidos que modelos científicos abstratos para gerir seus territórios. Portanto, não aguardam que especialistas "descubram" ou validem o que elas já sabem, mas exigem que seus saberes sejam reconhecidos como base para políticas públicas.

A dimensão ontológica do giro ecoterritorial reside no questionamento da separação entre natureza e cultura, humanos e não-humanos, sujeito e objeto que funda a modernidade ocidental. Como demonstram Escobar (2014) e De la Cadena (2015), povos indígenas e comunidades tradicionais praticam ontologias relacionais onde não há natureza externa a ser dominada, mas relações de interdependência constitutivas.

Aplicando a disputa ontológica ao contexto costeiro marinho, podemos empreender que para a lógica desenvolvimentista, manguezais são "recursos pesqueiros" a serem explorados eficientemente. No entanto, para as mulheres extrativistas, são espaços de vida onde humanos, caranguejos, árvores, marés e luas co-existem em relações de reciprocidade. A defesa dos maretórios não é apenas econômica, nem apenas ambiental, mas ontológica, defender um mundo onde essas relações são possíveis. As mulheres extrativistas, ao defenderem que "o mangue tem seus tempos", períodos de resguardo reprodutivo, ao respeitarem "a hora da maré", reconhecem também a agência dos não-humanos, suas temporalidades próprias que não se dobram à temporalidade capitalista da produção contínua.

Nesse sentido, no artigo "Mas é Território ou Maré?" de Moreira et al. (2024), analisamos como o conceito de maretório pode ser compreendido como um giro ecoterritorial que emerge do conhecimento situado das mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil. Tendo em vista que o termo surge a partir delas e da constatação de que o termo território não dava mais conta de expressar a relação que estabelecem com as marés. Do debate que se gerou, surgiu a ideia de unir as palavras "maré" e "território", dando origem ao termo maretório.

Essa união de palavras compreende a relação entre o conhecimento tradicional das mulheres e sua relação com os ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos do litoral do Pará, na Amazônia brasileira. A partir dos diálogos com essas mulheres e reflexões sobre suas práticas, podemos entender que esse conhecimento envolve a compreensão das dinâmicas das marés, o ciclo da lua, o comportamento da vida nos

manguezais, a observação do ambiente como indicador ambiental, a percepção através dos sentidos das mudanças do clima e das paisagens, entre outros. Toda essa sabedoria, é acumulada ancestralmente e ganha forma no conceito de “maretório”, e se torna assim, uma forma de reconhecer e valorizar os conhecimentos dessas mulheres (MOREIRA et al, 2024), um ato de insurgência epistêmica, mulheres extrativistas nomeando sua própria realidade em seus próprios termos, recusando categorias impostas que não capturam sua experiência.

Parte II
Enchente



2. GÊNERO E MEIO AMBIENTE: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PAUTA AMBIENTAL

No capítulo anterior abordei vários exemplos de como as mulheres têm se organizado e resistido frente às ameaças e violações de direitos socioambientais nos territórios. Neste capítulo continuarei mostrando como esse protagonismo trouxe visibilidade às demandas das mulheres, influenciando a construção de políticas públicas, além de abordar brevemente a contribuição teórica sobre gênero e meio ambiente.

Os estudos que abordam a temática da relação complexa entre homens, mulheres e natureza apontam que a perspectiva integradora de conhecimentos interdisciplinares é mais eficiente na compreensão das experiências sociais e subjetivas das populações tradicionais na sua relação e inter-relação com o meio ambiente (SADALA; BRASILEIRO, 2017).

Neste contexto, os trabalhos que analisam a relação entre meio ambiente, gênero e populações tradicionais na Amazônia demarcam a divisão sexual do trabalho como central para a compreensão das relações socioculturais dessas populações. Nesta divisão, cabem à mulher os trabalhos relativos ao cuidado da família, dos filhos, da casa, dos animais, do cultivo. Aos homens cabem as atividades ligadas ao ambiente externo, público, como a pesca, a caça, a comercialização de produtos (SILIPRANDI, 2000); (SILVA; SIMONIAN, 2006).

Em outro estudo, Simonian (2001) destaca que as relações de gênero são moldadas por aspectos culturais e sociais, que também envolvem relações de poder desiguais. Essa dinâmica, frequentemente invisibilizada, coloca um dos gêneros em posição de subordinação. A organização social, ao estruturar os contextos culturais e econômicos, perpetua essas assimetrias, privilegiando o masculino em detrimento do feminino. Assim, a contribuição das mulheres à pauta ambiental também com frequência foi invisibilizada e silenciada.

Diante do agravamento da crise ambiental os países tiveram que pensar e celebrar acordos internacionais, como o protocolo de Kyoto (1995) e a Conferência de Copenhague (2009), reuniram-se em Conferências Internacionais sobre o clima e a biodiversidade, como a ECO-92 e desde que se tem registro da institucionalização da

questão ambiental, as mulheres estão se mobilizando para participar e denunciar as graves consequências da exploração desenfreada da natureza e a relação disso com as violações de direitos das mulheres em seus territórios. Como apontam Rossini e Calió (2008):

A partir da segunda metade da década de 80 a questão “gênero e meio ambiente” passou a fazer parte da Agenda política de organizações internacionais, contemplando dois pontos imprescindíveis: a) a impossibilidade de vislumbrar-se o futuro das novas gerações sem políticas adequadas de proteção ambiental; b) a impossibilidade de vislumbrar-se “o mundo de amanhã”, sem a participação ativa e igualitária das mulheres (ROSSINI; CALIÓ, 2008, p. 3).

Para Tornquist et al. (2010), a presença das mulheres na ECO-92 foi um ponto crucial de reflexão no campo do feminismo e do gênero, pois após a Conferência muito trabalho de reflexão e elaboração foi realizado para compreender como os chamados novos movimentos sociais na época, estavam articulando as especificidades das mulheres e feministas às questões ambientais.

[...] a presença, na ECO-92, das mulheres e das feministas, com suas especificidades, inaugurou o Planeta Fêmea – um espaço de articulação das questões ambientais, articulações estas anunciadas também, em nível teórico, nos marcos do que se convencionou chamar de ‘novos movimentos sociais’, como o movimento ecológico e o feminista, considerados por alguns autores e autoras como os principais movimentos sociais da virada do século XX para o século XXI (TORNQUIST et al, p. 865. 2010).

No dossiê apresentado por Tornquist et al (2010), portanto é destacado o protagonismo das mulheres em ações políticas relativas às questões ambientais, além da mencionada acima, destacam-se também a proposta de criação de um tribunal internacional de justiça climática que reparte a dívida climática dos países ricos com os países pobres, além de se destacarem nos Fóruns Sociais Mundiais e na Marcha Mundial das Mulheres, que têm assumido as bandeiras de lutas ambientais e sociais desde 2005.

Para as autoras, a aproximação do debate de gênero com o desenvolvimento sustentável tem incluído temas como a agricultura familiar, a silvicultura, irrigação e

sistemas de água, dentre outros, pois são as mulheres que, em sua maioria, ainda preservam as habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivos, tanto da alimentação básica como de ervas e plantas medicinais. Tornquist et al. (2010). No contexto do desenvolvimento sustentável, muito difundido entre organizações e agências internacionais, o tema da igualdade de gênero constitui-se como fundamental para alcançar a resolução dos problemas socioambientais.

As autoras enfatizam o papel central das mulheres como agentes de transformação para um desenvolvimento humano local e sustentável. Sua experiência e saberes na gestão de recursos, produção de alimentos e preservação da biodiversidade, evidenciados em práticas como a seleção de sementes e a valorização dos quintais, demonstram um profundo conhecimento dos ecossistemas locais e uma capacidade ímpar de conectar campo e cidade.

No entanto, também reconhecem que a situação de desigualdade social faz com que as mulheres, sobretudo as mais pobres, sejam as primeiras e mais atingidas pela crise ecológica, como exemplo destacam a sobrecarga de trabalho das mulheres diante das mudanças climáticas para satisfazer as necessidades básicas da família diante da escassez de água, problema que se agrava nas áreas rurais onde o abastecimento de água e o saneamento de modo geral é ineficiente e em alguns casos inexistentes. As autoras Rossini e Calió (2008) também já apontavam como impactos ambientais o desmatamento, a poluição das águas, as queimadas e o assoreamento dos rios, entre outros, decorrentes de atividades, como a mineração e a pecuária, que sobrecarregam as mulheres mais pobres e moradoras de áreas rurais.

Empenhadas em compensar a insuficiência crônica dos serviços e equipamentos sociais, são levadas a produzir um volume considerável de trabalho cotidiano que aqui definiríamos como um fenômeno essencial para talvez evitar explosões sociais, trazendo à ordem do dia a importância das políticas públicas que incorporem às suas necessidades e também a sua participação nas tomadas de decisão (ROSSINI; CALIÓ, p. 3, 2008).

Na Amazônia, as autoras destacam que a dificuldade de acesso a crédito, à posse da terra e à educação é ainda maior entre as mulheres do que entre os homens, e isso tem sido um fator de silenciamento que dificulta o protagonismo das mulheres no acesso

a recursos e na participação sociopolítica. Mostram como é insuficiente a participação das mulheres tanto nos níveis de decisão e formulação de políticas como na gestão, conservação e sustentabilidade da Amazônia, levando ao subaproveitamento de suas experiências e capacidades voltadas às técnicas de manejo e utilização dos recursos, e que se expressa também nos espaços de poder e tomada de decisões.

Portanto, a perspectiva de gênero é essencial para compreender as complexas relações entre sociedade e meio ambiente. Ao reconhecer o papel fundamental das mulheres na conservação da natureza e na promoção de políticas públicas que valorizem seus conhecimentos e práticas, as mulheres vislumbram a construção de um futuro mais equitativo e sustentável de fato.

2.1 ENTRE CONQUISTAS E RETROCESSOS: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

O protagonismo das mulheres das marés e das águas e a articulação realizada no longo histórico de luta pela garantia de direitos socioambientais e cidadania possibilitaram também pautar diretrizes no campo das políticas públicas, assim como nos territórios onde as políticas socioambientais são implementadas surgem demandas e necessidades específicas. Defende-se que, para além da presença prévia da dimensão de gênero nas políticas públicas, deve ocorrer também a democratização de programas e políticas na sua implementação, tornando-os mais suscetíveis às solicitações das comunidades.

Antes de adentrar especificamente nas políticas públicas, é fundamental compreender o contexto de conflitos socioambientais que marca os territórios amazônicos e como esses conflitos afetam desproporcionalmente as mulheres extrativistas. Acseirad (2004, 2009), ao abordar a justiça ambiental no Brasil, demonstra que conflitos ambientais não são apenas "disputas por recursos naturais", mas expressam desigualdades estruturais onde populações vulnerabilizadas são sistematicamente expostas a riscos ambientais e privadas de acesso a bens comuns.

No litoral paraense, os territórios se configuram como arenas de múltiplos conflitos, por exemplo, pesca industrial vs. artesanal, carcinicultura contra o extrativismo

tradicional de mangue, especulação imobiliária litorânea, projetos de infraestrutura (portos, estradas, turismo), contaminação por agrotóxicos e efluentes industriais. Como documentam Figueiredo et al (2009) e Sousa (2019), a construção da PA-458 em Bragança, ao aterrar 26 km de manguezais para "facilitar acesso turístico", exemplifica como o desenvolvimentismo destrói bases materiais de subsistência de populações tradicionais sob retórica de progresso.

As mulheres das marés e das águas enfrentam o que Henri Acselrad (2009) denomina de injustiça ambiental, processo no qual a distribuição desigual dos custos ambientais do desenvolvimento, em que populações vulnerabilizadas, especialmente comunidades tradicionais, pobres e não brancas, suportam desproporcionalmente os impactos da degradação ambiental enquanto os benefícios econômicos são apropriados por elites.

Acselrad, Mello e Bezerra (2009) definem injustiça ambiental como:

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 41).

No litoral paraense, a injustiça ambiental se manifesta de múltiplas formas, conforme apresentado anteriormente, com a instalação de empreendimentos portuários que poluem águas e destroem mangues, a expansão da carcinicultura industrial que privatiza áreas tradicionalmente usadas pelas comunidades e contamina com produtos químicos, a especulação imobiliária que expulsa populações tradicionais de áreas costeiras valorizadas, a pesca industrial predatória que esgota estoques pesqueiros dos quais dependem pescadores artesanais e a ausência de saneamento básico nas comunidades.

Tania Pacheco (2008) trabalha com o conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, evidenciando como a discriminação racial determina quais corpos e territórios serão sacrificados em nome do "desenvolvimento". Pacheco coordena o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, que documenta centenas de casos em que populações negras, indígenas e quilombolas são desproporcionalmente

afetadas por empreendimentos poluentes, desmatamento, contaminação por agrotóxicos, entre outras formas de violência ambiental.

O racismo ambiental não é apenas um efeito colateral indesejado do desenvolvimento, mas uma estratégia deliberada. Como argumenta a autora, a escolha de onde instalar uma indústria poluente, um aterro de lixo tóxico, um projeto de mineração, não é neutra ou baseada apenas em critérios técnicos, mas profundamente marcada por relações de poder racial e de classe. Áreas habitadas por populações não brancas e pobres são sistematicamente escolhidas porque essas populações têm menor capacidade de resistência política, menor acesso a recursos jurídicos, menor representação política, menor visibilidade midiática e porque suas vidas são consideradas menos valiosas, mais descartáveis.

No litoral amazônico, a intersecção entre exploração ambiental e discriminação racial é notável, embora frequentemente invisibilizada. As comunidades pesqueiras e extrativistas são majoritariamente negras, indígenas ou não brancas. A naturalização de que essas populações vivam sem saneamento básico, sem acesso adequado à saúde e à educação, sem segurança jurídica sobre seus territórios, está profundamente conectada ao racismo estrutural brasileiro que historicamente relegou populações negras e indígenas a condições de cidadania precária.

De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, 2012), os conflitos ambientais são essencialmente conflitos por diferentes modos de vida. O autor sustenta que não há uma única "Amazônia", mas sim múltiplas Amazônias, cada uma definida por relações sociais, formas de habitar o território e ontologias distintas. Assim, a Amazônia vivenciada pelos povos indígenas difere daquela das comunidades quilombolas, que por sua vez não é a mesma das populações ribeirinhas, das frentes de expansão do agronegócio ou das mineradoras transnacionais.

O autor argumenta que conflitos territoriais expressam "r-existências", resistências que afirmam outras formas de existir no mundo. Povos e comunidades tradicionais não apenas resistem passivamente à expropriação, mas re-existem ativamente, criando e recriando territorialidades alternativas baseadas em lógicas não-capitalistas. O conceito é importante para pensar nas mulheres extrativistas, não como

vítimas passivas da degradação ambiental, mas agentes que re-inventam formas de vida apesar e contra a destruição.

Maneschy (1995, 2012), ao estudar pescadoras e marisqueiras no Pará, demonstra como a invisibilidade do trabalho feminino na pesca/extrativismo não é acidental, mas estrutural. Embora as mulheres sejam fundamentais nas cadeias produtivas, pois realizam a coleta, beneficiamento e comercialização do pescado, seu trabalho é classificado como "ajuda" ou extensão do doméstico, não como pesca propriamente dita. Essa invisibilização tem consequências materiais, como a negação de direitos sociais e previdenciários, a dificuldade de acesso à documentação (carteira de pescadora), seguro-defeso, crédito, participação em decisões sobre manejo.

A autora identifica uma divisão sexual do trabalho específica aos contextos da pesca: homens pescam em mar aberto, com barcos, redes, espécies de maior valor comercial; mulheres marisqueiam em mangues, coletam em áreas rasas, beneficiam o pescado. Essa divisão não é natural, mas socialmente construída e reproduz hierarquias de gênero que desvalorizam conhecimentos e práticas femininas.

Por sua vez, Di Ciommo (2007), estudando a RESEX de Arraial do Cabo (RJ), documenta como conflitos por recursos pesqueiros se intensificam com a chegada da pesca industrial e do turismo predatório. Mulheres marisqueiras, já marginalizadas dentro de suas próprias comunidades, são as primeiras a perder acesso a áreas de coleta quando há privatização ou degradação. A autora demonstra que o gênero é fator determinante em quem ganha e quem perde em conflitos ambientais. Dialogando com Woortmann (1992), que analisa como a modernização da pesca por meio de motores, equipamentos industriais e integração ao mercado capitalista transformou relações de gênero anteriormente marcadas por complementaridade, homens e mulheres com funções distintas, mas interdependentes, em relações de subordinação, trabalho masculino valorizado como "produtivo", trabalho feminino desvalorizado como "auxiliar".

A criação das RESEX MAR emerge nesse contexto conflituoso. Não são "dávivas" do Estado, mas conquistas de mobilizações locais, com protagonismo feminino frequentemente invisibilizado, que resistem à privatização/destruição de seus maretórios. Como veremos, mulheres foram centrais na criação das primeiras RESEX

MAR no Pará, mas sua participação foi subregistrada pela historiografia oficial desses processos.

Retomando, a implementação de políticas públicas socioambientais revela uma incorporação da mulher, seja como público-alvo principal, seja como grupo atendido dentro de um programa mais abrangente, a partir da sua função tradicionalmente aceita de cuidadora, ou seja, a mulher é incorporada no bojo da política devido à contribuição para manutenção familiar. Constatase que no caso das políticas com vistas à conservação ambiental, onde as mulheres têm forte presença, a elas recai a dupla tarefa do cuidado com a natureza e com a família, devido também a concepção de natureza embutida nas principais políticas socioambientais implementadas no país. Para Rossini e Calió (2008):

As mulheres da Amazônia, em geral, categorizadas como as mais pobres entre os pobres, têm pouca possibilidade de influenciar e transformar políticas, sendo, frequentemente, excluídas de programas de desenvolvimento e de políticas que afetam diretamente sua subsistência. A preferência das políticas públicas por métodos padronizados e racionais menospreza questões sociais específicas sobre a Amazônia. Por exemplo, nos estudos relacionados à renda, pouco se discute a questão do trabalho doméstico e das atividades de coleta não-remuneradas realizadas pelas mulheres (ROSSINI; CALIÓ, 2008, p. 4).

As políticas socioambientais implementadas nas Resex Mar, de modo geral, não possibilitaram a incorporação das demandas apresentadas pelas mulheres atingidas, bem como por instituições e movimentos feministas, resultando em pouco reconhecimento por parte do poder público das diferenças de gênero e, portanto, na redução de desigualdades dentro de unidades de conservação. As autoras Rossini e Calió (2008) destacam os principais obstáculos para a incorporação do gênero nas políticas voltadas: a insuficiente compreensão do significado de gênero; insuficientes informações desagregadas por sexo; escasso corpo técnico promovendo transversalmente a questão de gênero; pouca concessão de recursos e financiamentos voltados às mulheres.

Historicamente, a concepção e a implementação dessas políticas tendem a adotar uma perspectiva neutra de gênero, desconsiderando as diferentes formas como homens e mulheres interagem com o meio ambiente, o acesso diferenciado aos bens comuns e são afetados pelas decisões de gestão. A invisibilidade do trabalho feminino, muitas

vezes restrito à esfera reprodutiva ou a atividades complementares à extração principal, como o beneficiamento do pescado ou a coleta de mariscos, contribui diretamente para essa exclusão.

Nesse contexto, a análise crítica das autoras nos ajuda a compreender os principais entraves estruturais para a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas de desenvolvimento e conservação na Amazônia. Um dos maiores obstáculos reside na insuficiência da compreensão do significado e da relevância do conceito de gênero como uma categoria analítica que expõe as relações de poder e as construções sociais que definem papéis e responsabilidades diferenciados. A redução do tema a uma mera questão secundária ou exclusiva de "mulheres" ou a uma abordagem puramente demográfica impede a análise profunda de como as estruturas sociais, econômicas e políticas internas às Resex perpetuam a subalternidade feminina.

Como já referido nesse trabalho, a escassez e a má qualidade de informações e dados desagregados por sexo sobre a participação nas cadeias produtivas, o acesso a crédito, a titularidade de terras ou o envolvimento em instâncias deliberativas inviabilizam a formulação de políticas baseadas em evidências. Sem dados específicos que revelem as assimetrias, o planejamento tende a ser "cego ao gênero" (*gender-blind*), falhando em endereçar as necessidades específicas das mulheres. Soma-se a isso a insuficiência de pessoal técnico sensível e capacitado para promover a transversalização da questão de gênero nas políticas públicas e a escassez de recursos e financiamentos direcionados às mulheres, seja para o fomento de suas atividades produtivas, para a capacitação ou para a organização social.

Em suma, a persistência das desigualdades de gênero nas Resex Mar não é um mero acaso ou reprodução de condições pré-existentes que favorecem o cenário de desigualdades, mas sim o reflexo da não internalização da perspectiva de gênero como um princípio importante na gestão socioambiental, contribuindo para a perpetuação do ciclo de invisibilidade e exclusão das mulheres extrativistas costeiras e marinhas.

O conceito de transversalidade de gênero é a expressão do *gender mainstreaming*, defendida a partir da IV conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, no ano de 1995, é fundamental para análise de tais políticas, pois trata-se de uma estratégia estabelecida para inserção da perspectiva de gênero na ação estatal e por meio da qual

seria possível reorientar as políticas públicas para o objetivo da igualdade de gênero e melhorar as condições de vida das mulheres. Os estudos sobre a aplicabilidade do conceito e institucionalização da política se coadunam com várias críticas já apresentadas neste trabalho.

Marcondes et al (2018), analisam a transversalidade a partir da estruturação da política para as mulheres e igualdade de gênero no executivo federal, destacando a institucionalização ocorrida a partir da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, e o que ocorreu a partir disso, como a política Nacional para as Mulheres de 2004, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), Conferências Nacionais de políticas para as Mulheres (CNPM), o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Destacando esse processo como conflituoso, no qual os significados atribuídos à transversalidade se transformam devido aos fatores culturais, institucionais, espaciais, temporais e também dependem das disputas e negociações do campo feminista.

Partindo da análise de Walby (2005), as autoras propõem o estudo da transversalidade a partir de cinco questões. A primeira parte da relação conflituosa e contraditória existente entre feminismo e Estado, pois a incorporação das reivindicações feministas pelas políticas públicas contribui para a garantia de direitos, por outro lado pode gerar despolitização da luta social e perda da radicalidade da agenda dos movimentos feministas para adequar-se às rotinas governamentais. Trata-se da contrapartida da institucionalização (GUZMÁN, 2001 apud MARCONDES et al, 2018).

O Estado como promotor da igualdade de gênero, conflita tendo em vista que está orientado a reproduzir desigualdades, em geral, e do patriarcado em particular. Sendo assim, o compromisso com a igualdade de gênero pode ser incorporado de forma precária ou marginal, acoplado à dinâmica da ação estatal existente sem reorganizá-la. No caso de uma incorporação integrada, esse conflito contribui para a reorganização e reestruturação do curso da ação estatal.

Outro problema seria a compreensão instrumental do objetivo da igualdade de gênero, neste caso é utilizada para alcançar outros objetivos estratégicos do Estado, como o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza, portanto, não constituindo um fim em si mesmo. Embora as perspectivas sejam conciliáveis, a instrumentalização

separada da compreensão de gênero tende a reforçar desigualdades e estereótipos (MARCONDES et al. 2018).

A segunda questão envolve a pretensão de conformar a transversalidade de gênero a um processo técnico manipulável por meio de um conjunto de instrumentos neutros. No entanto, é importante que a transversalidade possa ser traduzida em um processo operacionalizável com o desenvolvimento de instrumentos que possibilitem o planejamento, implementação, monitoramento, assim como a execução orçamentária e a formação de profissionais. A constituição de organismos de políticas para as mulheres que coordenam esse processo é fundamental, assim como a criação de mecanismos que reverberam essas diretrizes em outros órgãos. No entanto, não se pode perder de vista que essa articulação entre instâncias, instrumentos, organismos e mecanismo precisa incorporar a participação social.

A terceira questão envolve as diferentes concepções de gênero que podem fundamentar o modelo de transversalidade, conforme se aproximam mais das noções de igualdade, diferença ou transformação. A matriz da igualdade identifica na desigualdade das mulheres em relação aos homens a essência do problema. O feminismo da diferença, por sua vez, é criticado por essencializar o feminino, reafirmando estereótipos de gênero. A concepção transformadora das relações de gênero sugere que a ênfase seja deslocada das mulheres para o elemento relacional de gênero, incluindo as masculinidades (MARCONDES et al, 2018).

A diferença nos aponta ainda a necessidade de articular outras relações e identidades às relações de gênero, compreendida por meio do conceito de interseccionalidade, relacionada a quarta questão na análise da transversalidade. A interseccionalidade questiona o sujeito universal feminino, o reconhecimento de múltiplas identidades implica fragmentações que ampliam os desafios à construção de políticas públicas que beneficiem a totalidade dos sujeitos. A quinta questão aponta para as implicações transnacionais do desenvolvimento da transversalidade em um contexto de conflitos entre o nacional, o local e o global, no qual disputas teóricas e políticas sobre o processo de globalização devem ser observadas (WALBY, 2005 apud MARCONDES et al, 2018).

Portanto, a transversalidade de gênero é considerada um processo de incorporação de perspectivas feministas no enquadramento de políticas públicas, tanto na construção do problema público, quanto na definição do curso da ação pública. Identificando nesse processo a materialização do desenvolvimento de condições institucionais que proporcionam a aderência das políticas públicas às agendas políticas feministas (MARCONDES et al, 2021).

No entanto, a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas de conservação pode ser analisada também criticamente à luz da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003). Como argumenta Curiel (2009, 2014), feminista decolonial dominicana, muitas políticas de "empoderamento" de mulheres do Sul Global mantêm estruturas coloniais ao definir, desde o Norte, o que significa desenvolvimento, igualdade de gênero e conservação ambiental.

Nesse sentido, é insuficiente a mera inclusão de mulheres como beneficiárias de programas. Como defende Segato (2016), é preciso questionar a própria noção de desenvolvimento que orienta essas políticas, pois ela é, em si, colonial e patriarcal. A autora propõe que as alternativas devem vir dos projetos históricos dos povos, não da imposição de modelos universais.

A partir dos anos 2000, notou-se um foco crescente na inclusão das mulheres como beneficiárias de políticas públicas. Contudo, essa ênfase evoluiu, reivindicando agora a participação feminina não apenas como beneficiárias, mas também como atores ativos na formulação, implementação e controle dessas políticas. Para que essa mudança se concretize, é essencial a articulação entre as ações governamentais, não governamentais e os movimentos sociais.

Observa-se, no entanto, a contradição do Estado, conforme apontado anteriormente, pois mesmo com a ascensão de governos progressistas a partir dos anos 2000, na América Latina, a continuidade de políticas econômicas que facilitaram o acesso à terra e aos recursos naturais por parte de grandes projetos, por exemplo, limitou o avanço da agenda da sustentabilidade (SVAMPA, 2016). Como apontado por Allegretti (2006), na Amazônia há um confronto em torno de diferentes conceitos a respeito da natureza, o que, por sua vez, influencia a proposição e implementação das políticas públicas, ambientais ou não. Ressalta-se, assim, a conflitualidade entre a implementação

de um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico e a efetividade das questões associadas à sustentabilidade, gerando diversos conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004).

Quintslr, Bohrer e Irving (2011) ao analisarem três políticas do âmbito federal voltadas à Amazônia a partir dos anos 2000, identificaram quatro matrizes discursivas que as orientavam: (I) os discursos desenvolvimentistas, (II) da mercantilização da natureza, (III) preservacionista e (IV) socioambiental. E em cada caso apresentado, os autores observaram que há uma racionalidade dominante que fundamenta os discursos em torno da legitimação de tais políticas.

A partir de 2011, com a criação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) várias ações públicas se voltaram para o rural brasileiro com o objetivo de diminuição da pobreza. Programas e estratégias específicos e voltados para as populações residentes nesses locais foram criados, como o Programa Bolsa Verde (PBV), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), O Programa Nacional de documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (PNDTR), o Busca Ativa, dentre outros.

Dentre as políticas socioambientais de maior incidência nas Resex localizadas no Estado do Pará, destacam-se o PNRA I e II e o PBV. O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), foi responsável por destinar várias linhas de crédito, dentre as quais o crédito habitação. Esse plano foi lançado em 2004, ampliando às demais populações tradicionais o acesso aos recursos destinados, até então, aos assentados da reforma agrária.

Em 2016, o Pará recebeu 29.648 bolsas do Programa de apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, do total de 48.802 em todo território nacional. De acordo com a base de dados do Ministério do Meio Ambiente a maioria dos agentes atendidos pelo Programa são do sexo feminino. Entre 2011 e 2016 o número de bolsistas do PBV na Resex Caeté-Taperaçu atingiu o total de 2.465 pessoas (MMA e Portal da Transparência, 2017). Desse total, 2.322 são mulheres, ou seja, 94%. Após a cessação total da transferência de recursos pelo programa aos territórios em 2016, o PBV foi retomado pelo governo atual em 2023. Em sua nova versão (Decreto nº 11.635/2023), o Bolsa Verde vai realizar pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso sustentável (Reservas Extrativistas,

Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros (MMA, 2023).

A experiência brasileira analisada em diversos estudos, Mocelin (2011); Nascimento (2015); Rego e Pinzani (2013), Moreira (2017) e Kasanoski (2016), sobre o Programa Bolsa Família e o Programa Bolsa Verde, mostra que essas políticas possuem potencial para se estabelecer como política pública de cidadania das populações rurais e urbanas. Porém, deveriam ter considerado a participação das populações, a ampliação na oferta de serviços públicos, e ações de qualificação e inclusão, além da transferência de renda. Em síntese, os estudos mostram que as populações alvo dessas políticas, sobretudo as populações tradicionais, precisam ser consideradas para além de suas funcionalidades e reconhecidas como sujeitos de direitos.

Neste sentido, a pesquisa que realizei no mestrado sobre o Programa Bolsa Verde na Resex São João da Ponta mostrou que o PBV deve considerar essas populações como sujeitos de direitos com autonomia para serem vistos além das possibilidades entre guardiões e beneficiários, tal como destaca também as pesquisas sobre o Programa Bolsa Floresta no Amazonas (SANTOS, 2010; SANTOS, 2012), as quais mostram que há uma transferência do Estado na responsabilidade sobre a conservação para as populações tradicionais.

A cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu” (2017) que o MMA disponibiliza para divulgar o PBV, constrói simbolicamente o papel das bolsistas – as beneficiárias e suas responsabilidades. Há uma diferenciação simbólica nos desenhos da cartilha, que hierarquiza as práticas de homens e mulheres. A validade desse discurso demonstra como o saber hegemônico além de subalternizar as populações tradicionais (Mignolo, 2003) com seus saberes e particularidades, ainda agrava desigualdades de gênero. (PESSOA, et al, 2019).

O fato de o PBV elencar as mulheres como principais responsáveis pela manutenção do lar e da família, como ocorre em outras políticas de transferência de renda, as torna as principais responsáveis pela implementação do programa. No caso

em questão, não se evidenciou a posição do Estado na promoção da equidade de gênero, apesar de certa autonomia gerada com a garantia de uma renda fixa, a política acabou reforçando a responsabilidade exclusiva do trabalho do cuidado para as mulheres. Tendo em vista os objetivos e condicionalidades sociais e ambientais do Programa, às mulheres recai uma dupla responsabilidade do cuidado para a família e a natureza.

Portanto, a análise a partir da categoria gênero é importante para o entendimento das consequências da implementação de políticas públicas também em territórios protegidos. A Cientista Política Beatriz Sanchez em entrevista sobre a produção da Câmara dos Deputados afirma: a pauta de gênero é transversal, tudo tem gênero. Mesmo que não esteja explícito no texto da lei, existirão impactos diferentes sobre as mulheres, sobre os homens. Se a gente não olha com uma perspectiva feminista e antirracista para diferentes temas, vamos deixar de lado muitas pessoas e muitas formas de desigualdade (SANCHEZ, 2020).

Torreão (2007 apud ROSA et. al, 2016) sugere que a igualdade de gênero como forma de análise nas políticas públicas, revela que as questões reivindicadas por mulheres não só devem ser vistas em sua importância política, mas enquanto um fator estratégico para o alcance do desenvolvimento do meio ambiente e sustentabilidade. Rosa et al. (2016), aponta que não se trata apenas da inserção de mulheres no processo de desenvolvimento, principalmente se isto ocorre por meio de programas assistencialistas e projetos de conservação que reproduzem e corroboram seu “papel tradicional” na sociedade.

A maioria das mulheres extrativistas e pescadoras precisam negociar com os maridos e companheiros a sua participação em reuniões, eventos, cursos etc. Tendo em vista a responsabilização desigual, com as tarefas domésticas e de cuidados com as crianças, idosos e doentes atribuídas às mulheres. Dessa forma, participam menos dos espaços que decidem as regras de uso e manejo dos recursos naturais, como o Conselho Gestor. Confirmando que “as relações de gênero são relações de poder” (SCOTT, 1991).

Outro fator de entrave à participação entre as mulheres extrativistas e pescadoras que fica evidenciado é a carência de infraestrutura dos municípios onde estão localizadas

as Unidades de Conservação. Não há transporte regular, dificultando o deslocamento para outros espaços, como as sedes administrativas dos municípios, e o acesso a serviços de segurança, saúde e educação.

O Estudo que realizei na Resex São João da Ponta, dentre outros resultados, mostrou que os serviços públicos ainda são insuficientes, e alguns até inexistentes, para as populações usuárias de Unidades de Conservação. Na Resex, por exemplo, não há saneamento básico, a única escola de ensino médio fica na sede urbana do município e não há transporte público regular. Agravando a sobreposição de desigualdades.

Importante também é a questão da invisibilidade do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, extrativistas e pescadoras, trabalho muitas vezes encarado como ajuda ou simples complemento às atividades exercidas pelo companheiro, visto como trabalho mais produtivo e rentável. “A divisão sexual do trabalho não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela os primeiros às funções de maior valor social” (SILVEIRA; FREITAS, 2007, p. 10).

As carências mencionadas levam as mulheres rurais a mobilizações em torno de causas socioambientais, articuladas e organizadas em movimentos sociais em níveis diversos, a fim de melhorar a qualidade de vida da família e das comunidades em que estão inseridas. De tal modo:

Camponesas, indígenas, negras, mulheres urbano-marginais que conformam os feminismos populares do Sul são as mesmas que o paradigma de desenvolvimento oficial percebe unicamente como receptoras de programas, a partir da posição de subalternidade (BARRAGÁN et al., 2017, p. 120).

Portanto, além da participação das populações, é necessário levar em consideração as diferenças e desigualdades existentes. A desigualdade de gênero tem sido levantada como importante tema de pesquisa para a compreensão das identidades e a garantia dos direitos de cidadania das populações rurais.

A crítica feminista ao conceito de desenvolvimento também é necessária, pois se distingue da análise clássica sobre desenvolvimento pautada principalmente em discursos economicistas, mais do que isso, possibilita também a valorização de outros saberes além da academia, permite dialogar com discursos políticos e com as lutas

individuais e coletivas das mulheres e com um saber produzido em debates latino-americanos.

É nesse tom que o texto de Barragán et al. (2020) nos introduz às críticas feministas ao modelo de desenvolvimento, às concepções sobre o papel das mulheres no desenvolvimento e às alternativas apresentadas pelas perspectivas do Sul. Essas críticas também começam a se articular a partir da década de 1970, pois produziu, como uma consequência das revoltas de 1968, a segunda onda do movimento feminista, tanto em países industrializados como em grande parte da América Latina.

A primeira hipótese quanto ao desenvolvimento foi lançada pela economista dinamarquesa Ester Boserup em 1970, na obra *O papel das mulheres no desenvolvimento econômico*. A autora criticou o desenvolvimento por promover a exclusão das mulheres. Que teriam sido incluídas nas políticas de desenvolvimento exclusivamente como receptoras passivas ou mães responsáveis pelo lar, enquanto isso os recursos tecnológicos, financeiros e de capacitação eram destinados aos homens. (BARRAGÁN et al., 2020).

A partir dessa crítica, os modelos de desenvolvimento universalizados de acordo com o esquema ocidental definiam o lar como unidade receptora homogênea, sendo o homem assalariado o provedor e a mulher encarregada pelo lar. Esses modelos não levavam em conta que, em muitas culturas, as mulheres trabalhavam na agricultura e produção de alimentos com diferentes divisões sexuais do trabalho.

O resultado foi a participação na Conferência Mundial sobre a Mulher, em 2 de julho de 1975, no México, onde as Nações Unidas declararam a década de 1980 como a “Década da Mulher”, institucionalizando o enfoque das mulheres como parte do desenvolvimento. O quadro abaixo apresenta a síntese dos enfoques apresentados pela autora sobre a relação entre mulheres e desenvolvimento.

Quadro 01: principais enfoques da relação mulheres e desenvolvimento

Enfoque	Bases/Objetivos	Consequências
Mulheres no Desenvolvimento (<i>Women in Development</i> , WID)	Reverter a exclusão das mulheres dos variados recursos associados ao desenvolvimento, acabar com a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que contribuem com as economias nacionais. Mulheres enquanto potencializadoras do desenvolvimento. Não criticavam a noção de desenvolvimento.	Criação de Ongs para facilitar o acesso das mulheres aos fundos destinados ao desenvolvimento, e sua inclusão enquanto beneficiárias de programas. Mulheres eram entendidas como melhores cuidadoras e responsáveis pela administração de recursos devido à sua socialização. Acesso a microcrédito.
Mulheres e Desenvolvimento (<i>Women and Development</i> , WAD)	Emerge na segunda metade dos anos 1970. Feminismo marxista e Teoria da Dependência Ênfase nas estruturas desiguais de classe e nas estruturas opressivas a nível internacional.	Focalizou a geração de renda para mulheres, mas não questionou as consequências que teriam para o tempo de suas vidas, como a sobrecarga da dupla jornada de trabalho. Colocou os trabalhos do cuidado no âmbito privado que não gera valor, ficando fora dos propósitos do desenvolvimento.

Gênero e Desenvolvimento (<i>Gender and Development</i>, GAD)	A partir da década de 1980 Feminismo socialista e crítica pós-estruturalista Identificaram a divisão socialmente construída entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, como base da opressão das mulheres. Critica a premissa de que a mudança econômica por si só resultará em empoderamento para as mulheres. Crítica as políticas de microcrédito	Propõe a equidade, visibiliza a dupla jornada de trabalho, possibilita a contribuição de homens comprometidos com a equidade. Começam a relacionar sua análise com as opressões de gênero, raça e classe, vinculando-as a uma crítica ao desenvolvimento.
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de Barragan et al. (2020). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento.

A autora explica que as mulheres sempre fizeram parte dos processos de desenvolvimento a partir de suas respectivas sociedades e, portanto, seu trabalho sempre contribuiu para a manutenção dessas sociedades. A integração das mulheres nos enfoques “Mulheres no Desenvolvimento” e “Mulheres e Desenvolvimento” serviu apenas para a manutenção de estruturas internacionais de iniquidade.

Com as políticas neoliberais, a visibilização das mulheres como sujeitos do desenvolvimento não foi suficiente para que fossem reconhecidas como sujeitos das políticas sociais, mas tiveram que se encarregar das políticas sociais abandonadas pelo Estado. Recaíram sobre as mulheres os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina. Como consequência, as mulheres foram submetidas à geração de autoemprego e a condições de desigualdade no mercado de trabalho. A carga tripla assumida pelas mulheres iniciou um novo ciclo de empobrecimento feminino e feminização da pobreza, apoiado nas economias de subsistência (BARRAGAN et al., 2020).

Neste outro quadro apresento de forma resumida as perspectivas feministas que manifestam uma postura mais crítica, assim como alternativas ao modelo de desenvolvimento.

Quadro 02: Perspectivas críticas e alternativas ao desenvolvimento

Perspectiva	Crítica	Proposição
Alternativas a partir do Sul	A partir dos anos 1980 A definição de progresso baseada no desenvolvimento e crescimento econômico. A superexploração das mulheres mediante sua integração ao desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento são uma continuação do colonialismo.	Redefiniram o desenvolvimento como “a gestão e o uso de recursos de maneira socialmente responsável, a eliminação da subordinação de gênero e da iniquidade social e a reestruturação organizativa para se chegar a isso”.
Feminismos pós-coloniais	A partir dos anos 1990 Essencialismo feminista que afirma alguma superioridade natural inata ou espiritual das mulheres. Etnocentrismo baseado no Norte global, que tendia a homogeneizar o conceito de “mulher do terceiro mundo”. Influências da escola desconstrutivista, das feministas negras, chicanas e lésbicas dos EUA.	Feminismo transcultural a partir de uma solidariedade feminista não colonizadora, não imperialista e não racista. As reivindicações culturais tornam-se fontes de transformação a partir do reconhecimento da diferença.
Ecofeminismos	A partir dos anos 1970 Denuncia a associação desvalorizadora que o patriarcado estabelece entre as mulheres e a Natureza. Enfatiza a importância dos bens comuns e da solidariedade entre comunidades. Possui diferentes vertentes (essencialista, construtivista). O excesso de trabalho “meio ambiental” realizado pelas mulheres, vistas como encarregadas do cuidado da natureza.	Modelo alternativo que coloque a preservação da vida como objetivo principal. O destino dos oprimidos está intimamente ligado ao destino da Terra. Reivindica a consciência ecológica das mulheres, sem se abster de uma crítica paralela à divisão sexual do trabalho.

Feminismos andinos, populares comunitários e	Ligadas às resistências, mobilizações e levantes das construções populares, indígenas, camponesas e operárias que percorrem a América Latina desde as lutas pela independência. Superam a aparente contradição entre a corrente do feminismo da diferença e da igualdade. Articulam de maneira complexa a luta pela descolonização, pela despatriarcalização, pela superação do capitalismo e pela construção de uma relação com a Natureza.	Construção de Estados plurinacionais. Pacha Mama como categoria central de encontro e mobilização. Situa um novo tipo de universalidade, em que as diversidades sexuais e raciais são assumidas com toda a sua carga colonial, de classe e de relação com a Natureza. Apostam politicamente na construção de caminhos de reconhecimento, diálogo e construção coletiva de transformação.
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de Barragán et al. (2020).

Os feminismos do Sul recuperam e atualizam debates que questionam e articulam o patriarcado, a crise civilizatória, o modelo de produção e desenvolvimento e as alternativas a esse paradigma, quebrando a hegemonia de várias décadas dos feminismos do Norte.

Contudo, é necessário problematizar as tensões internas aos ecofeminismos. Shiva (1988, 2003), conforme apontado no capítulo anterior, embora tenha sido fundamental para denunciar a relação entre destruição ambiental e opressão das mulheres no contexto do desenvolvimento, é criticada por uma perspectiva essencialista que associa mulheres a uma suposta proximidade natural com a natureza. Como apontam Agarwal (1992) e Leach (2007), esse essencialismo estratégico, embora mobilizador politicamente, corre o risco de reforçar estereótipos patriarcais sobre feminilidade.

Os feminismos territoriais latino-americanos, por sua vez, buscam superar esse dilema ao enfatizar não uma relação essencial, mas a materialidade das práticas territoriais femininas. Como demonstra Cabnal (2010), o corpo das mulheres indígenas é o primeiro território defendido contra as invasões do patriarcado ancestral e moderno. Não se trata de uma conexão mística com a terra, mas do reconhecimento de que a

divisão sexual do trabalho e as responsabilidades de cuidado colocam as mulheres em relações específicas com os territórios, gerando conhecimentos e práticas situadas.

Lugones (2008, 2014) reforça o argumento com o conceito de colonialidade de gênero, pois problematiza a própria categoria "mulher" enquanto uma imposição colonial que não captura as complexidades das relações de gênero em sociedades não-ocidentais. A autora propõe que a descolonização requer não apenas a inclusão de mulheres, mas a desconstrução do sistema moderno/colonial de gênero que hierarquiza e dicotomiza corpo/natureza, produção/reprodução, público/privado.

2.2.1 A Pandemia de Covid-19, a crueldade do Estado bolsonarista e a redefinição de estratégias de luta

As comunidades tradicionais como um todo enfrentaram diversos desafios durante a pandemia de Covid-19; a situação de precarização da vida foi agravada com as ações de um Estado de exceção que dificultavam o acesso dessas populações à saúde e à assistência social. Assim, diante do cenário de pandemia de Covid-19, de desregulação da proteção ambiental e do desrespeito aos direitos socioambientais de povos e comunidades tradicionais de desmobilização e enfraquecimento da participação popular em conselhos. Vemos novas e antigas estratégias se articulando para dar força às vozes que clamam por justiça socioambiental no Brasil e que denunciam as ameaças às suas territorialidades específicas.

Em artigo sobre as novas fragilidades no campo do direito e da justiça socioambiental no Brasil, Bronz et al. (2020) resumem:

A pandemia de Covid-19, podemos dizer, potencializou os efeitos provocados pelas políticas em curso, agora amplificadas em suas constantes ofensivas contra os princípios constitucionais, o que nos alça a uma condição de “crise do Estado democrático de direito”. São políticas que parecem desenhadas para deixar morrer ou mesmo produzir a morte de diferentes grupos e sujeitos sociais – trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais – e dos seus ambientes de vida nas cidades, nos campos e nas florestas (BRONZ et al., p.9, 2020).

O enfrentamento à violência encabeçada pela gestão do governo federal, no período de 2019-2023, continuou através da articulação e das parcerias e da apropriação das atuais tecnologias de comunicação. Assim é possível ouvir as denúncias e

reivindicações das populações através de debates em lives promovidas por Ongs e instituições de pesquisa, como as universidades.

A construção de sites e podcasts, como a iniciativa Ondas da Resistência, que surgiu para difundir informações sobre o vazamento de óleo na costa brasileira, em 2019, mas que aborda vários temas voltados às mulheres pescadoras, marisqueiras e povos e comunidades tradicionais em geral, também foi um exemplo de estratégia de mobilização em tempos de isolamento provocado pela pandemia.

Félix-Silva et al. (2021) abordam como as comunidades pesqueiras enfrentaram os desafios impostos pela pandemia, destacando a luta pela saúde e assistência social em meio ao luto e à precarização da vida. Com informações do Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras, os autores mostram que as dificuldades e estratégias de luta são comuns às já apontadas acima.

Assim, dentre os principais desafios das comunidades pesqueiras descritos pelos autores estão: a intensificação da precarização da vida, impactando diretamente o acesso à saúde e à assistência social, aspectos essenciais para essas comunidades que dependem da pesca artesanal para sua subsistência. As pescadoras e pescadores tiveram que enfrentar o isolamento social, o que complicou o acesso a serviços essenciais, como auxílio emergencial e atendimento médico. A comercialização dos produtos pesqueiros foi severamente prejudicada devido ao fechamento de feiras livres e ao bloqueio entre estados, resultando em uma situação econômica crítica para aqueles que dependem exclusivamente da pesca. As comunidades também enfrentaram luto e perdas significativas devido a mortes causadas pela COVID-19, o que impactou emocionalmente os indivíduos e a coletividade.

Dessa forma, com a necessidade de adaptação, as entidades que compõem os movimentos sociais de pescadores e pescadoras tiveram que reconfigurar suas lutas, utilizando plataformas virtuais para monitorar os impactos da pandemia.

Com o isolamento social em curso e em meio a um cenário de luto e perdas por mortes causadas por insuficiência respiratória ou outros agravos relacionados ao coronavírus, a luta das entidades que compõem os movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais vem se reconfigurando por meio do uso de outras plataformas, deslocando-se das redes lançadas no território das águas às redes virtuais, como

podemos experimentar com o ObCovid-Pesca (FÉLIX-SILVA et al, 2021, p. 195).

Outra grande contribuição do estudo, que se assemelha ao observado nas Resex marinhas da Amazônia, é o entrelaçamento entre luto e luta nas comunidades pesqueiras tradicionais durante a pandemia de Covid-19, impulsionando a busca por justiça socioambiental e condições de vida dignas.

Portanto, os autores retratam o luto como uma experiência coletiva, em que a perda de membros da comunidade gerou um sentimento de dor compartilhada, de honrar a memória dos que partiram e a necessidade de um apoio mútuo entre os membros da comunidade que se mobilizaram na busca por acesso a serviços de saúde e assistência social. A luta pela sobrevivência é fortalecida pela solidariedade entre os membros da comunidade, que se unem para enfrentar as dificuldades impostas pela pandemia. Essa união é fundamental para lidar tanto com o luto quanto com os desafios socioeconômicos.

A solidariedade é o elemento essencial que interliga a luta e o luto; está presente na união para lidar com o luto coletivo e a sobrevivência nas comunidades; também é vista como uma forma de resistência contra a precarização da vida e as políticas que afetam negativamente as condições de existência das comunidades. E possui uma dimensão ético-política, onde o cuidado e a empatia se tornam expressões de uma luta mais ampla por dignidade e justiça social.

Nesse sentido, assim também podemos destacar a estratégia desenvolvida pelas mulheres das marés e das águas que, em meio à pandemia, reuniram-se em rodas de conversa para abordar a violência doméstica que muitas companheiras vinham enfrentando. E o método de acolhimento consistia primeiramente em uma abordagem individual, pois iam até as casas e visitavam as mulheres em situação de violência; depois, passava-se ao convite à participação em reuniões, oficinas e outras atividades. Essa estratégia foi a semente que posteriormente germinou na criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará - resistentes e existentes.

A experiência das mulheres do Centro Xochilt Acalt em Malpaisillo na Nicarágua revelou para Lira et al. (2023) uma epistemologia e um posicionamento político-feminista dessas mulheres rurais construídos a partir das suas vivências nos processos de luta

pela vida e defesa dos seus territórios. O Centro de Mujeres Xochilt Acalt nasceu há cerca de trinta anos, em uma parte da Nicarágua profundamente afetada pela mineração e pelo cultivo algodoeiro, que via sua população empobrecida, adoecida e prejudicada ambientalmente em consequência de tais atividades econômicas. Além disso, havia altos níveis de violência doméstica contra as mulheres.

Diante desse cenário, um grupo de lideranças mulheres decidiu abrir uma clínica para tratar o câncer de colo do útero e oferecer atendimento ginecológico. Realizaram também uma pesquisa para conhecer melhor a situação das mulheres. Como um dos resultados, o aspecto mais crítico dizia respeito à segurança alimentar delas e de seus familiares, o que levou à fundação dos programas produtivos do Centro Xochilt Acalt, cuja característica consiste basicamente em cultivar dentro dos quintais das propriedades familiares. Durante esse processo, algumas mulheres expressaram que sair do espaço e das tarefas domésticas para cuidar do quintal lhes conferiu uma nova identidade e um novo sentido da importância e das potencialidades da terra, assim como de suas próprias potencialidades como sujeitas sociais. “O processo de reconhecimento das capacidades e potencialidades das mulheres e da terra foi lento e, na maioria dos casos, uma disputa aberta entre elas e o resto do mundo (LIRA et al., p.214, 2023)”.

A proximidade com a terra, com a qual algumas conseguiram que seus companheiros passassem a titularidade para o nome delas, possibilitou às mulheres construir uma identidade e consciência de gênero, pois aprenderam a se reconhecer e a entender que as condições individuais eram semelhantes para todo o grupo. E começaram a questionar suas condições de vida e o que podiam fazer para transformá-las. Definiram assim dois objetivos, a saber: promover a liderança e a participação política das mulheres com base no feminismo; e envolver-se ativamente nos assuntos públicos do município para exigir a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local e a proteção dos recursos naturais e das condições de vida das comunidades. Um dos resultados foi o surgimento da Organización Autónoma de Mujeres (OAM) e da Red de Jóvenas.

A experiência nicaraguense não é isolada. Em diversos contextos costeiros e marinhos da América Latina, mulheres têm protagonizado resistências contra degradação ambiental, expropriação territorial e violências múltiplas. Hernández &

Jiménez (2023), em dossiê sobre territórios em disputa na América Latina, documentam como mulheres pescadoras no litoral colombiano organizaram-se contra megaprojetos portuários que ameaçavam seus territórios. As autoras identificaram um padrão comum: projetos desenvolvimentistas produzem simultaneamente destruição ambiental e violência de gênero. A chegada de grandes empreendimentos (portos, mineração, pesca industrial) gera influxo de trabalhadores temporários majoritariamente masculinos, aumento de prostituição, exploração sexual, feminicídios.

Zuñiga (2014), ao estudar pescadoras artesanais colombianas, demonstra como a luta pelo reconhecimento profissional, como o acesso à carteira de pescadora e ao seguro, é simultaneamente luta por reconhecimento de conhecimentos específicos. Pescadoras não fazem o mesmo trabalho que pescadores; desenvolvem técnicas próprias, manejam espécies distintas, têm relações específicas com ecossistemas. Reconhecer o trabalho requer reconhecer essas especificidades, não enquadrar mulheres em categorias pensadas para homens.

No contexto chileno, o Movimiento Nacional de Mujeres de Pueblos Originarios Rayen Voygue articula mulheres mapuche, pescadoras artesanais e marisqueiras em defesa de seus maritórios. Elas enfrentam a indústria salmoneira que polui águas, privatiza áreas costeiras e destrói a biodiversidade. Sua luta articula reivindicações ancestrais mapuche (recuperação territorial), demandas de gênero (fim da violência doméstica agravada por crise econômica) e defesa ambiental (águas limpas, ecossistemas saudáveis).

Salgado (2017), em tese sobre mulheres e criação de RESEXs em territórios pesqueiros amazônicos, identifica que a violência de gênero e a violência ambiental são coconstitutivas. A degradação de manguezais não é apenas perda ecológica, mas ataque às bases materiais que sustentam a autonomia relativa das mulheres. Quando o mangue morre, mulheres perdem acesso à renda própria, aumentando a dependência de maridos/companheiros, o que intensifica a vulnerabilidade à violência doméstica. A autora documenta também como a luta pela criação de RESEX exige que as mulheres enfrentem resistências masculinas dentro de suas próprias comunidades, pois os maridos/companheiros frequentemente boicotam a participação feminina em reuniões, assembleias, mobilizações, seja impedindo fisicamente, seja através de violência

psicológica, com frases como "mulher não entende de pesca", "lugar de mulher é em casa".

Motta-Maués (1993), em estudo clássico sobre uma comunidade pesqueira paraense denominada Itapuá, localizada em Vigia, analisa como mulheres "trabalhadeiras", ou seja, que trabalham fora, na pesca/mariscagem, são estigmatizadas como menos femininas, menos respeitáveis que mulheres que ficam em casa. Essa estigmatização é uma forma de controle social que busca manter mulheres confinadas ao doméstico. Resistir, para essas mulheres, é afirmar o direito de "trabalhar fora" apesar da desaprovação social.

Simonian (2005, 2008), ao estudar relações de gênero na Amazônia, identifica que as mulheres desenvolvem "estratégias de invisibilidade voluntária": em contextos de machismo intenso, algumas optam por não aparecer em espaços públicos, mas atuam "por trás", articulando, mobilizando, construindo alianças. Não se trata de passividade, mas de estratégia política situada, saber quando e onde é possível confrontar abertamente e quando é preciso operar nos bastidores.

Essa discussão ilumina a análise sobre a Rede de Mulheres das Marés e das Águas, pois ao se organizarem autonomamente (sem tutela masculina ou de sindicatos, colônias e associações mistas), as mulheres criam um espaço próprio onde podem falar sem medo de retaliação, construir pautas que homens frequentemente desconsideram, como violência doméstica, cuidado, divisão de tarefas, entre outras, e assim se fortalecem mutuamente. A Rede não exclui homens por essencialismo, mas reconhece que há questões que mulheres precisam discutir entre si primeiro, construir força coletiva, para depois negociar em espaços mistos em melhores condições.

Essas experiências exemplificam o que Gutiérrez Aguilar (2017) denomina entramados comunitários, redes de sustentação da vida tecidas majoritariamente por mulheres que, ao defenderem seus territórios, constroem simultaneamente autonomia política e econômica. Para a autora, essas práticas constituem uma política em feminino que não separa a reprodução da vida da luta política, fazendo do cotidiano um espaço de resistência e criação.

A construção de consciência de gênero a partir da relação com a terra, observada no caso nicaraguense, por exemplo, dialoga com o que Ulloa (2016) identifica como

processos de autonomização territorial. Não se trata de mulheres tornando-se feministas por influência externa, mas de feminismos que emergem da práxis concreta de defesa territorial, articulando corpo, território e natureza como dimensões inseparáveis da luta política.

Similarmente, o surgimento da Rede de Mulheres das Marés e das Águas no litoral paraense, gestada nas rodas de conversa sobre violência doméstica durante a pandemia, pode ser compreendido como expressão desse feminismo ecoterritorial em construção. Como analisa Svampa (2015), essas redes não nascem de formulações teóricas prévias, mas da necessidade concreta de enfrentar violências múltiplas, econômicas, ambientais, patriarcais, que se entrelaçam nos territórios.

Da violência doméstica à luta territorial, a Rede nasce, portanto, em contexto de crise, a pandemia de Covid-19, mas sua gestação remonta às lutas históricas das mulheres extrativistas do litoral paraense. Como demonstra Alvarez (1990, 2014) ao analisar movimentos de mulheres na América Latina, momentos de crise tendem a catalisar organizações femininas pré-existentes, tornando visíveis redes de solidariedade que operavam de forma dispersa.

A estratégia inicial das rodas de conversa sobre violência doméstica, com abordagem individual (visitas às casas) seguida de convite à participação coletiva, reflete o que Segato (2016) identifica como pedagogia do cuidado em oposição à pedagogia da crueldade. Devido às dificuldades encontradas no momento, as mulheres não denunciam violência às autoridades estatais que frequentemente revitimizam, mas criam redes próprias de proteção e acolhimento. A Rede criou um protocolo de acolhimento. Essa abordagem também remete ao conceito de comunalidade discutido por feministas comunitárias latino-americanas como Cabnal (2010) e Paredes (2010). A defesa do território inicia-se pela defesa do corpo-território das mulheres contra a violência patriarcal. Não há separação entre luta antipatriarcal e luta territorial, ambas se constituem mutuamente.

As pautas da Rede articulam simultaneamente: (1) enfrentamento à violência contra mulheres; (2) defesa dos territórios contra degradação e privatização; (3) reconhecimento do trabalho extrativista feminino; (4) acesso a políticas públicas; (5) autonomia econômica. Essa multidimensionalidade caracteriza o que Svampa (2015)

denomina ecofeminismo popular, que não separa lutas de gênero, classe, raça e território, mas as articula em uma gramática política própria.

As estratégias da Rede incluem rodas de conversa, oficinas de formação, participação em espaços institucionais (conselhos gestores de RESEX), articulação com outras redes e movimentos, como a Articulação Nacional das Pescadoras, o Movimento de Pescadores e Pescadoras artesanais, uso de redes sociais para denúncias e mobilização.

Assim, a "enchente" que o título do capítulo anuncia refere-se precisamente a esse transbordamento: mulheres que, historicamente silenciadas e invisibilizadas, fazem suas vozes inundarem os espaços de poder, suas práticas transbordarem os limites do que era definido como permitido para elas, construindo alternativas que submergem, ao menos temporariamente, as estruturas de opressão. A estrutura organizativa da Rede, suas estratégias, desafios, saberes e conhecimentos serão melhor abordados no capítulo a seguir.

Parte III
Preamar



3. NASCE O MOVIMENTO: “EXISTINDO E RE-EXISTINDO”

3.1 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES EM UCS

O objetivo desta seção é evidenciar a participação das mulheres extrativistas costeiras e marinhas na cogestão das RESEX MAR, demonstrando sua busca por influenciar os processos decisórios e reivindicar políticas públicas que reconheçam suas especificidades e as dos demais povos tradicionais costeiros e marinhos. Nesse contexto, o termo "maretório", assim como “mulheres extrativistas costeiras e marinhas”, emerge como uma estratégia fundamental para a construção de uma identidade coletiva, pautada na valorização dos conhecimentos tradicionais e na mobilização por transformações sociais e políticas.

A criação das RESEX MAR no litoral do Pará não resultou no fim das lutas por direitos socioambientais dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, sobretudo para as mulheres. Apesar do envolvimento nos processos de mobilização para a criação das RESEX MAR, diversas desigualdades persistem no cotidiano. Não é raro encontrar testemunhos das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participar nos espaços de poder e decisão das Unidades, como o Conselho Deliberativo e a Associação Mães, bem como em entidades representativas, como as Colônias de Pescadores e a CONFREM.

No que se refere à CONFREM, ela representa um marco importante para a categoria. Essa entidade foi estabelecida em 2008 e formalizada em 2015 com a aprovação de seu estatuto, com o objetivo de representar os interesses dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos em âmbito nacional, com projeção internacional (SOUSA, 2022). No contexto desse estudo, é importante ressaltarmos que a intervenção de uma mulher extrativista costeira e marinha durante uma reunião em Brasília, em 2008, marcou o início do processo que levou à criação da CONFREM. Durante essa reunião, representantes de diversos modelos de RESEX estavam presentes, e a intervenção apontou que as pautas das RESEX MAR estavam sendo inviabilizadas pela predominância de outras vozes (SOUSA, 2022).

O processo em torno da formalização e institucionalização da CONFREM abriu canais de participação sociopolítica, permitindo que os extrativistas costeiros e marinhos

tivessem voz e representatividade (SOUSA, 2022). Isso também permitiu que lideranças de diferentes estados trocassem experiências, tendo um efeito significativo nas mulheres extrativistas costeiras e marinhas. Como afirmou uma das interlocutoras: “[...] como liderança mulher, começamos a sentir na pele o machismo. Queríamos ter dentro da CONFREM a nossa voz: mulher pesqueira, marisqueira, extrativista, coletora. E assim montamos a comissão das mulheres” (trecho de entrevista com Marly Silva, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, realizada em Bragança-PA, Brasil, 2022). A comissão referida é a Secretaria Nacional das Mulheres da CONFREM, que consiste em um espaço institucionalizado dentro da CONFREM voltado para garantir que as questões e demandas das mulheres extrativistas costeiras e marinhas sejam ouvidas e tratadas com a devida importância.

A partir da análise documental, foi possível identificar alguns efeitos dessa Secretaria no âmbito local, especificamente no contexto do litoral do Pará. Na leitura da ata de uma reunião do Conselho Deliberativo da RESEX MAR de Caeté-Taperaçu, que tinha como pauta definir o perfil de beneficiários da RESEX MAR, observamos a atuação de uma mulher extrativista representando a CONFREM, como conselheira. Ela sugeriu a inclusão das mulheres que fazem apetrechos para caranguejeiros no perfil de beneficiários, proposta que foi rejeitada por alguns membros presentes. No entanto, o Plano de Manejo da RESEX MAR de Caeté-Taperaçu inclui a seguinte observação após a lista de beneficiários:

Destaca-se que as atividades listadas acima são realizadas por homens e mulheres, mesmo para atividades consideradas ‘como ajuda’, subsistência ou temporária/sazonal, que tenham origem extrativista na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, enquadram-se neste Perfil de Beneficiário (ABDALA; SARAIVA; WESLEY. 2012. p. 29).

As mulheres extrativistas costeiras e marinhas vêm somando os esforços da Secretaria Nacional de Mulheres da CONFREM, na luta pelo reconhecimento de seus direitos específicos através da criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará. Através da rede, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas vêm encontrando meios de engajar-se e criar canais de participação sociopolítica, por meio dos quais podem expor suas demandas a representantes da sociedade civil e do Estado.

Antes de chegar neste espaço de solidariedade e mobilização articulado por meio da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, as lideranças estavam presentes nas lutas e mobilizações pela criação das RESEX MAR, sempre trazendo para o debate as vulnerabilidades, violências e pressões sofridas pelas mulheres nos territórios e apontando como a degradação desse ambiente traz consequências específicas e que pioram de maneira diferente a qualidade de vida na comunidade, mas sobretudo das mulheres.

Também é importante destacar que há, ainda dentro do movimento, das organizações representativas e dos espaços de poder e decisão, como a CONFREM, os conselhos deliberativos, associações de usuários, sindicatos e colônias, resistência à participação das mulheres; muitas vezes, suas ações e projetos são colocados em segundo plano e não recebem o apoio necessário para execução.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA REDE DE MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS - PERCURSO HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E ATUAÇÃO

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará foi criada no evento intitulado I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas, que ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 no Salão Paroquial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no município de Bragança, PA. A organização do evento, assim como a da maioria das atividades da Rede, foi pensada e construída coletivamente pelas mulheres, que são moradoras de Reservas Extrativistas Marinhas e de seu entorno, e também fazem parte da Rede de mulheres quilombolas e de outros municípios das zonas costeiras do Brasil.

A motivação inicial para a mobilização foi uma ação de sobrevivência, pois, devido aos problemas e dificuldades enfrentados por conta da pandemia de Covid-19, como as dificuldades econômicas e o sofrimento psíquico diante do luto de tantas perdas, agravam-se e somam-se a esses problemas os casos de violência doméstica e familiar vividos por várias integrantes da Rede. Esses sofrimentos incentivaram a criação de grupos de ajuda coletiva para a conversação e fortalecimento dessas mulheres,

denominadas "Vigílias Espirais da Vida das Mulheres das Marés e das Águas", com início em junho de 2021. Antecede à criação da Rede também a realização de várias "Rodas de Conversas" ocorridas nas casas e quintais das comunidades da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu em Bragança. Conforme consta no documento abaixo:

Durante 6 meses, um grupo de mulheres das marés e das águas realizaram 24 rodas de conversa, com aproximadamente 350 mulheres, para discutir a estratégia RESISTIR PARA EXISTIR, um conjunto de atividades, realizadas por meio de um grupo de whatsapp e por meio de rodas de conversa nas comunidades. Nas rodas de conversa as mulheres falaram sobre autonomia e empoderamento femininos, sobre o aumento da violência contra mulheres e sobre feminicídio. Em roda, as mulheres compartilharam as suas dores em relação às formas de violência sofridas por elas: física, sexual, simbólica, psicológica, racial, financeira, laboral, de perda de direitos. Também falaram das suas vidas, dos seus sonhos, da possibilidade de atuarem juntas, em rede. Da articulação surgiu o sonho de organizar a I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas, nos dias 29 e 30 de novembro (Carta de fundação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, 2021).

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas atualmente agrega um universo diverso de mulheres, como pescadoras, marisqueiras, extrativistas, agricultoras, professoras, estudantes, pesquisadoras, entre outras; no entanto, para esta pesquisa destacarei as experiências vividas pelas mulheres extrativistas costeiras e marinhas que integram a Rede. Minhas principais interlocutoras vivem na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança, porém, também tenho interlocutoras nas RESEX marinhas Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá, Mocapajuba, em São Caetano de Odivelas, localizadas no litoral do Pará. Portanto, analisarei as diversas formas organizativas, metodologias e estratégias que utilizam para participar sociopoliticamente e o sentido que empregam nas reivindicações, bem como a relação que estabelecem com o maretório e a construção de uma identidade de luta que envolve uma relação profunda entre o corpo e o manguezal.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará atua para a transformação social através do diálogo e da participação em diferentes espaços sociopolíticos, como os espaços de poder e decisão das Resex, os Conselhos deliberativos e as Associações de usuários da UC. Acreditam que por meio da união e do diálogo nas comunidades terão o reconhecimento para assumir posições de liderança

em busca de melhorias nos maretórios/territórios. Os objetivos da Rede, de acordo com uma das suas principais lideranças, são fomentar o empoderamento feminino, promovendo autonomia e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras da pesca. Somado a isso, o reconhecimento como sujeitas de direitos sobre seus corpos em espaços de tomada de decisões.

[...] Valorizamos o nosso trabalho, o nosso fazer de mulher marisqueira e pescadora e queremos lutar pela nossa independência e autonomia financeira.

Queremos semear a mudança, por meio do diálogo e da participação dos diferentes espaços sociais – família, comunidade, associações, conselhos, entre outros. Acreditamos que por meio da união e do diálogo, nas nossas comunidades, podemos assumir papéis de liderança para buscar melhorias para os nossos territórios.

Queremos envolver os jovens, homens e mulheres, para falar sobre equidade de gênero e principalmente, educar as jovens para que elas possam escolher ser o que quiserem.

Acreditamos que somos protagonistas das nossas vidas e que juntas podemos fazer acontecer.

Somos girassóis, rosas e margaridas
Somos donas das nossas vidas
(trecho da Carta de fundação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, 30 de novembro de 2021).

Por meio das 12 entrevistas realizadas foi possível identificar um perfil socioeconômico das mulheres: pertencem a diferentes faixas etárias, no entanto, as lideranças e a maioria das mulheres entrevistadas estão entre os 46 e 60 anos, mostrando um perfil mais adulto e maduro das mulheres que compõem a Rede, a maioria são mães com mais de três filhos e possuem o ensino médio completo e todas as entrevistadas disseram ter companheiros, por união estável, casamento ou namoro, duas declararam ser viúvas, conforme a Tabela abaixo. Com relação a ocupação principal, a maioria se identificou como lavradora e pescadora (99%).

Tabela 02: Dados do perfil socioeconômico das entrevistadas

Característica	Variável	Quantidade
	25-29	1
	30-34	2

Faixa etária	45-49	2
	50-54	1
	55-59	3
	60-64	1
	65-69	2
Escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	2
	Ensino Fundamental completo	1
	Ensino Médio	7
	Ensino Médio incompleto	1
	Ensino superior	1
Religião	Católica	6
	Evangélica	3
	Não possui	2
Renda Pessoal	Menor que 1 salário mínimo	6
	Entre 1 e 2 Sal. Min.	5
Renda Familiar	Menor que 1 salário mínimo	3
	Entre 1 e 2 Sal. Min.	7
	Entre 2 e 3 sal. Min.	1

Fonte: elaboração própria, 2025.

De acordo com Sousa e Caldeira (2024), em estudo sobre as marisqueiras no município de Curuçá - PA, as mulheres são as principais responsáveis por essa atividade no município. Destaca-se que a baixa escolaridade e a diversidade etária são identificadas em diversos estudos sobre a mariscagem, assim como foi possível identificar essa semelhança no perfil das entrevistadas. Algumas das entrevistadas decidiram retomar os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos, assim como se orgulham também de investir como podem na educação dos filhos e netos, e consideram muito importante que façam cursos técnicos e/ou superiores.

Com relação a renda a maioria recebe até 1 salário mínimo ou entre 1 e 2 salários mínimos, a renda é composta pela produção do trabalho na roça ou pesca e o bolsa família, como trabalham por conta própria e dependem das condições ambientais e climáticas para a realização do trabalho na agricultura, por exemplo, a renda varia bastante, o que mostra a importância do recebimento do bolsa família, pois para muitas dessas mulheres é a garantia de itens básicos de alimentação para suas famílias. Duas

mulheres identificaram que a sua renda principal provém da aposentadoria. No entanto, a aposentadoria ainda é um direito muito difícil de se efetivar para as populações rurais, foi uma reivindicação e conquista dos primórdios do movimento de mulheres rurais de condições específicas para a aposentadoria das trabalhadoras rurais. Porém, conforme relatado em entrevista, só foi possível alcançar o direito por meio da contratação de um advogado, o qual tem sido pago em parcelas descontadas do próprio benefício, tendo em vista que através do serviço jurídico prestado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais também não foi possível.

A maior parte das entrevistadas trabalha por conta própria nas suas roças, no manguê e em outras atividades, como artesanato. Uma das entrevistadas tinha um pequeno negócio, uma venda com uma mesa de bilhar. Outra entrevistada formada em Serviço Social trabalha na área da saúde do seu município. Há também aquelas que trabalham para outras pessoas, cuidando de outras roças. Esse trabalho pode ser temporário ou sazonal, de acordo com a demanda da época. Por exemplo, no verão é o período para plantação de mandioca. Nesse caso, foi relatado por uma das entrevistadas que o valor pago às mulheres nessa atividade é menor do que o pagamento feito aos homens. Essa situação, assim como a descrita anteriormente sobre o acesso à aposentadoria, mostra como também perduram no rural brasileiro as desigualdades socioeconômicas, sendo as mulheres atravessadas por mais essas dimensões da desigualdade que as colocam em uma situação acentuada de vulnerabilidade social.

A forte identificação com a agricultura, sobretudo relacionada ao plantio da mandioca e à produção de farinha, ocorre devido à tradição e à forte incidência econômica e cultural dessa atividade no município de Bragança-PA. No entanto, também é uma prática comum entre os (as) extrativistas costeiros e marinhos a agricultura familiar como complementação da renda e garantia de segurança alimentar, conforme podemos identificar no relato abaixo:

Quem é extrativista costeiro marinho. Traz no sangue as tradicionalidades do trabalho de terra firme. E uma das atividades secundárias é a agricultura familiar de subsistência. Nós compreendemos que a pesca artesanal é a atividade principal porque: porque quem pesca, tira caranguejo, e todos os alimentos oriundos do mar e manguê traz,

come ou vende e o dinheiro é imediato. Quem planta milho, colhe com 45 a 50 dias, quem planta feijão colhe em 90 dias, quem planta maniva ou mandioca, colhe com 6 meses, essas atividades são secundárias, a principal é o extrativismo. E as roças alagaram. Então foi necessário arrancar mandioca de uma roça inteira para fazer farinha (liderança de Bragança. Grupo de Whatsapp da Rede Nacional de Mulheres das marés e das águas, 2024).

Os principais itens produzidos pelas mulheres identificados nas entrevistas foram a maniva, mandioca, macaxeira, farinha, feijão, quiabo, jerimum e mel, a maioria é destinada ao consumo próprio ou à venda local na própria comunidade, parte pode ser também dividida com outros familiares. No entanto, quando indaguei sobre seus quintais, uma variedade maior de alimentos foi informada, pois a maioria planta árvores frutíferas, além de cultivar ervas medicinais e as que são utilizadas para temperar a comida e criar pequenos animais. Com relação às árvores identificadas nos quintais, uma rica variedade foi mencionada, como açaizeiro, mangueira, cajueiro, cupuaçuzeiro, bacurizeiro, jambeiro, limoeiro, coqueiro, mamoeiro, pupunheira, abacateiro, bananeira e goiabeira.

A produção variada e distribuída ao longo do ano possibilita diversificação de produtos disponíveis para uso da família. Na alimentação, o quintal agroflorestal proporciona a segurança alimentar, assegurando uma produção de alimentos saudáveis, sem utilização de insumos químicos e fertilizantes minerais, disponíveis imediatamente para a mesa da família. O consumo in natura das frutas, por exemplo, que são as principais espécies encontradas nos quintais da região amazônica, também proporciona hábitos alimentares mais saudáveis, pois são alimentos que não passam por processo de industrialização com adição de conservantes para aumentar sua vida útil (QUARESMA, 2015, P. 38).

Na comunidade de Tamatateua, em Bragança-PA, ocorreu o projeto "Paneiro do Mangal: fortalecendo a sociobiodiversidade das mulheres extrativistas da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu", uma iniciativa de extensão do Instituto Federal do Pará (IFPA) e da UFPA, que surgiu para viabilizar o escoamento dos produtos da região durante um período de extrema vulnerabilidade social e econômica, durante a pandemia de COVID-19. A proposta central do Paneiro do Mangal foi conectar as produtoras das comunidades tradicionais da RESEX Caeté-Taperaçu diretamente aos mercados do

centro urbano de Bragança, sem a presença de atravessadores. O projeto garantiu que as mulheres do coletivo Guerreiras de Tamatateua recebessem um preço justo pela sua produção.

De acordo com Sousa et al. (2024), os quintais da comunidade de Tamatateua, representam muito mais do que simples espaços físicos ao redor das casas; eles formam um complexo tecido social e ecológico onde a relação entre as "Mulheres Guerreiras de Tamatateua" e a terra se traduz em práticas cotidianas de bem viver e r-existência.

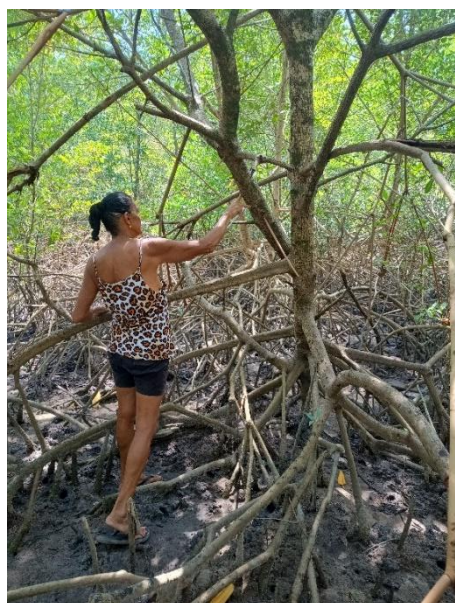
A promoção do bem viver nos quintais é realizada através da alimentação saudável, da utilização de adubos orgânicos; o trabalho com a terra não é tido como mera obrigação para a produção, mas como momento de conexão, descrito como terapia. A conexão emocional com os quintais, muitas vezes herdados de gerações anteriores. É demonstrada pela palavra gratidão, utilizada com frequência para definir a relação com o quintal, pois a terra, nesse contexto, é vista como fonte de vida e sustentabilidade. Além disso, os quintais fortalecem as relações comunitárias, pois o excedente das produções não serve apenas para venda; as mulheres realizam trocas e doam alimentos para vizinhos ou membros da comunidade que não possuem produção própria, promovendo a reciprocidade e a cooperação local.

De acordo com os autores, a r-existência reflete a capacidade das mulheres extrativistas costeiras e marinhas de resistir a pressões externas e desigualdades sociais, enquanto recriam suas próprias identidades e mantêm suas tradições vivas. Assim, os quintais tamatateuenses podem ser espaços de liberdade, afeto e resiliência, onde as mulheres transformam a terra em um refúgio de bem-estar e de resistência cultural e econômica.

A relação que estabelecem com o quintal pode ser ampliada para a compreensão da relação dessas mulheres com a natureza e o maretório em que estão inseridas. Tendo em vista que os quintais não são apenas uma extensão da casa, mas, nesse contexto, compõem o ambiente estuarino, como observado em campo no quintal das lideranças de Bragança, Curuçá e São Caetano de Odívalas, e fazem parte da área de influência das reservas extrativistas marinhas. Então, em alguns casos, o manguezal está muito próximo da casa; em outros, o quintal está na área de terra firme, um pouco mais afastado da área de manguezal.

Assim, a ida ao quintal é relatada também como a oportunidade para ter um tempo além das obrigações domésticas e fazer o que gostam, como cuidar das plantas, da terra, das roças e dos animais, e para descansar também. Colocando na prática os conhecimentos que são repassados e socializados entre elas sobre o manejo dessas áreas, garantindo segurança alimentar e demonstrando as possibilidades de uma outra relação com a natureza. Algumas descrevem esse momento como ideal para se distanciar dos problemas; o quintal se apresenta nesse momento como uma espécie de refúgio, como observado nas imagens abaixo.

Figuras: 04, 05 e 06 Liderança de São Caetano de Odívalas em seu quintal e quintais de Tamatateua, Bragança-PA.



Fonte: pesquisa de campo, 2025.

Há um reconhecimento da importância das atividades realizadas pelas mulheres nos quintais para a construção da autonomia e da segurança alimentar de suas famílias, por parte da Rede que levantou a necessidade em um de seus eventos de se compreender melhor o assunto dos quintais produtivos e as possibilidades de participação no Programa Quintais Produtivos-Mulheres Rurais sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que lançou em

agosto de 2024 um edital com o objetivo de selecionar entidades para elaborar e executar projetos que apoie a estruturação de quintais produtivos, a articulação das mulheres em grupos e/ou organizações coletivas e o auxílio ao acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. No entanto, tem sido muito difícil para as mulheres organizadas em rede acessarem esses editais do governo federal, devido ao alto nível de exigências técnicas, de documentos e de CNPJ.

A inclusão desses espaços que existem há muito tempo, como os quintais produtivos ou quintais agroflorestais, em políticas públicas colabora para a visibilização das mulheres no processo produtivo e pode promover a justiça e a igualdade de gênero, fortalecendo também a agricultura familiar amazônica.

As mulheres são as principais responsáveis pela manutenção desses espaços, assumindo o comando desde as decisões até as práticas de manejo cotidianas, enriquecendo os quintais agroflorestais com a socialização de conhecimentos tradicionais repassados entre elas, principalmente sobre o cuidado com esse espaço (Quaresma, 2015, p.42).

Destaca-se que, para a Rede, trata-se de um espaço fundamental para sua organização, pois nos quintais também são realizadas reuniões. Por ser esse local estratégico de troca e socialização de conhecimentos entre as mulheres, ele faz parte dos processos anteriores à criação da Rede, como as rodas de conversa, e permanece como esse local especial para o diálogo e a produção e reprodução da vida.

Com relação às casas, a maioria é construída em alvenaria, sendo encontradas algumas feitas de barro. No caso das casas em alvenaria, algumas entrevistadas declararam que foram construídas com recursos oriundos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); no entanto, essas casas, em sua maioria, passaram por reformas ou melhorias devido a problemas estruturais e de construção. São construções simples, algumas sem reboco e sem piso; também não possuem banheiro no interior da

residência. A maioria dos banheiros é construída do lado de fora, onde se pode visualizar também um forno a lenha ou a carvão e um giral¹.

Não há abastecimento de água encanada na maioria das casas; quando existe, é precário e falho. A água provém, em alguns casos, da perfuração de poços artesianos. Outra ausência é o esgotamento sanitário que traz como consequências prejuízos à saúde, além de estar relacionado à dificuldade de acesso à educação, renda e trabalho, como explicado anteriormente na tese. A situação descrita eleva a carga de trabalho das mulheres e a situação de vulnerabilidade, prejudicando a qualidade de vida e a conservação ambiental nesses maretórios.

As casas, portanto, não foram pensadas nas políticas públicas considerando a importância que a maré possui na vida dessas mulheres; tais políticas poderiam visualizar que para a casa ser mais adequada à realidade local de homens e mulheres extrativistas costeiros e marinhos, é preciso acrescentar a circulação que ocorre entre esse ambiente (casa) e os quintais. Abaixo apresento um quadro que sintetiza os principais achados das entrevistas realizadas.

Quadro 03: síntese das entrevistas

¹ São estruturas muito comuns na Amazônia, principalmente no interior, construídos em madeira, servem de apoio para realização de diversas atividades domésticas, como lavar roupas e louças e cozinhar. Em algumas casas são construídos como extensões da cozinha, como se fossem pias e em outras no quintal.

CONCEITOS	SIGNIFICADO	EVIDÊNCIA	RELAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Trabalho pluriativo da economia familiar rural-costeira	Combinação de várias formas de trabalho e geração de renda. Criação, agricultura, pesca e coleta de caranguejo	Cuidam da casa e dos filhos, participam da roça, do plantio de diversos produtos. Fazem atividades manuais, como crochê, manicure. Histórico familiar de atuação na agricultura familiar e pesca.	Mostra que a subsistência familiar depende de fontes múltiplas e informais. Ajuda a entender a dependência direta dos recursos naturais e a vulnerabilidade da renda.
Participação em rede comunitária Rede de Mulheres	Espaço de encontro, produção, troca e circulação.	Participam de reuniões, oficinas, produção de painéis e viagens para eventos.	Indica o fortalecimento do vínculo social, a circulação de informações e o possível empoderamento prático. Por meio da organização coletiva, formação, autoestima e sociabilidade.
Educação ambiental cotidiana	Aprendizado e transmissão de práticas ligadas ao meio ambiente.	Mencionam campanhas de limpeza no manguezal, crítica ao descarte de lixo e às queimadas.	Sugere mudança de comportamento e papel ativo na sensibilização de filhos e vizinhos.
Regas de uso da Resex	Regras de uso dos recursos no território da reserva. Política territorial percebida como proteção e melhoria material.	Destacam acesso à casa, bens recebidos, mesmo que de forma desigual entre os moradores, e fiscalização sobre pesca e caranguejo.	Evidências entre conservação, sustento familiar e fiscalização. Mostra efeitos concretos da política pública no cotidiano da comunidade
Vulnerabilidade social e climática	Limitações de renda, acesso a serviços, presença de drogas ilícitas.	Dependência parcial de benefícios, dificuldade de transporte para reuniões, acesso à	Mostram obstáculos concretos à participação e à estabilidade socioeconômica.

	Impacto do alagamento sobre a produção e renda.	renda fixa. Alagamentos no inverno levaram à interrupção do plantio por cerca de três anos.	Indica como as condições ambientais estão relacionadas à segurança econômica e alimentar.
Maretório	Relação entre a vida comunitária e a dinâmica das marés.	Embora não dominem o termo, argumentam que a relação com o território “é tudo” e descrevem a importância da maré e da lua para entrar no mangue.	Ajuda a compreender o território como um espaço ecológico e cultural regulado por ritmos naturais.

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas realizadas em campo.

Um ponto de destaque que inclusive é motivador para muitas mulheres participarem da Rede, é compreender o fenômeno da violência contra as mulheres. A casa, que pode ser uma conquista, um local de abrigo e segurança, pode se transformar no oposto em um contexto de violência doméstica. A permanência das mulheres em relacionamentos abusivos, sobretudo para as que possuem filhos, ocorre porque muitas não têm para onde ir, quando conseguem sair, precisam morar na casa de parentes ou amigas, e isto não entra nas estatísticas de déficit habitacional. Sabendo da realidade de violência em que muitas mulheres estavam inseridas, as lideranças das comunidades que viriam a ser lideranças da Rede posteriormente propuseram a replicação de uma estratégia de abordagem realizada pela Rede de Mulheres da Bahia que consistia em um protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, conforme descrito abaixo.

A partir desta tecnologia acolhemos mulheres dos nossos territórios e maretórios, inicialmente por meio de conversas pessoais, em seguida através de pequenas rodas de conversa nas comunidades e encontros maiores, com várias mulheres participando. Assim, temos como estratégias de mobilização e engajamento ações de aproximação individual e em grupo. A princípio algumas mulheres foram formadas como multiplicadoras, com base na metodologia citada acima, em seguida essas realizaram o acolhimento de algumas mulheres passando-se de casa em casa, as mulheres são ouvidas e aos poucos são conscientizadas de seu papel e de seu protagonismo, por meio da escuta e do acolhimento. Localmente são realizadas reuniões para repasse de informações, oficinas

de formação política e fortalecimento cultural. Ao final de cada ciclo, que é contínuo, realizamos um grande encontro com mulheres de vários territórios e maretórios (Projeto da Secretaria de Mulheres da CONFREM-Brasil, 20).

Assim nasce a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará com a preocupação pela vida das mulheres e com estratégias de enfrentamento à violência através da participação sociopolítica, organização e mobilização. Ao realizarem as rodas, conseguem levantar dados e fazer um diagnóstico dos problemas e situações vividas pelas mulheres, o que pode subsidiar a construção de políticas públicas. Essas informações fornecem os argumentos para que as mulheres possam cobrar e propor ações nos diferentes espaços de decisão de que participam. Outro ponto é a compreensão de que, para que essas mulheres possam, de fato, ter autonomia e construir na coletividade a defesa dos territórios e maretórios, garantindo direitos socioambientais a todos e todas, precisam ter o direito principal garantido, que é a vida, seja nas suas casas ou nos espaços públicos e de uso comum.

Eu gosto muito das rodas de conversa. Tem muitos depoimentos de outras mulheres que tocam. É essencial as rodas de conversa que a gente sabe o que se passa... (Interlocutora 04 de Tamatateua).

Estou aprendendo coisas que não tinha aprendido: conhecimento. As coisas que eu não tinha ouvido falar, eu ouvi falar. A Marly vai para esse lugar longe; ela vem, traz, passa para a gente. Eu gosto de participar.

Eu aprendi muito sobre como a gente se defender do marido, as palavras...eu aprendi muito sobre a violência, sobre isso. Eu gosto muito das palestras, de participar das palestras (Interlocutora 03 de Tamatateua).

Rita Segato (2003), argumenta que a violência de gênero não é um desvio ou patologia, mas um elemento estruturante da ordem patriarcal. Para Segato, a violência contra as mulheres tem uma dimensão pedagógica: ela ensina e reafirma constantemente os lugares de subordinação feminina. A violência doméstica intensificada durante a pandemia, que motivou a criação das Vigílias Espirais, revela como crises estruturais, sejam elas sanitárias ou econômicas, recaem com maior

intensidade sobre as mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade.

Ao desenvolver o conceito de contínuo de violências, Jules Falquet (2016) evidencia que as violências domésticas, sexuais, laborais, institucionais e territoriais fazem parte de um mesmo sistema de dominação. As mulheres das marés enfrentam esse contínuo, pois sofrem violência em casa, são desvalorizadas no trabalho relacionado à pesca, enfrentam violência institucional ao buscar acessar direitos, e veem seus territórios invadidos por projetos que impõem degradação ambiental. A Rede, ao articular o combate a todas essas formas de violência, reconhece sua interconexão.

De acordo com as entrevistadas, as maiores motivações para a participação na Rede são adquirir novas informações e conhecimentos e as possibilidades de socialização proporcionadas pelos eventos, como reuniões, oficinas e encontros. Além do objetivo da formação e divulgação de informações, os encontros possibilitam a confraternização entre as mulheres, momentos de conversa e de troca de histórias e memórias, e de lazer, que fica em segundo plano devido à rotina. Os encontros são também a expressão dos eixos do movimento, sobretudo do cuidado e da solidariedade. Conforme observa-se abaixo:

Os encontros, as oficinas, as viagens que a gente faz. Quando fui a Brasília participar da Marcha das Margaridas, foi uma coisa tão linda. Foi um sonho que eu realizei: ir conhecer.
Já fui em Brasília, em São Caetano de Odivelas, Maracanã. Vamos pra Brasília de novo, Curuçá. Pra mim é um lazer, uma alegria, uma aprendizagem, né. Serve muito pra gente aprender, conhecer as pessoas. A gente aprende até a falar, né. Pra mim é muito bom.
A gente conhece outras mulheres, outras companheiras. É muito importante. A gente ouve muitas coisas, muitos projetos são apresentados. Muito bom (interlocutora de Tamatateua).

Os principais eventos que se destacam na trajetória da Rede, sejam no processo anterior à sua construção e após a sua oficialização, estão destacados na linha do tempo descrita abaixo. Esses eventos são detalhados a seguir, buscando evidenciar a atuação

do movimento e a relação com seus eixos norteadores: solidariedade, pertencimento e cuidado.

Figura 05 - Linha do tempo



Segue a descrição da Linha do tempo da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará - Existentes e Resistentes:

2011 - Criação da Secretaria de Mulheres da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM).

2018 - Primeira participação das Mulheres das Marés e das Águas na Marcha das Margaridas em Brasília e participação no GT de Mulheres no Seminário Nacional dos Povos Extrativistas Costeiros-Marinheiros em Belém-PA.

2019 - Reunião do I Encontro de planejamento da Secretaria de Mulheres da CONFREM.

2021 - Ao longo de 5 meses, foram realizadas 24 rodas de conversa que alcançaram aproximadamente 350 mulheres, para discutir a estratégia Resistir para Existir, um conjunto de atividades realizadas por meio de um grupo de Whatsapp e de rodas de conversa nas casas de moradoras das comunidades da Resex.

2021 - Vigílias Espirais da Vida das Mulheres das Marés e das Águas

2021 - I Mobilização e articulação das mulheres das marés e das águas e I Roda de Conversas das Mulheres das marés e das águas em Bragança - PA. Lançamento da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará - Existentes e Resistentes.

2022 - Realização da I Oficina da Rede em Bragança e II Oficina em São Caetano de Odivelas - PA.

2022 - Carta-Manifesto de Tamatateua para uma Educação do Campo: Queremos uma escola com diretrizes de Pedagogia da Maré. Bragança-PA.

2023 - I Encontro de Mulheres em Rede e I Encontro Nacional da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Brasil- Maracaná - PA

2023 - I Reponta das Marés, evento que marca o lançamento da Rede Nacional de Mulheres das Marés e das Águas.

2024 - I Oficina de Plano Museológico do Ponto de Memória da Rede de Mulheres das Marés e das Águas da Comunidade de Caição em Curuçá-PA

2024 - II Encontro da Rede de Mulheres das marés e das águas do litoral do Pará e III Oficina de multiplicadoras Semear - RESSIGNIFICAR A LUTA DAS MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS POR DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS- Curuçá- PA.

3.2.1 A transformação a partir dos três eixos de atuação do movimento

A solidariedade é uma categoria muito debatida na sociologia, tendo em vista que se trata de “uma categoria dos tempos modernos e, na sua concepção atual, surgiu no início do século 19, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial” (Westphal, 2008, p.44). Os movimentos sociais são considerados ações coletivas que expressam a solidariedade e, portanto, também estão muito presentes e centrais nos movimentos feministas em suas diferentes vertentes.

No entanto, a concepção de solidariedade dentro dos movimentos feministas tem sido objeto de intenso debate e resignificação. Jules Falquet (2016), ao problematizar as bases materiais da solidariedade feminista, argumenta que a noção romântica de "sororidade universal" frequentemente mascara relações de poder e exploração entre mulheres de diferentes classes, raças e geografias. Para Falquet, a construção de uma solidariedade feminista efetiva exige o reconhecimento explícito das diferenças e desigualdades que nos atravessam, bem como a compreensão de que estamos inseridas em uma "imbricação" ou "consustancialidade" de sistemas de opressão – capitalismo, racismo, colonialismo, sexismo – que afetam as mulheres de formas radicalmente distintas.

Essa crítica é aprofundada por Ochy Curiel (2007), que propõe uma *descolonización* feminista como caminho para superar as hierarquias coloniais que atravessam os próprios movimentos de mulheres. Para Curiel, a solidariedade entre mulheres do Sul Global precisa questionar os legados do colonialismo e do imperialismo, inclusive quando estes se manifestam nas relações entre feministas do Norte e do Sul, ou entre feministas urbanas acadêmicas e mulheres de movimentos populares. A autora argumenta que a solidariedade genuína não pode basear-se em um universalismo

abstrato, mas deve partir do reconhecimento das especificidades históricas, culturais e territoriais que moldam as experiências de opressão e resistência.

No entanto, a solidariedade dentro do movimento feminista é tencionada pelos Feminismos Comunitários e Feminismos pós e decoloniais que criticam a noção de uma irmandade universal defendida pelos feminismos ocidentais liberais, pois isto traria uma visão universalista e homogeneizadora, desconsiderando fatores como raça e nacionalidade e as diferenças oriundas de localizações culturais, sociais e geopolíticas globais. Nesse sentido, os feminismos do Sul ou os pós e decoloniais. “Visualizaram assim a possibilidade de uma solidariedade feminista transnacional que também fosse anti-imperialista, anticolonial, antirracista e anticapitalista (CONWAY, 2008 apud REYNALDO, 2016, p. 52)”. Essa solidariedade não se baseia na identificação com uma categoria universal e abstrata de "mulher", mas no reconhecimento de experiências compartilhadas de resistência à colonialidade, ao patriarcado e ao capitalismo.

A pesquisadora Renata Reynaldo ao analisar a Marcha Mundial das Mulheres com enfoque no conceito de solidariedade, apresenta a seguinte definição:

Mohanty define solidariedade em termos de mutualidade, responsabilidade e o reconhecimento de interesses comuns como a base para relacionamentos entre diversas comunidades. Mais do que assumir uma uniformização forçada de opressão, em seu entendimento a prática da solidariedade prioriza comunidades de pessoas que escolheram trabalhar e lutar juntas. Solidariedade neste sentido é sempre uma conquista, o resultado da luta ativa para construir o universal sobre a base das particularidades/diferenças (MOHANTY, 2003 apud REYNALDO, 2016, p. 52).

Esse conceito de solidariedade como construção ativa, e não como condição pré-existente baseada em uma identidade essencializada, é fundamental para compreender a Rede de Mulheres das Marés e das Águas. A solidariedade entre essas mulheres não se baseia apenas em serem "mulheres", mas na escolha consciente de lutar juntas pela defesa de seus territórios, pelo reconhecimento de seu trabalho, pela proteção de seus

corpos e pela transformação de suas comunidades. É uma solidariedade que reconhece diferenças etárias, de escolaridade, de religião, de situação econômica, mas identifica um terreno comum de luta que conecta suas experiências: a relação com o maretório, a desvalorização do trabalho feminino na pesca e no extrativismo, e as múltiplas violências que atravessam seus corpos e territórios.

Sendo assim, a autora mostra como o conceito de solidariedade é amplamente mobilizado pela Marcha sendo um de seus valores norteadores, presente em diversos documentos, como a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade que apresenta sete afirmações sobre a solidariedade:

SOLIDARIEDADE

Afirmação 1. Promove-se uma solidariedade internacional entre as pessoas e os povos livre de todo tipo de manipulação e influência. Afirmação 2. Todos os seres humanos são interdependentes e compartilham o dever e a vontade de viver juntos, de construir uma sociedade generosa, justa e igualitária, baseada nos direitos humanos, livre de opressão, de exclusões, de discriminações, de intolerância e de violências. Afirmação 3. Os recursos naturais, os bens e os serviços necessários para a vida de todas e de todos são públicos e de qualidade, e todas as pessoas terão acesso a eles de maneira igualitária e equitativa. Afirmação 4. Os povos administram os recursos naturais que se encontrem na área em que estejam vivendo e devem respeitar o meio ambiente e promover sua preservação e sustentabilidade. Afirmação 5. A economia da sociedade está a serviço daquelas e daqueles que a compõem e se centra na produção e nos intercâmbios das riquezas socialmente úteis, as quais se distribuem entre todas e todos, garantindo acima de tudo o bem-estar da coletividade, eliminando a pobreza e assegurando um equilíbrio entre o interesse geral e os individuais. É uma economia com a qual se assegura a soberania alimentar. Não permite a busca exclusiva da ganância sem satisfação social nem a acumulação privada dos meios de produção, das riquezas, do capital, das terras; nem a concentração da tomada de decisão em mãos de alguns grupos ou de algumas pessoas. Afirmação 6. A contribuição de cada uma e de cada um à sociedade está reconhecida e se traduz em direitos sociais, seja qual for a função que ocupem. Afirmação 7. As manipulações genéticas estão controladas. Não existe direito de propriedade sobre o ser vivo nem sobre o genoma humano. Está proibida a clonagem humana (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 62-63).

Podemos notar, diante do exposto, que a construção da Marcha como esse movimento transnacional agregou pautas e termos proferidos pelas lutas das mulheres

dos movimentos feministas do Sul, sobretudo no que diz respeito aos recursos naturais e ao direito de gestão sobre seus territórios, garantindo a conservação e a sustentabilidade. Essa afinidade com o discurso sobre solidariedade e as premissas feministas da Marcha Mundial das Mulheres é possível notar na fala de uma das lideranças da Rede sobre sua participação em um evento internacional, a 8ª Assembleia do Fórum Mundial de Povos Pescadores:

É luta global! Precisamos mais do que nunca estarmos juntas. A luta não é de nós contra nós. Ela é nossa contra um sistema excludente que nos nega direitos essenciais como o de permanecer nos nossos espaços de morada e de trabalho. Precisamos nos unir para tentar encontrar formas para conter o avanço desse sistema capitalista que vem feito um leão faminto para nos engolir (Marly Silva, liderança da Rede, 2024).

Nessa fala, fica evidente que a solidariedade reivindicada pelas mulheres das marés transcende as fronteiras nacionais e reconhece um inimigo comum que sistematicamente exclui, trata-se do sistema capitalista, que ameaça os modos de vida das comunidades pesqueiras e extrativistas em escala global. Essa percepção dialoga com a análise de David Harvey (2004) sobre acumulação por espoliação, processo pelo qual o capitalismo contemporâneo avança sobre territórios e recursos que ainda não estavam plenamente mercantilizados, expropriando comunidades tradicionais e destruindo os comuns. A solidariedade das mulheres das marés é, portanto, uma solidariedade de resistência à espoliação, de defesa dos territórios de vida contra a voracidade do capital.

Importante ressaltar também a influência da concepção de solidariedade advinda do contato que as lideranças tiveram com a Teologia da Libertação. Vera Westphal (2008), em seu texto sobre as diferentes matizes da ideia de solidariedade, destaca que, a partir dos anos 1960, surgiu a Teologia da Libertação na América Latina, em decorrência da situação histórica, econômica e social vivida no continente e, com base nos pressupostos teóricos marxistas e na teoria da dependência, teve nas comunidades eclesiais de base seu fundamento social. Defendia que: “No processo de aprendizagem dialógica, os atingidos tomam consciência crítica de sua realidade e procuram por

soluções que possam preencher sua necessidade de liberdade, autodeterminação e condições de vida dignas (Westphal, 2008, p. 46)". Visando assim a transformação social promovida pelo povo. A concepção de solidariedade da Teologia da Libertação é marcada pelas ideias do sentido comum e do bem-comum.

É possível constatar uma grande importância sobre dois valores: a vida comunitária e a reciprocidade, e a solidariedade. Pelo primeiro, efetivam-se as relações interpessoais. Pelo segundo, a ajuda e apoio mútuos. Com isto, pode-se afirmar que a compreensão de solidariedade da TL pauta-se numa dupla dimensão: 1) como irmandade/ fraternidade e 2) como reciprocidade exercida entre iguais, quais sejam, os excluídos, os dominados, os pobres (Westphal, 2008, p. 47).

Sendo assim, com base nos pressupostos acima apontados, as Comunidades eclesiais de base tiveram um papel-chave na construção de diversos movimentos sociais, com destaque para os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de pescadores e pescadoras, com os quais as lideranças da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará tiveram contato e participaram.

Essa herança da Teologia da Libertação, contudo, não se manifesta de forma dogmática ou exclusivamente religiosa na Rede. Ao contrário, ela se hibridiza com outras referências, feminismos, ecologia política, conhecimentos tradicionais indígenas e afro-brasileiros, criando uma síntese original que poderíamos denominar, seguindo Catherine Walsh (2013), de interculturalidade crítica em ação. Para Walsh, a interculturalidade crítica não é a mera coexistência de diferentes culturas ou saberes, mas um projeto político de transformação das estruturas de poder que hierarquizam diferentes formas de conhecimento e existência. A Rede, ao articular espiritualidade cristã, cosmologias indígenas (presentes nas técnicas ancestrais de confecção de panelas de barro), feminismo e luta socioambiental, materializa essa interculturalidade crítica.

Raquel Gutiérrez Aguilar (2017), em seus estudos sobre os "horizontes comunitario-populares" na América Latina, identifica formas de organização social onde a produção e reprodução da vida ocorrem a partir de lógicas não-capitalistas, baseadas em princípios de reciprocidade, complementariedade e responsabilidade coletiva. Para Gutiérrez Aguilar, esses horizontes não são resquícios do passado ou formas

"atrasadas" de organização, mas práticas vivas de resistência e criação de alternativas ao capitalismo. A solidariedade, nesses contextos, não é um sentimento abstrato, mas uma prática material cotidiana: o trabalho coletivo, a partilha de recursos, o cuidado mútuo, a defesa comum do território.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas materializa esse horizonte comunitário-popular ao articular, em suas práticas, múltiplas dimensões da solidariedade: a solidariedade afetiva e espiritual (vigílias, acolhimento de mulheres em situação de violência), a solidariedade produtiva (trabalho coletivo nas panelas de barro, quintais produtivos, partilha de conhecimentos), a solidariedade política (participação conjunta em mobilizações, construção coletiva de demandas) e a solidariedade territorial (defesa comum do território contra ameaças externas).

O cuidado com o próximo, umas com as outras, com suas famílias e com a natureza, através da defesa pela vida nos territórios, faz parte do cotidiano e dos pressupostos da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará que se interconecta com a ideia de solidariedade tratada acima. Essa atividade essencial à reprodução da vida tem sido relegada majoritariamente e compulsoriamente às mulheres ao longo da história do patriarcado capitalista.

Silvia Federici (2019), oferece uma análise histórica fundamental para compreender como o trabalho de cuidado foi transformado em "trabalho de mulher" não remunerado. Para Federici, o trabalho reprodutivo que inclui o cuidado com pessoas (crianças, idosos, doentes), com a casa, com a alimentação e, poderíamos acrescentar, com o ambiente, não é uma vocação natural feminina, mas resultado de um processo histórico violento de desvalorização e naturalização que remonta à acumulação primitiva do capitalismo nos séculos XVI e XVII.

A caça às bruxas na Europa, argumenta Federici, foi parte fundamental desse processo que destruiu o poder social das mulheres, especialmente das mulheres mais velhas e sábias, que detinham conhecimentos sobre ervas medicinais, controle de natalidade e cuidado comunitário. Ao destruir esse poder, o capitalismo nascente pôde submeter as mulheres ao controle masculino e apropriar-se gratuitamente de seu trabalho reprodutivo.

A invisibilização do trabalho de cuidado é fundamental para a manutenção do sistema capitalista, que depende da exploração gratuita ou mal remunerada do trabalho feminino de reprodução da vida. Como argumenta Federici (2004), o trabalho doméstico e de cuidado não está fora da economia capitalista, mas é sua condição de possibilidade, trata-se do trabalho não pago das mulheres que permite que os trabalhadores, majoritariamente homens, no modelo tradicional, cheguem todos os dias à fábrica ou ao escritório alimentados, com roupas limpas, descansados, e que permite a produção de novos trabalhadores sem custos para o capital.

No contexto latino-americano, a economia feminista tem desenvolvido conceitos fundamentais para visibilizar e teorizar o trabalho de cuidado. Cristina Carrasco (2011), por exemplo, desenvolve o conceito de economia do cuidado, destacando que a sustentabilidade da vida deveria estar no centro da economia, e não a acumulação de capital. Para Carrasco, o modelo econômico dominante opera através de uma inversão perversa: trata a produção mercantil como se fosse o núcleo da economia, e relega a produção de vida (cuidado, reprodução, manutenção dos vínculos sociais) à margem, como se fosse secundária ou irrelevante. As mulheres das marés e das águas, ao articularem o cuidado com o corpo, com a comunidade e com o maretório, propõem, ainda que não nos termos acadêmicos da economia feminista, uma reorganização radical das prioridades sociais: a vida, em todas as suas dimensões, deve vir antes do lucro.

Amaia Pérez Orozco (2014) propõe o conceito de conflito capital-vida para descrever a contradição estrutural do capitalismo contemporâneo. Para Pérez Orozco, o capitalismo globalizado neoliberal intensificou ao extremo a exploração da vida (humana e não-humana) para gerar acumulação, criando uma crise civilizatória onde a própria reprodução da vida está ameaçada. Esse conflito se manifesta de múltiplas formas, através do esgotamento físico e mental das trabalhadoras, da destruição ambiental que compromete as bases materiais da vida, da fragilização dos vínculos comunitários e familiares.

No caso das comunidades extrativistas costeiras, esse conflito capital-vida pode se manifestar de forma particularmente acentuada. Pois projetos de desenvolvimento, como portos industriais, carcinicultura intensiva, pesca predatória industrial, especulação

imobiliária e mineração, ameaçam simultaneamente os meios de vida tradicionais e a possibilidade de as mulheres realizarem seu trabalho de cuidado. A defesa do maretório é, portanto, a defesa da possibilidade material e simbólica de continuar cuidando, de continuar reproduzindo a vida individual e coletiva.

Para Kuhnen (2021), a colonialidade influenciou significativamente as práticas de cuidado nas sociedades do Sul Global; para a autora, formas de cuidar próprias e genuínas foram desfeitas pela colonização, que impôs uma nova ordem, na qual se atribui a obrigação do cuidado a um grupo e o privilégio do descuido a outros. Ao atribuir às mulheres essa obrigação, desvaloriza o cuidado e a função feminina nesse contexto. A implementação desse modelo padronizado e homogeneizado transformou as dinâmicas de cuidado e impôs responsabilidades que geralmente recaem sobre as mulheres, acentuando as desigualdades de gênero, raça e classe nas sociedades capitalistas atuais. As mulheres, em particular as negras e de classes sociais mais baixas, frequentemente ocupam funções de cuidado mal remuneradas, tanto no ambiente familiar quanto na indústria de cuidados, aumentando a exploração no âmbito laboral e econômico.

Nancy Fraser (2016) identifica uma crise do cuidado nas sociedades capitalistas contemporâneas, resultante da combinação entre a intensificação da exploração do trabalho que exige cada vez mais tempo e energia dos trabalhadores, o desmonte das políticas públicas de proteção social que, por sua vez transfere para as famílias, no caso para as mulheres as responsabilidades antes assumidas pelo Estado, e a persistência da divisão sexual do trabalho que naturaliza o cuidado como responsabilidade feminina. Para Fraser, essa crise não pode ser resolvida através de soluções individuais ou de mercado, tais como contratar empregadas domésticas, pagar por serviços privados de cuidado, pois essas soluções apenas transferem o problema de mulheres privilegiadas para mulheres mais pobres, criando cadeias globais de cuidado altamente exploratórias.

Dessa forma, conforme argumenta Kuhnen, esses fatores evidenciam que a colonialidade não apenas alterou as práticas de cuidado, mas também perpetuou uma estrutura de desigualdade que impacta a autonomia e a liberdade das mulheres nas sociedades do Sul Global. Isso impôs a ampliação dos desafios enfrentados pelas mulheres no âmbito dos cuidados que envolvem: a sobrecarga de trabalho caracterizada

pelas duplas e triplas jornadas, afetando a saúde física e mental das mulheres que assumem a total responsabilidade sobre os cuidados com crianças, idosos e doentes. A invisibilidade e a má remuneração do trabalho do cuidado decorrem do fato desse tipo de trabalho ser considerado uma extensão das responsabilidades femininas, não recebendo o devido reconhecimento na sociedade, o que limita o acesso a direitos e recursos. Somada a isso, a expectativa de que as mulheres cuidem pode restringir suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, gerando um conflito entre seus desejos de autonomia e as responsabilidades atribuídas a elas. Portanto, as desigualdades se mantêm pelas estruturas patriarcais e pela colonialidade, tornando as mulheres, sobretudo as vulnerabilizadas, mais suscetíveis à exploração.

No entanto, a Rede de Mulheres das Marés e das Águas não apenas denuncia essa exploração do trabalho de cuidado, mas também propõe e pratica formas alternativas de cuidar. As Vigílias Espirais da Vida, analisadas mais adiante, representam uma socialização e coletivização do cuidado: não é mais a mulher individual isolada em sua casa que deve dar conta sozinha de tudo, mas a rede que sustenta cada uma de suas integrantes. Essa prática dialoga com o que Silvia Federici (2019) denomina reconstrução dos comuns, onde o cuidado deixa de ser responsabilidade individual, familiar-feminina e se torna responsabilidade coletiva-comunitária-compartilhada.

Além disso, a Rede amplia radicalmente o conceito de cuidado para incluir o cuidado com o território/mareatório. Essa ampliação não é metafórica, mas literal: cuidar do mangue, respeitar os tempos de reprodução das espécies, lutar contra a poluição e a degradação ambiental, é cuidar das condições materiais que permitem a vida. Essa compreensão se aproxima das éticas ecofeministas que recusam a separação moderna entre natureza e cultura, entre cuidado com humanos e cuidado com não-humanos.

Retomando os argumentos de Vandana Shiva (1988), a ciência e o desenvolvimento modernos operaram através da destruição das condições de reprodução da vida, transformando a natureza fértil e generativa em recursos naturais inertes a serem explorados. As mulheres, especialmente mulheres camponesas e indígenas do Sul Global, mantiveram práticas de cuidado com a terra, com as sementes,

com as águas, que são fundamentais para a sustentabilidade da vida. Para Shiva, a luta das mulheres pela soberania alimentar e pela defesa dos territórios é, ao mesmo tempo, uma luta contra o patriarcado e contra o colonialismo, pois ambos operam através da lógica da dominação e exploração da natureza.

Mary Mellor (1997), ao desenvolver uma perspectiva ecofeminista socialista, argumenta que a sustentabilidade ecológica e a justiça social são inseparáveis. Para Mellor, qualquer projeto de transformação social precisa colocar no centro o trabalho de provisão, o trabalho de cuidar, de sustentar a vida, de manter as condições materiais e afetivas da existência. Esse trabalho, historicamente feminizado e desvalorizado, deveria ser reorganizado como responsabilidade coletiva de toda a sociedade, e deveria operar dentro dos limites ecológicos do planeta.

As mulheres das marés e das águas, ao defenderem o maretório, estão defendendo não apenas um espaço de trabalho ou uma fonte de recursos econômicos, mas as próprias condições de possibilidade do cuidado. Sem mangue, sem caranguejo, sem peixe, sem água limpa, não há como cuidar. A luta ambiental é, portanto, uma luta pelo direito de continuar cuidando, de continuar reproduzindo a vida.

Ivone Gebara (2000), teóloga ecofeminista brasileira, propõe uma ética do cuidado baseada na interdependência de todos os seres. Para Gebara, fomos educados na lógica da separação, separação entre homem e mulher, entre humanidade e natureza, entre corpo e espírito, e precisamos reaprender a lógica da conexão. O cuidado, nessa perspectiva, não é um sentimento romântico ou uma obrigação moral abstrata, mas o reconhecimento prático de que nossas vidas estão entrelaçadas, por exemplo, a vida humana depende da vida do mangue, da vida do caranguejo, da vida do rio.

As mulheres das marés e das águas compreendem que o sentimento de pertencer a um lugar é uma importante estratégia de luta para fazer frente ao não-lugar definido pelo patriarcado capitalista colonial para corpos femininos, negros, indígenas, pobres e rurais, por exemplo. Portanto, reconhecem o lugar enquanto categoria simultaneamente territorial e simbólica, material e afetiva, e compreendem como ele está atravessado

pelas opressões de gênero, raça e classe, responsáveis pelos sentimentos e experiências de não-pertencimento, de desenraizamento, de exclusão.

O conceito de lugar tem sido objeto de intensos debates. Doreen Massey (2008), geógrafa feminista britânica, critica concepções essencialistas de lugar que o definem como espaço fechado, delimitado, com identidade fixa e baseado em oposição ao "de fora". Para Massey, o lugar é sempre relacional, constituído por redes de relações sociais que conectam local e global, dentro e fora. O sentido de lugar, nessa perspectiva, não é baseado em exclusão ou em nostalgia de uma pureza perdida, mas em reconhecimento das conexões que constituem esse lugar.

No entanto, conforme argumenta Arturo Escobar (2016), para muitas comunidades tradicionais, indígenas e afrodescendentes da América Latina, o apego ao lugar não é reacionário ou essencialista, mas uma forma de resistência à desterritorialização imposta pelo capitalismo globalizado. Para Escobar, essas comunidades praticam o que ele denomina ontologias relacionais baseadas em lugar, onde a vida individual e coletiva está profundamente enraizada em territórios específicos, com suas particularidades ecológicas, históricas, culturais e espirituais. Defender o lugar não significa recusar-se a mudanças ou conexões externas, mas recusar a imposição violenta de um modelo único de desenvolvimento que destrói as bases territoriais da vida comunitária.

O maretório, como lugar de pertencimento das mulheres pescadoras e extrativistas, exemplifica essa ontologia relacional. Não é simplesmente um espaço geográfico abstrato ou um conjunto de "recursos naturais" a serem explorados, mas um mundo vivido, onde memórias pessoais e coletivas estão inscritas na paisagem, onde saberes ancestrais sobre marés, mangues e espécies são constantemente atualizados, onde identidades individuais e coletivas são construídas e reconstruídas.

bell hooks (2021), em "Pertencimento: uma cultura do lugar", aborda o pertencimento como um caminho de cuidado e cura, especialmente para corpos e subjetividades marcados pelo racismo e pela exploração. A autora, que cresceu em uma comunidade negra rural no sul dos Estados Unidos antes de migrar para centros urbanos

acadêmicos, descreve como a conexão com a terra e as atividades de plantar, colher, observar os ciclos das estações foram fundamentais para sua saúde mental e espiritual em contextos de racismo e alienação urbana. Para hooks, o pertencimento pressupõe o reconhecimento do valor intrínseco da vida em todas as suas formas e o respeito à diversidade de ecossistemas. É por meio dessa postura que se experimenta a profunda conexão com o mundo natural e a liberdade que dela emana.

Para hooks (2021), a libertação e a cura dos efeitos danosos do que ela denomina "patriarcado supremacista branco capitalista imperialista" envolvem necessariamente a reconexão com a terra e o reconhecimento da ancestralidade. Essa cura passa por dois eixos que foram importantes na vida da autora: um ligado ao cultivo da terra, às suas memórias das plantações de tabaco e o outro ligado à arte e à estética devido à confecção coletiva de colchas de retalhos, prática feminina afro-americana de criação artística e transmissão de memórias. Através desses hábitos ancestrais pode ocorrer o resgate do pertencimento, e essa ancestralidade nos remonta sempre à coletividade, nunca ao individualismo.

Essa análise de bell hooks dialoga profundamente com as práticas das mulheres das marés. A confecção das painéis, por exemplo, é uma prática ancestral associada à tradição indígena transmitida de geração em geração, que conecta as mulheres com suas ancestrais, que cria pertencimento através da repetição de gestos, técnicas e conhecimentos. Quando uma mulher ensina a outra como preparar a argila, como moldar a painél, como controlar o fogo da queima, ela não está apenas transmitindo uma técnica produtiva, mas inscrevendo essa mulher em uma genealogia de sabedoria feminina que atravessa séculos.

Os quintais produtivos, outro elemento central na vida dessas mulheres, também são espaços de pertencimento. Como descrevo no texto, o quintal não é apenas uma extensão funcional da casa para plantar alimentos, mas um espaço de descanso, reflexão, conexão espiritual e exercício de autonomia. Plantar açaizeiros, mangueiras, cajueiros, cultivar ervas medicinais, criar pequenos animais, são práticas que enraízam

as mulheres em seu lugar, que as conectam com os ciclos naturais, que materializam uma forma de relação com a terra baseada em cuidado e reciprocidade.

Arturo Guerrero Osorio (2021), desenvolve o conceito de *comunalidad* (comunalidade) a partir da experiência dos povos da Sierra Norte de Oaxaca no México, oferece ferramentas conceituais importantes para compreender o pertencimento vivido pelas mulheres das marés e das águas. Para Osorio, a *comunalidad* expressa os modos de ser e viver de povos que resistiram e resistem às múltiplas formas de desenvolvimento e modernização impostas externamente, realizando arranjos que incorporam seletivamente elementos externos sem permitir a destruição do que é próprio (*lo propio*).

A comunalidade, para Osorio (2021), é o predicado verbal do "Nós", não sua ontologia fixa, mas sua ação coletiva. Trata-se da ação realizada coletivamente em um lugar específico, como comer juntos, falar juntos, aprender juntos, trabalhar juntos, lutar juntos. Esse "Nós" se realiza na "espiral da experiência", conceito que aprofundo na análise das Vigílias Espirais.

Reuniões e Encontros - A construção do pertencimento e do cuidado coletivo

Os encontros são fundamentais para alcançar o propósito da Rede relacionado a proposta de mudança através do diálogo e participação em diversos espaços e arenas sociopolíticos, pois além da proposta formativa para as integrantes que os encontros possuem, há também a oportunidade de diálogo com agentes de outras esferas exteriores ao movimento, como representantes do Estado, em todos os níveis municipal, estadual e federal, representantes de Ong's, universidades e outras instituições de pesquisa.

De acordo com Alberto Melucci (1996), a identidade coletiva não é um dado pré-existente, uma essência que as pessoas simplesmente possuem, mas uma construção processual, contínua e conflituosa. A identidade coletiva se constrói através de interações repetidas, negociações sobre significados, definição de fronteiras, produção de narrativas compartilhadas sobre o passado e o futuro, e ação conjunta.

Para Melucci (1996), os movimentos sociais contemporâneos são espécies de "laboratórios de experiência" onde novos significados, novas práticas e novas identidades são experimentados antes de se difundirem pela sociedade mais ampla. Os encontros da Rede funcionam analogicamente a esses laboratórios, pois neles se experimentam formas alternativas de organização social, se testam novas linguagens e categorias, como o maretório, a Pedagogia da Maré, a relação corpo-território, e se ensaiam futuros possíveis.

Dessa forma, nos encontros é possível perceber quem são os parceiros, as articulações, identificar os temas de maior relevância, demandas, proposições e possíveis conflitos. Os encontros não são os únicos momentos possíveis para compreensão da atuação da Rede, mas merecem destaque por fornecerem muitos elementos importantes para sua caracterização.

A cada encontro, as mulheres conseguem avaliar quais pontos precisam ser melhorados para fortalecer a Rede. “Portanto, é revolucionário o encontro entre mulheres que buscam trocar saberes, estratégias de articulação, cuidado coletivo e força para seguir na luta (Paim e Furtado, 2024, p.28).” Essa afirmação dialoga com Audre Lorde (1984), que argumenta que o encontro entre mulheres diferentes, atravessadas por distintas opressões e privilégios, é simultaneamente difícil e absolutamente necessário. Para Lorde, as diferenças entre mulheres, sejam de raça, classe, sexualidade, idade e territorialidade, não devem ser negadas ou minimizadas, mas reconhecidas e trabalhadas como fonte de criatividade e força política.

Os encontros da Rede reúnem mulheres de diferentes idades, de jovens de 20 anos a mulheres com mais de 70 anos, diferentes níveis de escolaridade (desde mulheres não alfabetizadas até universitárias), diferentes religiões, diferentes municípios e comunidades, diferentes posições nas hierarquias comunitárias, algumas são lideranças reconhecidas há décadas, outras estão começando sua trajetória política. Essas diferenças geram tensões, mas também enriquecem o movimento com múltiplas perspectivas e experiências.

I Mobilização e articulação das mulheres das marés e das águas e I Roda de Conversas das Mulheres das Marés e das Águas - Bragança -PA

Entre os dias 29 e 30 de novembro de 2021, foi realizada a Mobilização e Articulação das Mulheres das Marés e das Águas no Salão Paroquial de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na cidade de Bragança, no estado do Pará. O evento também é conhecido como “Workshop: Mulheres e o Novembro”. A organização do evento contou com o apoio da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Brasil-CONFREM por meio da sua Secretaria Nacional de Mulheres.

Devido ao período ser marcado pela luta internacional de combate à violência contra as mulheres, esse foi o principal tema abordado no evento, como podemos notar pelo títulos das Rodas, desde as místicas de abertura que contou com a formação da “Roda para viver sem violência”, e da formação do mural “Roda de bordados” (Figuras 06 e 07), a primeira Roda de Conversa com tema: “As Mulheres, Espaço Social, Contradições e Sofrimento”, a segunda Roda de Conversa “Mulheres, Enfrentamento, Acesso, Direitos Sociais e Humanos”, a terceira Roda do primeiro dia de evento trouxe o tema “Mulheres, Participação, Equidade”. No segundo dia, deu-se continuidade à quarta roda de conversa sobre “Mulheres Histórias de Vida Lutas e Conquistas”, finalizando essa parte da programação com o lançamento da campanha: NEM PENSE EM ME MATAR, que foi realizada com a leitura coletiva da carta/manifesto de lançamento da campanha.

Figuras 06 e 07 - Bordados “Dias mulheres virão”



Fonte: De autoria própria, Bragança-PA, 2021.

As místicas que abrem os encontros da Rede merecem atenção analítica especial, pois são frequentemente invisibilizadas ou desconsideradas em análises acadêmicas de movimentos sociais. No entanto, como argumenta Marisol de la Cadena (2015), essa invisibilização revela os limites da ontologia política moderna, que separa radicalmente ou coloca em pólos opostos política e religião/espiritualidade.

Para muitos movimentos sociais latino-americanos, especialmente aqueles protagonizados por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a separação entre política e espiritualidade não faz sentido. A luta pela terra é também luta espiritual, a defesa do território é simultaneamente a defesa de entidades sagradas, por exemplo, rios, montanhas, florestas, e a organização política é assim a construção de uma comunidade ético-espiritual.

As místicas da Rede, que envolvem círculos, cantos, orações, silêncios, abraços coletivos, não são meros aquecimentos antes do trabalho político real começar. São parte integral da práxis política da Rede, trata-se de momentos de reconexão consigo mesmas, umas com as outras, com ancestrais, com forças maiores. São momentos de cura de feridas individuais e coletivas, de fortalecimento para continuar lutando apesar do cansaço e do sofrimento, de renovação de esperança.

A organização procurou reunir nas Rodas (Figuras 08 e 09) representantes do Estado, sociedade civil, instituições de ensino e movimento social, como o indígena e quilombola através de representantes mulheres, mostrando a articulação da organização na busca por parcerias, no diálogo e sobretudo demonstra a capacidade do processo de formação das mulheres que participam dos encontros, pois podem ter acesso a informações novas e oportunidades de apresentar suas demandas e realidade. Esse tipo de estratégia veremos em todos os encontros da Rede.

Figuras 08 e 09 - Rodas de conversa

Fonte: De autoria própria, Bragança-PA, 2021.

As discussões nas rodas contaram com muitos relatos sobre as violências vividas por essas mulheres. Muitas histórias são difíceis para quem está ouvindo, mas certamente foi muito mais difícil passar por uma situação de dor e violência e conseguir verbalizar. O ato é estimulado para que as outras mulheres que estejam ouvindo possam identificar os riscos, situações semelhantes, estratégias de defesa, estimular a denúncia e assim interromper o ciclo de violência.

Essa metodologia dialoga com o conceito de *consciousness-raising* (conscientização) desenvolvido pelos feminismos da segunda onda nos anos 1960-1970. Grupos de mulheres se reuniam para compartilhar experiências pessoais e, através do compartilhamento, percebiam que o que imaginavam ser problemas individuais, como dificuldades no casamento, insatisfação sexual, sobrecarga de trabalho doméstico, eram na verdade problemas estruturais compartilhados por milhões de mulheres. Daí surge o slogan "o pessoal é político", aquilo que acontece na esfera privada, nas relações íntimas, nos corpos individuais, é produto de estruturas de poder público, é político.

bell hooks (2000) compreende que os grupos de conscientização feminista foram fundamentais para a expansão do movimento nos anos 1960 e 1970, mas também tinham limitações, uma vez que frequentemente eram dominados por mulheres brancas

de classe média, cujas experiências não eram universais. As mulheres negras, pobres, imigrantes, lésbicas, frequentemente não se viam representadas nas narrativas dominantes do feminismo branco.

A Rede, ao realizar rodas de conversa que reúnem mulheres de diferentes comunidades, idades e trajetórias, e ao enfatizar a escuta respeitosa de todas as vozes, busca evitar essa armadilha de uma experiência de mulher universal que seria narrada, mas há múltiplas experiências de mulheres, permeadas por diferentes marcadores de opressão e privilégio, e todas merecem ser ouvidas.

Foi neste evento que a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará - Existentes e Resistentes foi lançada (Figura 09), após a leitura em conjunto da sua carta de lançamento, com proposições construídas no diálogo do cuidado, das denúncias, da escuta, que se entende como um fortalecimento nas causas e lutas de mulheres pescadoras e extrativistas costeiras e marinhas. Portanto, as rodas de conversa se constituíram para esse movimento como estratégias de sobrevivência, participação e luta social, conforme podemos ver no trecho da carta de criação:

Nas rodas de conversa as mulheres falaram sobre autonomia e empoderamento femininos, sobre o aumento da violência contra mulheres e sobre feminicídio. Em roda, as mulheres partilharam as suas dores em relação às formas de violência sofridas por elas: física, sexual, simbólica, psicológica, racial, financeira, laboral, de perda de direitos. Também falaram das suas vidas, dos seus sonhos, da possibilidade de atuarem juntas, em rede (Carta da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará 2021).

Essa preocupação com a vida das mulheres ameaçadas pela violência doméstica, que se intensificou na pandemia, essa preocupação tão comum aos movimentos de mulheres, foi a impulsionadora para a organização de mulheres extrativistas costeiras e marinhas que trazem consigo também outras pautas como a defesa dos maretórios em que vivem através da garantia de direitos socioambientais. Dessa forma, aliaram seus conhecimentos sobre os maretórios, às pautas socioambientais e às demandas das mulheres por uma vida digna e sem violência.

Dessa forma, aliaram seus conhecimentos sobre os maretórios, às pautas socioambientais consolidadas no movimento extrativista mais amplo, como a CONFREM, e às demandas feministas por uma vida digna e sem violência. Essa articulação não é casual ou superficial, mas expressa uma compreensão profunda de que todas essas lutas estão interconectadas, pois não é possível ter vida digna se o mangue está destruído, assim como não é possível defender o território se as mulheres estão sendo assassinadas em suas casas e não é possível construir autonomia econômica se o trabalho feminino é invisibilizado e desvalorizado.

Figura 10- Lançamento da rede de mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará



Fonte: Secretaria de Mulheres da CONFREM. Bragança-PA, 2021.

Além de estar presente no evento, tive a oportunidade de realizar a relatoria de uma reunião de planejamento da Rede, em 2022, que teve um momento para a prestação de contas e o balanço das rodas de conversa que ocorreram no decorrer de 5 meses de 2021 e sobre o encontro realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2021 em Bragança – PA.

Dentre os pontos positivos, as mulheres destacaram em suas palavras “Realização de parcerias”, “Conhecimento da felicidade”, “Autorreconhecimento”, “A cura ao sair da solidão”, “A força ao se encontrar com outras mulheres” e a própria “Formação da Rede”. Esses pontos revelam que as mulheres valorizam tanto conquistas materiais

e instrumentais, como as parcerias que podem trazer recursos ou apoio político, quanto conquistas subjetivas e/ou existenciais, como cura, felicidade e reconhecimento.

Os pontos positivos destacados pelas mulheres da Rede ressoam a perspectiva de que a alegria de se encontrar, a cura de sair da solidão, o prazer de estar juntas, não são como "bônus" secundários da organização política, mas parte essencial do que torna a luta sustentável ao longo do tempo. Mulheres que vivem em contextos de extrema vulnerabilidade, violência e sobrecarga de trabalho precisam de espaços de alegria e cuidado, não apenas de mais tarefas e responsabilidades. Dialogando com o que Svampa (2025) denomina de epistemologia das emoções e dos afetos como sendo uma característica dos feminismos ecoterritoriais do Sul.

Os pontos negativos foram: "Falta de apoio dos companheiros", "Falta de transporte", "Falta de autonomia", "Dificuldade para sensibilizar as demais companheiras e parceiros", "Falta de divisão de tarefas" e "Dificuldade de planejamento". Esses pontos revelam os obstáculos materiais e simbólicos que as mulheres enfrentam para participar plenamente do movimento.

A "falta de apoio dos companheiros" é particularmente significativa. Refere-se principalmente aos maridos e companheiros que frequentemente resistem ou dificultam a participação das mulheres na Rede. Essa resistência pode ser passiva ao não ajudar com o cuidado das crianças, fazendo com que a mulher não possa sair de casa, por exemplo, ou ativa, como proibir explicitamente a participação, ameaçar ou agredir. Como discutido anteriormente, a autonomia política das mulheres depende de condições materiais que vão desde ter dinheiro para transporte às condições simbólicas representadas pelo ter "permissão" ou ao menos não enfrentar retaliação violenta.

Dessa reunião de avaliação saíram várias ideias e encaminhamentos, como a expansão da Rede para outros municípios, trabalhar outros temas além da violência, a elaboração de projetos para financiar as atividades e conseguir recursos para realização de eventos e estruturação da Rede, e a possibilidade de criação de um CNPJ. Destaca-se nessa Reunião a participação de uma liderança da Rede de Mulheres da Bahia que levantou a necessidade de criação de um Movimento Nacional para ancorar a entrada na Marcha das Margaridas e ancorar as demais Redes que já existem. E levantou-se

assim a possibilidade de construção de uma Rede Nacional de mulheres das marés e das águas, que veio a ser oficializada em 2023.

Essa troca de experiências entre redes de diferentes estados exemplifica o que Ilse Scherer-Warren (2006) denomina de redes de movimentos sociais, pois na contemporaneidade, os movimentos não operam isoladamente, mas se articulam em redes complexas que conectam local e global, diferentes pautas, como as gênero, ambiente, classe, raça, diferentes formas organizativas, como ONGs, movimentos populares, sindicatos e pastorais, criando assim densas teias de solidariedade e ação coletiva.

A maioria das ideias gestadas nessa reunião foram efetivamente colocadas em prática nos anos seguintes, materializando-se em ações e estratégias da Rede que possibilitaram os encontros subsequentes e a expansão geográfica e temática do movimento. Isso demonstra a função que as reuniões assumem enquanto espaços de construção coletiva de estratégias que efetivamente moldam a trajetória do movimento.

I Encontro de Mulheres em Rede e I Encontro Nacional da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Brasil- Maracanã - PA

O encontro, que ocorreu em julho de 2023 na Reserva Extrativista Marinha Maracanã, localizada no município de Maracanã, é resultado de mobilização anterior realizada por meio de oficinas nos municípios de São Caetano de Odivelas e Bragança. No encontro estavam presentes mulheres de diversas Resex's e representantes das três esferas de poder, como a Prefeitura municipal de Maracanã, Edel Moraes da 'Secretaria Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do clima, Carmem Foro da Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres, Ormezinda Barbosa do Ministério da Pesca e Clarice Leonel da Secretaria das mulheres do estado do Pará. Além de representantes da Rede do estado do Pará, dos municípios de Bragança, Curuçá, São Caetano de Odivelas e Maracanã, havia também mulheres de outros estados, como a Rede de Mulheres da Bahia, a ONG OCEANA e a Presidente da Colônia de Pescadores de Mato Grosso do Sul e parceiras das Universidades, como a UFPA e

do Museu Paraense Emílio Goeldi, o evento teve um público estimado em mais 160 pessoas (Figuras 11 e 12).

Figuras 11 e 12 - Registros do I Encontro de Mulheres em Rede



Fonte: Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará. Maracanã - PA, 2023.

O evento foi organizado e articulado pela Secretaria de Mulheres da CONFREM Brasil e a Rede Nacional de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Brasil. De acordo com a sua configuração, o evento aparentou ter como objetivo essa articulação entre Estado e movimento social, sendo uma oportunidade para que as mulheres colocassem suas experiências e pautas por direitos sociais através do levantamento de demandas específicas a serem garantidas na construção e implementação de políticas públicas.

Sonia Alvarez (1990), identifica tensões permanentes na relação entre movimentos autônomos e Estado. Por um lado, movimentos precisam dialogar com o Estado para conquistar políticas públicas, recursos, legislação favorável; por outro lado, esse diálogo sempre traz riscos de cooptação, burocratização, perda de autonomia, moderação das demandas mais radicais. Alvarez usa o conceito de "feminismo de Estado" para descrever instituições estatais, como secretarias de mulheres, conselhos, programas que emergem da pressão de movimentos feministas e podem ser espaços de avanço, mas também de domesticação do feminismo. Conforme discutido no capítulo

anterior essa estrutura é concebida também a partir da concepção e reivindicação da transversalidade de gênero.

O governo Lula iniciado em 2023 trouxe oportunidades inéditas para movimentos de povos e comunidades tradicionais, incluindo a criação do Ministério dos Povos Indígenas, liderado por Sônia Guajajara, indígena e ativista, e o fortalecimento da Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais (SNPCT) no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Pela primeira vez, mulheres de comunidades tradicionais ocuparam cargos de gestão em nível federal, incluindo representantes de extrativistas costeiras e marinhas, caso da Edel Moraes do município de Curralinho-PA nomeada para ser Secretária da SNPCT.

Essa abertura de canais de diálogo com o Estado foi celebrada pela Rede, mas também acompanhada de vigilância crítica, pois as mulheres sabem que governos mudam, e que os compromissos podem não se materializar em políticas efetivas, sendo necessário manter pressão constante e organização autônoma para garantir que promessas se tornem realidade.

Alguns temas se destacam como, autonomia econômica, saúde da mulher, ocupação dos espaços de poder e decisão, educação, reconhecimento dos direitos como trabalhadoras da pesca. Isso pode ser observado no discurso de uma das lideranças da Rede, durante o Encontro:

[...] nós mulheres, que temos nossos direitos silenciados pelo machismo na pesca, pela discriminação social com as ferramentas que nós temos nos espaços no INSS. Se tu fores de batom, de unha pintada, não é reconhecida como pescadora, e ainda te olham assim: tu pescadora? de que mesmo? O sistema nos coloca um rótulo. Para você acessar qualquer política pública dentro da previdência social. Ou você tem que ir com a escama do peixe na costa igual uma sereia ou com a lama do mangue nas costas (...) O marido chega, ele traz o peixe, ela o beneficia, o salga, ela vende, ela congela, mas ela nunca aparece como a trabalhadora, ela é ajudante. Isso serve para nós, nós precisamos nos reconhecer como trabalhadoras, nós não somos só ajudantes. (Fragmento do discurso de Marly Silva, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, no Encontro de Mulheres em Redes, realizado em Maracanã-PA, Brasil, em 2023).

No trecho acima é possível identificar uma pauta antiga, porém recorrente nos movimentos de mulheres ligados à pesca e ao extrativismo costeiro e marinho, trata-se da invisibilidade nas políticas públicas devido ao não reconhecimento enquanto

trabalhadoras da pesca, gerando várias experiências de discriminação e violência que marcam a história de vida de tantas mulheres. Podemos perceber que esses problemas já amplamente debatidos pelo movimento social e por pesquisadoras, mostram que pontos centrais não foram resolvidos, como a pouca incorporação da dimensão de gênero nas políticas setoriais e o baixo interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca, refletindo na ausência de dados e estatísticas, como aponta Maneschy et al (2012).

O discurso, portanto, identifica a invisibilização do trabalho feminino na cadeia produtiva da pesca. O "homem pescador" é visível porque realiza a captura, que é considerada a atividade produtiva principal. A mulher que beneficia através das atividades de limpar, descamar, secar e salgar, por exemplo, que conserva, que comercializa, que confecciona apetrechos, como redes, cestos, é tratada como ajudante, seu trabalho é visto como extensão do trabalho doméstico, como apoio ao trabalho "real" do marido.

Essa invisibilização tem consequências materiais diretas, pois as mulheres não conseguem acessar o seguro-defeso, não conseguem aposentadoria como pescadoras, não são contadas em estatísticas oficiais sobre pesca artesanal. A consequência é uma subnotificação do trabalho feminino e a negação sistemática de direitos.

Sabendo desta carência, uma das demandas da Rede é conseguir realizar o levantamento do que é produzido pelas mulheres nos maretórios das Resex's marinhas e assim contribuir para a mudança de décadas de negação de direitos trabalhistas, previdenciários e de saúde. Portanto, com relação às ações dos movimentos de mulheres em geral:

Destaque-se que quase sempre as mobilizações privilegiam o objetivo de acesso a dispositivos de seguridade social. Afinal, as características dos trabalhos envolvidos tendem a alijá-las de benefícios previdenciários, especialmente em países onde a titularidade para essas benfeitorias requer contribuições financeiras regulares, limites mínimos de tempo de contribuição ou exercício contínuo da profissão. É o que ocorre quando a cidadania social, isto é, o usufruto de direitos sociais, é dependente da condição de trabalhador definida de maneira restrita ou universal. Universalidade que nega as diferenças de gênero. Por conseguinte, não abriga facilmente mulheres em ramos como a pesca e a agricultura, sem

nos referirmos aos trabalhos não remunerados. (MANESCHY, et al, 2012, p.724).

O discurso da liderança também faz um chamado para auto-reconhecimento: "nós precisamos nos reconhecer como trabalhadoras, nós não somos só ajudantes". O reconhecimento estatal é importante, mas não suficiente. As próprias mulheres precisam internalizar sua condição de trabalhadoras, recusar a auto-desvalorização que o patriarcado impõe. Nancy Fraser (2003), ao teorizar sobre reconhecimento e redistribuição, argumenta que são duas dimensões complementares da justiça social, o reconhecimento (respeito, valorização cultural, inclusão simbólica) e a redistribuição (acesso a recursos materiais, renda, direitos). Movimentos sociais efetivos precisam lutar em ambas as frentes simultaneamente.

Durante o evento, também foi possível identificar outra pauta defendida por essas mulheres e que está ligada ao combate da invisibilidade e ao reconhecimento de saberes e vivências, trata-se da implementação de uma educação diferenciada, materializada na concepção de uma "Escola das Águas" ou "Escola do Tempo-Maré". De acordo com uma das lideranças, trata-se de uma proposta de modelo educacional que tenha em suas diretrizes o respeito aos ciclos produtivos e as necessidades dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos. Esta demanda está intrinsecamente ligada a uma abordagem pedagógica específica, denominada por essas lideranças de "Pedagogia da Maré", a qual valoriza os saberes tradicionais e reconhece a fundamental contribuição das mulheres extrativistas costeiras e marinhas na manutenção desse conhecimento:

Não dá mais para se trabalhar dessa forma. Os relatos inúmeros que nós temos do Amapá até o litoral de Santa Catarina de quanto a mulher está na invisibilidade. Trabalhar a pedagogia da alternância, dentro das escolas das marés, significa que nós vamos ter tempo de fazer um diagnóstico com as mulheres no tempo em que ela está em casa, fazendo o trabalho não na escola. E a gente quer escola de tempo integral, para que possa atender as necessidades das mães de filhos que não tempo de ir para a escola, que não tem tempo de trabalhar porque tem que fazer os afazeres de casa (Fragmento do discurso de Marly Silva, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, durante a participação no Encontro de Mulheres em Redes, realizado em Maracanã-PA, Brasil, em 2023).

A concepção de uma outra pedagogia que reconheça e valorize os conhecimentos produzidos nos maretórios resume a expressão desse feminismo ecoterritorial das marés e a luta por justiça socioambiental. A valorização dos conhecimentos tradicionais locais está relacionada ao eixo do pertencimento, a preocupação com um local adequado para que as mães possam deixar seus filhos em segurança e que recebam uma educação integral em tempo integral está relacionada ao eixo do cuidado. A solidariedade está imbricada em toda essa concepção tendo em vista que há enorme preocupação com o outro, com o direito a uma educação de qualidade e que esteja integrada à comunidade.

Queremos uma Escola que possua práticas pedagógicas baseadas nos saberes, fazeres e culturas tradicionais das nossas comunidades, que sejam contextualizadas em materiais didáticos exemplificados a partir da realidade local e que promovam metodologias participativas, incluindo experiências e vivências nos nossos espaços produtivos e socioculturais. Queremos também uma educação que respeite o Calendário Lunar, o qual dita o horário de começo e fim das pescarias em conformidade com o tempo-maré. Para nós, moradores de Tamatateua, este ambiente costeiro marinho é o sagrado na relação da produção alimentar, das relações de afeto fraternal, familiar e comunitário, da economia doméstica e do desenvolvimento da sociobiodiversidade (Trecho da Carta-Manifesto de Tamatateua para uma Educação do Campo: Queremos uma escola com diretrizes de Pedagogia da Maré. 2022, Bragança-PA).

Uma iniciativa educacional inovadora, conforme apontado por Dawson (2021):

[...] essa abordagem mais holística da educação - que estimula “cabeça, coração e mãos - é significativamente mais eficaz em catalisar a mudança de comportamento e permitir que os alunos se envolvam crítica e criativamente com os valores, as habilidades e os conhecimentos necessários para enfrentar os desafios relacionados à sustentabilidade (DAWSON, 2021, p. 455).

A proposta de Pedagogia da Maré dialoga profundamente com os princípios da educação popular de Paulo Freire (1987), especialmente a noção de que a educação deve partir da leitura de mundo dos educandos antes da leitura da palavra. Para Freire, não há educação neutra, pois toda prática educativa é política e pode servir para domesticar ou libertar. A Pedagogia da Maré, ao valorizar os saberes das comunidades

pesqueiras e o tempo-maré como organizador do processo educativo, configura-se como uma educação como prática da liberdade, onde os sujeitos se reconhecem como produtores de conhecimento.

Miguel Arroyo (2004), ao teorizar sobre a Educação do Campo, argumenta que os povos do campo têm direito a uma educação que reconheça suas especificidades, seus tempos, seus saberes e suas lutas. A escola não deve ser um espaço de desenraizamento, mas de fortalecimento das identidades territoriais. A Pedagogia da Maré, ao incorporar o calendário lunar e os ciclos produtivos do maretório, materializa essa perspectiva de educação contextualizada.

Dialogando também com bell hooks (2013), em "Ensinando a transgredir", pois a autora propõe a educação como prática da liberdade que passa pelo reconhecimento de que todos os sujeitos trazem conhecimentos válidos para a sala de aula. Para hooks, a educação libertadora deve ser um espaço de cura, especialmente para corpos e mentes colonizados. As mulheres das marés, ao proporem uma pedagogia que integra corpo e território, conhecimento ancestral e contemporâneo, estão criando um espaço educativo que pode enfrentar e curar as marcas da colonialidade e do patriarcado.

II Encontro da Rede de Mulheres das marés e das águas do litoral do Pará e III Oficina de multiplicadoras Semear - Curuçá- PA - RESSIGNIFICAR A LUTA DAS MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS POR DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este encontro ocorreu na Resex Marinha Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá-PA, no período de 23 a 26 de maio de 2024, com o objetivo de formação para o protagonismo das mulheres das marés e das águas e organizado em uma articulação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, da Secretaria Nacional de Mulheres/Secretaria Nacional de Formação da CONFREM-Brasil, com apoio do Fundo CASA. Como podemos notar, cada encontro foi na área de influência de uma rede Mar diferente, e isto se configurou como uma estratégia para aproximar a Rede de potenciais participantes. Em cada área, uma liderança exerceu sua capacidade de

mobilização, utilizando seu capital político para convidar pessoas e organizações para compor a programação, conseguir recursos e garantir que cada vez mais mulheres participem e desenvolvam suas capacidades de liderança. (Figuras 13 e 14). A estratégia de realizar encontros rotativos em diferentes RESEXs fortalece as estruturas de mobilização da Rede ao capilarizar lideranças, criar múltiplos núcleos organizativos e construir densidade territorial.

Figuras 13 e 14 - Registro do II Encontro da Rede de Mulheres das marés e das águas do litoral do Pará



Fonte: autoria própria. Curuçá-PA. 2024

Como observado nos encontros anteriores, a programação foi construída para combinar múltiplas dimensões, como formação política, troca de experiências entre as mulheres, articulação com agentes externos (Estado, ONGs, universidades), celebração e fortalecimento de vínculos afetivos, como mencionado anteriormente através das místicas, e momentos culturais e o trabalho produtivo coletivo por meio da troca de técnicas, exposição e comercialização de produtos.

Os principais temas abordados nas palestras foram: Direito sociocultural ambiental, repartição de benefícios, soberania pesqueira e violência contra a mulher. Esse momento, geralmente reservado para o diálogo com representantes do Estado e de ONGs, contou também com a participação de uma das lideranças locais que abordou

a repartição de benefícios, algo que está vivenciando, pois possui um contrato com a empresa Natura² para fornecer sementes do mangue vermelho e a flor do mangue branco³.

A questão da repartição de benefícios é complexa e merece análise cuidadosa. A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 (Marco Legal da Biodiversidade), regulamenta o acesso ao patrimônio genético brasileiro e ao conhecimento tradicional associado, e estabelece mecanismos de repartição de benefícios derivados da exploração econômica de produtos desenvolvidos a partir desses recursos. A lei visa corrigir décadas de biopirataria, onde empresas, principalmente farmacêuticas e cosméticas, apropriaram-se de plantas, sementes e conhecimentos tradicionais sem qualquer reconhecimento ou compensação às comunidades que desenvolveram e mantiveram esses recursos e saberes.

No entanto, como argumentam críticos da lei, incluindo movimentos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o Marco Legal é insuficiente e problemático em vários aspectos, pois define repartição de benefícios de forma muito restrita, geralmente como pagamento monetário pequeno, sem garantir participação das comunidades nas decisões sobre uso e comercialização; não reconhece adequadamente direitos coletivos e de propriedade intelectual das comunidades; facilita o acesso de empresas aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, sem garantias suficientes contra biopirataria; opera dentro da lógica capitalista de mercantilização da biodiversidade, transformando seres vivos e conhecimentos em mercadorias.

As críticas dialogam com Vandana Shiva (1997), pois a autora argumenta que mesmo quando há alguma forma de repartição de benefícios, a estrutura fundamental permanece injusta, tendo em vista que empresas transnacionais lucram milhões ou bilhões com produtos derivados de conhecimentos tradicionais, enquanto comunidades

² Natura Cosméticos S.A., integrante do grupo Natura & Co.

³ A repartição de benefícios (RB) consiste na divisão dos benefícios provenientes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido a partir do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado. A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 adequa e regulamenta o tema. Disponível em : <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico/reparticao-de-beneficios>. Acessado em 20/02/2025.

recebem pagamentos insignificantes. Além disso, a própria lógica de propriedade intelectual aplicada ao conhecimento tradicional é problemática, pois esses conhecimentos não foram criados por indivíduos isolados em laboratórios, mas por comunidades inteiras ao longo de gerações, através de processos coletivos de experimentação e transmissão.

A experiência de uma das integrantes da Rede em Curuçá com a Natura é, portanto, ambivalente. Por um lado, representa reconhecimento e geração de renda. Por outro lado, há riscos, pois a relação contratual com a empresa pode criar dependências econômicas e conflitos comunitários e a mercantilização de elementos do mangue pode transformar relações de reciprocidade e respeito em relações instrumentais e exploratórias.

Arturo Escobar (2008) alerta para os perigos da capitalização da natureza, as estratégias neoliberais que, sob o discurso de desenvolvimento sustentável ou bioeconomia, aprofundam a mercantilização de natureza e cultura, transformando biodiversidade em "capital natural", conhecimentos tradicionais em "propriedade intelectual", ecossistemas em "serviços ambientais". Essas estratégias não questionam a lógica fundamental do capitalismo, crescimento ilimitado, acumulação, exploração, apenas o esverdeiam.

Na Oficina Direitos e Saberes foram abordados os temas mudanças climáticas, bioeconomia, maretório e cultura. O objetivo foi partilhar o conhecimento entre as mulheres e os jovens presentes, com o apoio de instituições de ensino como a UFPA-Campus Bragança, o Museu Emílio Goeldi e o Fórum de Museus de Base Comunitária. Foi importante para destacar entre os participantes o conceito de justiça climática e a necessidade de combater a distribuição desigual das consequências da crise climática relacionando essa desigualdade aos marcadores de gênero, raça e classe. Durante a oficina, foram relatadas diversas consequências desse processo, como o aumento da temperatura nos manguezais.

A atenção da Rede para a justiça climática é fundamental e vem gradualmente ganhando espaço dentro das pautas do movimento, como também foi observado na

participação durante a COP 30 em Belém. Como argumenta Mary Robinson (2018), a crise climática é fundamentalmente uma crise de justiça, aqueles que menos contribuíram para causar o problema, como os povos indígenas, comunidades tradicionais, países pobres do Sul Global, são os mais afetados, enquanto aqueles que mais contribuíram, países industrializados, classes ricas, corporações transnacionais, têm maior capacidade de se proteger dos impactos e de influenciar as decisões sobre clima.

Ao abordarem o tema da bioeconomia, destacaram como a produção de diversos itens, como sabonetes, doces e licores, todos elaborados a partir de recursos naturais, é proveniente de um saber ancestral ligado ao litoral e a valorização desses saberes coloca as mulheres como protagonistas, pois permite a criação de redes que empoderam mulheres extrativistas costeiras e marinhas, proporcionando-lhes novas oportunidades de geração de renda.

A valorização dos costumes e das diversas práticas culturais presentes no litoral, relacionados à pesca, alimentação, remédios naturais, danças, como o carimbó, entre outros, foram abordados no tema maretório e cultura, como forma de descrever as múltiplas relações que coexistem nos litorais. Cultura não foi tratada como algo separado da economia ou da política, mas como dimensão integral da vida nos maretórios.

Como alega Stuart Hall (2003), identidades culturais não são fixas ou essenciais, mas são constantemente produzidas e reproduzidas através de práticas de representação; são as narrativas que contamos sobre nós mesmos, símbolos que usamos, performances que realizamos, memórias que escolhemos preservar ou esquecer. A identidade de acordo com o autor é sempre um processo, nunca um produto final.

A Rede está ativamente produzindo identidade cultural através de múltiplas práticas de representação, o próprio termo "mulheres das marés e das águas" é uma nova categoria identitária, assim como a recuperação da confecção de panelas de barro reconecta com ancestralidade indígena, as vigílias espirais incorporam elementos de espiritualidade cristã libertadora e cosmologias indígenas, a Pedagogia da Maré propõe

nova narrativa sobre educação e conhecimento e a participação em mobilizações nacionais e internacionais conecta o local ao global. A luta por representação e o direito de definir a própria identidade, de nomear a própria experiência, de controlar as narrativas sobre si mesmo são, portanto, fundamentalmente políticos.

Nota-se que a organização do evento se preocupou bastante com a participação e o engajamento da juventude. Há grande preocupação por parte das lideranças da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará com a sucessão e renovação das lideranças comprometidas com as pautas dos direitos socioambientais das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e com a luta em defesa dos maretórios do litoral amazônico, sabem, no entanto que ao olharem para si e suas trajetórias que esse processo é um processo de construção lento que exige muita dedicação, ressignificações e uma formação ímpar que só o movimento social é capaz de oferecer.

Um dos desafios da Rede é criar pontes intergeracionais que permitam a transmissão de saberes e experiências acumuladas pelas mais velhas, enquanto simultaneamente abrem espaço para novas linguagens, novas formas de fazer política, novos temas trazidos pelos jovens. Como observa Luísa Saavedra (2020), conflitos intergeracionais nos movimentos feministas são inevitáveis, mas podem ser produtivos se abordados com abertura e disposição para aprendizado mútuo.

O Encontro contou ainda com um momento nomeado de “Vivências” destinado à discussão sobre os temas agroecologia, sustentabilidade e quintais produtivos, que ocorreu na Resex Mestre Lucindo no município de Marapanim-PA. Trata-se de mais uma estratégia da Rede para multiplicação de conhecimentos entre as participantes, pois o objetivo era a troca com a oficialização do Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais, instituído pelo Decreto Nº 11.642, de 16 de agosto de 2023, viabilizado pelo relato de experiência da participação na Marcha das Margaridas de 2023 por uma integrante da Rede da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Como discutido anteriormente na tese, os quintais além de serem extensões funcionais da casa para produção de alimentos garantindo também segurança alimentar, podem ser compreendidos como espaços multifuncionais que contém outros

significados, como refúgio onde as mulheres têm alguma autonomia e privacidade; local de experimentação e criatividade, pois testam novas plantas, técnicas de cultivo, combinações; espaço de sociabilidade feminina, as vizinhas podem visitar, conversar, trocar mudas e receitas, por exemplo; possuem potencial para repositório de biodiversidade agrícola; e local de transmissão intergeracional de conhecimentos onde avós ensinam netas sobre plantas e seus usos.

As mulheres identificaram o Programa como uma oportunidade para fortalecer seus modos de vida, pois a maioria das famílias que vivem em áreas de Resex Marinhas trabalha na agricultura como forma de subsistência e renda complementar. Os quintais produtivos são uma realidade para a maioria, pois seus produtos estão presentes no cotidiano, complementando a alimentação diária. Esse momento contou também com a participação de uma representante da Emater que explicou a concepção de quintais produtivos e reforçou a importância destes na soberania e segurança alimentar.

Ao final dos encontros há um momento para avaliação e encaminhamentos, além do levantamento daquilo que foi falho ou positivo quanto a infraestrutura, logística e recursos. As mulheres também costumam levantar temas para os próximos encontros e definir ações estratégicas de expansão da Rede e do diálogo com a comunidade em geral, no encontro realizado em Curuçá, por exemplo, ficou definido marcar reunião com as mulheres da comunidade para tratar da formalização de denúncias sobre violência contra a mulher e a exigência de implementação de uma Delegacia da mulher no município ou sala Lilás, aproximar a Rede dos estudantes e mapear os quintais produtivos da região, foram ideias que surgiram ao final com a avaliação.

No entanto, tem sido extremamente difícil para as mulheres organizadas em rede acessarem editais do governo federal, como o do Programa Quintais Produtivos, devido ao alto nível de exigências técnicas, documentação complexa e necessidade de CNPJ. Essa dificuldade revela uma contradição fundamental das políticas públicas brasileiras que, discursivamente, vemos afirmarem priorizar populações vulnerabilizadas, comunidades tradicionais e temas como agricultura familiar, economia solidária e protagonismo feminino; no entanto, na prática, os mecanismos de acesso a recursos

(editais, formulários, prestação de contas, relatórios) são desenhados por e para organizações formalizadas, com alta capacidade técnica e administrativa.

A exigência de CNPJ para acessar editais públicos, por exemplo, transforma a questão política, da necessidade das mulheres de recursos para fortalecer a autonomia econômica, em questão técnica. Obter CNPJ requer várias exigências, como elaborar estatuto, eleger diretoria, registrar em cartório, pagar taxas, obter inscrições fiscais, abrir conta bancária empresarial, manter contabilidade regular. Tudo isso exige conhecimentos jurídicos, contábeis e burocráticos que a maioria das mulheres não possui, além de recursos financeiros para contratar assessoria. A Rede, inclusive, está passando por esse processo; há um estatuto elaborado, mas esbarrou nas dificuldades de recursos para sua aprovação. Assim, toda vez que a Rede tenta participar de algum edital, “empresta” um CNPJ ou se limita a concorrer naqueles que não fazem essa exigência.

Nos encontros, também foi possível identificar alguns conflitos que giraram em torno da organização e das dificuldades existentes para a realização de eventos, da distribuição de recursos, da sobrecarga e da má distribuição de tarefas, da concepção dos temas e parcerias e da produção de documentos finais. A discordância sobre esses pontos pode, em determinados momentos, causar discussões e o afastamento de algumas mulheres da Rede. No entanto, na maioria dos casos, os conflitos são contornados e superados através de diálogo, mediação por lideranças respeitadas e compromissos mútuos. Quando não contornados, pode-se observar que ocorre o afastamento de algumas mulheres e posterior inserção em outros grupos e coletivos, o que não é necessariamente negativo, pois amplia a diversidade de formas organizativas no território.

Alberto Melucci (1996) argumenta que conflitos internos em movimentos sociais não são patologias a serem eliminadas, mas dimensões constitutivas da ação coletiva. Movimentos reúnem pessoas com diferentes interesses, perspectivas e trajetórias. Dessa forma, algum grau de conflito é inevitável e, quando manejado construtivamente,

pode ser produtivo, forçando explicitação de divergências, negociação de compromissos e amadurecimento de posições.

No entanto, um debate sobre conflitos intergeracionais tem ocorrido nos movimentos feministas que envolve a transmissão de conhecimento dentro do movimento, hierarquias e distribuição de poderes, autonomia e institucionalização, entre outros pontos. Dentro da Rede, a preocupação não é como as jovens ocuparão os espaços destinados à coordenação do movimento, mas como atraí-las e fazer com que permaneçam para o fortalecimento e ampliação da Rede. Assim, Saavedra (2000) destaca sobre os conflitos intergeracionais no movimento feminista:

Em meio a tantos desafios, gostaria de chamar atenção para o potencial construtivo do conflito, recorrendo a Georg Simmel (1955), que afirma que o conflito deve ser visto como uma forma de socialização, não apenas locus de construção da sociedade, mas como a própria razão de existência do grupo social. A ausência do conflito, diz o sociólogo alemão, não é a paz, a harmonia, e sim a indiferença. O conflito pode atuar, dentro dos movimentos feministas, como uma importante força integradora.

A ativista histórica uruguaia Lilian Celiberti (2009) argumenta nesse sentido quando diz que “as relações entre adultos e jovens sempre pressupõem certo grau de conflito, mas o conflito não é, de modo algum, o lugar indesejável que nos ensinaram; ao contrário, é um espaço de trocas, de renovação do olhar, de reformulações e revisões”.

[...] Concluimos, portanto, que é preciso romper dicotomias e reconhecer que os embates geracionais que integram os movimentos feministas são processos de reconhecimento mútuo, em que diálogos e conexões entre feministas mais jovens e mais experientes se sobrepõem a diferenças de idade e de práticas. (SAAVEDRA, 2020, p. 10).

Tendo em vista o exposto e mencionado anteriormente há uma preocupação entre as lideranças da rede com a continuidade do trabalho realizado e do ativismo na luta pela conservação das áreas em que vivem valorizando a identidade de pescadoras artesanais e extrativistas costeiras e marinhas, sendo assim, sempre convida jovens para participar dos encontros, bem como para participar do movimento. (Figura 15).

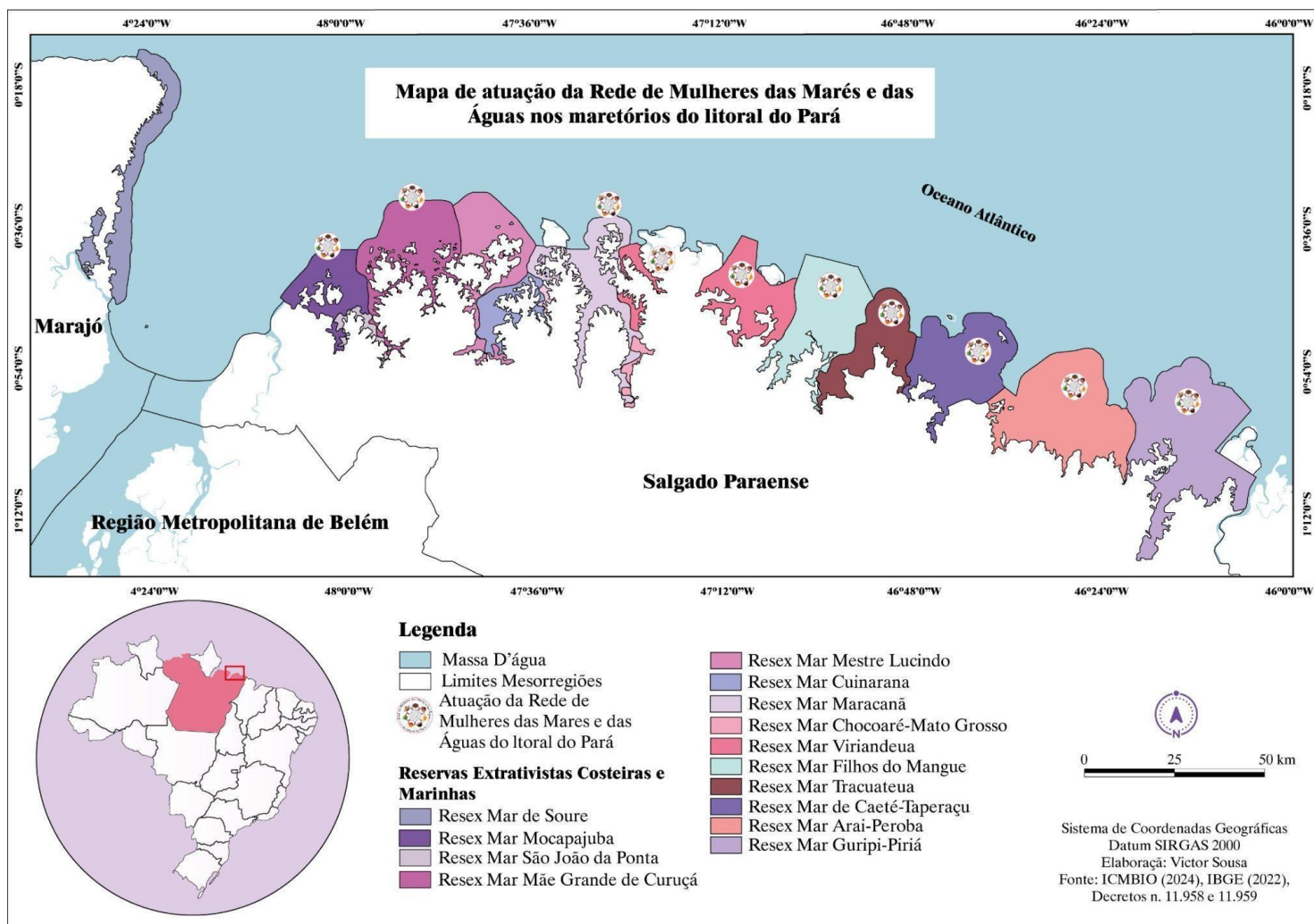
Figura 15 - Diferentes gerações de liderança participando de oficina em Curuçá-PA



Fonte: autoria própria. Curuçá- PA, 2025.

Após esse intenso trabalho de ampliação da Rede, atualmente ela se encontra presente nas Reservas extrativistas marinhas e seus respectivos municípios apresentados no mapa abaixo:

Figura 16 - Mapa de atuação da Rede de Mulheres das marés e das águas nos maretórios do litoral do Pará



Fonte: IBGE (2022), ICMBIO (2024), Rede (2025). Elaborado por Sousa, 2025.

3.2.2 Mobilização política em âmbito nacional: da base local às arenas de Brasília

A participação sociopolítica das mulheres da Rede nos espaços de poder e decisão, nas arenas públicas de disputa política e nas grandes manifestações e mobilizações em praça pública permite que consigam construir políticas públicas mais adequadas aos seus interesses e aos de suas comunidades. A trajetória da Rede revela a compreensão sobre a necessidade de atuar simultaneamente em múltiplas escalas, local (comunidades, municípios, RESEX), estadual (articulação entre diferentes

municípios do Pará), nacional (Brasília, mobilizações nacionais) e internacional (COPs, fóruns mundiais).

As mulheres da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará participaram da última Marcha das Margaridas realizada em 2023, em articulação com a CONFREM e com outras redes de mulheres de diferentes estados. A participação foi preparada através de múltiplas reuniões preparatórias nas comunidades e online, onde foram levantadas as principais demandas a serem levadas para Brasília. Os recursos para viagem, para pagar transporte, alimentação e hospedagem foram conseguidos através de múltiplas fontes, como campanhas para angariar recursos entre aliados e, crucialmente, recursos próprios gerados através da venda de panelas de barro e outros produtos artesanais.

Essa última fonte merece destaque devido à autonomia econômica, mesmo parcial e modesta, que se traduziu diretamente em autonomia política. As mulheres que dependem inteiramente de maridos ou de programas assistenciais frequentemente não conseguem participar de mobilizações que exigem vários dias fora de casa. Já as mulheres que têm renda própria têm maior margem de manobra, maior capacidade de decisão sobre seu próprio tempo, mobilidade e engajamento político.

Para Nancy Fraser (2009), os movimentos sociais contemporâneos precisam articular simultaneamente três dimensões de justiça, a saber: redistribuição (acesso equitativo a recursos econômicos), reconhecimento (valorização cultural, respeito, dignidade) e representação (participação em processos decisórios, voz política). As pautas da Rede trabalham explicitamente nas três dimensões, pois a redistribuição ocorre com a reivindicação de acesso a crédito, aposentadoria e recursos produtivos, o reconhecimento e trabalho a partir da identificação como trabalhadoras, como detentoras de conhecimentos valiosos e sujeitas de direito, e representação por meio da participação ou reivindicação dessa participação na gestão das RESEXs, a influência em políticas públicas, e a presença em espaços de poder.

A participação na Marcha das Margaridas proporcionou a diversas mulheres uma série de experiências inéditas, incluindo a saída de suas localidades de origem, a

realização de uma viagem aérea, a contemplação da capital federal e a chance de se manifestar publicamente através de um microfone para um grande público. Tais vivências possuem um significado relevante, promovem a ampliação de perspectivas, a visualização de novas oportunidades, o reforço da autoimagem e da autoconfiança.

Ocorre uma transformação subjetiva, quando se sentem parte de algo maior, como parte de um movimento nacional, fortalecer identidade coletiva é tão importante quanto conquistas objetivas de políticas públicas. bell hooks (1994) ao desenvolver o conceito de educação como prática da liberdade, discute que a educação genuína não é transmissão de informações de cima para baixo, mas processo através do qual pessoas oprimidas descobrem suas próprias capacidades, suas próprias vozes, seu próprio poder. A Marcha funciona como essa pedagogia libertadora onde as mulheres se descobrem como sujeitas políticas, capazes de falar, de se organizar, de pressionar o Estado, de conquistar direitos.

O Grito da Pesca é uma mobilização anual que reúne pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, indígenas pescadores, em uma manifestação que percorre as principais vias de Brasília, culminando em ato político em frente ao Congresso Nacional e/ou Ministério da Pesca. É organizado pelo Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR) ou Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), com apoio de diversas organizações, incluindo a CONFREM, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), e movimentos estaduais e municipais.

Algumas integrantes da Rede participaram do Grito da Pesca em 2025. A participação das mulheres no Grito da Pesca tem dimensão estratégica importante, pois demonstram que a pesca artesanal não é atividade exclusivamente masculina. Como discutido anteriormente, mulheres realizam múltiplas atividades na cadeia produtiva pesqueira, mas são frequentemente invisibilizadas tanto nas estatísticas oficiais quanto nas representações culturais da pesca.

As lideranças da Rede estiveram presentes na construção de uma proposta de política pesqueira para o então candidato Lula, proposta entregue pessoalmente em

2022 quando o presidente visitou Belém-PA durante a campanha eleitoral. Após a eleição de Lula em 2022, lideranças da Rede participaram do grupo de trabalho de transição do governo.

No governo atual, conforme mencionado anteriormente, houve avanço significativo com a nomeação de representantes de extrativistas costeiros e marinhos para ocupar cargos de gestão no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, especificamente na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Essa presença institucional pode ter aproximado a implementação de políticas dos territórios e maretórios, criando canais diretos de diálogo entre comunidades e gestores federais.

Lideranças da rede dos municípios de Bragança, Curuçá e São Caetano de Odivelas participaram de oficinas promovida pela Ong Oceana⁴ para a construção de propostas, através do diálogo com pescadores e pescadoras de todo o Brasil, para um Projeto de Lei da pesca, as mulheres elencaram demandas que reconheçam seu protagonismo na pesca.

Atualmente participam de comitê local sobre a implementação do Programa Bolsa Verde, participam ativamente na Rede Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), colaborando com o Ministério do Meio Ambiente para promover ações alinhadas com a preservação ambiental e os direitos dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos. Além disso, encontram-se engajadas nos Grupos de Trabalho (GTs) da pesca do Ministério da Pesca, contribuindo para a formulação de políticas públicas. A Rede também vem estabelecendo parcerias com o GT Saúde da Mulher do Ministério das Mulheres, buscando promover a saúde e bem-estar das mulheres extrativistas costeiras e marinhas. Mantendo articulações estratégicas com políticas públicas e órgãos de governo.

⁴ “A Oceana foi criada em 2001 por um grupo de fundações líderes em conservação – Pew Charitable Trusts, Oak Foundation, Marisla Foundation (anteriormente Homeland Foundation), e Rockefeller Brothers Fund”. Fonte: <https://brasil.oceana.org/sobre-nos/>

A fala abaixo sintetiza e exemplifica o que vem sendo discutido, além de demonstrar a organização e a importância da participação sociopolítica das mulheres da Rede:

É importante refletir que há; “Agenda de governo” de diferentes temáticas e Agenda da Sociedade Civil com incidência no governo. Exemplo: Marcha das Margaridas que é uma estratégia da Secretaria de Mulheres da Contag. Reponta das Marés, uma estratégia da CONFREM.

De acordo com as Agendas se mobiliza lideranças, no caso da sociedade civil, se a Agenda for nossa; evidente que mobilizamos um número maior possível nossas lideranças, de conformidade com os recursos que tivermos, especialmente o financeiro, as parcerias firmadas, convidando também instituições confrades, ex. CNS, MPP, etc, Se a agenda for de governo, se mobilizará de conformidade com os números determinados pelo governo e de acordo com temática do evento.

Nesse último evento do ICMBio, cuja pauta, tratou de “Criação de Resex”, foi mobilizado quem está na luta na ponta, por criação, Fábio do Amapá, Alan da Viriandeua e Filhos do Mangue, Mary Jane do Taim, Jacira de Guajará Mirim.

No evento da Política de “EQUIDADE DO SUS” que é Política de Educação em Saúde, desde 1980, trabalho com essa temática pela Articulação Nacional de educação popular em saúde (ANEPES), com a pastoral da saúde, a Virá foi pra essa agenda por ser minha suplente no grupo da terra.

Ano passado, no final, Lourdes e Venina estiveram no Movimento da pesca em Brasília, a Lourdes tem um acúmulo sobre gestão, administração de colônia, e de pesca, está com ótima evolução sobre a temática da violência com as mulheres, compôs mesa com a Ministra de Mulheres no evento. A gente tem que se enxergar na companhia que está no exercício da LUTA da MISSÃO, nessas horas,

Durante a Marcha das Margaridas, houve uma incidência no MMA, que foram companheiras que estavam na caravana, CNS/CONFREM, e foi rico nós discutimos que o bolsa verde deveria contemplar as MULHERES de TODOS OS BIOMAS brasileiros, e a síntese que fizemos saiu no pronunciamento do presidente Lula, com referência aos biomas do jeito que a gente propôs, então as manas que lá foram fizeram firme defesa, Jeane, Lunalva, Lourdes..., não fui na incidência, até gostaria de ter ido, mas tinha compromisso no pavilhão da Marcha no mesmo horário, as manas estão prontas, nos desafios, então acredito que também nos sentidos e sentimentos da LUTA com suas diretrizes e temáticas.

Estive no mesmo período na Conferência Temática de Cultura das Populações do Campo, Floresta e Águas. Um convite que chegou do Movimento Campo, Floresta e Águas que estamos desde 2004, levando reflexões sobre NOSSAS DIFERENÇAS NO MODO DE VIDA COM NOSSOS IGUAIS, SOCIOBIODIVERSIDADE DO CAMPESINATO! (Marly Silva, Grupo de Whatsapp da Rede, 2025).

Lideranças da Rede dos municípios de Bragança, Curuçá e São Caetano de Odivelas participaram de oficinas promovida pela Ong Oceana⁵ para a construção de propostas, através do diálogo com pescadores e pescadoras de todo o Brasil, para um Projeto de Lei da pesca, as mulheres elencaram demandas que reconheçam seu protagonismo na pesca.

A cartilha "Mulheres das Águas e das Marés: 20 demandas das Pescadoras Artesanais" é um relatório final das oficinas que reuniram mulheres pescadoras artesanais de todo o país para sistematizar demandas coletivas. O documento é resultado de 10 Oficinas Regionais da Oceana Brasil, realizadas ao longo de 2022, e da Oficina Nacional das Mulheres Pescadoras, ocorrida em 26 de fevereiro de 2023.

O diagnóstico lista 20 demandas, entre elas: Respeito à identidade de pescadora, garantindo seus direitos como profissional e não como trabalhadora de apoio. Fim da violência institucional. Criação de programas de atenção especializada à saúde. Desburocratização dos registros de pescadora e marisqueira (emissão de Registro Geral de Pescador/a). Direito à aposentadoria, auxílio-doença e licença maternidade sem a necessidade de documentação complementar dos homens. Criação de programas de incentivo, formação, capacitação e empoderamento para novas lideranças femininas na pesca. Fim de todas as formas de violações contra as mulheres nos territórios e maretórios da pesca. Fortalecimento dos coletivos de mulheres e das atividades de formação daquelas que vivem em comunidades tradicionais pesqueiras. Garantia de proteção e reconhecimentos dos territórios e maretórios.

Além das articulações apontadas anteriormente, a Rede participa ativamente em diferentes redes, fóruns e coletivos. Por exemplo, possui representantes nos conselhos deliberativos de RESEX Mar do litoral do Pará, contribuindo para a cogestão dessas áreas protegidas. E colaboram com as rede de mulheres de outros estados, fortalecendo e compartilhando experiências, como é o caso da participação na Rede Mãe Palmeira,

⁵ "A Oceana foi criada em 2001 por um grupo de fundações líderes em conservação – Pew Charitable Trusts, Oak Foundation, Marisla Foundation (anteriormente Homeland Foundation), e Rockefeller Brothers Fund". Fonte: <https://brasil.oceana.org/sobre-nos/>

e de outras redes de mulheres, como a Rede de Mulheres das Marés e das Águas dos manguezais Amazônicos do Maranhão e Piauí (Remulmana), a Rede de Mulheres das Comunidades Extrativistas Pesqueira do sul Bahia, Rede de Mulheres praianas da Resex de Cururupu (REMPREX), Rede de mulheres das florestas em Rondônia, Associação de Mulheres de Acaú na Paraíba, Rede de Mulheres trabalhadoras da Pesca no Rio Grande do Sul, Rede de mulheres pescadoras da costa dos corais em Pernambuco, Rede de pescadoras marisqueiras atingidas pelo crime da Vale em São Mateus Espírito Santo, Mulheres das águas e territórios no Rio de Janeiro, Grupo de Mulheres extrativistas Prainha do Canto Verde no Ceará.

Há também a participação da Rede do Pará na criação de outros grupos de mulheres, é o caso das Guardiãs comunitárias das marés no Amapá. Todas as redes e grupos mencionados compõem atualmente a Rede Nacional de Mulheres das marés e das águas, a qual também ajudaram a construir, conforme quadro disponível no apêndice.

A articulação das lideranças da Rede possibilitou a participação na COP 16, a Conferência sobre biodiversidade realizada em 2024 em Cali na Colômbia. Na oportunidade, a liderança de Bragança pode falar sobre a experiência das mulheres das marés e das águas do litoral do Pará nesse trabalho de mobilização e defesa de seus territórios, além de ampliar a relação da Rede com outras organizações, como a Red de Mujeres Originarias por la Defensa del Mar, do Chile.

A liderança feminina dentro das comunidades é difícil, na pesca pior ainda. Porém, como o tema exige que a gente fale de gênero, direitos humanos e da biodiversidade, não dá pra separar nenhum e nada. [...] A COP pra mim, na minha avaliação é mais uma forma mascarada do capitalismo de nos fazer aceitar o que querem, o que eles querem fazer com o que nós temos de riqueza, desculpem pela minha fala, sou muito pesada na língua, não tenho formação acadêmica, mas como ser pensante eu vejo que é preciso repensar conceitos (trecho do discurso proferido por Marly Silva, na COP 16. Colômbia, 2024).

Integrantes e lideranças da Rede participaram de várias agendas na 30ª Conferência das Partes (COP 30), que ocorreu em Belém do Pará, em 2025. Em parceria

com a CONFREM, outras Redes de mulheres e ONG's, reforçaram o discurso sobre a importância dos manguezais para o equilíbrio climático do planeta, articulando à pauta da justiça socioambiental e climática, reivindicando a garantia dos direitos de pescadores e pescadoras artesanais e extrativistas costeiros marinhos de participar e decidir sobre as políticas públicas que incidem sob o mar e os territórios marinhos/mareatórios, problematizando os termos “transição energética justa” e “economia azul”, conforme trecho da carta lançada durante a COP 30.

Porque o mar tem voz. E ele vem das comunidades que o sustentam.

Nada sobre nós, sem nós.

Nenhum plano sobre o mar sem os povos do mar.

[...] Os termos “transição energética justa” e “economia azul” estão repetindo o mesmo caminho da palavra “sustentabilidade” décadas atrás. O que deveria significar compromisso real com a redução de impactos socioambientais, com a justiça social e o respeito aos direitos territoriais vem sendo **cooptado para legitimar falsas soluções climáticas**. (Carta Aberta dos Povos do Mar e das Águas à Sociedade Brasileira e à COP 30, Belém-PA, 2025). Grifo nosso.

Figura 17: Participação de integrantes de diversas Redes de mulheres em painel na Zonal Verde e lançamento da Carta Aberta dos Povos do Mar e das Águas à Sociedade Brasileira e à COP 30



Fonte: Própria autora, 2025. Belém-PA.

Fonte: elaborada pela autora a partir de modelo disponibilizado no Whatsapp do Grupo da Rede Nacional, 2025.

Através do mapeamento de articulações e parcerias, infere-se que a CONFREM, por meio da Secretaria de Mulheres, foi fundamental na criação da Rede; no entanto, a Rede mantém autonomia política e organizativa, mas permanece articulada à CONFREM. As lideranças participam de instâncias nacionais da CONFREM, contribuem para a formulação de pautas, mas também mantêm agenda própria. Caracterizando uma relação de parceria horizontal, não de subordinação. Ocasionalmente surgem divergências sobre prioridades, pautas, distribuição de recursos, ou representação. Essas tensões são gerenciadas através de diálogo, negociação e reconhecimento mútuo de autonomias.

A articulação com outras redes que compõem a Rede Nacional das Mulheres das Marés e das Águas é representativa da solidariedade horizontal; há nessa relação ainda a troca de experiências, o apoio mútuo e a construção de uma identidade comum, mulheres das marés e das águas como categoria transterritorial. A Rede Nacional articula todas as redes estaduais/regionais, mas preserva a autonomia de cada uma, não foi observada uma hierarquia, mas sim uma articulação horizontal. Essa articulação ocorre por meio de mecanismos como, a participação em eventos nacionais e internacionais, visitas de lideranças de uma rede a territórios de outras, configurando uma metodologia de troca de experiências, grupo de Whatsapp para manutenção do contato, trocas e mobilização.

Essa articulação em múltiplos níveis de atuação é característica do conceito de redes de redes, presente nos movimentos sociais contemporâneos. Nela, a coordenação de ações para metas comuns se estabelece sem que os diversos grupos percam suas identidades e autonomias. O poder reside justamente na diversidade articulada, e não na imposição de uma uniformidade. Donatella della Porta (2015),

Conforme Scherer-Warren (2006) discute, redes têm vantagens, como flexibilidade, adaptabilidade, capacidade de articular múltiplas escalas e pautas, mas também desafios, como dificuldade de tomar decisões rápidas, manter coesão, e evitar fragmentação. A Rede Nacional das Mulheres das Marés e das Águas enfrenta esses desafios através de comunicação digital constante, e lideranças-chave que circulam entre diferentes redes, atuando como conectoras.

A relação com outros movimentos, como indígenas e quilombolas, revela a face da solidariedade política, pois há o reconhecimento de lutas comuns e a participação em mobilizações conjuntas. As manifestações ocorrem por meio da participação de mulheres indígenas e quilombolas nos encontros da Rede, como convidadas ou mesmo palestrantes, apoio mútuo em situações de conflito territorial, reconhecimento de ancestralidade compartilhada, por meio da utilização de técnicas ancestrais indígenas como a confecção de painéis de barro. Embora haja solidariedade, cada movimento mantém especificidades.

Essa articulação exemplifica o que Arturo Escobar (2015) denomina de redes de diferença, trata-se de articulações políticas que não buscam homogeneizar ou criar identidade única, mas que conectam diferentes lutas territoriais, defendendo ontologias alternativas e mantendo suas especificidades. A força está na pluriversalidade, múltiplos mundos coexistindo e se apoiando mutuamente, não na universalidade que apaga diferenças. No quadro abaixo apresento uma síntese das articulações da Rede.

Quadro 04: Análise estrutural da Rede pela tipologia das articulações e tipos de ator

TIPO DE ATOR	EXEMPLO	PRINCIPAL RECURSO TROCADO	POTENCIALIDADES	RISCOS/TENSÕES
Movimentos Sociais Aliados	CONFREM, outras Redes de Mulheres, MPP, Movimento de Mulheres Trabalhadoras rurais (Marcha das Margaridas), movimentos indígenas/quilombolas	Solidariedade, experiências, metodologias, força política coletiva	Validação de saberes tradicionais; visibilidade; acesso a informações técnicas; formação	Possível secundarização de especificidades; conflitos sobre prioridades; competição por recursos escassos
Universidades e Centros de Pesquisa	UFPA, Museu Goeldi, Fórum de Museus, IFPA	Conhecimento científico ↔ conhecimento tradicional; legitimação; infraestrutura	Validação de saberes tradicionais; visibilidade; acesso a informações técnicas; formação	Extrativismo acadêmico; apropriação de conhecimento; linguagem inacessível; agendas impostas
ONG's	Oceana Brasil, Fundo CASA socioambiental	Recursos financeiros; expertise técnica; conexões políticas	Acesso a recursos; apoio técnico; advocacy em espaços onde movimentos têm dificuldade de entrar	Imposição de agendas; lógica de projetos (prazos, indicadores) desajustada; dependência financeira; tutela
Estado (diferentes níveis)	Ministérios federais, secretarias estaduais, prefeituras, ICMBio	Políticas públicas; recursos públicos; reconhecimento institucional;	Acesso a políticas públicas; transformação de demandas em direitos; recursos	Cooptação; burocratização; moderação de demandas; instabilidade (mudanças de

		direitos garantidos em lei	públicos; legitimidade institucional	governo revertem avanços)
Organismos internacionais	COPs, Fórum Mundial de Povos Pescadores, redes transnacionais	Visibilidade internacional; conexões globais; pressão sobre governos nacionais	Visibilidade; solidariedade transnacional; aprendizados; pressão adicional sobre Estados	Captura corporativa de espaços; soluções falsas; distância de bases locais; linguagem técnica excludente

Fonte: própria autora, 2025.

Quanto às suas características estruturais, a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará pode ser considerada policêntrica, pois não há um único centro de comando, também não há sede física da Rede. Cada RESEX/município funciona como um nó com alguma autonomia. As lideranças-chave estão distribuídas geograficamente, em Bragança, Curuçá, São Caetano de Odivelas e Maracanã. Geralmente, as decisões importantes são tomadas coletivamente. Descentralizada, pois não há hierarquia formal rígida, procura-se constituir uma rotatividade de representantes em diferentes espaços, múltiplas mulheres desenvolvem capacidades de liderança, e há a estratégia de organização de encontros entre diferentes localidades. Flexível, por possuir estrutura não burocrática, permite ajustes rápidos, podendo aproveitar oportunidades que surgem inesperadamente, além de ter a possibilidade de se expandir ou contrair conforme necessário. Além de estarem enraizadas territorialmente, pois estão sempre conectadas aos territórios/maretórios (RESEX, comunidades), as reuniões e encontros acontecem nas comunidades, e a legitimidade vem do enraizamento local, não do reconhecimento externo.

As lideranças são os nós conectores da Rede, atuando como pontes entre diferentes espaços, escalas, redes. Essas mulheres têm características específicas que incluem: aptidão para a transição entre diferentes mundos (comunidade, academia,

governo, ONGs, movimentos sociais), habilidade de "tradução" entre linguagens (comunitária ↔ técnica ↔ acadêmica ↔ jurídica), reconhecimento e legitimidade em múltiplos espaços e compromisso de manter conexão com bases. Nesse processo há riscos e pode ocorrer a sobrecarga dessas lideranças; criação inadvertida de dependência e possível distanciamento progressivo das bases. Para mitigação desses problemas, a Rede pode investir na formação de novas lideranças, rotatividade e prestação de contas.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará demonstra sua notável capacidade de tecer redes sociopolíticas em múltiplas escalas, com múltiplos atores, cumprindo múltiplas funções simultaneamente. Sem se constituir em uma estrutura rígida e hierárquica, mas enquanto organismo vivo, flexível, adaptativo, enraizado nos maretórios, mas articulado em escalas nacional e internacional.

Essa capacidade de articulação é fonte fundamental de poder político e permite amplificar vozes que seriam facilmente ignoradas se permanecessem isoladas, assim como acessar recursos materiais, simbólicos e políticos que territórios isolados não conseguiriam, proporcionando aprendizados mútuos através de trocas de experiências. Além de construir identidades coletivas mais amplas, como mulheres das marés e das águas, enquanto categoria que transcende localidades específicas.

No entanto, essas articulações também trazem tensões e riscos que a Rede precisa constantemente negociar: dependência de recursos externos; possível cooptação ou burocratização; sobrecarga de lideranças; conflitos sobre prioridades e representação. A Rede demonstra consciência desses riscos e desenvolve estratégias de mitigação, mas essas tensões são estruturais, não podem ser totalmente eliminadas, apenas gerenciadas através de vigilância constante, debate aberto e ajustes contínuos.

O feminismo ecoterritorial das marés que a Rede constrói é, portanto, não apenas um conjunto de princípios ou práticas localizadas, mas a dimensão da prática articulada em redes, que opera simultaneamente na intimidade dos quintais e nas grandes manifestações, nos mangues amazônicos e nas salas de ministérios em Brasília, nos saberes ancestrais indígenas e nos debates contemporâneos sobre justiça climática.

Essa capacidade de habitar múltiplos mundos simultaneamente, de traduzir entre linguagens, de construir pontes sem perder raízes, é uma característica distintiva deste movimento.

3.2.3 Painéis de barro: retomada de conhecimento ancestral e autonomia econômica

A confecção de painéis de barro pelas mulheres da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, particularmente na comunidade de Tamatateua em Bragança-PA, representa uma prática de resistência cultural, autonomia econômica e reconexão com conhecimentos ancestrais. Essa atividade, retomada conscientemente pela Rede a partir de 2022, materializa múltiplas dimensões do feminismo ecoterritorial que venho analisando, tais como a valorização de saberes tradicionais transmitidos por mulheres, a construção de autonomia econômica através de práticas pautadas mais na economia solidária, a relação respeitosa com o território e a afirmação identitária através da recuperação de técnicas ancestrais.

Para a confecção dos painéis de barro, as mulheres recuperaram uma técnica ancestral indígena, repassada de geração em geração, pois o aprendizado da técnica ocorreu em família, repassado pelos pais, mães, avós e avôs. As mulheres que hoje guardam e compartilham esse conhecimento são chamadas de mestras.

De acordo com Paul Little (2002), os conhecimentos tradicionais são saberes que constituem regimes de propriedade intelectual coletiva fundamentalmente diferentes dos regimes de propriedade individual da modernidade capitalista. Para Little, o conhecimento tradicional não pertence a indivíduos isolados, mas a comunidades inteiras, e sua transmissão não ocorre através de instituições formais, como escolas e universidades, mas através de relações de parentesco, observação participante, práticas corporais repetidas.

Para Shiva (1997), em *Biopiracy*, a autora denuncia como corporações transnacionais e instituições científicas ocidentais têm sistematicamente apropriado conhecimentos tradicionais, sobre plantas medicinais, técnicas agrícolas, variedades de

sementes, sem reconhecimento ou compensação às comunidades que desenvolveram e mantiveram esses conhecimentos ao longo de séculos ou milênios. Essa "biopirataria" é possível porque o sistema de propriedade intelectual moderno (patentes, direitos autorais) não reconhece conhecimentos coletivos, orais, transmitidos intergeracionalmente, como conhecimento legítimo passível de proteção jurídica. Portanto, a recuperação da técnica de confecção de painéis de barro pela Rede pode ser compreendida como uma forma de resistência à "biopirataria" e ao epistemicídio.

O início do processo é a retirada da argila em áreas específicas de campo, na comunidade do Tamatateua, Bragança-PA, no verão preferencialmente, no período lunar. Todo processo de retirada é feito sem máquinas; as mulheres se organizam antes para montar a equipe que estará disponível para a tarefa. A retirada deve ser feita no final da tarde ou de manhã bem cedo, pois o sol forte pode atrapalhar a qualidade da argila; quanto mais sombra e menos calor, melhor a qualidade do produto final. A extração é feita manualmente com auxílio de ferramentas, feito isso, a argila é comprimida em forma de bolas que são denominadas "pêlos" (foto 20). Todo o material conseguido é levado para a casa/barraca/barracão das painéis (foto 19) para a segunda etapa do processo. Esse conhecimento sobre o momento adequado de extração, sobre como o calor e a luz solar afetam as propriedades do material, não está escrito em manuais técnicos, mas foi acumulado através de gerações de observação cuidadosa e experimentação prática.

Arturo Escobar (2016) argumenta que o design autônomo, formas de design que emergem das próprias comunidades, baseadas em conhecimentos locais e orientadas para a sustentabilidade, contrasta radicalmente com o design hegemônico imposto pela modernidade capitalista, que privilegia eficiência econômica, produção em massa, extração acelerada de recursos. O processo de extração de argila praticado pelas mulheres de Tamatateua exemplifica o design autônomo, pois também é lento, cuidadoso, ajustado aos ciclos naturais, minimizando impactos ambientais.

A segunda etapa do processo é a seleção da argila para que não haja nenhum outro material, com raízes e acondicioná-la em local adequado, sem sujeira que possam

aderir à argila, como pelos de animais, penugem ou madeira. Os “pêlos” ficam reservados para que depois possam ser moldados em painéis ou outro item e queimados.

Esse cuidado meticuloso com a pureza do material revela um conhecimento profundo sobre como impurezas afetam o produto final, tendo em vista que uma panela com pedrinhas ou raízes pode rachar durante a queima ou no uso e pelos de animais podem queimar e deixar porosidades que comprometem a resistência. Esse conhecimento foi adquirido através de gerações de tentativa, erro, observação e refinamento.

Figura 19 - Casa ou barracão das painéis



Figura 20 - Pêlos misturados com pigmento



Fonte: autoria própria. Comunidade Tamatateua, Bragança-PA, 2024.

Para serem moldados, na terceira etapa do processo todo feito à mão, as mulheres usam os pêlos (barro), água e pigmento (fotos 21 e 22). Os pelos são colocados em uma superfície plana para amassar novamente a argila com a ajuda da água, etapa denominada alisamento do barro. Joga-se o pigmento e formam-se novamente as bolas de pelo, que agora secarão e, posteriormente, passarão para a moldura das painéis e, em seguida, pela queima em um forno feito todo artesanalmente também (foto 23).

Conforme descrito, o processo é todo artesanal, pois há também grande preocupação por parte das mulheres de que essa atividade não cause danos ambientais.

Figuras 21 e 22 - Barro e Mulheres moldando os pêlos



Fonte: autoria própria. Comunidade Tamatateua, Bragança-PA, 2024.

Figura 23 - Forno



Fonte: Grupo de Whatsapp da Rede Nacional de Mulheres, 2024.

Porém, antes de chegar à etapa descrita acima, é preciso beneficiar outros materiais que são utilizados na técnica. As mulheres em outro dia saem para a área de mata a fim de catar “capengas”, partes de uma palmeira nativa da região norte denominada por elas de anajazeira, mas também conhecida como inajá, inajazeiro, anajá e outros nomes dependendo do estado. As capengas são partes das folhas que já se encontram no chão ou que já estão caindo das árvores, foto 24. Dessa forma, não

precisam cortar a palmeira para realizar a queima das panelas. A árvore em questão, da qual o fruto é o anajá, tem lugar significativo nos costumes locais, pois dela se extrai também o material para a confecção de alguns utensílios como abano e o “cofo” ou “pera” utilizado para carregar e transportar caranguejos retirados do mangue.

Figura 24 - Capenga



Figura 25 - Anajazeira



Fonte: autoria própria. Da esquerda pra direita Comunidade Tamatateua, Bragança-PA e Comunidade Iiriteua, Curuçá-PA,, 2024.

Outro processo é moer os “cacos” para produzir o pigmento que será utilizado no momento de moldar as panelas. O pigmento pode ser obtido por meio de cacos de telhas de barro quebradas em um pilão (foto 26), utensílio ancestral utilizado para moer diversos materiais, mas também muito comum na preparação de alimentos, como café, mandioca, milho e arroz. Nesse caso, o pigmento será de cor avermelhada ou marrom, mais comum nas panelas de barro, conforme a foto 26. O pigmento preto, denominado caripé, é conseguido através da técnica de moer casca de madeira queimada que em seguida é coada (foto 28). A técnica de usar cerâmica quebrada (cacos) como ingrediente para nova cerâmica se inscreve nessa longa tradição amazônica de ciclagem criativa de materiais, onde nada é desperdiçado, tudo é transformado e reincorporado em novos processos produtivos.

Figura 26 - Pannelas de barro

Fonte: autoria própria. Comunidade Tamatateua, Bragança-PA, 2024.

Figura 27 - Pilão**Figura 28 - Caripé**

Fonte: autoria própria. Comunidade Tamatateua, Bragança-PA, 2024.

Richard Sennett (2009), argumenta que a habilidade artesanal representa uma forma de inteligência e engajamento com o mundo que a modernidade tem progressivamente desvalorizado e destruído. Para Sennett, o artesão desenvolve uma relação íntima com materiais e processos, uma capacidade de resolver problemas práticos através de experimentação paciente, uma orientação para a qualidade e não apenas para a eficiência. A sociedade moderna, ao privilegiar trabalho abstrato, digital,

desincorporado, perde essa forma valiosa de conhecimento e de relacionamento com o mundo material. As mestras das panelas de barro são artesãs no sentido em que Sennett defende, pois desenvolveram ao longo de décadas uma maestria sobre materiais e processos, uma capacidade de compreender os materiais, como a argila e também o fogo, de antecipar problemas e de improvisar soluções. Esse conhecimento, portanto, não pode ser facilmente substituído por máquinas ou manuais técnicos.

De acordo com Marly Silva liderança da Rede em Bragança, assim como com as outras mulheres com as quais tive a oportunidade de participar desse processo de criação, através de conversas elas observaram que estavam deixando para trás um legado, uma herança, uma tradição, algo importante para a cultura e os costumes da comunidade, trata-se de um conhecimento que precisava ser valorizado e recuperado e que está relacionado ao pertencimento do lugar em que vivem, além de ser importante na manutenção de uma geração alternativa de renda. Também demonstrado no relato abaixo sobre o pilão:

O solitário e velho utensílio de uso para as mais diversas tarefas dos tempos da antiguidade. Muito - e acredito desde os primórdios dos nossos ancestrais originários - era ele o principal responsável para moer o café, o babaçu, assim como tantas outras especiarias da nossa culinária brasileira. PILÃO. A indústria da cafeicultura deu esse nome do nosso utensílio a uma marca de café comercializado hoje em dia nas prateleiras das maiores redes de supermercados do Brasil. Precisamos nos atentar também com o que acontece hoje em dia com pessoas que se apropriam do que é nosso inclusive nossos costumes para darem nomes aos seus estabelecimentos, projetos e ganham dinheiro com o que é nosso. A coisa está tão séria que já vi um nome sendo divulgado nas mídias como o nosso “avuado” que para nós bragantinos, é o ato rápido de limpar o peixe, passar sal e assar na brasa e comer quente. Como dizemos: “assando e comendo”. Nossa cultura, nossas tradições e costumes, estão sendo roubados de nós, sem a nossa autorização.” (Liderança de Bragança, em grupo de whatsapp, 2024).

A partir desta conclusão, ressaltada também no trecho acima, que a Rede de Mulheres em Bragança-PA decidiu em 2022, resgatar o conhecimento das mestras artesãs das panelas de barro, buscando também aperfeiçoar a técnica, que vai desde a preocupação com a qualidade do material utilizado, a argila retirada dos campos, até a confecção das panelas e a manutenção dos saberes ancestrais, pois a mulheres

reforçam que os alimentos cozidos nesses utensílios são mais saudáveis do que os alimentos preparados em utensílios de ferro ou alumínio, por exemplo⁶.

Como resultado desta ideia, a liderança afirma que conseguiu realizar uma boa divulgação da cultura, assim como contribuir para o empoderamento financeiro das mulheres da Rede. O que possibilitou a autonomia para realizar algumas ações como, construir as pautas da Marcha das Margaridas de 2022 a 2023, participação no curso de informática na UFPA, parceria entre o LABPESCA e a Rede de Mulheres. Garantir o deslocamento às reuniões onde são chamadas a participar como representantes da Rede, participar do plenário da Câmara Municipal para divulgar as 20 propostas das mulheres no PL da pesca. Esses exemplos, assim como outras ações realizadas pela Rede, têm sido viabilizados também por meio dos recursos angariados com a comercialização das panelas de barro.

Não só é importante para a reprodução das ações políticas desenvolvidas pelo movimento, mas também demonstra como a relação com o conhecimento da natureza e seus ciclos é aplicada pelas mulheres. Em observação realizada na pesquisa de campo, observei que mulheres mais jovens que participavam da Rede ainda estavam aprendendo e aperfeiçoando a técnica. A casa das panelas de barro tem sido para elas uma escola, um lugar de troca onde se aprende sobre uma técnica ancestral e sobre as possibilidades de participação e expansão de suas potencialidades.

Freire (1987) propõe uma educação dialógica, problematizadora, onde educadores e educandos aprendem juntos através do diálogo horizontal, da reflexão sobre a realidade vivida, da práxis transformadora. A educação genuína, para Freire, não é transmissão unilateral de informação, mas processo de conscientização e libertação. Dessa forma, a pedagogia praticada na casa das panelas de barro aproxima-se desse

⁶ O caso Dupont é emblemático. Para a produção do Teflon, utilizado nas panelas antiaderentes, é usado o ácido perfluorooctanoico (PFOA), uma substância que se decompõe lentamente e pode persistir no ambiente por muitos anos, a exposição ao PFOA está relacionada a diversos problemas graves de saúde, como câncer, doenças hepáticas e riscos de malformação fetal. A empresa Dupont, uma das maiores fabricantes de produtos químicos do mundo, descartou o produto inadequadamente em um riacho, contaminando a água e causando problemas graves de saúde aos moradores de West Virginia, nos EUA. Além disso, a empresa ocultou que já sabia dos riscos do PFOA à saúde humana. O caso é retratado no filme *Dark Waters - O preço da verdade*.

modelo freiriano, uma vez que mestras e aprendizes trabalham juntas, dialogam, experimentam, erram, refazem. Não há aulas expositivas ou provas, mas há prática orientada, observação atenta, correção gentil, celebração de sucessos e análise coletiva de falhas.

A atividade, no entanto, também é ameaçada por outras atividades econômicas na comunidade, como as indústrias de cerâmica que avançam sobre os campos para explorar a argila para confecção de telhas, tijolos, lajes e outros materiais utilizados na construção civil. Outras ameaças também são destacadas pela liderança, assim como toda atividade feminina que gere economia, renda e manutenção da tradição é necessário “enfrentar o mercado que é desigual, gerido por um sistema capitalista que visa apenas o lucro e, nesse mercado, a burocracia para o empreendimento coletivo”. Desde a formação, permanência e partilha dos grupos femininos.” (Liderança de Bragança, 2024).

A dimensão da autonomia econômica no empoderamento das mulheres é realizada de forma coletiva, e isso se coaduna com um dos objetivos da Rede, possibilitar o empoderamento por meio da autonomia de suas integrantes e assim promover a transformação nas suas vidas e em suas comunidades. Esses princípios são expressos nas falas das lideranças e também nas ações e estratégias como as citadas acima. Os encontros são momentos fundamentais para exposição e comercialização dos seus produtos (figuras 29 a 32).

Figuras 29, 30, 31 e 32 - Exposição e comercialização de produtos feitos pelas mulheres da Rede





Fonte: autoria própria. Curuçá-PA, 2024.

Conforme foi possível observar nas imagens acima, outras atividades são propostas para que as mulheres possam auferir uma renda extra, além da renda proveniente das atividades mencionadas anteriormente ligadas à pesca, agricultura e programas sociais as mulheres que tem conhecimento sobre algum trabalho manual, por exemplo, ensinam as demais, por isso que o artesanato é muito presente, como o crochê, a pintura, a costura, fabricação de sabonetes. Outra iniciativa foi a preparação de doces de buriti no inverno, período em que há uma oferta maior do fruto. A produção do doce era coletiva e as embalagens, algumas feitas de miriti, traziam a logo da Rede de mulheres das marés e das águas do litoral do Pará. No entanto, a atividade não teve continuidade devido a desentendimentos internos que envolvem episódios de violência doméstica sofridos por uma das mulheres envolvidas na iniciativa.

Magdalena León (1997) desenvolve uma compreensão de empoderamento que vai além da dimensão individual, propondo cinco dimensões interconectadas, sendo elas: material relacionada ao acesso a recursos, intelectual devido à aquisição de conhecimento e informação, psicológica ao desenvolver a autoestima e confiança, social

ligada à organização coletiva e política quando ocorre a capacidade de influenciar decisões. Para León, o empoderamento genuíno é sempre coletivo e transformador das estruturas de poder, não apenas uma inserção individual nos espaços de poder existentes, as práticas da Rede descritas aqui vão ao encontro do que a autora define como empoderamento.

A prática se aproxima dos princípios da economia solidária. Para Singer (2002), a economia solidária representa uma alternativa ao capitalismo, baseada em princípios de autogestão, onde os trabalhadores controlam o processo produtivo, propriedade coletiva ou cooperativa dos meios de produção, distribuição equitativa dos resultados, e solidariedade entre empreendimentos. Embora as mulheres que produzem as panelas de barro não se organizem formalmente como cooperativa, suas práticas incorporam muitos desses princípios, pois tomam decisões coletivas sobre produção e comercialização, partilha de conhecimentos, apoio mútuo e preocupação com o bem-estar de todas.

No contexto das práticas econômicas alternativas, Silvia Federici (2019), argumenta pela necessidade de recuperar os comuns (commons) como base para uma economia não-capitalista centrada na reprodução da vida. Os quintais produtivos, a produção coletiva de panelas de barro, e as práticas de mariscagem representam formas de economia comunal que resistem à mercantilização total da vida. Como afirma Federici, a reconstrução dos comuns passa necessariamente pelo protagonismo feminino, pois são as mulheres que historicamente mantiveram vivas essas práticas de cooperação.

Recrutar comuns no presente significa desenvolver formas de produção e reprodução da vida que escapem à lógica da mercadoria e do assalariamento. As panelas de barro representam um "comum em construção", pois o conhecimento é coletivo, os materiais são extraídos de áreas de uso comum, o trabalho é cooperativo, e os benefícios são distribuídos entre as participantes.

Raquel Gutiérrez Aguilar (2017), apresenta também mais uma possibilidade de análise das práticas das mulheres das marés e das águas, com o conceito de horizontes

comunitário-populares, e descreve formas de organização social onde a produção e reprodução da vida ocorrem fora da lógica capitalista, baseadas em relações de reciprocidade e responsabilidade coletiva. A Rede de Mulheres das Marés e das Águas, ao articular atividades econômicas (painéis de barro, quintais produtivos) com formação política, cuidado mútuo e defesa territorial, configura-se como um desses horizontes comunitário-populares em construção.

Sobre a renda e utilização do dinheiro pelas mulheres, ressalta-se que é preciso compreender as desigualdades sociais nas quais estão inseridas, pois, ao conseguirem recursos monetários, a maioria os emprega em gastos de subsistência, como a compra de alimentos e também no cuidado com os filhos e a casa; assim, o dinheiro das mulheres acaba por assumir um caráter coletivo. “O dinheiro das mulheres reteve uma identidade coletiva, enquanto o dinheiro dos homens ou dos filhos se diferenciava e se individualizava (ZELIZER, p.150, 2003).” Em o Significado social do dinheiro a socióloga Viviana Zelizer ressalta que há tipos específicos de dinheiro aos quais atribuem-se diferentes significados e usos criticando a aparência de homogêneo e assexuado que o dinheiro adquiriu. As dimensões de gênero e classe possibilitam notar como o fluxo do dinheiro dentro do lar fortalecia o papel dominante dos homens como provedor e da mulher como administradora do lar. Assim, a autora ao atribuir ao dinheiro doméstico a qualidade de dinheiro especial, mostra como ele está ligado a diversas concepções culturais de dinheiro e vida familiar.

[...] Portanto, o curso do dinheiro da rua a casa se baseava numa estrutura de subordinação das mulheres conforme a sua distribuição, as quantias destinadas aos membros da família e a forma como eram utilizadas. A autora conseguiu identificar que o dinheiro da mulher era diferenciado, recebendo inclusive denominação específica, como “dinheiro para alfinetes”, “dinheiro para os ovos ou manteiga”. O gênero marcava o dinheiro das mulheres mesmo quando o seu rendimento provinha do trabalho próprio (MOREIRA e RIBEIRO, 2020).

Portanto, mesmo com os esforços da Rede no fortalecimento da autonomia das mulheres por meio do incentivo às atividades que gerem renda, faz-se necessário analisar também os elementos que limitam os resultados, como o que foi apontado acima

somados aos questionamentos sobre a concepção da mulher enquanto principal responsável pelo lar e as obrigações sociais decorrentes disso. Considerar as outras dimensões, além da econômica, como a psicológica, cognitiva e política do empoderamento é fundamental na conquista da autonomia. E neste ponto mais uma vez as perspectivas e ações da Rede se coadunam com a perspectiva feminista que compreende que o empoderamento inclui tanto as mudanças individuais quanto as ações coletivas. Expresso, portanto, nos objetivos da Rede que são fomentar o empoderamento feminino, promovendo autonomia e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras da pesca. E o reconhecimento como sujeitas de direitos sobre seus corpos em espaços de tomada de decisões.

4. EVIDÊNCIAS DE UM FEMINISMO DESDE O MARETÓRIO - SOLIDARIEDADE, PERTENCIMENTO E CUIDADO

*Levanta, mulher levanta,
Sacode bate tambor
Anima teu maretório,
Com a garra do teu AMOR!
Célia Regina*

O termo “maretório” expressa também o conhecimento tradicional das mulheres pautado na relação que possuem com a natureza e os bens comuns dos ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos do litoral da Amazônia paraense. Este conhecimento envolve a compreensão das dinâmicas das marés, o ciclo da lua, o comportamento da vida nos manguezais, a observação dos ciclos naturais como indicadores, a percepção através dos sentidos das mudanças do clima e paisagens, entre outros. Toda essa sabedoria, é acumulada ancestralmente e ganha forma no conceito de maretório, e se torna assim, uma forma de reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais dessas mulheres e sua conexão com a natureza.

Ao elaborarem o conceito de “maretório” a partir de suas vivências, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral da Amazônia paraense se constituem em sujeitas epistêmicas (CABNAL, 2010). Pois propõem reflexões e soluções para os desafios que enfrentam em suas vidas. Sua visão epistêmica coloca em destaque a interseção entre o gênero, a cultura, o território e o meio ambiente, proporcionando uma perspectiva holística importante para a compreensão da complexidade dos problemas enfrentados por suas comunidades e demandando o reconhecimento de suas especificidades.

A mobilização política desse conhecimento ocorre a partir da participação nos movimentos sociais. Portanto, é cada vez mais frequente que as demandas pautadas pelas mulheres extrativistas costeiras e marinhas apresentem a relação com o maretório como uma condição intrínseca que valida seus discursos reivindicatórios por direitos sociais e ambientais. Dessa forma, categorias como direito da natureza, bem viver, corpo-território têm sido mobilizadas para expressar o conhecimento que possuem do local onde vivem. Sendo assim, há uma construção em curso de um feminismo ecoterritorial pautado na luta pela vida e pela proteção dos manguezais, baseado no conhecimento tradicional e ancestral desse ecossistema e na relação que se tem com ele, mobilizado e evidenciado através do termo maretório.

Fonte: Oficina do projeto PAEXPA. São Caetano de Odivelas, 2025.

O desenho acima é representativo dessa relação entre o corpo e a natureza. Ao explicar por que fez questão de se desenhar nua, ela relatou que é a melhor forma de sentir a água, o rio e a conexão que estabelece nesse momento com o seu corpo. Além disso, podemos observar a plantação de árvores frutíferas, verduras e ervas que são fundamentais para a garantia da segurança alimentar e da saúde dela e de sua família⁷.

Para Svampa (2021), o conceito de corpo-território é utilizado também para conectar diferentes tipos de violência, como a violência patriarcal, colonial e extrativista. A proposta coloca em interconexão o corpo das mulheres e o território e destaca que a violência contra o corpo das mulheres é uma forma de violência contra o território em que vivem. A defesa do corpo-território, portanto, implica a defesa da integridade física e psicológica das mulheres, bem como a defesa do meio ambiente e dos recursos naturais que sustentam a vida das comunidades. Essa relação tem sido destacada por lideranças da Rede ao definir o maretório.

Sobre o termo Célia Neves (apud SOUSA E MOREIRA, 2024, p. 8) discorre:

[...] o maretório surge, quando a gente estava falando de maré: cheia, vazantes, preamar, alta, baixas, lanços e mortas; qual a melhor lenha para fazer brasa; como os nossos corpos reagem de acordo com a hora da maré [...] se estabelecendo todo um debate relacionado ao movimento da natureza da maré.

Svampa também ressalta que estamos frente a uma configuração de um novo espaço ecofeminista, plural e diverso, com diferentes camadas e tramas que se vão entrelaçando, e que as mulheres têm desenvolvido um forte protagonismo nas lutas

⁷ O desenho foi realizado por uma mulher extrativista costeira e marinha de uma comunidade da Resex Mar de Mocapajuba, em uma oficina do projeto Pesca Artesanal e Extensão Pesqueira na Amazônia (PAEXPA).

sociais e nos processos de auto-organização coletiva vinculados aos direitos humanos e à defesa dos setores mais excluídos.

A concepção corpo-território trata-se de “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários e inclui suas posições dentro do que denomina novos olhares ecofeministas desde o Sul” (HAESBAERT, 2020, p.80). Ainda segundo Verónica Gago,

Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação. [...] A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica, uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas (GAGO, 2020, p.107).

Na Amazônia, as mulheres surgem como a principal força de resistência frente a expropriação da natureza e as mudanças climáticas. Para Miranda e Barroso (2023), a exploração da Amazônia segue o mesmo projeto colonizador dos corpos-territórios, sob uma perspectiva feminista, as autoras consideram que o protagonismo das mulheres nas lideranças pode mudar a compreensão das questões ambientais e gerar conscientização sobre a defesa dos corpos-territórios.

Na luta pela produção da vida como valor fundamental, as mulheres organizadas resistem às forças do capital, defendendo seus corpos e territórios. Através de coletivos e movimentos sociais, elas reivindicam seus direitos e buscam construir uma sociedade mais justa e sustentável, baseada em saberes ancestrais e na valorização da vida em comunidade.

Portanto, para Miranda e Barroso (2023), a luta das mulheres na Amazônia contra o neoextrativismo e em defesa de seus corpos-territórios é uma luta coletiva que envolve a articulação de diversas instâncias de participação, em defesa dos direitos à terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à produção da vida. Conforme exposto por uma das lideranças da Rede:

A estratégia deve estar sempre alinhada com os anseios deste coletivo. Enquanto marchamos em Brasília para denunciar a economia azul, economia esta que nos torna invisíveis, mata Mulheres, viola o direito ao trabalho, nos exclui dos nossos lugares. denunciamos também a omissão e cumplicidade de um congresso fascista e um sistema que desrespeita os nossos espaços como guardiões da biodiversidade.

Outras enfrentam e se articulam para garantir os espaços de tomadas decisivas nas bases!

Parabéns Mulheres!

Somente juntas podemos mudar a realidade do Brasil com equidade, soberania alimentar e justiça social e climática.

(Liderança da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, Whatsapp, 2025).

Compreendo, portanto, que a noção de luta feminista pode ser estendida conforme apresentado por Carmem Silva (2011), que, ao problematizar “o que distingue uma determinada luta de um movimento social como luta feminista?”, apresenta a seguinte resposta:

A resposta simples é a capacidade que estes movimentos adquiriram ao falar, reivindicar e propor a partir da análise da situação das mulheres. E a resposta complexa pode estar na capacidade construída pelos movimentos de mulheres de desenvolver processos de lutas que contribuam com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam as ideias de feminilidade hegemônicas, que coloquem em xeque a divisão sexual do trabalho, que ampliem os espaços de poder para as mulheres, que “deslocolonizem” os corpos e os modos de vida, ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia e liberdade das mulheres (SILVA, 2011, p. 110).

Nessa direção, assim como Miranda e Barroso (2023) considero que a mobilização das mulheres na Amazônia, no geral, e assim como a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará que analiso nesta tese, não reivindicam diretamente uma identidade feminista, no entanto, compreende-se como uma luta feminista, tendo em vista que se constitui a partir da articulação de mulheres que questiona a ordem e provoca deslocamentos nos padrões/“lugares” socialmente determinados às mulheres. Podemos observar na mensagem da Rede em alusão ao dia 8 de março, dia internacional de luta da Mulheres:

Por todas as Mulheres que perderam suas vidas em um 8 de março, lutando e reivindicando direitos onde hoje nós mulheres temos o acesso - ainda que algumas sem acessá-los!

Por todas as que deram seu suor e seu tempo e nos antecederam na luta pela inclusão feminina na sociedade.

Garantia de trabalho no mercado trabalhista.

Garantia de cotas nas e na divisão de tarefas o direito à igualdade.

Seguridade social

Paridade e muito mais...

por todas as que continuam a lutar por mais direitos e igualdades.

Por inclusão sem discriminação da sua condição socioeconômica, socioambiental, livre de xenofobia, do racismo ambiental, da sua sexualidade, da homofobia, do feminicídio. Por todas elas!

Lutaremos!

Que nenhuma Mulher seja nascida, tratada ou educada por erro ou fraquejada de um machista.

Que nenhuma de nós aceite menos daquilo que somos capazes de merecer!

Que juntas e unidas um dia possamos viver sem violação de nossos direitos e nossos corpos!

Por mais Mulheres Vivas!

Lutaremos

Que a indústria das guerras possa cessar. E que as mulheres vítimas das mesmas possam ser livres!

Que o 8 de março possa ser lembrado e não comemorado!

Afinal as Mulheres mortas naquele dia não tem que ser lembradas com uma festa e nem com flores, mas como vítimas de uma sociedade que insiste em nos calar!

Não nos calaremos.

(Rede de mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, Grupo de Whatsapp, 2025).

Podemos compreender também que as falas sintetizam a compreensão de que a solidariedade, um dos eixos do movimento, se constrói na ação coordenada em múltiplas escalas e espaços: algumas mulheres marcham em Brasília, confrontando o poder estatal; outras fortalecem as bases locais, garantindo a organização comunitária. A solidariedade não é uniformidade de ação, mas complementaridade estratégica. Como argumenta Donatella Della Porta (2015), os movimentos sociais contemporâneos operam cada vez mais através de "redes de redes", onde diferentes grupos mantêm suas autonomias e especificidades enquanto coordenam ações em torno de objetivos compartilhados.

4.1 VIGÍLIAS DA ESPIRAL DA VIDA DAS MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS

Considero as Vigílias da Espiral da Vida das Mulheres outra ação que representa a construção do que estou chamando de um feminismo ecoterritorial das marés, pois além de ser uma das atividades precursoras do movimento que veio a culminar na fundação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, criada no período da pandemia de COVID-19, durante o *lock down*, como uma estratégia de comunicação em compartilhamento, de acordo com informações da liderança que concebeu a ideia, apresenta também um significado carregado de simbolismo e conhecimento ancestral e propósito político-afetivo.

Atualmente, as vigílias são divulgadas no grupo da Rede via WhatsApp, por meio de mensagens que transmitem fé, esperança e motivação, sempre enaltecendo a vida. Essas mensagens geralmente incluem o nome da mulher que será o foco da vigília e sua localização. Em algumas situações, a escolha do nome da pessoa para a vigília é pautada pela necessidade do momento, especialmente quando a mulher, que recebe as energias positivas e orações, enfrenta desafios significativos, como problemas de saúde, questões familiares, ou violência doméstica, entre outros.

Nesse contexto, a vigília assume inicialmente um caráter espiritual e religioso, pois se inspira em práticas tradicionalmente realizadas em igrejas, similares às vigílias de oração das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas quais indivíduos abrem mão do descanso e do sono para orar, louvar, meditar e estudar textos sagrados. Essas vigílias religiosas têm longa tradição no cristianismo libertador latino-americano, que influenciou profundamente os movimentos sociais na região.

Para Leonardo Boff (2000), ao desenvolver a ética do cuidado, inspirada na filosofia de Martin Heidegger mas reelaborada à luz da teologia libertadora e da sensibilidade ecológica. O cuidado é a essência do humano, pois somos seres-no-mundo-com-outros, cuja existência é sempre relacional, interdependente, marcada pela responsabilidade. Boff distingue entre dois modos fundamentais de ser, o modo trabalho que transforma, domina, instrumentaliza e o modo cuidado que acolhe, respeita e nutre. A civilização moderna, argumenta Boff, privilegiou excessivamente o modo trabalho, gerando destruição ambiental, alienação e violência. Portanto, recuperar o cuidado como princípio organizador da vida individual e coletiva é fundamental para a construção de alternativas civilizatórias.

As vigílias são a expressão desse cuidado enquanto princípio da Rede. Trata-se de uma solidariedade horizontal, onde iguais se apoiam mutuamente, reconhecendo que a vulnerabilidade de uma é a vulnerabilidade de todas. Como expressa uma das lideranças:

[...] E a gente começa toda essa...girando aí...essa roda e buscando essas coisas em comum.

Nós chamamos isso também de vigília. Isso começou com a COVID. Quando chegou a COVID, nos afetando de tal forma cruel, perdemos entes queridos, amigos, pessoas assim, de repente, da gente ficar só sabendo disso. Nos isola, nos desconecta, em parte. E aí a gente começa a receber mensagem daqui, outra dali, e vai repassando pros outros com uma frasezinha: vigília da espiral das mulheres das marés e das águas. **Fazendo aquele círculo em caracol, fazendo e desfazendo, um momento bem místico da gente assim. Porque a gente precisa, dentro das nossas narrativas diferenciadas por aí, estar nesse formato de vida. Acreditando na vida** (CÉLIA REGINA, liderança de Curuçá, 2022, trecho de entrevista realizada e compartilhada por Victor Sousa) grifo nosso.

Essa fala revela múltiplas dimensões da vigília. Primeiro, ela surge como resposta à morte, à dor, ao isolamento imposto pela pandemia. Quando as formas tradicionais de estar juntas, reuniões presenciais, abraços, rituais funerários coletivos, foram impossibilitadas, as mulheres criaram formas virtuais de conexão que mantivessem vivos os vínculos comunitários. A tecnologia não substituiu, mas mediou o encontro, permitindo que o cuidado continuasse e circulasse mesmo à distância.

Segundo, ela explicita o movimento circular, espiralado: "fazendo aquele círculo em caracol, fazendo e desfazendo". Há aqui uma compreensão de que o cuidado não é linear, mas circular e recíproco, pois todas cuidam e são cuidadas, todas enviam e recebem energia, todas fortalecem e são fortalecidas. O movimento é contínuo, espiralado, sempre retornando, mas sempre em novo patamar.

Terceiro, revela também que há uma dimensão mística, espiritual, que não se reduz a nenhuma religião específica, mas atravessa diferentes espiritualidades: "um momento bem místico da gente assim. Porque a gente precisa, dentro das nossas narrativas diferenciadas por aí, estar nesse formato de vida. Acreditando na vida" (CÉLIA REGINA, 2022). A vigília é a afirmação de vida contra a morte, de conexão contra o isolamento, de esperança contra o desespero. É um ritual que reconecta as mulheres consigo mesmas, umas com as outras e com forças maiores dependendo da crença de cada uma.

bell hooks (2000) argumenta que o amor, entendido não como sentimento romântico, mas como prática ética de cuidado, comprometimento e responsabilidade, é

fundamentalmente político e transformador. Para hooks, a cultura capitalista patriarcal nos ensina a não amar, pois ensina individualismo, competição, instrumentalização dos outros. Aprender a amar a si mesmo, aos outros, à comunidade, à natureza é um ato de resistência e um caminho de cura, especialmente para pessoas que foram sistematicamente desamadas, desumanizadas, violentadas.

No entanto, ao expandir o conceito da palavra "vigília" para seu significado mais amplo, a condição de quem está desperto e vigilante, e ao conectá-lo aos objetivos da Rede, a vigília ganha uma dimensão política. Ela passa a expressar e demonstrar que existe um movimento desperto, vigilante e atento à vida daquela pessoa em particular e, por extensão, à vida de todas as mulheres da Rede e de suas comunidades. Isso evidencia um compromisso de presença, de oferecer um espaço seguro onde as mulheres se sintam acolhidas e compreendidas. A vigília, portanto, implica estar pronto para agir, oferecendo suporte e orientação quando necessário.

Ao trazer para a análise o termo espiral, as possibilidades de interpretação se ampliam. O significado desse símbolo intriga a humanidade desde os primórdios; há representações de espirais desde os povos neolíticos. A espiral é a forma geométrica mais comum encontrada na natureza. Essa forma segue uma sequência numérica conhecida como sequência de Fibonacci. Tudo na natureza segue essa sequência em seu crescimento. No caso dessa espiral, a distância entre suas voltas aumenta seguindo uma proporção matemática e simbolicamente representa um movimento equilibrado da vida, tendo em vista que embriões, árvores e plantas se desenrolam para a luz, assim acontece também com a espiral.

Ao transcendermos a geometria e pensarmos metaforicamente na jornada de uma pessoa em espiral, compreendemos que ela poderá passar por vários momentos difíceis, várias crises, vários retornos a questões não resolvidas, mas nunca estará verdadeiramente estagnada, sempre estará em movimento, sempre um patamar acima em relação à volta anterior. Diferente do círculo vicioso que retorna sempre ao mesmo ponto, sem aprendizado ou transformação, a espiral implica que cada retorno é um retorno diferente, enriquecido pela experiência do percurso.

Portanto, o significado da "Vigília Espiral" para o movimento pode ser interpretado como a condução consciente dos ciclos da vida nessa jornada espiralada de transformação rumo a um equilíbrio dinâmico, representando a construção de uma vida plena e integral. É reconhecer que o crescimento não é linear, que haverá recuos e avanços, que o mesmo problema pode aparecer repetidas vezes, mas sempre com novas nuances, e que o apoio coletivo constante permite que o movimento continue, que a espiral não se feche em círculo vicioso.

Ao conectar os termos vigília e espiral, infere-se que a ação representa esse movimento de mulheres que procura acolher, escutar ativamente, cuidar e empoderar, criando um espaço de solidariedade e formação, um movimento que está desperto para as dores e desafios enfrentados, mas sobretudo para o crescimento das mulheres que o compõem. No contexto do movimento em questão, a espiral representa o próprio processo de empoderamento impulsionado e fomentado individualmente e coletivamente, em que as mulheres se inspiram e se fortalecem mutuamente, compartilhando histórias, conhecimentos, experiências e transformando suas realidades.

O símbolo da espiral foi também com frequência associado às representações do feminino. Como destacado por Marija Gimbutas, arqueóloga lituana, nos livros "A linguagem da Deusa" (*The Language of the Goddess*) e "A Civilização da Deusa" (*The Civilization of the Goddess*), a autora mostra como a espiral era um dos símbolos mais recorrentes e importantes encontrados nas sociedades neolíticas e paleolíticas da Velha Europa, caracterizadas como matrifocais, pacíficas e centradas na veneração de uma Deusa Grande ou de múltiplas deidades femininas. Para Gimbutas, a espiral não era simplesmente um adorno, mas um ideograma fundamental que representava a energia vital, a regeneração, os ciclos da vida, morte e renascimento. Ela simbolizava a continuidade, a evolução, a fertilidade e o movimento cósmico. O movimento em espiral, portanto, seja para dentro ou para fora, sugeria um processo contínuo de transformação e conexão com o divino.

Ao relacionarmos a Vigília em espiral praticada pela Rede com o apresentado por Marija Gimbutas, podemos compreendê-la não apenas como uma prática religiosa ou

social, mas como uma manifestação de um princípio ancestral de cuidado, regeneração e conexão energética, simbolizado pela espiral como a representação da vida em constante movimento e transformação. Destacando a interdependência e a força da comunidade na jornada de cura e apoio.

Em “A Dança Cósmica da Feiticeira”, Starhawk é outra autora que reconhece a importância simbólica da espiral; no entanto, ela transpõe o simbolismo propondo a sua aplicação no plano da experiência vivida e da ação transformadora. A autora sugere como a espiral pode ser um modelo dinâmico para a criação de comunidade, o levantamento de energia e a navegação dos ciclos de mudança. A espiral, como um processo de ir para o centro de si mesmo e depois expandir-se para o mundo, é uma metáfora para o autoconhecimento, a autoaceitação e a ação transformadora.

A espiral, para Starhawk, é um modelo dinâmico para a criação de comunidade, o levantamento de energia e a navegação dos ciclos de mudança. A espiral como processo de ir para o centro de si mesma através do autoconhecimento, autoaceitação e reconexão com o próprio poder e depois expandir-se para o mundo como ação transformadora, solidariedade e criação de comunidades de resistência, é uma metáfora viva da jornada de empoderamento individual e coletivo.

Embora as mulheres das marés não se identifiquem como praticantes de espiritualidade da deusa, a prática da vigília, assim como as místicas que abrem os encontros, as rodas de conversa nos quintais, a relação reverente com o manguê, aproximam-se das práticas descritas por Starhawk. Isso sugere que existem formas arquetípicas de organização feminina coletiva, práticas que emergem independentemente em diferentes contextos quando mulheres se reúnem para cuidar, curar, resistir, transformar.

Ao abordar o termo comunalidade, Arturo Guerrero Osorio utiliza a metáfora da espiral para construir sua concepção sobre o significado da palavra em questão que traduz o modo de ser e viver dos povos da Sierra Norte de Oaxaca no México. A comunalidade expressa as formas de resistência desses povos a todas as formas de desenvolvimento que chegaram à região, de maneira que tiveram que realizar diversos

arranjos traduzidos num tipo de vida contemporânea que incorpora o que vem de longe sem permitir a destruição do que é seu (*lo proprio*) (Osorio, 2021). Sendo assim, esses povos conseguem ao seu modo continuar sendo o que são apesar das pressões dos sistemas de opressão.

Para o autor, a comunalidade é o predicado verbal do Nós e nomeia sua ação, não sua ontologia. Trata-se da ação realizada coletivamente em um lugar específico, como comer, falar e aprender. O Nós, no entanto, se realiza na “espiral da experiência” que possui três momentos, o primeiro denominado Reconhecimento/Intercâmbio/Avaliação. O segundo é o Nós/ Oralidade/ Sedimentos e o terceiro é o Cotidiano/ Lembrança/ Esperança.

No primeiro momento, ocorre o reconhecimento do local em que cada um está inserido em uma relação de pertencimento e também de identificação com o outro; a compreensão do Nós está atrelada às experiências vividas. “Elas implicam reconhecimento do chão onde se pisa, identificação com as pessoas que pisam esse chão. Reconhecemos o que fazemos e alcançamos. Ou seja, reconhecemos nosso potencial e nosso limite (Osorio, 2021, p. 230)”. Portanto, nesse primeiro momento há a compreensão da complementaridade entre todos os diferentes, do reconhecimento de que a nossa existência só é possível por meio da construção de um Nós e daquilo que nos distingue dos outros Nós.

Após o reconhecimento, ocorre a troca de experiências e saberes dentro do Nós e/ou com Outros (as). Nessa troca, de acordo com o autor, abrigamos a verdade do outro, como uma espécie de hospitalidade mútua. “Nós nos encontramos em compartilhamento, em zapoteca, guelaguetza, um princípio estético comunitário: estar com o outro nos momentos-chave da vida, compartilhar a experiência (OSORIO, 2021, p.230)”. O aprendizado originado resulta na avaliação do reconhecimento e da troca que ocorreram. No segundo momento, o Nós é recriado no espaço mental da oralidade e da imagem, misturado às mentalidades textuais e cibernéticas.

Podemos compreender que a Rede de Mulheres das Marés e das Águas valoriza a oralidade, pois, apesar de usar o WhatsApp (escrita/imagem) e produzir documentos

e cartas, privilegia a oralidade nas rodas de conversa, nas místicas, nas narrativas de histórias de vida, na transmissão de conhecimentos sobre o mangue e sobre as técnicas tradicionais, como fazer as painéis de barro.

No terceiro momento da espiral da existência, o tempo não é medido de forma linear, mas de forma cíclica, e a experiência é vivida no cotidiano e se conecta com o segundo momento, onde depositamos toda a experiência vivida; refere-se, portanto, à memória do passado e ao que está por vir no futuro. A experiência do Nós ocorre no horizonte da espiral interior, onde o autor distingue ainda duas dimensões: Acordo e Raiz. O acordo representa as interações com o que está fora da comunidade, e que contribuem para sedimentar e definir a Raiz comunal. “O acordo é a racionalização e a verbalização da raiz. Estabelece a ordenação do Nós em suas relações internas e com o exterior. A experiência se sedimenta no acordo, e o acordo determina a experiência (OSORIO, 2021, p.231)”. A Raiz é o âmago, a identidade própria da comunidade, que é forjada também nas relações com o exterior.

A Raiz é invisível, incognoscível. É origem e sustento. Jaguar e serpente. É o mito comunitário, seu horizonte de inteligibilidade. Intuímos a forma da Raiz - mas não seu conteúdo, que varia para cada comunidade - com quatro direções ou pilares: o chão, as pessoas, seus afazeres e suas realizações. Em outras palavras: Terra, Autoridade, Trabalho e Celebração comunitários (OSORIO, 2021, p. 231).

Aplicando essa estrutura à Rede, podemos compreender que: A Terra/Chão seria o maretório (mangue, águas, marés, seres que habitam esses ecossistemas). As Pessoas são as mulheres, suas famílias, suas comunidades, seus ancestrais. O Trabalho/Afazeres trata-se do trabalho extrativista, agrícola, artesanal, de cuidado, político-organizativo. E a Celebração/Realizações são os encontros, as vigílias, as místicas, as conquistas políticas, a transmissão de saberes. A "Raiz" da Rede, aquilo que a define profundamente, aquilo que não se deixa capturar completamente em palavras ou conceitos, está nessa articulação específica entre território-maretório, mulheres-comunidade, trabalho-vida, celebração-luta.

O autor reforça ainda que a comunalidade só pode ser entendida a partir da sua relação com o exterior não comunal, com a sociedade econômica. Trata-se da espiral exterior: começa com uma determinação externa, que pode gerar uma reação de resistência interna que progride para uma adaptação. Esse resultado é *lo proprio* - o que é próprio - e o Nós.

Podemos observar essa espiral exterior na trajetória da Rede, pois a determinação externa ocorreu com a pandemia de COVID-19, intensificação da violência doméstica, ameaças ao maretório e invisibilidade nas políticas públicas gerando a resistência interna através da criação das Vigílias Espirais, organização das primeiras rodas de conversa, mobilização para o I Encontro, a adaptação criativa pode ser entendida por meio do uso do WhatsApp para articulação à distância, mobilização do conceito de maretório, formulação da Pedagogia da Maré, retomada da confecção de panelas de barro. O resultado é a Rede de Mulheres das Marés e das Águas consolidada, com identidade coletiva fortalecida e capacidade ampliada de incidir em políticas públicas.

Figura 34: Representação da Espiral da Rede de Mulheres das Marés e das Águas



Fonte: imagem gerada por IA com base no texto e adaptada pela autora.

A espiral não se fecha; continua em movimento. Novas determinações externas, como os desafios impostos pelas mudanças climáticas, novos megaprojetos ou mesmo novas políticas governamentais, exigirão novas resistências e novas adaptações, em um processo perpétuo de transformação que mantém viva a identidade comunal.

A perspectiva de Arturo Guerrero Osorio sobre a comunalidade e a espiral permite ver a vigília como um processo vital, não linear e profundamente enraizado nos valores coletivos da Rede de Mulheres das Marés e das Águas. Ela revela como a Rede não apenas presta auxílio, mas também tece e fortalece continuamente sua própria identidade comunal através de um movimento dinâmico de cuidado, reconhecimento e transformação mútua, que se manifesta e se renova em cada volta da espiral.

Tenho associado esse processo à experiência das populações extrativistas costeiras e marinhas. A meu ver, ele se alinha ao conceito de giro ecoterritorial de Svampa (2015), que descreve a construção de conhecimento e significado a partir da luta por direitos territoriais. No entanto, talvez um termo local seja mais adequado para simbolizar esse movimento: a "reponta da maré". Essa expressão descreve a virada da maré baixa para a maré cheia, um momento de reviravolta no fluxo das águas. Esse ponto de virada, que inclusive deu origem a um novo termo como o maretório, exemplifica a aplicação prática da epistemologia espiralada em contextos de ativismo.

Conforme analisado, a Rede constrói sua ontologia baseada em um pensamento não linear, como uma epistemologia espiralada que aborda o conhecimento partindo da rejeição à linearidade, à binaridade e à hierarquia, reconhecendo o saber como um processo dinâmico, cíclico e interconectado. O processo de conhecer avança à medida que se revisitam temas, ideias ou experiências vividas, mas sempre com uma nova perspectiva, aprofundando a compreensão a cada volta da espiral. Não é um retorno ao ponto inicial, mas um avanço que integra as experiências anteriores.

Nessa epistemologia também é possível acolher múltiplas vozes, saberes e perspectivas, incluindo as que são marginalizadas e excluídas pelas epistemologias dominantes. Sendo assim, o conhecimento não é visto como algo isolado e objetivo, mas sim como intrinsecamente ligado ao contexto, às relações, seja entre pessoas, entre pessoas e a natureza, com as espiritualidades e a experiência vivida. Esse processo é transformador, pois à medida que as mulheres avançam na espiral do saber, são influenciadas por cada nova descoberta. Essa transformação, por sua vez, aprimora suas capacidades de buscar e assimilar mais conhecimento. É um ciclo ininterrupto de aprender, desaprender e reaprender, conduzindo a uma compreensão cada vez mais profunda e abrangente da realidade. Resultando na transformação de si próprias e do meio em que estão inseridas.

Diante do exposto, o feminismo construído pelas mulheres das marés e das águas do litoral do Pará se apresenta como uma grande força transformadora, assim como os feminismos latino-americanos que trabalham contra as relações patriarcais e coloniais.

O feminismo latino-americano questiona a modernidade e se afasta do conhecimento epistêmico europeu, para pensar as complexas relações hierárquicas de dominação que estão entrelaçadas nas relações coloniais de poder. Os feminismos da América Latina questionam a mulher universal, pois esse conceito não abarca as desigualdades existentes entre as mulheres, a heteronormatividade e o colonialismo na construção de gênero nas Américas.

De acordo com Lerma (2021), muitos feminismos latino-americanos vão além das críticas à modernidade ocidental e ao desenvolvimento, propondo a superação da modernidade patriarcal capitalista. “Consideram que ser mulher é indissociável da defesa do território como lugar para *ser* e seguir *sendo* mulheres e povo (LERMA, 2021, p.349)”. Como podemos observar na fala destacada abaixo realizada no evento “Roda de conversa Mulheres das Águas e das Marés: mudanças climáticas e o protagonismo das pescadoras na formulação de políticas públicas”, sobre a participação das mulheres na construção do Projeto sobre a Nova Lei de Pesca, o PL 4789/2024.

Trabalhamos para que possamos ser realmente entendidas no nosso **modo de vida, no nosso pertencimento, na nossa identidade**. Nós não queremos ser vistas apenas pelo trabalho, pelo ofício, pelo benefício, mas pela territorialidade, pela maritorialidade. **E mulheres das marés e das águas não é só um texto, aliás um título, é um conceito** de valores, de etnias de milhares de épocas que se faz essa comunidade pesqueira no litoral do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, trazendo pertencimentos e trazendo de geração em geração ainda que na oralidade, mas nós **as mulheres das marés e das águas fortalecendo cada vez mais o seu conceito que é o que nos empodera**, trabalhou 20 demandas aqui, e a primeira delas fala justamente da identidade e do pertencimento e a última demanda ela fala da garantia do território. tem centenas, dezenas, milhares até de ferramentas, de instrumentos, de documentos de marcos regulatórios do nosso país para a governabilidade, mas nenhum deles nos cabe plenamente. **E o que nos une na luta, as mulheres e seu familiares de povos e comunidades tradicionais primeiro é o modo de produzir que é familiar, segundo são os conflitos**, principalmente os conflitos agrários que tem feito a gente contabilizar morte e derramamento de sangue, no início deste imenso evento internacional foram assassinadas duas quebradeiras de coco babaçu e agora um parente indígena, mas nós ajudamos a construir esse PL que sem dúvida nenhuma marcará o direito de termos posse, a nossa vida e os nossos modos de vidas reconhecido, e vamos lutar pelo PL 4789/2024. (Fala da liderança Célia Regina durante evento paralelo à COP 30 realizado na Casa dos Oceanos, 2025). Grifo nosso.

Compartilho, portanto, da ideia da autora de que os movimentos de mulheres na América Latina estão transformando suas sociedades. Elas atuam pela descolonização e despatriarcalização ao combinarem, em suas ações, o comunal, o ambiental e o espiritual. Dessa forma, contribuem para criar outros mundos, pautados em ontologias que reivindicam a vida para além da lógica do desenvolvimento.

A liderança feminina dentro das comunidades é difícil, na pesca pior ainda. Porém, como o tema exige que a gente fale de gênero, direitos humanos e da biodiversidade, não dá pra separar nenhum e nada. Eu quero dizer assim: 23% das mortes no Brasil e na Amazônia são de mulheres, 12 % são de mulheres não alfabetizadas. Nós não temos mais que ficar repetindo, tentando reinventar a roda. A COP pra mim, na minha avaliação é mais uma forma mascarada do capitalismo de nos fazer aceitar o que querem, o que eles querem fazer com o que nós temos de riqueza, desculpem pela minha, sou muito pesada na língua, não tenho formação acadêmica, mas como ser pensante eu vejo que é preciso repensar conceitos. Repensar conceitos quando você coloca uma mulher dentro da escola, uma mulher pescadora na escola, por isso nós precisamos ir pra frente conduzir o processo da educação do tempo maré para as mulheres, envolver essas mulheres e crianças nessa forma de educação, tratar a biodiversidade incluindo o “eu” como parte desse ambiente. Não dá mais pra tratar a educação da cidade igual a educação da comunidade da zona rural, não dá! A gente precisa fazer o inverso disso, aí sim, a gente vai estar incluindo as mulheres, tratando da biodiversidade, porque nós fazemos parte e somos essa biodiversidade. Não dá mais pra trabalhar uma Pedagogia onde a árvore, o bicho, o rio, a maré, o mangue, o caranguejo são a biodiversidade e eu sou o quê? O predador? Mas, sou que vou sofrer mais se eu tô destruindo o que eu tenho como riqueza, como recurso, o bioma. Então, não dá pra trabalhar diferente, tem que trabalhar isso num caminho só. E eu já vou me adiantando na proposta, a Educação no Tempo Maré para as comunidades rurais, a educação em tempo integral pra mães, mulheres que isso tira esse preconceito velado em cima das mulheres que não tem direito a escola, que não têm acesso. E dizem que a política pública é um direito que está na constituição, direito à educação, mas nós não tivemos acesso a isso. e pra mim não é vergonha dizer que não tive acesso a escola não. Porque o pouco que eu aprendi e se eu estou aqui hoje é porque muitas peias na vida nós pegamos que ficaram marcas, e como eu outras que fazem parte do coletivo no qual estou inseridas. Estamos lutando pra mudar porque quando você trabalha dentro da escola com a Pedagogia de que o homem e a mulher é parte do bioma, ele vai deixar de tá vendendo seu pedaço de terra, ele vai deixar de tá arrendando seu pedaço de terra pra outro vir destruir, ele vai ter outra concepção, outros

modos. Ah, mas não tem recurso pra isso, tem, se a gente começar a cortar os gastos dos políticos que nós delegamos pra estar lá e não fazem, aí a gente começa a mudar a sociedade. A partir do momento que a gente começa a pensar, a gente começa a agir. Estar aqui é um pensamento, pode ser um sonho, mas é uma ação. Eu agradeço. Obrigada (discurso proferido por Marly Silva, na COP 16. Colômbia, 2024).

O discurso sintetiza o trabalho que a rede de mulheres da Marés e das Águas do litoral do Pará vem realizando, além disso apresenta as concepções discutidas até aqui e expressa a preocupação do movimento com os eixos do pertencimento, cuidado e solidariedade, pois reivindicam a construção e acesso a políticas públicas que reconheçam e valorizem a identidade e o protagonismo de pescadores e pescadoras, garanta equidade nas tarefas do cuidado relacionado a uma concepção de natureza integrada, corpo e território, neste contexto, corpo e maretório.

A essência dos discursos reside na síntese das concepções que fundamentam a luta e a mobilização do movimento, ao mesmo tempo em que expressa a profunda preocupação com a sustentação e o fortalecimento de três eixos fundamentais para a sobrevivência e a dignidade das populações extrativistas costeiras e marinhas: o sentimento de pertencimento vai além da mera residência. Refere-se à conexão ancestral, cultural e econômica com o maretório. Este pertencimento é a base da identidade e da resistência das comunidades. O cuidado é entendido em sua dimensão ampliada. Engloba o autocuidado, o cuidado mútuo na comunidade (solidariedade), e, crucialmente, o cuidado com o meio ambiente e os recursos naturais dos quais sua vida depende. O cuidado é visto como uma tarefa vital, mas desigualmente distribuída, recaindo majoritariamente sobre as mulheres. A solidariedade é fundamental na organização em rede. É a prática do apoio mútuo, da partilha de saberes e da construção coletiva de estratégias para enfrentar as ameaças e as vulnerabilidades impostas pelo desenvolvimento predatório e pela ausência de políticas públicas adequadas.

O movimento de mulheres das Marés e das Águas não apenas diagnostica problemas e realiza denúncias, e isto já seria de suma importância, mas apresenta demandas concretas, reivindicando a urgência na construção e no acesso a políticas

públicas que sejam verdadeiramente sensíveis à sua realidade e que incorporem as perspectivas já apresentadas, como o reconhecimento e visibilidade do trabalho e protagonismo na pesca artesanal, a garantia de equidade nas tarefas do cuidado, mas sobretudo, o movimento reivindica o abandono de uma visão fragmentada do mundo e as políticas precisam ser concebidas a partir da perspectiva de que o corpo da mulher é indissociável do seu maretório. As ameaças ao meio ambiente, como a poluição e a exploração predatória, são sentidas diretamente no corpo das mulheres, afetando sua saúde e sua capacidade produtiva. Proteger o maretório é, portanto, proteger a vida e a identidade dessas mulheres.

Nos quadros que apresento abaixo, sintetizo a relação entre os eixos solidariedade, cuidado e pertencimento e as ações da Rede, destacando também o diálogo com as autoras mencionadas para análise.

Quadro 05: Princípios do Feminismo Ecoterritorial das Marés

PRINCÍPIO/ CARACTERÍSTICA	MANIFESTAÇÃO NAS PRÁTICAS DA REDE	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	DIFERENCIAL EM RELAÇÃO A OUTROS FEMINISMOS
INSEPARABILIDADE CORPO- TERRITÓRIO- MARETÓRIO	• Defesa do mangue é defesa dos corpos das mulheres • Ameaças ambientais são sentidas diretamente nos corpos • Conhecimento sobre maretório é conhecimento incorporado (embodied)	Cabnal (2010): corpo-território; Ulloa (2016) Processos de autonomização territorial Svampa (2021): ecofeminismo latino- americano; Segato (2016): violência contra corpos e territórios como faces da mesma moeda;	Não separa lutas "feministas" de lutas "ambientais"; compreende que são indissociáveis na experiência vivida.

		Lugones (2008): colonialidade de gênero	
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS COMO EPISTEMOLOGIA VÁLIDA	• Leitura de marés, lua, comportamento de espécies • Técnicas ancestrais (painéis de barro) • Manejo sustentável baseado em observação multigeracional • Criação de conceitos próprios (maretório, Pedagogia da Maré)	Escobar (2016): ontologias relacionais Shiva (1988): conhecimento tradicional vs. ciência colonial Smith (2018): descolonização de metodologias	Rejeita hierarquia conhecimento científico > conhecimento tradicional; propõe diálogo horizontal entre epistemologias.
CUIDADO COMO PRÁXIS POLÍTICA	• Vigílias Espirais • Acolhimento de mulheres em situação de violência • Cuidado com o mangue/maretório • Quintais como espaços de cuidado • Rodas de conversa como espaços de escuta e validação	Federici (2019): cuidado como comum a ser reconstruído Carrasco (2011): economia do cuidado Pérez Orozco (2014): conflito capital-vida Boff (2000): ética do cuidado Gebara (2000): ecofeminismo do cuidado	Amplia o cuidado para incluir território/maretório/natureza; politiza o cuidado, não é vocação feminina natural, mas trabalho essencial invisibilizado.
SOLIDARIEDADE CONSTRUÍDA, NÃO PRESUMIDA	• Reconhecimento de diferenças (idade, escolaridade, religião, município) • Trabalho contínuo de construção de consensos	Mohanty (2003): solidariedade como conquista ativa Falquet (2016): imbricação de opressões	Não assume irmandade universal; constrói solidariedade através de reconhecimento de interesses comuns apesar de diferenças.

	• Recusa de universalismo essencialista ("todas as mulheres são iguais")	Curiel (2007): descolonização feminista	
PERTENCIMENTO COMO RESISTÊNCIA	• Afirmação de identidade territorial (mulheres das marés e das águas) • Recuperação de práticas ancestrais • Defesa de permanência nos territórios (contra expulsão) • Quintais e mangues como espaços identitários	hooks (2009): pertencimento como cura Escobar (2016): defesa do lugar como resistência à desterritorialização Osorio (2021): comunalidad; raiz e acordo	Pertencimento não é essencialismo reacionário, mas estratégia de resistência à homogeneização capitalista.
JUSTIÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA COMO QUESTÃO FEMINISTA	• Denúncia de racismo ambiental • Conexão entre crise climática e opressão de gênero/raça/classe • Participação em COPs • Demandas por políticas de adaptação que respeitem modos de vida	Acselrad (2009): injustiça ambiental Pacheco (2008): racismo ambiental Martinez-Alier (2007): ecologismo dos pobres Klein (2014): injustiça climática	Conecta justiça ambiental com justiça de gênero; identifica mulheres pobres/negras/indígenas/extrativistas como mais afetadas por degradação ambiental.
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTONOMIA MATERIAL	• Painéis de barro como geração de renda coletiva	Singer (2002): economia solidária	Autonomia econômica não é individualista, mas coletiva e solidária, como

	•Crítica a atravessadores e padrões •Partilha de benefícios •Economia do cuidado vs. economia capitalista	León (1997): empoderamento multidimensional Gutiérrez Aguilar (2017): horizontes comunitário-populares Federici (2019): reconstrução dos comuns	dimensão fundamental do empoderamento.
EDUCAÇÃO COMO TERRITÓRIO DE LUTA	• Pedagogia da Maré • Escola que respeita tempo-maré • Currículo baseado em realidade local • Reconhecimento de mestras e mestres tradicionais	Freire (1987): educação como prática da liberdade Arroyo (2004): Educação do Campo Walsh (2013): pedagogias decoloniais	Educação para fortalecer identidades e autonomia.
ESPIRITUALIDADE COMO DIMENSÃO POLÍTICA	• Vigílias Espirais •Místicas nos encontros •Influência da Teologia da Libertação	Starhawk (1979, 1982): espiritualidade da deusa e ativismo Gebara (2000): ecofeminismo teológico De la Cadena (2015): ontologia política; o político excede a política moderna	Não separa política de espiritualidade (privada, emocional); integra ambas dimensões.
ORGANIZAÇÃO EM REDE, NÃO HIERÁRQUICA	•Ausência de diretoria formal • Decisões coletivas	Scherer-Warren (2006): redes de movimentos	Horizontalidade sem negar que existem lideranças; estrutura flexível mas não ausência de estrutura.

	• Rotatividade de representantes • Múltiplos núcleos territoriais autônomos, mas articulados	Freeman (1972): crítica à falta de estrutura (estrutura informal existe) Melucci (1996): movimentos como redes submersas	
ARTICULAÇÃO MULTIESCALAR	• Ação simultânea em níveis local, municipal, estadual, nacional, internacional • Lideranças como mediadoras entre escalas • Enraizamento local apesar de articulação global	Escobar (2001): globalização desde baixo Massey (2008): lugares como constituídos por relações que conectam dentro e fora	Não escolhe entre "local" ou "global", mas atua em múltiplas escalas simultaneamente.

Fonte: própria autora. 2026.

Quadro 06: Eixos do movimento e suas interconexões

EIXOS	DEFINIÇÃO	PRÁTICAS ASSOCIADAS	CONCEITOS TEÓRICOS MOBILIZADOS	INTERCONEXÕES COM DEMAIS EIXOS
SOLIDARIEDADE	Reconhecimento de interdependência; apoio mútuo; responsabilidade coletiva; construção ativa de vínculos entre diferentes	• Vigílias Espirais • Rodas de conversa • Apoio material e emocional entre mulheres • Articulação com outras redes e movimentos • Partilha de recursos e conhecimentos	Mohanty (2003): solidariedade como conquista Westphal (2008): solidariedade na Teologia da Libertação Gutiérrez Aguilar (2017): reciprocidade e guelaguetza Marcha Mundial das Mulheres: Carta Mundial (7 afirmações sobre solidariedade)	↔ Cuidado: Solidariedade se manifesta através de práticas de cuidado mútuo ↔ Pertencimento: Solidariedade constrói pertencimento a coletivo maior do que comunidade local
CUIDADO	Atenção às necessidades de vida (próprias, de outras pessoas, da natureza); trabalho reprodutivo valorizado; ética relacional; sustentabilidade da vida como prioridade sobre acumulação	• Vigílias Espirais • Acolhimento de mulheres em violência • Cuidado com mangue (manejo sustentável) • Quintais produtivos • Pedagogia da Maré (escola	Federici (2004, 2019): trabalho reprodutivo invisibilizado Carrasco (2011): economia do cuidado Pérez Orozco (2014): conflito capital-vida Boff (2000): cuidado como essência do humano	↔ Solidariedade: Cuidado é forma de solidariedade prática ↔ Pertencimento: Cuidar do território é parte do pertencer a ele

		tempo integral libera mães)	Kuhnen (2021): colonialidade do cuidado	
PERTENCIMENTO	Relação profunda com lugar específico (maretório); identidade territorial; enraizamento; ancestralidade; direito de permanência; conhecimento incorporado do território	• Mobilização do termo "maretório" • Recuperação de técnicas ancestrais (panelas de barro) • Pedagogia da Maré • Defesa de territórios contra expropriação • Quintais como espaços identitários • Relação corpo-território	hooks (2009): pertencimento como cura Escobar (2016): ontologias relacionais baseadas em lugar Osorio (2021): comunalidad; raiz	↔ Cuidado: Pertencer implica cuidar do que se pertence ↔ Solidariedade: Pertencimento a um coletivo específico pode ser base para solidariedade com outros coletivos

Fonte: Própria autora. 2026.

Como podemos ver nos quadros os três eixos que consegui destacar para análise desse movimento não são dimensões separadas ou independentes, mas faces de uma mesma práxis e funcionam em uma relação triádica dialética. A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará não está simplesmente se adequando ou aplicando às teorias feministas ou ecológicas existentes à sua realidade. Está produzindo sua própria epistemologia através de sua práxis, por meio dos conceitos maretório, Pedagogia da Maré, das metodologias, como as Vigílias Espirais, rodas de conversa, vivências e encontros, formas organizativas (rede horizontal multiescalar enraizada territorialmente), e uma compreensão integrada das relações entre corpo-território-maretório, gênero, ambiente, classe e raça, cuidado, solidariedade e pertencimento.

Portanto, este feminismo ecoterritorial das marés, é simultaneamente, situado, pois emerge de experiências específicas de mulheres extrativistas costeiras/marinhas do litoral amazônico paraense. Conectado, tendo em vista que se articula com feminismos latino-americanos, movimentos socioambientais, lutas de povos tradicionais globalmente. É transformador, pois não apenas reivindica inclusão no sistema existente, mas propõe outras formas de vida, economia, educação, relação com a natureza, mudando a vida das mulheres que fazem parte dele e de suas comunidades, contribuindo com os feminismos comunitários, ecoterritoriais e ecofeminismos construtivistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu da seguinte questão: Como a criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará pode ser compreendida como um espaço de participação sociopolítica das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e como esse movimento contribui para a compreensão do feminismo ecoterritorial? Teve como objetivo geral compreender como as ações sociopolíticas, as práticas sociais e os conhecimentos e vivências das mulheres extrativistas costeiras e marinhas, em defesa de seus maretórios nos manguezais na Amazônia paraense, podem constituir uma alternativa social (prática social) em diálogo com o feminismo ecoterritorial.

A tese defendida ao longo do trabalho é a de que está em curso a construção de um feminismo ecoterritorial das marés, construído pela Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará em articulação com outras redes, a partir de uma relação indissociável entre corpo e maretório, relação que ressignifica categorias teóricas do feminismo, dos movimentos sociais e das políticas socioambientais a partir da temporalidade cíclica e não linear das águas. A tese foi construída e sustentada a partir da analogia com as fases da maré, mobilizada não como recurso estilístico, mas como categoria analítica capaz de revelar o saber fazer, as sociabilidades e a relação corporal das extrativistas costeiras e marinhas com o movimento das águas.

Sendo assim, na primeira parte, denominada vazante, procurei articular as discussões sobre movimentos sociais, gênero, políticas públicas com ênfase na abordagem relacional. Sendo assim, a vazante representa o momento em que as águas recuam, revelando o manguê onde as mulheres realizam suas atividades extrativistas. Nesta parte da tese, a analogia permite "recuar" outros conceitos e revelar os fundamentos teóricos, conceituais e históricos que estruturam a análise. Portanto, enfatizando o protagonismo sociopolítico e a capacidade de articulação em rede das Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, e em como elas se tornam agentes centrais na defesa socioambiental dos seus maretórios.

Por meio de sua organização, elas redefinem o feminismo, pois trazem para o centro do debate feminista questões específicas de seu cotidiano e de seus territórios, ligando as lutas contra a opressão de gênero e social à defesa da natureza, o que é denominado feminização e ambientalização das lutas sociais. Influenciam a agenda política ao incidirem em políticas públicas, sendo cruciais na criação de Reservas Extrativistas (RESEX) e na ampliação da agenda da Marcha das Margaridas para incluir suas pautas e identidades. Demonstram agência coletiva por meio de estratégias como a criação de associações e do Clube de Mães; elas superaram obstáculos, como as desigualdades de gênero e a falta de recursos, e demonstram um poder de agência capaz de lutar pela garantia de direitos fundamentais e pela sustentabilidade de seus ecossistemas.

No entanto, destaco a partir da segunda parte, denominada enchente, a contradição entre o protagonismo das mulheres na pauta ambiental e a persistência de desigualdades de gênero nas políticas públicas socioambientais, especialmente na Amazônia, ampliando tensões e conflitos nos territórios e maretórios. Esse momento que marca o movimento de subida das águas é quando as mulheres precisam estar atentas ao tempo para não serem surpreendidas pela maré. Representa, portanto, a relação com o Estado e a constante tensão envolvida, os ganhos e perdas, destacados nesta parte, pelas políticas públicas, os conflitos, as dinâmicas mais tensas, mas também pelo impulso à organização.

As mulheres são reconhecidas como agentes centrais de conservação e transformação para o desenvolvimento sustentável, com um papel ativo em lutas e articulações políticas. No entanto, as políticas implementadas, apesar do reconhecimento de um trabalho já realizado pelas mulheres, tendem a reforçar a divisão sexual do trabalho, incorporando-as a partir de sua função tradicional de cuidadoras. Isso impõe a elas uma dupla tarefa, cuidado com a família e com a natureza, e invisibiliza o seu trabalho, ao mesmo tempo em que falha em atacar os obstáculos estruturais à equidade, como a dificuldade de acesso à terra, ao crédito e aos espaços de decisão.

Portanto, apoiada pelas críticas feministas, sobretudo dos Feminismos do Sul, vemos que a desigualdade de gênero persiste como um reflexo da não internalização da perspectiva de gênero como um princípio transversal e transformador na gestão socioambiental.

Diante de todo o cenário que foi se construindo, vemos a emergência e atuação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará como uma estratégia fundamental de luta e sobrevivência para as mulheres extrativistas costeiras e marinhas. Se desdobrando em outros pontos centrais, a saber: a inseparabilidade entre corpo e maretório, tendo em vista que o movimento reivindica o abandono de uma visão fragmentada do mundo, defendendo que o corpo da mulher é indissociável do seu maretório. A proteção do maretório é, conseqüentemente, a proteção da vida, da saúde e da identidade dessas mulheres.

Na terceira parte, o momento de maré cheia é quando as águas atingem seu ponto máximo e as mulheres retornam para casa levando os frutos de seu trabalho para dar continuidade a ele em outro espaço. Nesta parte do ciclo, a Rede emerge com força, as resistências se consolidam, e os conhecimentos e práticas das mulheres são reconhecidos como contribuições para um feminismo ecoterritorial das marés. Portanto, não se trata de um encerramento, mas da continuidade de um processo cíclico.

A motivação pela sobrevivência e pelo combate à violência, a mobilização inicial para a criação da Rede foi uma “ação de sobrevivência” motivada pelo aumento da violência doméstica e familiar e pelas dificuldades econômicas e pelo sofrimento psíquico agravados pela pandemia de COVID-19. As rodas de conversa se tornaram uma estratégia de acolhimento e enfrentamento da violência, garantindo o direito à vida. A busca por participação e políticas públicas, pois a Rede atua para influenciar os processos decisórios e reivindicar políticas públicas que reconheçam as especificidades das mulheres extrativistas, promovendo autonomia, empoderamento feminino e o reconhecimento como sujeitas de direitos sobre seus corpos e no trabalho da pesca.

O trabalho desenvolveu a tese de que há um feminismo em curso sendo construído com características específicas a partir de e em relação com os maretórios.

As evidências de uma nova epistemologia feminista construída pela Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará estão profundamente enraizadas em sua prática, seus valores e a ressignificação de conceitos teóricos a partir da sua realidade costeira e marinha.

As mulheres que compõem a Rede estabelecem uma profunda conexão entre seus corpos e o ambiente em que vivem, o maretório, que é mais do que território, pois emerge como uma estratégia fundamental para a construção de uma identidade coletiva de luta, evidenciando a relação profunda entre o corpo e o manguezal. É defesa da vida, pois a luta por direitos socioambientais e a defesa dos maretórios são aliadas diretamente à pauta de combate à violência doméstica e à garantia do direito à vida, mostrando que a degradação ambiental traz consequências específicas que pioram a qualidade de vida das mulheres.

Para melhor compreensão, foi analisada a estrutura do movimento a partir de três eixos centrais: solidariedade, cuidado e pertencimento. A concepção de solidariedade da Rede alinha-se com críticas feministas pós e decoloniais, como a solidariedade transnacional antissistêmica. O movimento adota uma solidariedade que é anti-imperialista, anticolonial, antirracista e anticapitalista. É baseada na reciprocidade e no bem comum, com influência também da Teologia da Libertação, pautando-se na reciprocidade exercida entre iguais. O feminismo ecoterritorial das mulheres das marés se fundamenta na prática da solidariedade, promovendo ações coletivas que fortalecem a rede de apoio entre as mulheres extrativistas. Sendo essencial para enfrentar as adversidades sociais e ambientais que afetam suas comunidades.

A Rede coloca o cuidado coletivo no centro de sua atuação, confrontando a desvalorização patriarcal e colonial do trabalho feminino, através do cuidado com o próximo, com as famílias e com a natureza, sendo um dos eixos norteadores da Rede. A atuação da Rede reconhece a colonialidade que impôs a obrigação do cuidado majoritariamente às mulheres, especialmente negras e de classes sociais mais baixas, desvalorizando-o e acentuando as desigualdades de gênero, raça e classe.

A inseparabilidade corpo-território-maretório (em diálogo com CABNAL, 2010; SVAMPA, 2021; GAGO, 2020; SEGATO, 2016; LUGONES, 2008) ancora o cuidado como prática política (FEDERICI, 2019; BOFF, 2000) e a solidariedade como conquista construída, não presumida (MOHANTY, 2003; CURIEL, 2007), enquanto o pertencimento se afirma como estratégia de resistência à homogeneização (HOOKS, 2009; ESCOBAR, 2016). A mobilização recente em torno do PL 4789/2024 (Nova Lei de Pesca) e a participação de lideranças da Rede em eventos paralelos à COP 30, articulando a pauta da Educação no Tempo Maré, demonstram que esses três eixos seguem operando simultaneamente em múltiplas escalas, da roda de conversa comunitária à arena internacional.

As rodas de conversa se evidenciam como a metodologia de ação da Rede que constitui uma forma de produzir conhecimento e consciência coletiva. As rodas permitiram que as mulheres compartilhassem suas dores e formas de violência sofridas, estimulando a denúncia e a identificação de riscos. Este processo de escuta e acolhimento gera um diagnóstico dos problemas que podem subsidiar a construção de políticas públicas, transformando a dor individual em argumento político coletivo.

A relação entre corpo e território é indissociável, pois as mulheres percebem que a degradação ambiental impacta diretamente na saúde e autonomia de suas vidas. Defendem não apenas os manguezais, mas também seus próprios corpos e direitos. Esse princípio está profundamente relacionado com o eixo do pertencimento, pois perpassa pela valorização de uma identidade que reconhece a importância dos conhecimentos que possuem sobre o maretório, pautado na relação que possuem com a natureza e os bens comuns dos ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos do litoral da Amazônia paraense. E envolve a compreensão das dinâmicas das marés, o ciclo da lua, o comportamento da vida nos manguezais, a observação dos ciclos naturais como indicadores, a percepção através dos sentidos das mudanças do clima e das paisagens, entre outros.

O trabalho mostrou que a Rede de Mulheres das Marés e das Águas atua em múltiplas escalas, promovendo transformações sociais e ambientais. A construção da

arquitetura sociopolítica da Rede contribuiu empiricamente para evidenciar a atuação de uma rede horizontal que conecta diversas gerações e comunidades, integrando saberes e práticas das mulheres extrativistas que participam desde o seu lançamento em 2021, de encontros estaduais e reuniões locais até grandes manifestações na esfera pública nacional e internacional, como as Marchas das Margaridas e as conferências climáticas.

Essa articulação com diversos atores (ONGs, Estado, movimentos sociais, outras redes, instituições de ensino) é tratada a partir do conceito de redes de diferença. Trata-se de articulações políticas que não buscam homogeneizar ou criar identidade única, mas que conectam diferentes lutas territoriais, defendendo ontologias alternativas e mantendo suas especificidades. A força está na pluriversalidade, múltiplos mundos coexistindo e se apoiando mutuamente, não na universalidade que apaga diferenças.

A Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará articula redes sociopolíticas em diversas escalas, envolvendo variados atores e desempenhando funções simultâneas. Distanciando-se de estruturas hierárquicas rígidas, o movimento atua como um organismo vivo, flexível e adaptativo, enraizado nos maretórios, ainda que articulado em escala nacional e internacional. Essa capacidade de articulação constitui uma fonte vital de poder político, permitindo a amplificação de vozes que, isoladas, seriam silenciadas. Ademais, a rede possibilita o acesso a recursos materiais, simbólicos e políticos dificilmente alcançáveis individualmente pelos territórios, fomentando aprendizados mútuos por meio da troca de experiências e consolidando identidades coletivas mais abrangentes, como a de mulheres das marés e das águas, uma categoria que transcende localidades específicas.

A tese, portanto, traz contribuições no plano teórico, pois propõe a maré e a espiral como categorias analíticas para pensar temporalidades cíclicas de mobilização social e produção do conhecimento em diálogo com o giro ecoterritorial (SVAMPA, 2015) e a comunalidade (OSORIO, 2021), e em contraste com o modelo de redes hierarquicamente mais rígidas. A noção de epistemologia espiralada, ancorada nas

Vigílias da Espiral da Vida, é apresentada como contribuição original do movimento à teoria feminista.

No plano empírico, a tese sistematiza a arquitetura sociopolítica da Rede de Mulheres das Marés e das Águas desde seu lançamento em 2021, apresenta sua tipologia de atores e parcerias (Quadro 04), suas características estruturais (policêntrica, descentralizada, flexível, enraizada) e seus três eixos de atuação com os respectivos fundamentos teóricos e práticas associadas (Quadros 05 e 06), documentando sua atuação simultânea em escalas que vão do quintal comunitário às conferências climáticas internacionais.

A contribuição metodológica da tese ancora-se nas rodas de conversa e nas Vigílias da Espiral da Vida, apresentadas como metodologia de ação da própria Rede, simultaneamente como método de produção de conhecimento e estratégia de acolhimento e enfrentamento da violência, o que exigiu na pesquisa uma postura de escuta para reconhecer essas práticas como epistemologia válida, e não apenas como objeto de análise externo.

Como toda pesquisa, esta tese possui limites que devem ser explicitados. As lideranças analisadas estão concentradas em três municípios do litoral paraense (Bragança, Curuçá e São Caetano de Odivelas), o que representa um recorte da atuação da Rede de Mulheres, não sendo possível visitar todos os municípios em que a Rede possui integrantes, devido ao encarecimento da logística para a realização da pesquisa de campo. A base empírica das rodas de conversa refere-se a uma primeira fase do movimento, o que não permite generalizações automáticas para a configuração atual, mais ampliada, da Rede.

Entretanto, a partir dos achados desta tese, abrem-se algumas possibilidades de investigação futura: analisar comparativamente como a epistemologia espiralada e a lógica de "reponda da maré" se manifestam em outros movimentos de mulheres extrativistas costeiras e marinhas fora do litoral paraense, testando os limites de generalização dessas categorias. O acompanhamento dos efeitos da mobilização da Rede em torno do PL 4789/2024 e da pauta da Pedagogia da Maré, avaliando como as

políticas públicas reivindicadas se efetivam em benefícios para as populações extrativistas costeiras e marinhas à medida que acrescentam em sua formulação termos e demandas específicas dos maretórios a partir dessas novas arenas de incidência política. Pode-se ainda aprofundar a dimensão epistemológica das emoções e dos afetos evidenciada nas Vigílias da Espiral, em diálogo mais sistemático com a epistemologia feminista das emoções e com a espiritualidade como dimensão política.

Diante de tudo que foi abordado, conclui-se que as mulheres extrativistas costeiras e marinhas ao se organizarem na Rede de Mulheres das Marés e das Águas estão construindo um feminismo ecoterritorial nos maretórios que propõe a defesa da vida nos territórios costeiros e marinhos, através da recriação de relações de solidariedade, mobilização pública e o repensar das práticas e da relação com o corpo e a natureza, tanto material quanto espiritual, desenvolvendo uma epistemologia das emoções e dos afetos profundamente transformadora.

Assim como a maré, este trabalho não se encerra, mas recua para revelar o que ainda pode ser visto, sobe para reconfigurar o que parecia fixo, e gira em espiral para além dos limites desta tese, sempre um patamar acima do anterior, na certeza de que, tal como as mulheres que a inspiraram, seu movimento continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.
- ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ADAMS, Cristina. As roças e o manejo da mata atlântica pelos caiçaras. **Interciencia**, v. 25, n. 3, p. 112-120, 2000.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex F. (orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- ALENCAR, Edna Ferreira. **Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, I. S. Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: Conservação da biodiversidade, acesso à renda e Resiliência da pesca. **Novos Olhares Sociais**, v. 4, p. 139, 2021.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Participação, cooperação e empoderamento: A atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM, Brasil. In: Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt. (Org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019, v. 1, p. 161-194.
- ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; SOUSA, I. S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Marã, Amazonas. In: Elenise SCHERER. (Org.). **Aqui Estamos Nós: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, v. 1, p. 40-51.
- ALENCAR, Edna. Ferreira. Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Am). In: Elenise Scherer. (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, v. 1, p. 21-50.
- ALENCAR, Edna. Ferreira. Por que um movimento de mulheres pescadoras? Notas sobre processo de organização das trabalhadoras na pesca. In: MAGALHAES, S.B., SILVEIRA, I.M.; SANTOS, A.M.de S. (Org.). **Um Encontro de Antropologia:**

Homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, v. 1, p. 447-466.

AGUITON, Christophe. Os bens comuns. In: SOLON, Pablo (Org). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização.** Elefante. São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Cultura com aspas: e outros ensaios.** [S.l: s.n.], 2009.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 48, p. 25-55, nov. 2018.

ALVAREZ, Sonia. **Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics.** Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 541-575, 2003.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Translocalities/Translocalizações: feminist politics of translation in the Latin/a Américas. **Meridians: feminism, race, transnationalism**, Northampton, v. 14, n. 2, p. 1-29, 2014.

ALVES, H. P. F. Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 301-316, jul./dez. 2007.

ARRETCHE, Marta. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, Marta Tereza da Silva (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Ed. Unesp, 2015. p.193-222.

AUREMS. (Org.) **Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do Estado do Pará (2023-2025).** Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Belém, 2023.

BARCELOS, M., PEREIRA, M. M., & SILVA, M. K. (2016). Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (82), 13–40.

BARRAGÁN, Margarita Aguinaga, et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, LANG e PEREIRA (Orgs.) **Descolonizar**

o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Elefante Editora. São Paulo, 2017.

BRASIL. [Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011]. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 199, p. 1-3, 17 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm. Acesso em: 1 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Bolsa Verde**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/bolsa-verde>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BRASIL. [Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000]. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 138, p. 1-4, 19 jul. 2000.

Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. 2007.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRONZ, Deborah et al. **Nota Técnica: novas fragilidades no campo do direito e da justiça socioambiental no Brasil – desafios em tempos de pandemia**. FASE, 2020.

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: el feminismo comunitario. **ACSUR-Las Segovias**, Madrid, p. 11-25, 2010.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las micro-políticas e macro-políticas de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala**. [S. l.]: Momento de las Mujeres, 2010.

CABNAL, Lorena. **Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew, Guatemala**. [S. l.: s. n.], 2018.

CARDOSO, Denise Machado. O Trabalho das mulheres na pesca e na produção de massa de caranguejo no norte da Amazônia Brasileira. In: CANCELA, Cristina Donza; CAVALCANTI, Natália; NAUAR, Ana Lidia; QUINTELA, Rosângela. (Org.). **História das Mulheres na Amazônia (Pará, século XVIII aos dias atuais)**. São Paulo-SP: Livraria da Física, 2023, v. 1, p. 496-592.

CARDOSO, Denise Machado. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 485-490, 2007.

CARDOSO, Denise Machado. Mulher, Pesca e Ambiente. **Espaço Científico - Revista do Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém**, Santarém, v. 3, p. 65-72, 2002.

CARDOSO, Denise Machado. Catadoras de Caranguejo: A Experiência de Guarajubal/Pa. **Revista do Naea**, UFPA, 2001.

CARRASCO, Cristina. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. **Revista de Economía Crítica**, n. 11, p. 205-225, 2011.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, María Jesús (coord.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006. p. 29-62.

CARRASCO, Cristina (coord.). **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, 1., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s. n.], 2009. CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MILLÁN, Mária (coord.). Más allá del feminismo: caminos para andar. Mexico: Red de Feminismos Descoloniales, 2014. p. 325-358.

CURIEL, Ochy. Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista: desuniversalizando el sujeto "mujeres". **Perfiles del feminismo iberoamericano**, v. 3, 2007.

DE BRITO, Carmem Imaculada. Uma análise sócio-histórica da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p. 116-140.

DE SOUSA, Cintia Nayara Ribeiro; RIBEIRO, Tânia Guimarães. Socioambientalismo de base popular na Amazônia: um movimento protagonizado pelos pobres (Paper 539). **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, 2022.

DEERE, Carmem D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.

DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 151-163, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

ESTERCI, Neide. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: Ed. UFMA, 2016.p. 261-284.

FAÇANHA, T. G. **As mulheres produzindo capital social na RESEX Chico Mendes (1970-2019)**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. 2022.

FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da reserva extrativista Acaú-Goiana. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 1- 15, 2010.

FARAH, Marta. Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. Jan;12(1), p. 47–71, 2004.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 379-394.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017 [2004].

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo. Elefante. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo. Elefante. 2022.

FÉLIX-SILVA, Antônio Vlademir et al. Entre o luto e a luta: pandemia e organização comunitária de pescadores e pescadoras artesanais no litoral potiguar. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, 2021.

FISCHER, Isaura. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

GOHN, Maria da Glória. A produção sobre Movimentos sociais na América Latina. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, São Paulo, 2020.

GIMBUTAS, Marija. **A Linguagem da Deusa**. NY, Harper & Row, 1989.

GIMBUTAS, Marija. **A Civilização da Deusa**. NY, Harper Collins, 1991.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Horizonte comunitario-popular: antagonismo y producción de lo común en América Latina. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. **Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento popular-indígena en Bolivia (2000-2005)**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Políticas en femenino: transformaciones y subversiones no centradas en el estado. **Revista Contrapunto**, n. 7, p. 123-139, 2015.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge?: thinking from women's lives**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HARDING, Sandra. (org.). **The Feminist Standpoint Theory Reader**. New York: Routledge, 2004.

HARTSOCK, Nancy C. M. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. (org.). **Discovering Reality: feminist perspectives on epistemology, methodology, metaphysics, and philosophy of science**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1983. p. 283-310.

HOOKS, bell. **Ensinando o Pensamento Crítico**. São Paulo. Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo. Elefante, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

IPEA. **Atlas da Violência no campo no Brasil. Condicionantes econômicos e territoriais**. Brasília, 2020.

KASANOSKI, Daniesse Sannara. **Bolsa Verde: benefício social e incentivo à conservação ambiental?** Brasília, DF, 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23376>. Acesso em: 1 nov. 2017.

KUHNEN, Tânia Aparecida. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. **SUL-SUL Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Vol:1. Nº 1, Bahia, 2020. P.124-147.

LERMA, Betty Ruth Lozano. Feminismos da América Latina. In: KATHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021, p. 348-351.

LEFF, Henrique – La ecologia politica en América Latina: un campo en construccion. **Revista Sociedade e Estado**. Dossiê: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. V;18, nº1/2 jan/dez. 2003, Brasília, ed. UnB

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. México: Siglo XXI, 2004.

LEÓN, Magdalena (comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Universidad Nacional de Colombia, 1997.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

LIRA, Elvira C. NUCAMENDI, M. GUTIERREZ, R. Metodologias vivas mesoamericanas: o corpo, a terra e os feminismos. In: **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas**. Elefante, 2023.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, E. NASCIMENTO, I. H. Pescadoras em busca de cidadania. In: M.L.M Alvares, M.A. D'Incao. (Org.). **A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/MPGE, 1995, v. 1, p.81-96

MANESCHY, Maria Cristina. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: Maria Angela D'Incao e Isolda Silveira. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 1ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, v. 1, p. 19-62.

MANESCHY, Maria Cristina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, Rio de Janeiro, p. 82 - 91, 01 ago. 2001.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda, Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas** (UFSC.Impresso), v. 20, p. 713-737, 2012.

MANESCHY, M. C.; ALVARES, M. L. M. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. **Revista Coletiva**, v. 1, p. out/dez/2010, 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARCONDES, Mariana Mazzini, DINIZ, A. P. R., FARAH, Marta Ferreira Santos, Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. **Rev. Serv. Público**. Brasília 69 (2) 35-61 abr/jun 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e65398, 2021.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MIES, Maria. Pesquisa feminista, ciência, violência e responsabilidade. In: **Ecofeminismo**. Vandana Shiva e Maria Mies. Belo Horizonte. Editora Luas, 2021.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.31, n. 2, e92873, 2023.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira. **Entre a Conservação Ambiental e a Transferência de Renda: O Programa Bolsa Verde em uma Resex Marinha na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. PPGSA Belém, PA: UFPA, 2017.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira. Rede de solidariedade e justiça socioambiental: a rede de mulheres das marés e das águas do litoral do Pará. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA E CARIBE (SIALAT), 14. **Anais ...** Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil. 2024.

MOREIRA, Carla Cilene Siqueira. Et al. “Mas é Território ou Maré?” o conceito de maretório e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil. **Polis**, Santiago, v. 23, n. 68, p. 430-483, agosto, 2024.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalhadeiras e Camarados: Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: UFPA, 1993.

MULHERES DAS MARÉS E DAS ÁGUAS DOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS. **Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos Manguezais Amazônicos contra a Resolução nº 500 de 2020 que revoga três resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): a Resolução 303/2002. E viva a vida que pulsa nos manguezais amazônicos**. [S. l.], 2020.

NASCIMENTO, Maria Antonia (Org.). **Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda**. Campinas: Papel Social, 2015.

NASCIMENTO, J. R. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**. Tese de Doutorado em Geografia Humana, São Paulo: Universidade de São Paulo. 2021.

NAHUM, Victoria J. Isaac. **Proposta do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com enfoque ecossistêmico para as Reservas Extrativistas marinhas**

do litoral paraense. In: PRODUTO 1: diagnóstico dos aspectos físico/espacial, biológicos, sociais, ambientais e econômicos relacionados à pesca no Salgado Paraense. Belém, 2012.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade** - Vol. 15. Edição Especial, Florianópolis, 2016.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario.** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. **El tejido de la rebeldía ¿Qué es el feminismo comunitario?** La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PESSOA, Claudia de F, MOREIRA, Carla. S, RIBEIRO, Tânia. G. Implicações sobre Desigualdade Ambiental Presente na Cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu”. In: V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E GÊNEROS – GEPEM. Universidade Federal do Pará (UFPA). **Anais...** Belém -PA 2019.

PÉREZ OROZCO, Amaia. **Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

PÉREZ OROZCO, Amaia. **Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados.** Madrid: Consejo Económico y Social, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PROST, Catherine. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?. **Desenvolvimento E Meio Ambiente**, 48, 2018.

QUINTSLR, Suyá; BOHRER, Claudio B. Athayde; IRVING, Marta de Azevedo. Políticas Públicas para a Amazônia: práticas e representações em disputa. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano XIII, nº 23, Julho de 2011.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In J. Pedro & M. Grossi (Orgs.), **Masculino, feminino, plural** (pp. 1-12). Mulheres. 1998.

RAGO, M. Feminismo e subjetividade em tempos Pós-Modernos. 2013.

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

ROSA, V. M.; SOUSA, K. F.; SZULCZEWSKI, N. A. S.; CARVALHO, A. V. Educação ambiental: o papel das mulheres na preservação do ambiente. **Natural Resources**, v.6, n.1, p.18-26, 2016

ROSSINI, Rosa E.; CALIÓ, Sonia A. Gênero e meio ambiente na Amazônia. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. A configuração dos conflitos socioambientais na implantação dos instrumentos de gestão numa reserva extrativista marinha. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – SBS. **Anais...**, 2015.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. A participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. **Revista do PPGSoc**– UFMA, São Luiz, v. 9,p. 117-136, 2012.

SALGADO, Karine. **Mulheres, territórios e violência: estudo etnográfico sobre mulheres e o processo de criação de RESEXs**. Tese (Doutorado). UFAM, 2017.

SANTOS, Francisco Pinto dos. Mantendo a Floresta em pé?: uma análise do Programa Bolsa Floresta como modelo de pagamento por serviços ambientais na RDS Uacari. Manaus, 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SANTOS, Jander Cardenes. **O Programa Bolsa-Floresta: a recompensa financeira aos guardiões das florestas nas unidades de conservação do estado do Amazonas**. Manaus, 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SCHERER, Elenise; SANTOS, Jander. Em defesa da floresta em pé: transferência de renda para as famílias guardiãs dos recursos ambientais na Unidades de Conservação no estado do Amazonas. In: NASCIMENTO, Maria Antonia (Org.). **Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda**. Campinas, SP: Papel Social, 2015. p. 95-116.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995 [1986].

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Appris, 2012, 200 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HERKENHOFF, Maria Beatriz L.; FERREIRA, João B. T. (orgs.). **Direitos Humanos: uma agenda para o século XXI**. São Paulo: Loyola, 1998.

SEGATO, Rita. L. **As estruturas elementares da violência**. 2003.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. 2016.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldade**. 2018.

SHIVA, Vandana. **Biopiracy: The Plunder of Nature and Knowledge**. Boston: South End Press, 1997.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Mulheres da/na Amazônia: gênero, natureza e cultura. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 247-252, 2005.

SIMONIAN, Ligia T. L. (org.). **Belém do Pará: história, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2008.

SILVA, Carmem Silvia Maria da. “Pensar o futuro, bem viver o presente”. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, SOS Corpo, ano V, n. 4, dez. 2011.

SILVA, Talita I. **Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Marinha Caeté-Taperaçu**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: research and indigenous peoples**. 3º ed. London: Zed Books, 2018.

SOUSA, Jean Sousa de; NASCIMENTO, Josinaldo Reis do; BARBOZA, Roberta Sá Leitão. Coletivo de mulheres e os quintais tamatateuenses: uma relação de bem viver e r-existência. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 13, n. 30, p. 396-422, out. 2024.

SOUSA, Paulo Victor. **A minha terra é o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUSA, Paulo Victor. **Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense?** 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. SOUSA, V. P. L., J. S. N. França, e F. J. L. Araos. Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Litoral do Pará, Brasil. **Ilha – Revista de Antropologia** 26 (2): 67–91.

SVAMPA, Maristella Noemi. Feminismos del Sur y ecofeminismos. **Revista Nueva Sociedad**. No 256, marzo-abril de 2015.

SVAMPA, Maristella Noemi. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante. 2019.

SVAMPA, Maristella Noemi. Feminismos ecoterritoriales en América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. **Documentos de trabajo Fundación Carolina: Segunda época**, n. 59, p. 1, 2021.

SVAMPA, Maristella Noemi. Os feminismos ecossociais do sul in: **Transição ecossocial justa: uma perspectiva do sul global**. Maristela Svampa e Henrique Viale. São Paulo. Elefante. 2025.

SZWAZO, José; DOWBOR, Monika; ARAUJO, Ramon. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. **BIB**, São Paulo, n. 92, 2020, pp. 1-22.

TEISSERENC, M. J. S. A.; SANT'ANA JR., H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

TORNQUIST, Carmen Susana et al. Gênero, feminismos e lutas pela terra: dossiê. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 865-870, 2010.

ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **Nómadas**, n. 45, p. 123-139, 2016.

VIANA, João P. Recursos Pesqueiros do Brasil: Situação dos Estoques, da Gestão, e Sugestões Para o Futuro. **IPEA, boletim regional, urbano e ambiental** | 07 | Jan. - Jun. 2013.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas – populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 41-60, 1992.

ZUÑIGA LÓPEZ, Nieves. Las pescadoras artesanales en Colombia. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 50, n. 1, p. 9-35, 2014.

APÊNDICE - Quadro e ilustração da Composição da Rede Nacional de Mulheres das
Marés e das Águas por ano de criação

NOME	LOCAL	ANO DE FUNDAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO	DEMANDAS	DESAFIOS
Grupo de mulheres da Reserva Extrativista Prainha do canto verde	Beberibe - Ceará	1985 (início)	Extrativistas...	Nossas demandas ter nossos direitos reconhecidos e valorizados Ter soberania alimentar Manter as nossas tradições Capacitação e formação	Manter o grupo coeso e ativo permanecendo na luta pelos nossos direitos
Associação de mulheres de Acaú - AMA	Praia de Acaú distrito de Pitimbu - Paraíba	1997	marisqueiras, caranguejeiras, artesãs e também atuam na gastronomia.	Cozinha comunitária, beneficiamento do pescado, segurança e assistência para as mulheres no período de inverno na qual fica difícil de conseguir o sustento da família.	Beneficiamento do marisco Ajuda para os necessitados Fortalecimento na economia solidária na área do artesanato e gastronomia

Rede de mulheres das florestas	Resex-Rondônia	1998	Trabalhadoras extrativistas, artesanal, agricultoras familiares de subsistencia, produtores de açaí artesanal, artesãs, benzedadeiras, parteiras, extrativistas	A aprovação de um projeto de lei e educação no campo e nas florestas. Da alfabetização até o 3º do ensino médio para os extrativistas. Construção de postos de saúde nas unidades de conservação. Inclusão de nossos produtos no mercado sem tanta burocracia	Estar incluída em uma lei que garanta os direitos enquanto mulheres extrativistas
Rede de Mulheres das Marés e das Águas dos Manguezais Amazônicos do Maranhão e Piauí (REMULMANA)	Maranhão e Piauí Estuário do Rio	2019	Mulheres que vivem da pesca e agricultura em áreas protegidas, assentamentos, quilombos. Profissionais de diversas áreas como a saúde e educação.	Ações de formação nos maretórios, nas estratégias de segurança alimentar. Organização de feiras, fortalecimento da produção e comercialização da produção dos maretórios; Políticas públicas pelos direitos das mulheres e dos extrativistas costeiros e marinhos.	Fortalecer a solidariedade e efetividade dentro da Rede para atuar no combate às ameaças ao nosso manguezal amazônico, na luta pelos direitos e por políticas públicas, pela melhoria da cadeia produtiva e comercialização dos produtos através da economia solidária e de um comércio justo.

Rede de mulheres de comunidades extrativistas e pesqueiras do sul da Bahia	Resex Canavieiras-litoral sul da Bahia	2013	Pescadoras artesanais, marisqueiras e agriculturas familiares. Somos o braço feminino feminista da (Amex) associação mãe dos extrativistas de canavieiras	o selo que garante a comercialização dos produtos da pesca; uma creche com o tempo da maré para que as companheiras tenham como deixar seus filhos bem cuidados e irem pescar; A inserção dos produtos da pesca na merenda escolar, nos presídios, hospitais e etc.; reconhecimento nacional de produtoras de alimentos saudáveis e responsáveis pela segurança e soberania alimentar.	projetos a longo prazo e que sejam estruturantes para fomentar a criação de um espaço para a comercialização o e escoamento dos produtos das companheiras para outras cidades e com valores justos. Selo que garante à pescadora transportar e vender os produtos da pesca e mariscagem sem que sejam barradas pela vigilância sanitária.
Rede de Mulheres Trabalhadoras da pesca	Rio Grande do Sul	2015	Trabalhadoras da pesca artesanal, artesãs, (escamas de peixe, couro e sobras de rede	Aprovação do nosso PL da pesca. inclusão de nossos produtos no mercado sem tanta burocracia, política pública, recursos para podermos trabalhar	Estar incluída em uma lei que garanta os nossos direitos enquanto mulheres pescadoras

Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso	Nove comunidades caiçaras (Pontal de Leste, Restinga, Vila Rápida, Enseada da Baleia, Nova Vila Rápida, Marujá, Foles, Cambriú e Pereirinha/Ita curuçá) e duas aldeias indígenas (Pakurity e Tekoa Mirim) – São Paulo	2019	caiçaras e indígenas nas 11 comunidades.	Direito à terra e água Mudanças climáticas Proteção ambiental e sustentabilidade e Reconhecimento do trabalho feminino Acesso a políticas públicas Combate à violência de gênero Participação nas decisões	
Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais	Alagoas e Pernambuco - 03 unidades de conservação, sendo 02 federais e uma estadual.	2019	Pescadoras, Catadoras, Marisqueiras, Extrativistas, Beneficiadoras, jovens pescadoras.	A conquista pelo território, Linhas de crédito para mulheres, Fortalecimento da organização das mulheres, Processos formativos.	Ser reconhecidas como mulheres da pesca, visibilizadas e lutar pela conquista de seus direitos, e a luta pela permanência de seus territórios
Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará- Existentes e resistentes	Pará Litoral	2021	Pescadoras, marisqueiras, extrativistas, agricultoras, artesãs, professoras.		

Rede de Pescadoras e Marisqueiras atingidas pelo crime da Vale Em São Mateus - ES	Litoral norte do Espírito Santo	2022	Pescadora artesanal, marisqueiras, comerciantes, agricultoras familiares de subsistência e artesãs	Ponto de apoio em saúde para mulheres nas comunidades, acolhimento e acompanhamento de saúde mental para lideranças mulheres. Casa de acolhimento na comunidade para ouvir mulheres em situação de violência doméstica e encaminhamento de cuidados.	reconhecimento de nossos direitos enquanto mulheres pescadoras atingidas, acesso às políticas públicas, combate ao machismo, misoginia e violência contra a mulher.
--	---------------------------------	------	--	--	---

Mulheres das Águas e Territórios	Região Sudeste, Arraial do Cabo, RJ	2022	Uma rede de Mulheres da cadeia produtiva da pesca do Estado do Rio de Janeiro	A inclusão das mulheres nas políticas públicas e espaços de participação social é fundamental. Precisamos que as leis que asseguram os direitos das mulheres sejam revisadas com o olhar das próprias mulheres, facilitando o acesso e a participação dessas mulheres que englobando todas as classes trabalhadoras. Nossa luta é para que as mulheres sejam contempladas, tornando mais acessível os processos burocracias que nos impedem de avançar.	Garantir que as políticas públicas nos alcancem, já que muitas vezes somos invisibilizadas e deixadas de fora dos processos que afetam diretamente nossas vidas.
--	--	-------------	--	--	---

Rede de mulheres praianas da Resex de Cururupu.	Maranhão Resex Cururupu	2024	Coletivo de mulheres pescadoras, marisqueiras, líderes comunitárias, agentes de saúde, técnicas, professoras e domésticas de várias ilhas da resex	Fortalecer a nossa organização social para legitimar a nossa participação nos espaços de decisão sobre o nosso maretório	Melhorias das políticas públicas para nosso maretório
Guardiãs Comunitárias das marés	Oiapoque – Amapá	2024	Pescadoras, ribeirinhas	Visibilidade e reconhecimento da cadeia produtiva para as mulheres das águas; fortalecimento dos coletivos de mulheres, reconhecimento pelo INSS das doenças ocupacionais decorrentes dos trabalhos das mulheres na pesca, programas de atenção especializados à saúde da mulher pescadora, garantia do direito, e mais espaços para mulheres pescadoras.	Reconhecimento da profissão de pescadora em diferentes órgãos.

Fonte: elaboração própria a partir de informações fornecidas pela Secretaria de Mulheres da CONFREM. 2025.

Redes de Mulheres das Águas e Florestas: Trajetória de Luta e Resistência

Pioneirismo e Organização (1985 - 2015) Expansão e Identidade

Grupo de Mulheres da Resex Praia do Canto Verde

Beberibe/CE

Primeira rede em Beberibe/CE, focada no reconhecimento de direitos e soberania alimentar.

1985

Associação de Mulheres de Acaú (AMA)
Pitimbu - PB

1997

1998

Rede de Mulheres das Florestas
Resex - RO

Rede de Mulheres Estrativistas e Pesqueiras
Canavieiras - BA

2013

Rede de Mulheres Extrativistas e Pesqueiras
Canavieiras - BA

Rede de Mulheres Trabalhadoras da Pesca
Rio Grande do Sul - RS

2015

Identidade e Subsistência

Grupos formados por benzedeiras, parteiras e pescadoras artesanais em áreas protegidas.

Consolidação de Redes Regionais

Expansão para o Sul e Norte, unindo marisqueiras, artesãs e extrativistas florestais.

Fortalecimento e Expansão Nacional (2019 - 2024) Crescimento e Novos Direitos

REMULMANA (Marés e Manguezais)
Maranhão e Piauí

Articulação Povos Ilha do Cardoso
Cananéia - SP

Rede de Mulheres da Costa dos Corais
AL e PE

Mulheres das Águas e Territórios
Arraial do Cabo - RJ

Rede de Mulheres Praianas Resex Cururupu
(Maranhão - MA)

2019

2021

2022

2022

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

2024

5
Novas
Redes

Crescimento Acelerado (2019-2022)

Surgimento de 5 novas redes em apenas três anos, focadas em políticas públicas.

Luta por Visibilidade e Direito ao Território

Redes focadas no combate à violência de gênero e reconhecimento profissional pelo INSS.

Novas Fronteiras: Amapá e Maranhão (2024)

Criação das Guardiãs Comunitárias (AP) e Rede Praiana (MA) para gestão de maretórios.

ANEXO – Infográfico sobre a produção das panelas de barro

A ARTE ANCESTRAL DAS PANEIAS DE BARRO DE TAMATATEUA, BRAGANÇA-PA

INTRODUÇÃO

A confecção de paneias de barro pelas mulheres da Rede de Mulheres das Marés e das Águas, na comunidade de Tamatateua da RESEX Marinha de Bragança-PA, constitui uma prática de resistência cultural, autonomia econômica e reconexão com conhecimentos ancestrais. Retomada a partir



de 2022, essa atividade valoriza saberes tradicionais transmitidos entre mulheres, baseia-se na economia solidária, reafirma a relação com o território e recupera uma técnica ancestral de origem indígena, aprendida no âmbito familiar e hoje preservada e compartilhada pelas metras.

1 RETIRADA DA ARGILA

A retirada da argila ocorre nos campos da comunidade de Tamatateua, em Bragança-PA, geralmente no verão e durante o período lunar, preferencialmente no início da manhã e no final da tarde. Trata-se de um processo totalmente manual, sem o uso de máquinas, no qual as mulheres se organizam em grupos. Ao final, a argila é comprimida em bolas, conhecidas como “pêlos”, e todo o material é transportado para a Casa ou Barracão das Paneias.



2 SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DA ARGILA

Após a retirada, a argila passa por um processo de limpeza, no qual é cuidadosamente selecionada para a remoção de impurezas. Em seguida, os “pêlos” já limpos são acondicionados e armazenados em um local adequado, onde permanecem preparados para as etapas seguintes de confecção das paneias.



3 PREPARAÇÃO DE MATERIAIS COMPLEMENTARES

A coleta das “capengas” envolve o aproveitamento de partes das folhas da palmeira anajazeira (inajá) que já caíram ou estão em processo de queda na mata. Essas folhas são utilizadas na queima das paneias, evidenciando uma preocupação ambiental ao evitarem o corte de árvores. Além disso, a anajazeira possui grande importância para a comunidade, pois também fornece matéria-prima para a confecção de outros utensílios locais, como abanos e “cofos”, utilizados na captura de caranguejos.



A produção dos pigmentos envolve técnicas artesanais específicas. O pigmento avermelhado ou marrom é obtido a partir da moagem de cacos de telhas de barro quebradas em um pilão. Já o pigmento preto, conhecido como caripé, é produzido pela moagem da casca de madeira queimada, que posteriormente é coada, resultando no material utilizado na coloração das paneias.



4 MOLDAGEM E QUEIMA

A etapa de moldagem e queima inicia-se com o alisamento do barro, quando os “pêlos” são colocados sobre uma superfície plana e amassados novamente com água. Em seguida, as bolas de barro já secas são moldadas manualmente nas formas das paneias, momento em que o pigmento desejado é incorporado e misturado à argila. Após a modelagem as paneias são levadas à queima em um forno artesanal, construído e manejado pelas próprias mulheres, concluindo o processo de fabricação.



Nota técnica

Este material integra os resultados da pesquisa “Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará e a construção de um feminismo ecoterritorial nos maretórios”, desenvolvida por Carla Cilene Siqueira Moreira como requisito para o título de Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). As informações foram sistematizadas a partir de trabalho de campo, com contribuições de Marly Silva, liderança comunitária e Secretária Nacional de Mulheres da CONFREM. As ilustrações possuem caráter representativo e pedagógico, elaboradas com base em registros e observações de campo, não correspondendo a reproduções literais da realidade.